

Trabalho, subjetividade e formação humana em tempos de reestruturação do capitalismo

Roberto Arruda (Org.)

Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas, v.1

ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO

Roberto Arruda

Copyright © 2018 Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ)

Coordenador: *Emir Sader*

Comitê Gestor: *André Lázaro, Gaudêncio Frigotto e Zacarias Gama*

Coordenadora Técnica de Projetos Institucionais: *Carmen da Matta*

Coordenador Técnico de Projetos Institucionais: *Felipe Campanuci*

Bolsista Técnica Proatec/SR-2: *Carla Navarro*

Bolsistas de Extensão: *Fernando Ribeiro, Pedro Gesteira e Viviane Marques*

Pesquisadores Assistentes: *Luciano Cerqueira e Carolina Castro*

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

T758 Trabalho, subjetividade e formação humana em tempos de reestruturação do capitalismo / organizador Roberto Arruda. – Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.
224 p. (Trabalho, subjetividade e políticas públicas ; v. 1)

ISBN 978-85-92826-03-1 (obra completa).

ISBN 978-85-92826-02-4 (v. 1)

eISBN 978-85-92826-04-8 (obra completa).

eISBN 978-85-92826-05-5 (v. 1)

1. Políticas públicas. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I. Arruda, Roberto Alves de, 1966- . II. Série.

CDU 351

Editora Executiva e Preparação de Originais: *Carmen da Matta*

Projeto Gráfico e Diagramação: *Pedro Biz*

Revisão: *Margareth Doherty e Renata Vieira*

Assistentes de Edição Digital: *Fernando Ribeiro e Viviane Marques*

Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ)

Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F/sala 08/Maracanã

CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: 55 21 2234-0969

E-mail: uerj.lpp@gmail.com. Site: <http://www.lpp.uerj.br/>.

Grupo Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH)

<https://www.facebook.com/GRPPPEFH/>

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1866513981269601/>

Trabalho, subjetividade e formação humana em tempos de reestruturação do capitalismo

Roberto Arruda (Org.)

Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas, v.1

ORGANIZAÇÃO DA COLEÇÃO

Roberto Arruda

Rio de Janeiro

LPP/UERJ

2018

CONSELHO EDITORIAL

André Lázaro (LPP/UERJ e FLACSO-Brasil)
Antonio Carlos Ritto (IME/UERJ)
Carmen da Matta (LPP/UERJ)
Emir Sader (LPP/UERJ)
Felipe Campanuci Queiroz (LPP/UERJ)
Floriano José Godinho de Oliveira (PPFH/UERJ)
Gaudêncio Frigotto (PPFH/UERJ)
Hindenburgo Francisco Pires (IGEOP/UERJ)
Maria Ciavatta (UFF)
Theotonio dos Santos (UERJ/UFF) (*in memoriam*)
Zacarias Gama (PPFH/UERJ)

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana María Larrea (FLACSO/Equador)
Cláudio Suasnabar (UNLP/Argentina)
Dalila Andrade (UFMG)
Giovanni Alves (UNESP)
José Luís Fiori (UFRJ)
Laura Tavares (UFRJ)
Luisa Cerdeira (IE/Universidade de Lisboa)
Marise Nogueira Ramos (FIOCRUZ)
Roberto Agustín Follari (UNCuyo/Argentina)
Rolf Malungo (UFF)
Roseli Salete Caldart (ITerra/MST)
Rui Canário (IE/Universidade de Lisboa)
Valdemar Sguissardi (UNIMEP)
Vânia Motta (UFRJ)

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Gaudêncio Frigotto</i>	

Apresentação	13
<i>Roberto Arruda</i>	

Parte 1

Alterações no mundo do trabalho em face à crise estrutural do capital

Os processos sociometabólicos do capital e as metamorfoses do trabalho	21
<i>Roberto Arruda</i>	

Alterações no mundo do trabalho: intensificação e aspectos psicodinâmicos	39
<i>José Renato Bez de Gregório</i>	

As novas configurações das relações sociais em face à crise estrutural do capital	59
<i>Enaide Tereza Rempel</i>	

Parte 2

Educação e saúde em tempos de capitalismo flexível

A nova expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em tempos de capitalismo flexível	81
<i>Katia Correia da Silva</i>	

Da redemocratização à dedicação exclusiva: trajetória histórica do trabalho docente na UERJ (1978-2012)	97
<i>Carlos Eduardo Martins da Silva</i>	

Ampliação de cobertura, restrição de direitos e precarização do trabalho em saúde: os ACS no contexto da contrarreforma neoliberal no Brasil	115
<i>Márcia Valéria Morosini</i>	

Parte 3

Multifaces das violências e dos movimentos sociais: subjetividades e historicidade

Subjetividade, fetiche ou feitiço: escola pública e o capitalismo neoliberal	137
<i>Euler Oliveira Cardoso da Costa</i>	

Violência contra a mulher: reflexões sobre experiência de trabalho, estágio e pesquisa em Serviço Social na UERJ	151
<i>Jurema Alves Pereira e Bianca Ferreira dos Santos</i>	

Colômbia: a nação no tempo homogêneo da violência	169
<i>Luis Leonardo García Guevara</i>	

Constituição da subjetividade e formação humana no seio dos movimentos sociais do campo	193
<i>Joaquim Gonçalves da Costa</i>	

PREFÁCIO

*Gaudêncio Frigotto**

O intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo e explicá-lo, como ponto de partida para sua alteração real.

Florestan Fernandes¹

A epígrafe de Florestan Fernandes traduz, em diferentes aspectos, o sentido e o alcance da *Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas*, organizada por Roberto Arruda. O primeiro aspecto explicita-se no fato de que os autores e autoras produziram os textos no processo de realização do doutoramento no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e, como tal, na construção e afirmação de sua autonomia intelectual. O segundo, associado a este, é de que se trata de jovens intelectuais cuja produção acadêmica está vinculada a diferentes movimentos e lutas sociais. Intelectuais militantes na acepção de Florestan Fernandes ou, na perspectiva de Antonio Gramsci, intelectuais orgânicos.

Outro aspecto central que define a particularidade desta Coleção e que lhe confere relevância é que as abordagens do conjunto dos textos pautam-se numa literatura clássica e contemporânea que tem, predominantemente, em Marx e no seu método dialético materialista histórico a referência. Método que se distingue dos demais pela concepção da realidade, esta entendida como uma totalidade concreta em que o recorte de investigação só ganha sentido na relação imediata e mediada com a mesma; pela busca do que está subjacente aos fenômenos humanos ou de como se produz a realidade humana socialmente; e, sob as relações de classe capitalistas, um método que orienta a práxis empenhada na superação dessas relações sociais.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Professor Titular (aposentado) em Economia Política da Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Como resultado de debates coletivos nos seminários das diferentes disciplinas, nos grupos de pesquisa e orientação coletiva e, por fim, das reuniões de discussão de cada texto e da estrutura da Coleção, pode-se afirmar que é uma obra que traduz o que define o trabalho científico no duplo movimento de esforço de análise individual e coletiva. É neste duplo espaço que se produzem consensos e se identificam dissensos qualificados, mantendo, assim, a vigilância epistemológica contra dogmatismos, determinismos e reducionismos.

A coerência teórica manifesta-se na ordem dos termos que constituem o título do primeiro volume da Coleção: *Trabalho, subjetividade e formação humana em tempos de reestruturação do capitalismo*, em que se analisa a precedência do ontológico em relação ao epistemológico. Vale dizer, qualquer que seja o método de conhecimento, tem, de forma explícita ou implícita, uma determinada concepção de natureza humana e de sociedade e de acordo com esta concepção o sentido de sua ação prática ou de sua práxis. Portanto, a dimensão ontológica do ser social precede as concepções epistemológicas e a orientação da ação política.

Disto decorre a centralidade *necessária* do trabalho como atividade vital, valor de uso, mediante o qual o ser humano, em qualquer tempo histórico, produz e reproduz sua vida material e, concomitantemente, as diferentes dimensões humanas. Karel Kosik capta de forma precisa a unidade diversa da produção do ser social na qual não há subjetividade sem a materialidade que a constitui e nenhuma materialidade tem sentido sem sujeitos:

Na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico social, o homem produz: os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho; as relações e as instituições sociais; o complexo das condições sociais; e, sobre a base disto, as idéias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes.

Sem o sujeito, estes produtos sociais do homem ficam privados de sentido, enquanto o sujeito sem os pressupostos materiais e sem produtos objetivos é uma miragem vazia. A essência do homem é a unidade da objetividade e da subjetividade.²

Por esta compreensão, entende-se que subjetividade e formação humana gestam-se no seio das relações sociais de produção material da existência, cujo fundamento é o trabalho. E quando esta atividade vital, mediação de

² KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p.113.

primeira ordem na produção da vida humana, está demarcada pela mediação de segunda ordem – relações sociais do trabalho escravo servil nas formações históricas pré-capitalistas e do trabalho transformado em mercadoria, em força de trabalho sob as relações sociais classistas do capitalismo e, portanto, relações de dominação e violência de uma classe sobre as demais – subjetividade e formação humana ficam predominantemente aprisionadas por diferentes formas de alienação.

Cada um dos artigos, em seus recortes temáticos, explicita que o sistema capitalista em sua fase atual reestrutura-se e se redefine por meio de mecanismos cada vez mais brutais de violência, superexploração e exclusão até mesmo do trabalho por sua forma alienada. Sob essas relações, pelas condições objetivas de produção da existência e pelos processos ideológicos que sistematicamente buscam naturalizá-las, conduzem-se grandes massas a uma falsa compreensão de seus interesses.

Como se explicita em diferentes momentos dos ensaios da Coleção, conformam-se e afirmam-se modos alienados de subjetividade e de formação humana. Nesta função, destacam-se, sobretudo, as corporações da grande mídia empresarial, verdadeiras máquinas de moer cérebros, mas também a subordinação dos processos formativos nas instituições escolares cujos conteúdos, métodos e trabalho docente tendem a ser pautados pelos critérios mercantis.

Não se trata aqui de um julgamento moral, mas da materialidade das relações sociais capitalistas atuais dentro das quais a classe trabalhadora produz e reproduz sua existência. Por isso que não existe uma consciência ou uma subjetividade alheia às condições reais de produção da existência, como nos afirmam Marx e Engels:

A produção das ideias, de representações da consciência, está de início diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material; (...) os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos (...). A consciência jamais pode ser outra do que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real.³

Estes mesmo autores, todavia, indicam-nos que os sistemas classistas pré-capitalistas sucumbiram às suas contradições. O trabalho escravo e servil foi seu fundamento e seu limite. Limite que fez emergir forças sociais que lutaram para a sua superação. No modo de produção capitalista, como analisam Marx e Engels, a força do sistema capital está em sua exponencial capacidade

³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.36-37.

em desenvolver forças produtivas, sendo hoje a ciência e, sob a base desta, as mudanças tecnológicas apropriadas privadamente seu motor e arma para extrair mais-valia em sua forma absoluta e relativa. Sua contradição insanável, hoje elevada ao paroxismo, é que, ao contrário de socializar a riqueza, aumenta a exploração e a miséria.

Já em meados do século XIX, Marx observava que a apropriação privada do avanço tecnológico tinha efeitos explosivos sobre as condições de trabalho e de organização da classe trabalhadora:

A máquina, triunfo do ser humano sobre as forças naturais, converte-se, nas mãos dos capitalistas, em instrumento de servidão de seres humanos a estas mesmas forças (...); a máquina, meio infalível para encurtar o trabalho cotidiano, prolonga-o, nas mãos do capitalista (...); a máquina, varinha de condão para aumentar a riqueza do produtor, empobrece-o em mãos do capitalista.⁴

Estes feitos da apropriação privada do avanço científico e tecnológico atualmente são letais para grande parte da classe trabalhadora e sobre as bases da vida no seu conjunto com a degradação ambiental. Não por acaso, as duas referências contemporâneas mais presentes na Coleção, Istvan Mészáros e David Harvey, em suas análises mostram que esse sistema somente se mantém mediante o aumento da violência e da destruição de direitos. Assim, mais do que nunca se impõe a tarefa de atuar no plano do conhecimento e da ação política para a sua superação.

A Coleção engendra duas dimensões. A dimensão do trabalho de formação teórica, que vai à raiz da realidade econômica, social, política, educacional e cultural, do qual os autores são exemplos. Neste âmbito, trata-se de produzir nas massas uma subjetividade com base numa leitura não do senso comum pautado pelos agentes da dominação. Trata-se, como sinaliza Gramsci, da elevação intelectual da classe trabalhadora para que analise por si mesma a necessidade de superação do sistema capitalista. E a dimensão da ação política, com a tarefa de estar junto às lutas da classe trabalhadora em seus diferentes movimentos. Muitas delas parciais, mas fundamentais na construção de passos maiores no âmbito revolucionário. A luta dos movimentos sociais do campo e urbanos por direito à terra e à habitação como valores de uso, dos movimentos de igualdade de gênero e étnicos, já que só existe uma raça, a humana, é, por exemplo, parte desse processo revolucionário.

⁴ KARL, Marx apud PARIS, Carlos. *O animal cultural*. São Carlos: EdUFSCar, 2002, p. 235.

Uma Coleção que tem elementos de universalidade no conteúdo e no método de análise, mas que é produzida numa das sociedades capitalistas mais desiguais e violentas do mundo, mantida por uma classe burguesa antinacional, anticlasse trabalhadora e antidireitos elementares, tais como os do trabalho, da saúde e da educação. Classe esta que, em conluio com os centros hegemônicos do capital, mormente os do imperialismo norte-americano, mantém seus privilégios mediante ditaduras e golpes de Estado. A produção desta Coleção coincide com um novo golpe de Estado, com novas estratégias com verniz de legalidade. O golpe já disse a que veio. Mediante o arbítrio legalizado está impondo a mais violenta investida sobre os direitos elementares da classe trabalhadora brasileira.

Para salvaguardar ganhos criminosos do sistema financeiro mundial e os privilégios de uma minoria, congela por vinte anos o investimento público, único espaço em que se podem garantir direitos universais. Como desdobramento, a proposta em curso é de uma lei de aposentadoria de tal forma absurda que, para a maioria, se aprovada, não restará tempo de vida antes da conquista desse direito. Mas isto não é tudo. Sob o argumento de que a única alternativa é a “austeridade” nos gastos que garantem direitos, desenha-se uma reforma trabalhista que retroage ao capitalismo do século XVII.

Para isto, também, reforma-se a educação escolar mediante dispositivos legais que negam o conhecimento crítico e impõem a ideologia da neutralidade. Para tanto, está em curso a criação de uma lei que apenas considera legítimo o conhecimento que interessa ao mercado e ao capital. Com cinismo deslavado, denominam-na de Escola sem Partido!

A leitura de cada um dos textos dá a todos aqueles que não querem reformar o capitalismo, mas superá-lo, elementos para entender que isso é hoje uma tarefa necessária nos âmbitos político, educativo, cultural e ético. No plano específico do governo golpista e de suas reformas para garantir os lucros insanos do capital à custa do sangue e da vida da maioria da população brasileira, esta Coleção interpela os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, associações científicas e culturais, pesquisadores e educadores que defendem os interesses da classe trabalhadora, a não somente não reconhecê-lo, mas a combatê-lo incansavelmente no detalhe e no todo. Uma luta que só poderá cessar quando se reconquistar a voz soberana do povo na escolha livre e democrática de seus representantes, mesmo que saibamos que esta é uma condição necessária, mas não suficiente, para enfrentar as fortalezas do capital.

Mais do que nunca os versos das “Cartas da Prisão” do poeta turco Nazim Hikmet fazem sentido entre nós:

O ar está pesado como o chumbo

Eu grito, grito, grito, grito

.....

Estar preso, não é esse o problema

*Trata-se de não entregar os pontos.*⁵

Rio de Janeiro, maio de 2017.

⁵ HIKMET, Nazim *apud* DEBRAY, Régis e ZIEGLER, Jean. *Trata-se de não entregar os pontos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.1.

APRESENTAÇÃO

O trabalho em tempos fraturados

Roberto Arruda

A Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH), uma espacialidade composta por pesquisadores do Brasil, Colômbia e Moçambique, constitui-se como um Grupo de Pesquisa certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma Rede e um espaço multidisciplinar que se destinam a produzir pesquisa, ciência e tecnologia, em tempos fraturados, tendo como campo empírico o todo estruturado. Uma Rede que, ao produzir novas pesquisas, optou pela perspectiva histórico-dialética, reconhecida no campo das ciências sociais e humanas por conter mediações do pensamento dialético que evidenciam a totalidade concreta, o movimento histórico do real e sua contradição.

Essa orientação teórico-metodológica é imprescindível para que as autoras e os autores da *Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas*, membros da REDE PPPEFH, doutorandos do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), apresentem a temática do primeiro volume: *Trabalho, Subjetividade e Formação Humana em Tempos de Reestruturação do Capitalismo*.

Este primeiro volume contém textos multidisciplinares com conteúdos e resultados de investigações realizadas durante o curso no PPFH/UERJ, que são racionalmente compreendidos e cumprem a função de crítica ao modelo que concebe a vida pela lógica hegemônica do capital.

Do campo teórico-prático, consideramos todas as coisas em movimento um aspecto, entre outros, que desafiaram esses novos pesquisadores a apreenderem as categorias do materialismo histórico e dialético para orientar as bases metodológicas da pesquisa teórica sobre Estado, a pesquisa empírica sobre as políticas públicas, assim como as discussões sobre a constituição da vida material e a formação humana. Em particular, destacamos o conceito de “trabalho necessário”, presente na história da atividade humana, capaz de produzir e reproduzir a vida material, o suposto ontológico do ser social.

O resultado das pesquisas desenvolvidas nos diferentes campos empíricos, tanto no Brasil quanto na Colômbia, proporciona compreender características dos distintos movimentos que se realizam na totalidade material, que se inserem e se reproduzem como unidade e oposição de aspectos simultâneos das forças existentes na relação capital e trabalho nos diferentes tipos de Estado, de modo a evidenciar suas fraturas sociais e as indeterminações ético-políticas presentes no processo de produção do valor na sociedade sob a hegemonia do capital.

Por essa lógica, é prudente alargar o movimento desta discussão para advertir os leitores e leitoras a respeito das condições em que esta obra foi produzida, uma condição real que revela, no tempo presente e vindouro, todos os tipos de ataques patrocinados pelo capital financeiro, um programa reformista direcionado para demolir as conquistas sociais, econômicas e culturais alcançadas pela sociedade civil durante os últimos doze anos do presente século.

As conquistas acima estão ameaçadas e é prudente nominar quem as ameaça. Concretamente, são patrocinadas por uma condensação das forças burguesas do capitalismo nacional, que se movem permanentemente para atacar as conquistas da classe que vive do trabalho. Num primeiro momento, este capitalismo nacional fraturou e indeterminou a boa prática ético-política, impondo um golpe ao Estado democrático. No segundo, e subsequentemente, implementou políticas reformistas do Estado para subtrair das políticas em geral e das públicas seu caráter social, retroagindo-as à perspectiva gerencialista do capital financeiro mundial.

Nesse sentido, não bastaria para os autores e autoras desta Coleção identificar o atual governo como golpista: ele é também “reformista”, todavia, é reformista não apenas no sentido *stricto*. Atua para descaracterizar o movimento da classe que trabalha e impor à luta histórica entre o capital e o trabalho derrotas no campo do trabalho. Assim, os textos desta Coleção contribuem para denunciar a ocorrência de tais práticas em diferentes espacialidades do território nacional e internacional, dimensionando seus alcances e intenções de promover desmontes nas políticas anunciadas, em desfavor da classe que produz mais trabalho.

No cenário nacional brasileiro, estamos falando que é absolutamente necessário denunciar o golpe ao Estado democrático de direito, um golpe parlamentar, jurídico, mediático e financeiro, que se materializou via Congresso Nacional, em 29 de agosto de 2016, e rompeu com o ciclo democrático desde a sucessão presidencial civil pós-ditadura de 1985. Reagir ao golpe é gritar contra seus representantes. Tal prática não encontra descontinuidade com a

realidade social e com o contexto das lutas da classe. Serve como elemento balizador das práticas sociais e para definir sobre quais pressupostos se constrói a luta para a conquista do trabalho necessário.

Demarcado esse processo histórico, autoras e autores deste primeiro volume, por determinados aspectos, vivenciam o momento de ruptura democrática, lutam no tempo presente contra o consequente desmonte de um conjunto de políticas públicas, atacadas nos entremeios de direitos da classe que vive do trabalho. Produzir a *Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas* torna-se uma forma intelectual para bradar contra todo tipo de desmonte que recai sobre as conquistas do trabalho e das políticas públicas realizadas na última década. Um grito constante observado no interior do movimento da própria história, compreendida como método do real, capaz de nos dizer muito além do imediato, sobre o dito no tempo presente, aspecto particular das construções ideológicas do capital, enredadas entre as perturbações existentes nas entrelinhas das narrativas oficiais da grande mídia, ajustada para emburricular parcelas sociais fascinadas e enganadas, grosseiramente, pela corrupção das suas mentes e corações. Ela, a história, certamente realizará sua própria vingança: nos dirá sobre o não dito, sobre aqueles aspectos que somente serão percebidos e compreendidos pela consciência da classe que vive do trabalho, cujos interesses são distintos da classe detentora dos meios de produção.

Desse movimento, o primeiro volume desta Coleção também contempla a discussão sobre a Colômbia, uma “nação do tempo homogêneo da violência”. Um momento político e social complexo, pois o desejo pela paz é uma luta alcançável diante das reais condições objetivas desenhadas pela reconstrução da memória do país.

Assim, os sentidos produzidos pelos textos deste volume 1, intitulado *Trabalho, Subjetividade e Formação Humana em Tempos de Reestruturação do Capitalismo*, são espelhamentos de uma compilação cuidadosa que busca o significado contra-hegemônico à ideologia do capital, um duplo esforço de reflexão e produção científica, que se realizam no movimento intelectual dos seus autores, composta por três partes e dez artigos ao todo.

A Parte 1, intitulada “Alterações no mundo do trabalho em face à crise estrutural do capital”, é composta por três artigos que tratam das mudanças no mundo do trabalho e as implicações para a classe que o produz. Os ensaios realizam o movimento da pesquisa teórica articulada com diferentes campos empíricos em distintas espacialidades do território nacional. No primeiro artigo, Roberto Arruda apresenta as discussões que giram em torno das mudanças

sociometabólicas do capital que influenciaram as metamorfoses presentes no campo do trabalho. O artigo de José Renato Bez de Gregório apresenta uma valiosa discussão sobre as alterações do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, destacando a intensificação e os aspectos psicodinâmicos. Em seguida, a autora Enaide Tereza Rempel reflete sobre as novas configurações das relações sociais em face da crise estrutural do capital, apontando o principal da contradição capitalista e suas implicações no espaço/tempo sócio-histórico.

A Parte 2, “Educação e saúde em tempos de capitalismo flexível”, é composta por três artigos que abordam resultados de pesquisas empíricas realizadas em diferentes instituições em tempos da flexibilização do capital para produzir a crítica sobre as consequências de tais práticas para o campo do trabalho. A autora Katia Correia da Silva traz a abordagem sobre a nova expansão da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica em tempos de capitalismo flexível. O autor Carlos Eduardo Martins da Silva, em seguida, traça uma reconstrução histórica da redemocratização à dedicação exclusiva: trajetória histórica do trabalho docente na UERJ (1978/2012). Na sequência, a autora Márcia Valéria Morosini remete-nos para a ampliação de cobertura, restrição de direitos e precarização do trabalho em saúde, destacando os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no contexto da contrarreforma neoliberal no Brasil.

Na Parte 3, intitulada “Multifaces das violências e movimentos sociais: subjetividades e historicidade”, os quatro artigos apresentam resultados de pesquisas empíricas sobre a violência simbólica, material e cultural compreendidas como metamorfoses provocadas pela crise estrutural do capital, que mata as mentes, destrói a vida e interfere drasticamente na realidade social. Para Euler Oliveira Cardoso da Costa, as violências são observadas na estrutura e subjetividade que constituem o “fetiche ou feitiço”, violências essas presentes nos espaços da escola pública e promovidas pelo capitalismo neoliberal. Em seguida, Jurema Alves Pereira e Bianca Ferreira dos Santos discutem aspectos característicos da violência contra a mulher: são apresentadas reflexões oriundas de pesquisa com base na experiência de trabalho em estágio no curso de Serviço Social na UERJ. No artigo de Luis Leonardo García Guevara, são expostos aspectos sócio-históricos da pesquisa sobre a violência na Colômbia, uma nação no tempo homogêneo da violência. O autor Joaquim Gonçalves da Costa, enfim, problematiza algumas questões a partir de pesquisa sobre formação humana e constituição da subjetividade histórica no seio dos movimentos sociais do campo.

A julgar pelos esforços ainda a serem ainda empreendidos pelo conjunto da classe que vive do trabalho, a leitura destes artigos que compõem este

primeiro volume da Coleção, bem como os dois que se seguirão, é absolutamente necessária.

Enfim, autoras, autores, organizador da *Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas* e membros da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH) agradecem o apoio institucional do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ).

Boa leitura a todas e a todos.

PARTE 1

Alterações no mundo do trabalho em face à crise estrutural do capital

Os processos sociometabólicos do capital e as metamorfoses do trabalho

Roberto Arruda*

Introdução

O caráter analítico apresentado neste texto é um percurso imprescindível para recolocar os referenciais teórico-práticos e delimitar os problemas relacionados ao campo do trabalho.

O percurso analítico busca na filosofia das práxis elementos ontológicos da formação humana que possibilitaram compreender os atravessamentos que compõem os modos de produção da vida, sob a lógica do capital. Toma a filosofia da práxis, para demarcar o campo do trabalho como princípio educativo na realização do homem. Remete à Gramsci (1978) para discutir em termos de concepção da história a “relação capital-trabalho”, que se desdobra da “composição técnica do capital” para a “composição orgânica do capital”, relação que seria sempre calculada em termos de “unidades físicas individuais” e o “número de horas despendidas para transformar determinada massa de matéria-prima em mercadoria”.

Avança a discussão sobre objetividade e subjetividade do trabalho, destacando a lógica e a racionalidade do capital. Discute sobre determinados aspectos, o tempo coletivo e o novo nexos psicofísico subordinado ao capital.

Sublinha o modo ideológico e genérico em “Americanismo e Fordismo”, modo vinculado à necessidade imanente da organização de uma economia programática. Nesse sentido, aponta que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: estes problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução, formas que provêm das dificuldades presentes na *societas rerum* e na *societas hominum*. (Gramsci, 2001, p.241)

* Professor Assistente da Faculdade de Educação e Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso (FAEL/ UNEMAT)/Campus de Sinop. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) e Líder da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH).

Destaca a atualidade da leitura das ideias gramscianas para compreender a morfologia do trabalho, a lógica da flexibilização na sociedade contemporânea, assim como, as alterações na composição técnica do trabalho; lógica que subjaz a reestruturação produtiva, com potencial para corroer o trabalho vivo e o trabalho imaterial, capturados pelo processo de subjetivação do trabalhador aos processos de precarização. Uma crise presente no capitalismo estrutural mundial, que atingiu o campo do trabalho a ponto de torná-lo um longo processo intencional conformado à racionalização produtiva.

Os dispositivos organizacionais do novo modelo de gestão consistem na dominação político-ideológica, por persuasão, consenso e coerção, composição ideológica para constituição de hegemonia de um determinado tipo, exercida sobre os trabalhadores para o controle do processo de produção dentro da fábrica.

Racionalização da produção e do trabalho

Ao tratar sob o ponto de vista da filosofia crítica o campo do trabalho, identificamos no mundo produtivo contemporâneo uma fenomenologia preliminar denominada de “racionalização da produção e do trabalho”, um processo sociometabólico do capital presente na matriz taylorista-fordista ao longo do século XX. Abordamos o conceito a partir do pensamento gramsciano para aproximá-lo aos nexos presentes na “captura” da “objetividade e subjetividade” do trabalho, fenômeno que a partir de determinados aspectos pode ser observado em “Americanismo e Fordismo”. O conceito expressa modificações moleculares que ocorreram na sociedade americana, em particular observadas na crise orgânica (financeira de 1929), que inaugurou as alterações aos modos de produção social, na cultura e na reestruturação produtiva, com criação de um “trabalhador de tipo novo”.

As transformações decorrentes desse processo elevaram o sistema capitalista a seu grau de maior expressão, entre essas, a realização da burguesia como classe privilegiada, que explorou ao seu limite máximo as forças produtivas, dimensão determinante para modificar os comportamentos maquinais e automáticos dos trabalhadores assalariados, romper com os ranços manufatureiros e “quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal”. (Gramsci, 2001, p.266)

A esse respeito o pensamento político-filosófico gramsciano é referencial de um tempo histórico potente para colocar no plano prático os processos

inerentes à produção da vida material, a partir do concreto real, e evidenciar as contradições e antagonismos presentes na sociedade contemporânea, manifestos na crise estrutural do capital. Esses elementos subjacentes são estruturais, não se apresentam como novidades originais, no entanto:

(...) trata-se apenas da tese mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo *superior*. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*. (Id.ib.)

Gramsci, ao analisar com precisão histórica a base material, cultural e social do final do século XIX e início do século XX, recoloca a discussão, confronta “racionalização da produção e o campo do trabalho”, atravessado por um conjunto de questões que dizem respeito aos processos de homogeneização cultural, que estão para além dos muros da fábrica. Tais processos modificaram os modos de apropriação do trabalho pelo capital sem, contudo, modificarem as bases estruturais da sociedade; todavia, orientaram-se pela lógica da valorização produtiva do capital, capaz de subjetivar a prática humana.

Tratar sobre o campo do trabalho no processo de racionalização produtiva requer da filosofia das práxis orientação para produção da crítica ao capitalismo, localizar na sua origem vicissitudes, jogos de poder e processos de disseminação sistemática no campo das ideias que, ao seu modo ideologizado, dirigiram a prática humana, assim como os modos de produção da vida material regulada por um conjunto de dispositivos que, segundo Marx (1983), manifesta as ideias dominantes no mundo, a partir da perspectiva das ideias das classes dominantes.

A categoria conceitual metodológica que utilizamos neste texto delimita o campo do trabalho, e o faz a partir da filosofia que produziu a crítica à economia política, tomou partido na fenomenologia da história e na universalidade teórica, e demarcou a ontologia do ser social em relação às principais categorias da existência humana, evidenciando-as em contradições. (Marx, 1982) O contraponto reivindicado para o diálogo com a filosofia das práxis reside na conexão teórica presente no materialismo histórico que possibilita pensar em profundidade “distinção” e “diferença” combinadas com “contradição” e “oposição” que se afirma em uma simbiose entre esses conceitos, suas mediações e contiguidades. (Marx, 2010)

A esse respeito, tratar sobre o campo do trabalho requer enquadrar essa categoria ao conceito e síntese que a filosofia das práxis produziu a partir da crítica à economia política para então discutir, sob o ponto de vista da dialética materialista, o trabalho como o modo estranhado da produção da vida humana em relação à natureza e a si mesmo. No campo das ideias, o trabalho é um conceito em disputa, complexo em termos de narrativas, jogos de poder e construções objetivas e subjetivas que delimitam os processos culturais, econômicos e sociais, quer na produção da crítica, quer na relação de consenso e consentimento em torno da economia política do capital.

Nesse aspecto determinado, o trabalho como processo estranhado ao homem, ser genérico da natureza capaz de produzir a vida e a sociedade, encontra-se submerso no terreno das modificações moleculares, aos modos da objetivação da vida humana e produção da identidade do homem genérico que trabalha.

Tomando a história como método, observa-se que o percurso histórico recortando especialmente o advento do capitalismo e sua estruturação produtiva como sistema, desde as suas origens no final do século XV e início do século XVI, é possível observar que é marcado por transformações sociometabólicas, que delimitam o campo social permeado pelas transformações do próprio capital. A origem do capitalismo tem uma dinâmica própria que se movimenta desde a sua origem pelo elemento que o denuncia: a sua própria contradição histórica, a crise hegemônica do capital.

A esse respeito recorda-se que o capitalismo nasce e se estrutura como um sistema ao longo de mais de quinhentos anos a partir da crise do feudalismo. Passa de um modelo transitório a um complexo econômico, social e cultural que motiva as transformações nos modos de produção, existência e manutenção da vida; provoca transformações socioespaciais, no campo e nas cidades, com ênfase nas transformações causadas sobre o espaço geográfico, modificações que em boa medida incrementaram as modificações na técnica e no trabalho, compreendido como processo de objetivação do humano.

Todavia, o campo de interesse teórico, neste texto, é compreender o processo histórico, que ao final do século XIX, início do XX, se reinventa em vários aspectos, sobretudo no modo da expropriação do trabalho, com novo tipo de precarização para capturar a “objetividade”, a “subjetividade” da classe dos trabalhadores assalariados e a contemporaneidade da classe que trabalha.

A “captura” da “objetividade” e “subjetividade” do trabalho

A temática central remete à “captura” da “objetividade” e “subjetividade” do trabalho, temática que demanda análise da economia política do capital, seu movimento e processo estrutural capazes de esconder o principal da contradição, através de dispositivos organizacionais e institucionais provocadores das inovações do novo complexo de reestruturação produtiva do capital, na “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital.

Faz-se necessário apresentar o problema e as hipóteses que orientam esta discussão: que processos estruturais do desenvolvimento capitalista de uma “época histórica” são fenômenos de “progresso”, “subalternização”, “homogeneização” da cultura, das relações sociais, dos modos de produção, do campo do trabalho, da produção da vida material e espiritual, a um modelo econômico hegemônico de racionalidade?

Para além da aparência fenomênica da organização em torno dos dispositivos institucionais de reorganização da indústria, Gramsci aponta os fenômenos que reestruturaram o processo de desenvolvimento e valorização do capital, lógica que interferiu no modo de produção e modificou a base material, as relações sociais e o comportamento do trabalhador assalariado.

Encontramos os elementos ontológicos dessa discussão, em “Americanismo e Fordismo”, título atribuído ao número 22 dos *Cadernos do Cárcere* de 1934. O percurso do texto é uma evidência histórica e dimensiona os aspectos da economia, da política e da ideologia, assim como uma atual e fecunda crítica ao novo tipo de exploração do trabalho, desta feita pelo “nexo psicofísico”.

A partir do Caderno 22, encontramos no pensamento gramsciano, em princípio, três lógicas do capital para “captura” da subjetividade dos trabalhadores.

A primeira lógica é encontrada na nota 10 do Caderno 22, momento em que Gramsci atribui ao industrialismo “uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem”, também, “como processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos naturais, animais e primitivos às normas e hábitos de ordem, exatidão, de precisão sempre novos, mas complexos e rígidos”, (2001 [1934], p.262) que tornam a vida coletiva mais complexa.

Ressalta que esta luta é imposta a partir de fora. Entretanto, enfatiza também que os resultados obtidos até agora, “embora de grande valor prático imediato, são em grande parte puramente mecânicos, não se transformaram numa *segunda natureza*”. (2001 [1934], p.262) Observa-se no denso texto, um Gramsci interessado em evidenciar nas lutas presentes na história do industrialismo,

o caráter da “coerção mecânica”, como processo de luta, na passagem do velho e na imposição do novo. A esse respeito conclui que,

Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inaudita brutalidade, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. (Gramsci, 2001 [1934], p.262-263)

A segunda lógica do capital foi reprimir os instintos sexuais. O controle no interior da fábrica se estendeu para a vida privada do trabalhador por processos de regulação e subjetivação da vida sexual, até mesmo as atividades consideradas normas, em grandes massas de jovens, desencadearam o desaparecimento de muitos homens, causou desequilíbrio na relação numérica entre indivíduos dos dois sexos. Destaca Gramsci que, esse processo desencadeia-se em uma crise, muito mais violenta, pois atinge todas as camadas da população, por ter “entrado em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho, que foram se impondo nesse tempo (taylorismo e racionalização em geral)”. (2001 [1934], p.264) Esse processo se expande para outros campos da subjetividade dos trabalhadores, tipo e resultado de uma rígida “disciplina dos instintos sexuais” que remodelam a composição da família em sentido amplo, por meio da regulamentação e estabilização das relações sexuais.

Gramsci insiste nesta discussão, apontando que:

(...) no terreno sexual, o fator ideológico mais depravante e “regressivo” é a concepção iluminista e libertária própria das classes não ligadas estritamente ao trabalho produtivo, concepção que, a partir dessas classes, contagia as classes trabalhadoras. Este elemento torna-se ainda mais grave se, num determinado Estado, as massas trabalhadoras não mais sofreram a pressão coercitiva de uma classe superior, se os novos hábitos e aptidões psicofísicos ligados aos novos métodos de produção e de trabalho tiverem de ser absorvidos pela via da persuasão recíproca ou da convicção individualmente proposta e aceita. (2001 [1934], p.264)

A terceira lógica é a “constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção”. (Alves, 2011, p.111) Retomamos o texto original do pensamento gramsciano para destacar a definição ontológica do conceito, em torno do que denominou de “nexo psicofísico”,

compreendida com ação consentida, presente nas estruturas físicas organizacionais do complexo de reestruturação produtiva do capital, objetivação prática que se realiza pela “captura espiritual da subjetividade do trabalho”, sua “identidade e distinção” e na “diferença”, todas categorias portadoras de um determinado tipo de linguagem de “hegemonia social”, uma linguagem do poder, que é conformada por “consentimento passivo” e produz “consenso”. (Gramsci, 1978)

Observa-se, no Caderno 22, a preocupação do autor em demarcar os aspectos econômicos, políticos e ideológicos que constituem o novo modo hegemônico cultural da realização da vida material. No plano da história, esse processo subjaz ao taylorismo cujo subsequente fenômeno foi denominado por Gramsci de “Americanismo e Fordismo” para delimitar as estruturas organizacionais das esferas produtivas do capital em processo de reestruturação produtiva. Os elementos constitutivos do novo padrão de hegemonia se sustentaram no interior da fábrica pela “regulação e controle”, extrapolando os limites da atividade produtiva para a esfera hegemônica cultural e comportamental.

O monopólio da força e da hegemonia política para a “captura” da “objetividade” e da “subjetividade” do trabalho. Para tal, há necessidade de localizar conceitualmente no plano da história, a conjugação das forças político-ideológicas, que a produzem e reproduzem. Localizamos na estrutura do sistema capitalista, as formas ideologizadas, em processo constante e contínuo, para capturar o pensamento e ação do trabalhador.

Esse processo se dá no interior de determinado bloco histórico composto pela sociedade política (monopólio da força) e pela sociedade civil (hegemonia ideológica), situação social concreta composta por uma estrutura econômica dialeticamente vinculada às superestruturas orgânicas do Estado.

Ressalta Gramsci que o fordismo, ao realizar-se objetivamente como fenômeno econômico, institucionalizou-se por coerção como um bloco histórico. Para se manter, buscou criar consenso em termos de uma concepção hegemônica de mundo, em particular, organizar o trabalho e reestruturar a produção social por consentimento na indústria.

O fenômeno fordismo, ao se expandir para além da fábrica e consolidar-se como aspecto de homogeneização ideológico-cultural no conjunto das relações sociais de produção, cria um novo tipo de trabalhador, operário ou empregado, sujeito conformado (formatado) a partir da conjugação de determinados elementos de força e consentimento, coerção e persuasão.

A geografia e a espacialidade do “fordismo e americanismo” expandem-se, sob diversos aspectos: o primeiro movimento é uma resposta à “queda tendencial da taxa de lucro”, uma estratégia da burguesia puritana americana para superação, na época da crise de hegemonia e à desconfiança interna do mercado, que constituiu desse modo, o movimento e a dinâmica do próprio capital, capaz de capturar tanto o mercado interno, quanto o mercado mundial, por meio do recuo das barreiras econômicas.

O segundo movimento é a fundação de um novo Estado, com capacidade para superar a crise orgânica e a dicotomia do conflito entre frações da classe dominante e grupos sociais subalternos que disputavam a hegemonia do Estado. Nesse aspecto, o americanismo e o fordismo, como fenômenos econômicos e culturais, aproximam-se da sua realização real concreta, utilizando-se de uma dialética da revolução passiva, que conformou a burguesia como classe hegemônica e estabeleceu os limites do novo Estado para além da sociedade política, ampliando suas esferas alocadas na tradição política às estruturas civis e privadas. A essa superestrutura, Gramsci nomeou como a “concepção ampliada” do Estado. Gramsci rejeita a teoria stalinista do Estado como elemento de pura força, passa a incorporar dentro do Estado os aparelhos hegemônicos, e evidencia a presença da coerção por consentimento e consenso, tarefa também realizada pelos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil.

A tarefa seguinte do “Estado ampliado” seria construir os caminhos possíveis para a passagem do individualismo econômico para a economia programática. Uma nova configuração da sociedade dirigida pelo consumo de massas, intensificação do trabalho e aumento da produtividade; esgarçamento da solidariedade orgânica com efeito paralisante sobre as lutas dos trabalhadores assalariados, fato que permitiu à burguesia se estabelecer e se consolidar hegemonicamente, até então atingida pelos efeitos da crise orgânica.

O terceiro movimento do americanismo e fordismo aproxima-se do conceito de “revolução passiva”. Muito embora, Gramsci não tenha se dirigido ao modo de produção fordista, é possível encontrar nesse conceito os nexos para a reorganização produtiva. No entanto, não se alteram os elementos constitutivos da economia política do capital, antes, porém, novos elementos são absorvidos para a reestruturação das relações de produção, através da racionalização da produção e do trabalho.

Esses elementos contraditórios são ideologicamente conformados e não mudam em termos de conteúdo e ideologia, passando a dominar as relações sociais e o modo de produção no americanismo e fordismo. A contradição

no interior do americanismo e fordismo não impediu sua realização como fenômeno de longa duração, que se utilizou da racionalização do trabalho e da produção, fatores correspondentes, que redundou no ajustamento de novo tipo: entre a estrutura e superestrutura. Esse fenômeno reordena o processo de reestruturação produtiva, unifica as relações sociais de produção e os aparelhos hegemônicos, que extrapolaram para a vida privada dos trabalhadores, impondo regras proibitivas sobre a vida sexual.

A esse respeito, na nota 11 do Caderno 22, Gramsci enfatiza que:

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma “consciência do objetivo” jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem. (Gramsci, 2001 [1934], p.266)

Acrescenta Gramsci que a expressão “consciência do objetivo”

Pode parecer pelo menos espirituosa a quem recordar a frase de Taylor sobre o “gorila amestrado”. Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (Id.ib.)

Nesse conjunto de elementos, encontra-se o fundamental da “captura” da “objetividade” e “subjetividade” do trabalhador, que se dão pela integração dos comportamentos à maquinaria e pela coerção puritana. Não houve preocupação do empresariado da época, com a “humanidade e espiritualidade” do trabalhador, esmagadas no nível imediato.

Esta “humanidade e espiritualidade” só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na “criação” produtiva; ela era máxima no artesão, no “demiurgo”, quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era muito forte a ligação entre arte e trabalho.

Aqui cabe a segunda pergunta: o que muda na relação capital-trabalho frente ao novo industrialismo? Como principais hipóteses têm-se: a subjetivação do trabalho; a negação do humanismo; as iniciativas de invasão da privacidade sexual do trabalhador assalariado e as iniciativas puritanas com objetivo de “conservar, fora do trabalho, certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção”. (Id., p.267) A “captura” da “subjetividade” do trabalhador sob a lógica da indústria toyotista e seus desdobramentos na contemporaneidade.

A análise do fenômeno decorrente trata-se da organização toyotista do trabalho capitalista que possui maior densidade manipulatória. Destaca Alves que “na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, construída para cooperar com a lógica da valorização”. A produção toyotizada cria as condições para que o trabalhador se sinta desafiado a pensar e colocar sua inteligência a serviço do capital e nesse aspecto, não dispensa, como se fez no “fordismo”, o “espírito” do trabalhador. Ao contrário, por meio da recomposição da linha de produção, cria vários protocolos organizacionais (e institucionais), e procura “capturar” o pensamento do trabalhador, operário ou empregado, integrando suas iniciativas afetivo-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. (2011, p.111-112)

A lógica da valorização produtiva estabeleceu no campo da subjetividade do trabalho uma nova lógica, sob três principais aspectos, desta feita muito mais perversa.

O primeiro diz respeito aos mecanismos de integração e controle do trabalho, possível pela instituição de protocolos organizacionais na produção de mercadorias; reconstrução do velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado; a “participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho”, denominada por Frederick Taylor como a Organização Científica do Trabalho (OCT), já implementada pelo fordismo como “linha de montagem” e “especialização de operadores”.

O segundo nexos age na condição do processo educativo, capaz de auto-ativar a polivalência do trabalhador e “capturar” o processo imanente do pensamento-ação-pensamento, desafiando-o a pensar de maneira proativa, para encontrar soluções antes que os problemas aconteçam.

O terceiro nexos trata da “nova morfologia social do trabalho” que emerge do trabalho flexível na década de 2000 e tem como traço principal a imposição de uma nova condição salarial com caráter flexível do trabalho. Nesse sentido salienta Alves que:

O trabalho flexível impõe-se como principal característica do novo mundo do trabalho. O que nos interessa salientar são os impactos do trabalho flexível sobre a cotidianidade do homem-que-trabalha. É o foco sobre as experiências pessoais das individualidades pessoais de classe que expõe a dimensão da precarização do homem-que-trabalha. (2013, p.89)

Os desdobramentos do trabalho flexível são contemporâneos às alterações que se realizaram no metabolismo social do trabalho e nas próprias condições do capitalismo flexível. Sem pretensão de esgotá-las, apresentamos suas características principais.

A primeira característica diz respeito à reestruturação dos locais de trabalho, com a introdução de máquinas inteligentes, interligadas às redes digitais que exigem do trabalhador habilidades técnicas-comportamentais. Esse novo arcabouço passa a exigir da força de trabalho, um conjunto de competências para sua operação. Esse mesmo discurso da competência está diretamente implicado, na aquisição de novas capacidades operativas do trabalhador. Máquinas flexíveis têm um grau de exigência superior para os homens e mulheres que as operam e, do mesmo modo, exigem um comportamento flexível de sua capacidade de autorregulação e autoadaptação. É o mesmo princípio estabelecido pelo toyotismo de “autonomização”, ou seja, operadores com capacidade para intervir no processo de produção, visando resolver problemas antes que aconteçam e, caso ocorram, serão capazes de resolvê-los sem interromper a produção total.

A segunda característica trata dos novos métodos de gestão e organização da produção, assume o mesmo princípio do toyotismo: trabalhadores assalariados tornam-se “colaboradores” na tentativa de esvaziar o conflito, escamotear a contradição ou posição de classe, disseminar a ideia de atitudes proativas e propositivas, escondidas atrás da subjetividade de classe.

A ideia de gestão de pessoas implica disseminar valores, sonhos, expectativas e aspirações que emulem o trabalho flexível. Não se trata apenas de administrar recursos humanos, mas sim de manipular talentos humanos, no sentido de cultivar o envolvimento de cada um com os ideais (ideias) da empresa. (Alves, 2013, p.90)

Nesse aspecto, há retorno ao homem com sonhos idealistas, no sentido mediano e estreito, imbricado de uma práxis utilitarista da realidade social, mediada pelo discurso do empreendedorismo, especialmente entre os jovens.

A terceira característica faz referência aos locais de trabalho, reestruturados com novos atores, uma “intensa transfiguração do trabalhador coletivo do capital”.

O emprego da palavra “novo” está em sentido *stricto*, são de fato novos operários e empregados geracionais. “O processo de reestruturação produtiva não é apenas um processo de inovação tecnológico-organizacional, mas também um processo de reestruturação geracional dos coletivos de trabalho nas empresas”. (Alves, 2013, p.90) Essas mudanças dão-se pela aplicação de Programas de Demissão Voluntária (PDVs), incentivos às aposentadorias que se mostraram menos traumáticos. Nesse aspecto, como observou István Mészáros (2011, p.96), “em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico do capital” na “captura” da subjetividade do trabalho pelos valores empresariais.

Aspectos sociometabólicos do trabalho

Do dito até aqui, significa dizer que, se na fenomenologia do fordismo, o trabalhador na “linha de montagem” executava atividades monótonas e de repetição, contudo ainda lhe sobrava tempo para “pensar”, já no toyotismo essa situação se altera: não é o tempo ocupado com aquele pensamento que é capturado, mas o próprio pensamento que é transformado em trabalho imaterial, uma mercadoria “capturada” da força de trabalho. Aqui reside o ponto central da contradição da subjetividade do trabalho capitalista, o pensamento capturado em forma de mercadoria, ou seja, a captura da subjetividade do trabalho vivo na forma da pré-consciência e não apenas nas tarefas e execução de repetição.

Se na organização fordista do trabalho a integração era “mecânica” do trabalhador a um conjunto sistêmico de máquinas, o que Marx denominou de capital constante (equipamentos/máquinas, massa de matéria-prima), conjunto transformado pela ação da força de trabalho, denominada de capital variável, no toyotismo a composição do capital não se altera, permanece sob o mesmo estatuto de capital constante e variável. Todavia, altera-se a forma do capital que se apropria do trabalho vivo, via integração “orgânica” do trabalhador no processo de reprodução ampliada de mercadorias. Exige-se um novo perfil psicofísico do trabalhador assalariado, que pode ser identificado na leitura de “Americanismo e Fordismo”, como sendo a captura da subjetividade do trabalho. Em particular, no toyotismo criou-se sobre determinados aspectos, novas condições sociotécnicas e culturais, para apropriação com maior densidade do trabalho vivo: o trabalho coletivo, uma das primeiras inovações capitalistas.

Destacamos o termo “integração orgânica do trabalhador”, para evidenciar em grau de concordância com o pensamento de Marx, quando tratou em específico do trabalho operariado, como uma categoria de classe inserida em determinado contexto histórico, para distinguir a “composição orgânica do

capital e a relação capital-trabalho”. Parece óbvio, mas é sempre bom ressaltar aquilo que Marx já expôs. A “relação capital-trabalho” se desdobra na “composição técnica do capital” e seria sempre calculada em termos de “unidades físicas individuais” e “números de horas despendidas para transformar determinada massa de matéria-prima em mercadoria”.

A terceira pergunta é: o que há de novo na relação capital-trabalho a partir do toyotismo? A aparência fenomênica da acumulação ampliada presente no toyotismo utiliza-se das mesmas condições oferecidas pelo capital para apropriação do trabalho vivo, o único capaz de transformar matéria-prima em mercadoria. Todavia, desta feita, há uma subordinação formal-intelectual (ou espiritual) da composição técnica do trabalho (conjunto de forças produtivas, capital constante e capital variável) ao capital. A relação capital-trabalho continua se dando via exploração da composição técnica do trabalho, no entanto, em maior grau de intensidade para se apropriar não apenas do trabalho material, mas também do trabalho imaterial. A “unidade orgânica” entre a técnica do trabalho, o pensamento e ação do trabalhador é o novo tipo social para subordiná-lo à produção capitalista.

Nesse sentido, o capital na produção toyotista se metamorfoseia em partes distintas: preserva a “composição técnica do capital” e transforma o modo de calcular o rendimento da “composição orgânica do trabalho” até então calculado em termos de “unidades físicas individuais”, para a implementação do trabalho coletivo. Fica evidente a subjetivação do trabalho coletivo e sua apropriação, cujo duplo sentido se propõe: apropria-se do tempo do trabalho coletivo e dos resultados das respostas produzidas pela equipe, remunerando-as não mais em forma de salário, mas sim em termos de bônus (prêmio) pelo resultado alcançado.

Ao alterar a “composição técnica do trabalho” a “relação capital-trabalho” é profundamente modificada e produz um novo componente de subjetivação do trabalho. Se na linha de produção fordista uma hora de trabalho era dividida em 10 partes de 6 minutos, e o trabalhador assalariado recebia até o último décimo de segundo trabalhado, no toyotismo a remuneração assalariada se dá pelo resultado da força produtiva deste novo trabalhador coletivo, e “exige do operário ou empregado, no curso da produção de mercadorias, cada vez mais, suas habilidades afetivo-comunicacionais necessárias para a consecução das redes informacionais que constituem as equipes de trabalho em rede”. (Alves, 2011, p.113)

Outro elemento novo que merece destaque trata do conceito de trabalho imaterial. A instituição e vigência da apropriação do trabalho imaterial sob o

domínio da lógica do capital o subordina como trabalho não pago, pois o processo de geração desse tipo de trabalho evidencia o novo trabalhador coletivo sob o regime da “integração orgânica” do toyotismo, que por sua vez, dilacera os laços de solidariedade pela “integração sistêmica”, processo que provoca na classe e na consciência de classe dos trabalhadores assalariados, a constituição de um precário mundo do trabalho, o aparecimento dos contratos temporários e a terceirização de postos de trabalho da atividade produtiva material.

Os elementos dessa “nova racionalidade atípica do trabalho” não conseguem esconder suas intenções em capturar a subjetividade do trabalho. Esses elementos são típicos do sistema capital que se modificam na presença das crises cíclicas do capitalismo mundial. A composição orgânica desses capitais tende a maximizar os lucros utilizando-se do mesmo tempo do trabalho vivo, todavia o fazem, na sociedade contemporânea, utilizando-se do trabalho em rede, da maquinaria microeletrônica, dos sistemas de informações integrados dirigidos por protocolos, catálogos, manuais e procedimentos que não consideram os aspectos objetivos do trabalho humano. Há que se considerar, mesmo diante de toda produção da ciência da computação, da organização das redes informacionais, do desenvolvimento e “progresso da técnica”, da robótica e da microeletrônica, o movimento do capital que continua a depender da subjetividade do coletivo humano.

Nesse sentido, aponta Alves que:

Ora, enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade persistente de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho e de administração de empresas, além, é claro, de procurar dispersar os inelimináveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalhador assalariado enquanto trabalho vivo e ser humano genérico. (Alves, 2011, p.113)

A esse respeito, temos discutido até aqui, as categorias decorrentes do conceito do campo do trabalho: “captura” do trabalho vivo pelo nexos psicofísico, e a “captura” do trabalho imaterial pela absorção da espiritualidade do trabalhador. Todavia, compreende-se que o capital não captura a totalidade objetiva e subjetiva do trabalhador assalariado. O trabalhador não é um ser social convertido em uma substância rígida ou uma entidade transcendente que possa existir ao largo das práxis objetivas; antes de tudo é “o processo de produção e reprodução da realidade social, vale dizer, é práxis histórica da

humanidade e das formas de objetivação”, na conexão entre ser social, que se objetiva pelo trabalho, na vida prática e compreende a economia pelas práxis.

No processo de produção da vida material, permeada pelas relações sociais de produção, encontra-se o ser social, sua consciência refletida na realidade, e, sobre essa base material intervém no plano real histórico para modificá-la. O modo como o ser social entra na relação com a natureza dá-se pelo trabalho, em específico pelo trabalho vivo, que se constitui em produção orgânica no sentido do trabalho humano, como uma forma superior, espiritual, estruturante e dinâmico. Apreende-se da atividade humana a práxis objetiva, processo social de produção da sociedade. A conexão entre trabalho e economia tem origens na definição da ciência e da consciência. A análise do campo do trabalho requer uma investigação e problematização filosófica política, de maior envergadura.

A relação capital-trabalho esconde os nexos da subjetividade do trabalho, contradição que dinamiza, por consentimento, os modos de organização social do trabalho. Em específico, compreende-se que a captura da subjetividade do trabalho, é o modo de coerção, encontrado em primeira instância na organização toyotista do trabalho capitalista. Seu significado é traduzido para “mobilizar conhecimentos, capacidades, atitudes e valores necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor”. (Alves, 2011, p.113-114)

Novas morfologias do trabalho: processos metabólicos do capital para a “captura” da subjetividade do trabalho

A essa altura da discussão neste texto, se faz necessário apontar alguns indicativos que sugerem determinadas respostas às inquietações apontadas ao longo do mesmo, não para satisfazê-las, mas para reafirmar a violência do capital.

Retomando o título proposto que pretendeu tratar sobre os processos sociometabólicos do capital e as metamorfoses do trabalho, têm-se algumas considerações a fazer, em termos dos incrementos dessa prática que constituem um conjunto de elementos mediativos para “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Apontamos esses novos mecanismos, que buscam criar consenso em meio às contradições do sistema capital:

- mecanismos de contrapartida salarial, convertidos em novas formas de remuneração e pagamento pelo trabalho vivo;
- mecanismos de intervenção e controle denominados de gestão do trabalho em equipe onde são diluídos os conflitos e antagonismos do trabalho não pago (trabalho vivo, trabalho imaterial);

- vinculação orgânica do trabalho no processo de produção sob a lógica do toyotismo, refletidos em elementos mediativos de valor e fetiche;
- disseminação e absorção das práticas do toyotismo para além da produção, nas instâncias sociorreprodutivas de alienação e trabalho estranhado;
- desenvolvimento de inovações sociometabólicas incorporadas na instância técnico-organizacional na cultura do trabalho, através de um conjunto de expectativas de valores-fetiche, utopias de mercado, em termos de competência individual e coletiva, empregabilidade, capacidade empreendedora frente à crise sem, contudo, discutir do ponto de vista político-filosófico da própria crise;
- a racionalidade em torno da globalização, como pensamento hegemônico, apreendido como único modo de produzir a vida material, as relações sociais e destino único da história;
- informalidade dos trabalhadores tradicionais inseridos em atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para o consumo individual e familiar; (Antunes, 2013, p.15)
- informalidade dos trabalhadores tradicionais sem registro, fenomenologia que remete aos “trabalhadores à margem da legislação trabalhista, uma vez que perderam o estatuto da contratualidade e passaram da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira”; (Id., p.16)
- informalidade dos trabalhadores por conta própria: “uma variante de produtores simples de mercadoria”; (Id.)
- informalidade dos trabalhadores da indústria da confecção, encontrados no centro do estado de São Paulo, imigrantes bolivianos, peruanos, africanos e de outros países latino-americanos;
- informalidade dos trabalhadores no campo, em específico nos encontrados no agronegócio;
- explosão do trabalho imigrante em escala global;
- o advento do infoproletariado;
- trabalhadores em situação de trabalho escravo e em condições subumanas, geralmente encontrados em propriedades ilegais no norte do Estado de Mato Grosso e Pará, prática promovida a mando de empresários agroexportadores.

Tais processos metabólicos não se esgotam em si mesmos, e nem temos a pretensão de apresentá-los no conjunto acima como os únicos elementos possíveis de mediação no complexo de reestruturação produtiva do capital. A “captura” da subjetividade do trabalho se dá na lógica da totalidade orgânica do capital, tomando seu aspecto universal à particularidade da reprodução social que se realiza como valor e fetiche. Sob este aspecto determinado, o trabalhador tende a reagir ao fatalismo da história e se recoloca na relação capital-trabalho, não apenas como sujeito subjetivado pelo capital, através dos

“dispositivos sociometabólicos que sedimentam os consentimentos espúrios”. (Alves, 2011, p.121)

Considerações finais

Conhecida a lógica do capital na “captura” da subjetividade do trabalho, o trabalhador age sobre o campo da reprodução social e material. Caberá a ele construir a passagem da consciência egoísta-passional para consciência universal; sair do plano da necessidade e galgar o plano da liberdade; deixar o fetiche econômico para a consciência sensível ética e política.

Temos a compreensão de que o trabalho é o ponto onde o “animalesco se transforma no humano e, portanto, o nascimento do homem”. Todavia, em tempo de “precarização” do trabalho, informalização e degradação do estatuto salarial, há necessidade de certo esforço, um *détour* para abandonar a práxis utilitária, e retornar a práxis humana, condição necessária para examinar a realidade. Desta feita, não mais especulativa, unilateral e fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue, mas, romper com o determinismo do economicismo, que tende a dominar o espaço social e provocar novas formas de estranhamento pela própria metamorfose do capital, transformando-se na constituição de subjetivações pelo medo e sofrimento no trabalho.

Cabe uma última observação, ressaltando aquilo que Alves (2013) nos diz:

Ao dizermos “subjetividade”, ocultamos, no plano discursivo, uma verdade essencial: a subjetividade é intrinsecamente intersubjetiva. O homem é acima de tudo uma individualidade social. Portanto, o discurso da “subjetividade” em si tende a ocultar uma dimensão profunda dessa “captura”. Isto é, ela não é apenas controle/manipulação das instâncias psíquicas do sujeito burguês, do homem que trabalha, apreendido como uma mônada social, mas a corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem como ser social. Não podem conceber o sujeito humano sem as teias de relações sociais nas quais ele está inserido. (Alves, 2013, p.99)

Em meio à subjetivação do trabalho, é possível perceber expectativas, alternativas possíveis ao modelo de pensamento único racionalizado pelo capital. Um processo catártico em curso poderá dialeticamente utilizar da mesma estratégia do capital, o trabalho coletivo, para então, na práxis revolucionária abandonar os interesses corporativos, para agregar valor ético, e, avançar para a esfera universal, lócus da consciência sensível. Nesse sentido, compreende-se que o homem “específico” e “universal” “não são apostos entre si, mas constituem

uma unidade dialética, isto é, o homem é o ser universal da natureza, cuja especificidade singular consiste precisamente em sua universalidade singular, em oposição à parcialidade limitada de todos os outros seres da natureza”. (Mészáros, 2006, p.19)

Referências Bibliográficas

ALVES, G. A “captura” da subjetividade: nexos psicofísico e novo panoptismo. In: _____. (Org.) *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.111-126.

_____. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013, p.85-113.

ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.13-27.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do Cárcere*, v.4, n.22. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1934], p.241-282.

_____. Problemas de filosofia e de história. In: *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 31-63.

MARX, K. *O capital*, v.I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1859].

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Alterações no mundo do trabalho: intensificação e aspectos psicodinâmicos

*José Renato Bez de Gregório**

Introdução

Este ensaio tem como objetivo apresentar algumas pontuações a respeito das alterações sofridas pelo mundo do trabalho e pela classe trabalhadora no final do século XX e início do século XXI, considerando a reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1970 como resposta à crise do capital que desmantelou o sistema fordista/taylorista até então preponderante. Essa resposta calcada nos princípios neoliberais assume contornos específicos a partir de então, afetando sobremaneira a classe trabalhadora, alterando a gestão dos processos de trabalho e a própria morfologia da “classe-que-vive-do-trabalho”, como poderemos analisar nas próximas páginas.

O projeto burguês de sociabilidade defende a noção de que a crise é do Estado e não do capitalismo. O neoliberalismo surge como estratégia para solucionar a crise do capital e tentar estabelecer o fim da luta de classes. A internacionalização do capital, o processo de desindustrialização, as novas tecnologias e as novas formas de gerenciamento do trabalho, vieram para reconfigurar profundamente o capital e o trabalho. Segundo Harvey (2004):

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. (...) Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financeirização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação, deveria se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição. (Harvey, 2004, p.129)

* Servidor Técnico da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), Membro da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH) e do Observatório da Educação Superior (OBEDUC/CAPES).

Harvey (2004, p.114) entende como acumulação por espoliação uma “diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro” que para alcançar os objetivos da classe burguesa é capaz de aliar ações classificadas por ele como canibalescas e forçadas, com ações capazes de “promover um desenvolvimento global harmonioso”, que são possíveis apenas no discurso burguês, a fim de tornar as reconfigurações do capitalismo mais palatáveis, pois trata-se de algo impossível quando se refere a uma sociedade de classes.

Tais medidas acabaram por afetar diretamente a classe trabalhadora, que agora passa a ter uma exigência maior de qualificação para ingressar no mercado de trabalho, com aumento do subemprego, da terceirização, do trabalho informal e do desemprego. O que à primeira impressão pode nos parecer uma contradição fica claro se entendermos a própria ordem constitutiva do capitalismo, que para se manter em vigor necessita da formação de um exército de reserva para atender ao capital. Todas essas constatações atingem as organizações sindicais autônomas e classistas da classe trabalhadora, contribuindo em muito para o esvaziamento destas entidades, assim como para a descaracterização dos partidos políticos representantes dos trabalhadores que têm no horizonte a ruptura com a ordem do capital, sob o argumento de que não há alternativas ao capitalismo e que o socialismo está “morto”.

O argumento burguês de que o trabalho deixa de ser contraponto ao capital ganha força e não são incomuns as considerações de que já não fazem mais sentido as análises baseadas em classes. Essas análises¹ baseiam-se no fato de que os trabalhadores já não são a maioria da população, ou seja, seria o fim da sociedade do trabalho. Esse argumento vem do fato de que o número de desempregados está cada vez maior e de que a jornada de trabalho está diminuindo cada vez mais. Para esses autores, as novas tecnologias são decisivas para a diminuição da carga de trabalho e para o enxugamento dos quadros das empresas. É importante frisar que nosso objetivo não é uma crítica vazia às novas tecnologias, mas sim deixar claro que em momento algum o capital tem o interesse de facilitar ou melhorar a vida dos trabalhadores. Com as inovações tecnológicas, o capital objetiva garantir o aumento de produtividade, a diminuição dos custos de produção e um consequente aumento nas taxas de lucro. Isso já seria constatado por Marx (1975) numa passagem do Capítulo XIII de *O Capital*, quando afirma que diversos operários, em geral crianças,

¹ Cf. Klaus Offe, Meda e Habermas.

eram mutilados ao varrerem embaixo das máquinas e que até então nenhum industrial havia se preocupado em inventar uma maquinaria para fazer tal serviço no lugar dos pobres empregados (cf. nota de rodapé nº 131).

Segundo Mattos (1998), as múltiplas e precárias novas formas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental entre produtores diretos e proprietários a que se referia Marx, em suas obras. O convívio “pacífico” – pacífico para o capital – entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo, para ficarmos apenas em um exemplo contrastante, atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores. (Mattos, 1998; Antunes, 1999; Dal Rosso, 2013)

Cabe destacar que, não é objetivo desta análise, esmiuçar as novas formas assumidas pela “classe-que-vive-do-trabalho”, visto que isto já foi exaustivamente discutido por diversos autores. Iremos nos apegar aos aspectos relacionados à intensificação e à psicodinâmica dessas alterações.

O capitalismo sempre teve como objetivo aumentar a subsunção do trabalho ao capital, com o objetivo de se extrair a mais-valia. Atualmente, há uma tendência ao aparecimento de teorias que tentam transformar a ciência em “principal força produtiva” (Habermas, 1984), em substituição ao valor-trabalho. Essa teoria desconsidera “as interações entre trabalho vivo e trabalho morto”, visto que, segundo Marx, somente o trabalho vivo, ou seja, o fator força de trabalho gera mais-valia. Portanto, este processo tenta automatizar o sistema de produção, desconsiderando o trabalho humano. Entretanto, o trabalho vivo jamais poderá se extinguir. Toda e qualquer automação só podem ser introduzidas mediante a transferência de atributos intelectuais do trabalhador para a máquina informatizada.

Estabelece-se então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos

produtivos de maior incremento tecnológico. (...) acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-la. (Antunes, 2008, p.176)

Quanto à tendência à imbricação entre o trabalho material e o imaterial,² o que constatamos é uma metamorfose no mundo do trabalho, na medida em que ambos são capturados pelo capital como mercadoria. A nova fase capitalista transfere o saber fazer para o trabalho, apropriando-se cada vez mais da capacidade intelectual do trabalhador, ou seja, atingindo a subsunção real do trabalho, onde o trabalhador já não domina mais os processos de produção.

E, ao apropriar-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderar-se de sua dimensão intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e subordinação dos sujeitos do trabalho, uma vez que se utilizam de mecanismos ainda mais coativos, renovando as formas primitivas de violência na acumulação, uma vez que – paradoxalmente – ao mesmo tempo as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou “envolvimento” subjetivo e social do trabalhador. (Antunes, 2005, p.150)

Há no atual mundo do trabalho, uma crescente expansão do trabalhador dotado de uma dimensão intelectual, tanto nas atividades industriais informatizadas quanto nos setores de serviços e comunicações. As atividades relacionadas à P&D são exemplos do grande aumento do trabalho imaterial. Tal tendência também pode ser observada nos setores de ponta do processo produtivo, onde o trabalho morto é cada vez mais complexo e controla cada vez mais minuciosamente o processo de produção, visto que os sistemas automatizados estão progressivamente se aperfeiçoando em função da demanda e de inovações programadas. Para Antunes (1999, p.127), “o trabalho imaterial se concentra na fusão dessa nova relação produção-consumo”.

No capitalismo contemporâneo há uma imbricação entre ciência e trabalho, onde o trabalho vivo assume duas formas distintas, mas que se relacionam: o trabalho material ainda dominante e o trabalho imaterial que surge como tendência atual. Ao contrário do que apregoam teorias como as de Habermas, o trabalho abstrato assume cada vez mais centralidade na teoria

² Para Marx, só seria considerado trabalho material aquele que gera riqueza material, ou seja, mercadoria, também chamado trabalho produtivo. Nessa definição, Marx não considera os trabalhadores que não gerem riquezas materiais, e que, portanto, produzem trabalho imaterial ou improdutivo, que pode ser de dois tipos: um que resulta em bens materiais como livros e imagens; e outro em que o produto é separável do ato de produção como o trabalho de atores, padres, médicos e professores. Segundo Marx, que não leva em consideração o trabalho doméstico, tal parcela da produção é tão insignificante, que deveria ser desprezada.

do valor e “há muito deixou de ser uma agregação individual do trabalho para se converter em trabalho social, complexo e combinado” e não para de se potencializar e se complexificar com os avanços tecnológicos informacionais digitais. (Id., p.127)

A intersecção entre o processo produtivo e a subjetividade do trabalhador aparece de maneira mais clara no interior da grande indústria, em que esse se vê diante de tomada de decisões e análise de situações, devendo tornar-se um “sujeito ativo da coordenação de diferentes funções da produção, em vez de simplesmente comandado”. (Id., p.128) Antunes segue citando Tertulian, afirmando que o trabalhador tem sua subjetividade tolhida e voltada para a valorização e autorreprodução do capital, apontando sempre para o envolvimento com o projeto da empresa e o seu processo de criação de valores como a qualidade e o atendimento ao consumidor.

Portanto, concordando com Antunes (2005), ao contrário do fim ou da redução de relevância da teoria do valor-trabalho, há uma qualitativa alteração e ampliação das formas e mecanismos de extração do trabalho.

É preciso, portanto, diferenciar a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a consequente necessidade de expansão de sua parte constante, da possibilidade de eliminar o trabalho vivo da reprodução capitalista. Para Antunes:

Não seria possível produzir capital e também não se poderia integralizar o ciclo reprodutivo por meio do consumo sem assalariados. A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha. A tese da eliminação do trabalho abstrato, considerado dispêndio de energia física e intelectual para a produção de mercadoria, não encontra respaldo teórico e empírico para sua sustentação nos países de capitalismo avançado. (1999, p.120)

Nesse sentido, não se pode concordar que a ciência se transforma na principal força produtiva em substituição ao valor-trabalho. O trabalho vivo em conjunção com a ciência e tecnologia formam uma “complexa e contraditória unidade” para dar as condições de reprodução ampliada do capital. Em suma, a ciência e a tecnologia encontram-se tolhidas de desenvolverem-se plenamente, em virtude da impossibilidade destas superarem as bases materiais das relações entre capital e trabalho que são insuperáveis. Marx já reconhecia a importância da ciência, mas via também um hiperdimensionamento da sua importância no capitalismo contemporâneo, afirmando ser impossível o desenvolvimento de uma sociedade que produza coisas úteis com base no

tempo disponível e que bastava a tecnologia adequar-se ao tempo necessário para produzir valores de troca.

A ciência não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca ao seu mecanismo. (...) O saber científico e o saber laboral mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro faça cair por terra o segundo. (Antunes, 1999, p.123)

O que acontece atualmente é a absorção pelo capital da força de trabalho produzida dentro e fora da produção, dando flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante ao trabalho morto. Isso ocorre para atender à crescente necessidade da produção material e de serviços em produzir inovações tecnológicas, conforme já demonstramos anteriormente, e que por sua vez, se torna cada vez mais subordinada a uma produção crescente de conhecimento que se transforma em mercadorias e capital. Impera uma tendência do capitalismo contemporâneo em promover uma interação cada vez maior entre trabalho material e trabalho imaterial, e, embora no campo teórico, tentou-se afastar a teoria do valor trabalho. Na realidade, tal exclusão jamais poderá ser efetivada.

A subjetividade do trabalhador, entretanto, aparece estranhada em relação ao que produz e para quem produz. Apesar de aparentar atualmente maior liberdade para o trabalhador nos processos de trabalho, o capitalismo contemporâneo compensa tais benefícios aparentes, atingindo sobremaneira sua subjetividade. Segundo Antunes (1999, p.130), “as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital”. Aquele trabalhador que não se enquadrar em características específicas como “vontade, disposição e desejo”, será substituído por outro que demonstre tal perfil.

Trabalho intensificado

Um aspecto a ser apreciado nas alterações do mundo do trabalho, além da precarização, é a intensificação dos processos de trabalho no modelo de acumulação flexível. Segundo Dal Rosso (2013), acreditava-se no século XIX, que as novas tecnologias introduzidas no processo de produção industrial intensificariam esses processos de trabalho, reduzindo postos de trabalho e exigindo maior esforço dos trabalhadores. O que se observa efetivamente é que as novas tecnologias não necessariamente exigem mais esforço dos trabalhadores, mas apenas aumentam e muito a produtividade do trabalho. O aumento do esforço vai depender da maneira como o processo de trabalho é organizado, ou seja, de

como será gerido. Para o autor, intensidade de trabalho depende também do grau de cooperação entre os trabalhadores para executar o trabalho de maneira mais eficaz e eficiente.

Dal Rosso destaca que para se analisar o processo de intensificação é preciso assumir condições técnicas constantes, em que se verifica a intensificação e se observa um aumento nos resultados e um maior consumo de energia por parte dos trabalhadores. É ainda preciso distinguir aumento de jornada de trabalho de intensificação. A jornada também deve ser tomada como constante para se verificar intensificação do processo de trabalho. Para que se caracterize como intensificação, o trabalhador precisa ser mais exigido no mesmo intervalo de tempo anteriormente considerado. O autor ainda enfatiza que um aumento no número de empregados também pode aumentar a produção sem que se caracterize intensificação. Resumidamente, “intensificação do processo de trabalho resulta em mais trabalho na mesma duração de jornada, com o mesmo número de empregados e o mesmo padrão tecnológico”. (2013, p.48)

Alguns aspectos de intensificação podem ser detectados nos processos de trabalho da atual fase do capitalismo como o aumento do ritmo das atividades desenvolvidas, o acúmulo de tarefas, o exercício simultâneo de diversas atividades paralelas, a polivalência, o aumento do esforço exercido no trabalho e a cobrança de resultados e metas por parte de gestores e controladores do processo de trabalho. Intensidade tem a ver com a maneira como o trabalho é realizado. Para se verificar intensificação, precisa-se concentrar no trabalhador e no coletivo de trabalhadores que participam do processo produtivo e esquecer as demais componentes do processo de trabalho. É preciso que se examinem a quantidade e a qualidade da energia despendida pelo trabalhador, levando em consideração seus aspectos físicos, intelectuais e psíquicos. (Dal Rosso, 2008)

O autor chama a atenção para o fato de se considerar muito o aspecto físico, que é mais visível nos processos de produção industrial, e se deixarem de lado os componentes cognitivos e afetivos do trabalhador nos processos de trabalho. É importante considerar que os trabalhadores, além de se envolverem pessoalmente nos processos de produção, necessitam estabelecer relações com outros indivíduos, também trabalhadores, que envolvem “transmissão de conhecimento e aprendizado mútuo” no ambiente de trabalho e vão até as relações “familiares, grupais e sociais” que afetam seu dia a dia fora dos locais de trabalho. (Id., 2013, p.21) Portanto, intensificação se refere ao aumento da intensidade no processo de trabalho, seja através de um maior dispêndio de

energia física, intelectual ou afetiva, que vise aumentar o resultado da produção tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Para analisarmos a intensificação do trabalho, devemos considerar que não é o trabalhador que decide suas condições de trabalho. Essas condições de trabalho são o resultado de uma disputa intrínseca ao capitalismo, entre capital e trabalho, em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao empregador, e este detém o poder sobre a mercadoria (força de trabalho) comprada. Entretanto, deve-se destacar que tais processos de disputa são carregados de resistência provenientes da capacidade de luta da classe trabalhadora e dos padrões tomados como referência pela classe. Dal Rosso (2013, p.25) sintetiza esse processo de luta afirmando que “a intensidade permanece, dessa forma, como objeto de eterna disputa entre capitalistas que exigem labutar com mais empenho e trabalhadores que resistem e buscam manter seus ritmos e cargas definidas pessoal ou grupalmente”.

Em seu livro *Mais Trabalho!* (2008), Dal Rosso explica que o trabalho imaterial também é intensificado e também provoca efeitos maléficos à saúde do trabalhador. Enfatiza, conforme já mencionamos anteriormente, que não há apenas dispêndio de esforço físico nas atividades laborais, mas também o esforço intelectual e psíquico (criação, concepção, análise e lógica). O esforço repercute não apenas nos seus músculos e ossos, mas também sobre seu cérebro, nervos, suas emoções e sobre suas relações sociais. São bastante relevantes as relações de afetividade do trabalhador com os colegas de trabalho, com dirigentes da própria empresa e dos serviços estatais e com os clientes da empresa. O trabalhador precisa ser considerado como um todo, que usa além de força muscular, a sua inteligência, cultura adquirida, relações sociais herdadas e construídas.

Em consequência do aumento de atividades relacionadas ao plano intelectual em relação ao modelo fordista/taylorista, em que o trabalhador se utiliza mais de seu aspecto intelectual e emocional em virtude da maior automação e informatização, o que se registra é um maior impacto da intensificação nos aspectos subjetivos do indivíduo.

O método toyotista talvez seja aquele que mais recorra à inteligência do trabalhador no trabalho industrial, não enquanto promovendo sua autonomia ou liberdade, mas no sentido de usar a capacidade de controle de diversas máquinas por um mesmo trabalhador e uso da criatividade do trabalhador em benefício da empresa, mediante a ativação das dimensões da socialização e do relacionamento cooperativo com os outros por meio do trabalho em equipe e dos círculos de controle de qualidade. (Dal Rosso, 2013, p.30)

Lembra ainda que é um erro considerar que somente atividades industriais produzem intensificação. Ressalta que, em todas as atividades que envolvem grandes vultos de capital e que não respeitam fronteiras temporais e geográficas, observaremos a intensificação do trabalho, citando como exemplo os setores financeiro-bancários, as telecomunicações, o setor educacional e o de saúde, entre outros. (Dal Rosso, 2013)

Por fugir da fórmula clássica de medição do valor trabalho, baseada no tempo médio socialmente necessário para a produção de valor, o trabalho imaterial tem suas medidas de intensificação bastante dificultadas. Tal dificuldade se deve ao fato de nem sempre o trabalho imaterial se converter em mercadoria. O fato de o trabalho imaterial tornar-se cada vez mais utilizado nos processos de produção capitalista sustenta, segundo Dal Rosso (2008), um problema. Ou caímos nas teorias do fim do valor trabalho ou consideramos que todo trabalho imaterial tem um gasto de energia tal qual um trabalho material. O autor enfatiza que os mesmos paradigmas utilizados para intensificar o trabalho industrial tradicional também se aplicam aos trabalhadores da área de serviços. E não se refere somente à fadiga física e corporal, mas a todo tipo de envolvimento emocional.

Esses trabalhadores ainda sofrem um processo adicional de intensificação calcado no desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação que contribuem para um avanço do tempo de trabalho sobre o tempo de não trabalho. Chama atenção ainda para o agravamento dos problemas de saúde e dos de âmbito pessoal e familiar dos trabalhadores decorrentes dessa ampliação do tempo de trabalho sobre o não trabalho.

Um conjunto cada vez maior de trabalhadores está vinculado a sistemas de comunicação que os deixam à disposição da empresa a qualquer momento do dia ou da noite, em função de acordos anteriores de disponibilidade, bem como de arranjos de emprego que preveem a possibilidade de convocação a qualquer hora. Os sistemas de comunicação direta e no instante permitem resolver um problema da empresa ou do local de trabalho enquanto o trabalhador está em pleno período de descanso (...) permitem a intrusão dos negócios nos momentos de vida pessoal do trabalhador, nos tempos de não trabalho. (Dal Rosso, 2008, p.36)

Tais avanços da jornada de trabalho começam a criar problemas numa esfera pessoal e familiar, afetando tarefas cotidianas, tais como o cuidar da família e do domicílio, gerando aflições que afetam a inteligência e a afetividade. O autor salienta ainda que há bem pouco tempo acreditava-se que o emocional

e a inteligência humana estavam imunes ao processo de subsunção do capital, mas ao contrário disso, o capital subsume cada vez mais, mantendo sob seu controle e exploração até mesmo os elementos mais subjetivos do processo produtivo, considerando-se que as atividades improdutivas estão cada vez mais no centro do capitalismo contemporâneo.

Subjetividade “capturada”

Para Alves (2013a), o capital ataca a memória dos “coletivos de trabalho” por aspectos sociais, políticos, ideológicos e culturais, destruindo pouco a pouco a constituição subjetiva da classe trabalhadora, tanto no que se refere ao trabalho quanto à vida como um todo, implicando num aumento sensível das derrotas sindicais e políticas da classe nos últimos trinta anos. Essa mesma alteração no processo produtivo, operada pelo capital a partir de meados dos anos de 1970, emprega a vigência do individualismo exacerbado na vida social na qual desaparecem as práticas solidárias e coletivas, tendo a mídia e a publicidade como principais irradiadores dessa lógica da cultura ao corpo, aos valores individuais e ao dinheiro. Em contrapartida, enfrentamos um processo contínuo de degradação da política e dos espaços públicos, implicando mais uma vez a dissolução dos coletivos de classe.

No aspecto trabalhista, essa lógica se apresenta na “individualização das relações de trabalho e na descoletivização das relações salariais”. Os novos trabalhadores, moldados por essa nova lógica neoliberal, tendem a disseminar esse culto ao individualismo, destruindo as memórias coletivas construídas ao longo da história da luta de classes, e afirmam que “a luta contra o capital é a luta contra o esquecimento”. (p.97-98)

Em relação à remuneração flexível, o autor reitera que esta se transforma em ferramenta de quebra da autoestima do trabalhador, que se coloca como “carrasco de si mesmo”. O trabalhador tem sua personalidade pessoal destruída através do sistema de “administração por medo” e reconstituída como “personalidade simulacro”, imersas no “particularismo estranhado do mercado”. E vai além, afirmando que o homem não tem sua subjetividade “capturada” somente no aspecto de controle e manipulação psicológica, mas promove a “corrosão/inversão/perversão do ser genérico homem como ser social”. (p.98) Entretanto, pondera que a “captura” não acontece de fato, pois a disputa pela subjetividade do trabalhador acontece de modo permanente, com lutas e resistência. Esse processo é “extremamente contraditório e densamente complexo”, que articula mecanismos de coerção, consentimento e manipulação não somente no local

de trabalho através dos processos de controle, mas também em instâncias da reprodução da vida social através do psiquismo do homem-ser-genérico. (p.114)

Com relação aos processos de controle, o toyotismo apresenta uma novidade, incrementando a figura do inspetor controlador do fordismo pelas figuras dos próprios colegas de trabalho que fiscalizam as ações dos seus pares, e até mesmo por si próprio num papel amargo de “inspetor interior”, que fiscaliza o trabalho dos colegas e de si mesmo, subjugado por metas e remuneração variável, tornando-se “patrão de si mesmo e dos outros”, manipulando as instâncias da subjetividade. “O carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital”, dispensando a presença física de um inspetor externo formado e pago especificamente para este fim. (p.124) É preciso compreender o homem como ser genérico, pois a medida que o capitalismo avança, a força de trabalho se transforma em mercadoria, promovendo uma “divisão interior no trabalhador”, onde parte se constitui em trabalho vivo e parte em mercadoria, força de trabalho. Para Alves, é essa divisão que possibilita as operações de “captura” da subjetividade humana, através da redução do tempo de vida a tempo de trabalho estranhado.

A redução do tempo de vida a que o “homem-que-trabalha” está submetido impede sua plena evolução como ser humano genérico, ocupando o tempo de vida das pessoas com a lógica do consumismo galopante e com o trabalho estranhado. Se o trabalho é o que move o homem como ser social, através da objetivação (ação do homem sobre o objeto) e da exteriorização (processo de retorno do objeto sobre o homem), no capitalismo contemporâneo, o que vemos é a deturpação dessa lógica, onde a exteriorização é invertida e o objeto subsume o trabalho humano, e esse objeto é produto de um controle metabólico das relações sociais de produção.

O capital cada vez mais investe na produção de instrumentos que manipulem a vida interior dos indivíduos, se valendo das escolhas pessoais por meio de “valores-fetiches” que operam a “captura” da subjetividade do “homem-que-trabalha”, produzindo crises na vida pessoal (redução do trabalho vivo à mercadoria, força de trabalho), de sociabilidade (fragmentação dos espaços coletivos e deterioração dos laços sociais) e de autorreferência humano-pessoal (conformismo e quebra da autoestima). (p.110-113)

Ao contrário do fordismo, o toyotismo não despreza o espírito do trabalhador. Muito pelo contrário, ele o integra ao processo produtivo através de “suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias”, (Alves, 2011, p.112) colocando a inteligência humana a serviço do capital.

O que é integração orgânica para o capital torna-se “fragmentação sistêmica” para a classe trabalhadora, desarticulando a coincidência de classe e os regulamentos salariais e os direitos sociais. (Alves, 2013a, p.113)

Enfim, por trás das vitrinas, há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estar à altura das imposições da organização do trabalho: imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diplomas, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e de adaptação à “cultura” ou à ideologia da empresa, às exigências do mercado, às relações com os clientes, os particulares ou o público. (Dessors e Torrente, 1996, *apud* Dejours, 1999, p.28)

O medo do desemprego forja um trabalhador que consente maior exploração de sua força de trabalho e abre mão de seus direitos trabalhistas em troca de uma empregabilidade cada vez mais dificultada, calcada no individualismo típico do neoliberalismo atual.

Aspectos psicodinâmicos da vida do trabalhador

O processo de globalização do capitalismo que promove as desigualdades sociais e espaciais, a concentração de renda, o aumento do desemprego estrutural e a flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais aumentam o sentimento de insegurança tanto no campo do trabalho quanto no âmbito mais complexo da própria vida das pessoas, provocando uma deterioração nas identidades de classe, consumismo desenfreado, degradação ambiental e fundamentalismos reativos de afirmação de identidade de minorias não incluídas. (Mancebo, 2009)

A fim de sofisticarmos um pouco mais a análise subjetiva das alterações do mundo do trabalho e do trabalhador, trazemos para o embasamento dessa discussão a obra de Christophe Dejours, levando em consideração a ordem existencial da vida destes trabalhadores. Centraliza sua obra nos aspectos psicodinâmicos da vida do trabalhador, enfocando as psicopatologias que o trabalho estranhado e a “captura” da subjetividade podem ou não fazer aflorar no atual mundo do trabalho, resultando num sofrimento psíquico e muitas vezes no adoecimento do trabalhador.

Dejours sustenta suas teses no fato de que hoje em dia, os trabalhadores estão muito mais vulneráveis ao surgimento de psicopatologias como efeitos maléficos dos processos de trabalho e ressalta que ao contrário do que pensava a psicologia do trabalho anteriormente, “não são as estruturas individuais que são mais frágeis que as de outrora: é a erosão das estratégias coletivas de defesa

que constitui uma perda considerável de recursos para a saúde”. (Lancman e Sznclwar, 2004, p.19)

Em tempos de reestruturação produtiva do capital, não há tempo para solidariedade. O fato de se estar abandonado pelos demais companheiros torna as dificuldades muito mais difíceis de superar do que quando tínhamos que enfrentar injustiças baseadas na cumplicidade dos colegas. Dejourns aponta que todas as novas patologias que se relacionam com as atividades laborais têm relação com a solidão e o individualismo exacerbado. As estratégias de defesa dos trabalhadores estão intimamente ligadas ao cooperativismo entre os colegas e não entre trabalhadores e patrões.

O culto ao individualismo e a meritocracia, a consequente despolitização e a desconstrução dos ambientes coletivos de classe levam “inevitavelmente ao recolhimento ao espaço privado”. A avaliação individualizada de desempenho disseminada em seus diversos métodos é responsável pela cultura de competição permanente entre pares. E quanto mais se alcançam patamares hierarquicamente mais altos, mais se opera a lógica da concorrência entre colegas. “A desconfiança substitui a confiança; o isolacionismo, o cada-um-por-si, a solidão, a desolação instalam-se”. (Id., p.20-21)

No caso brasileiro, alguns pontos precisam ser frisados com cautela. Aspectos culturais como reuniões dentro ou fora dos espaços de trabalho a fim de promover confraternizações são bastante comuns e não podem ser encaradas como instrumento meramente alienante. Na verdade, os churrascos, festas e “chopinhos de fim de expediente”, muitas vezes servem de válvula de escape para os trabalhadores contra as constantes investidas do capital a fim de desmobilizar e enfraquecer o espírito coletivo, e contribuem para que o trabalhador não enlouqueça com a dureza do dia a dia, do sofrimento e do trabalho estranhado.

Não que esses espaços sejam suficientes para libertar os trabalhadores do jugo pesado da “captura” da subjetividade, mas concordo que, sem esses espaços coletivos, seria muito mais difícil enfrentar as pesadas jornadas de trabalho impostas pela crescente necessidade de se aumentar a produtividade do trabalho.

Dejourns traça paralelo entre o ambiente do mercado de trabalho atual com uma “guerra econômica”, onde a sobrevivência da nação dá lugar ao constante “combate por desempenhos acima da produtividade média, por disciplina, disponibilidade e abnegação”, onde só sobrevivem os que se mostram mais eficazes que seus companheiros/concorrentes. (1999, p.13)

Chama atenção a tentativa de se naturalizar os aspectos desta guerra, tratando-os como inevitáveis, inexoráveis e, independentes da vontade de

homens e mulheres, afirmando que é preciso compreender que tal combate está estritamente ligado a regras instituídas pelos homens e que, portanto, estão mais submetidas às condutas humanas do que à globalização ou ao mercado.

(...) não se trata de procurar compreender a lógica econômica, mas ao contrário, de por de lado essa questão, para concentrar o esforço de análise das condutas humanas que produzem essa máquina de guerra, bem como nas que levam a consentir nela e mesmo submeter-se a ela. (Dejours, 1999, p.16)

É através do sofrimento no trabalho que se forma esse consentimento. O sistema gera um sofrimento crescente entre os que trabalham através da perda gradual da esperança de que esta situação possa melhorar um dia. Há um convencimento cada vez maior que a dedicação à empresa, a boa vontade e o engajamento pela empresa em nada melhorarão sua condição, tornando sua relação com o trabalho cada vez mais distante da promessa emancipadora e promotora da felicidade, tanto para si próprio quanto para os colegas, amigos e família.

O resultado desse sofrimento é o desenvolvimento de estratégias de defesa por parte dos trabalhadores, que segundo Dejours, “são sutis, cheias de engenhosidade, diversidade e inventividade” (1999, p.18), mas que contraditoriamente podem servir de armadilha para o próprio trabalhador, quando este suporta o sofrimento sem externá-lo, fechando os nossos olhos para aquilo que lhe parece instituído.

O desemprego, o reemprego dificultado e o sofrimento no trabalho implicam num processo de dessocialização progressivo que culminam com o adoecimento, tanto físico quanto mental, despertando ao invés de indignação e ação coletiva, apenas compaixão, piedade e caridade. Isso se justifica, segundo o autor, quando se estabelece um vínculo entre perceber-se o sofrimento de outrem e a certeza de que esse sofrimento é resultado de uma ação injusta. O resultado disso é a banalização da injustiça entranhada nos “atos civis comuns dos que não são vítimas da exclusão, que se agravam cada vez mais, aumentando as reações de reserva, hesitação, perplexidade e até mesmo de indiferença”, resultando numa “tolerância coletiva à injustiça e ao sofrimento alheio”, que estaria por sua vez, associada a uma falta de perspectiva econômica, social e política. Entretanto, o autor discorda desse último nexo de causalidade, apondo que não acredita que as mobilizações não são alimentadas por promessas de felicidade, mas sim por reações de cólera contra o sofrimento e a injustiça. (1999, p.23-24)

Algumas formas de sofrimento no trabalho precisam ser expostas para que façamos um levantamento superficial deste mal que nos parece amplamente ignorado e insuficientemente debatido. A psicodinâmica do trabalho aponta como principais manifestações deste sofrimento, apontados por Dejours: (i) o medo da incompetência; (ii) a pressão para trabalhar mal; (iii) a falta de reconhecimento; e (iv) as formas de sofrimento e defesa, entre outros.

O medo da incompetência se origina na “gestão concreta da defasagem” entre o trabalho prescrito e o trabalho real, onde se torna impossível cumprir as tarefas objetivas do trabalho real seguindo-se as regras prescritas nos manuais. Nessa situação, o trabalhador que não alcança as metas estipuladas pelo trabalho prescrito nunca sabe se isso se deu por incompetência própria ou devido a problemas do sistema técnico, causando angústia e incerteza. (1999, p.30-31)

Outro aspecto relacionado ao sofrimento é a pressão para trabalhar mal, que surge quando o trabalhador detém o saber-fazer laboral, mas não pode exercê-lo por pressões sociais do trabalho, onde colegas sonegam informações sobre o processo de trabalho, acirrando o individualismo e prejudicando o trabalho de cooperação entre os pares, despertando uma insatisfação por não “fazer bem feito”, afetando o senso de responsabilidade e a ética profissional. (1999, p.31-32)

Dejours avança e destaca ainda a necessidade que o trabalhador tem de ver seu trabalho reconhecido, a fim de destinar sentido ao seu esforço, suas dúvidas, angústias e decepções. Através do reconhecimento, todo sofrimento não teria sido em vão. O reconhecimento afirma a transformação do homem pelo processo de trabalho, a formação da sua identidade que se constituirá na “armadura de sua saúde mental”. (1999, p.34)

A pergunta posta pelo autor é: como consegue o trabalhador não enlouquecer diante de todas essas pressões no trabalho? A resposta passa pelo fato de a “normalidade” ser o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta coletiva e individual contra o sofrimento. Portanto, a “normalidade” não pode ser considerada como ausência de sofrimento e pode ser considerada como a soma de vetores de direções contrárias que podem anular-se um ao outro. Classifica como “normalidade sofrente” o resultado da força imposta pela reação psíquica do trabalhador aos processos de sofrimento. O que a princípio pode soar como arma contra os efeitos nocivos do processo de sofrimento no trabalho também se torna armadilha para esconder ou insensibilizar contra aquilo que o faz sofrer. (Id., p.36)

Considerações finais

Podemos concluir baseados nas análises de Alves (2014) que, no caso brasileiro, o precário mundo do trabalho atual é composto por duas grandes frações da juventude trabalhadora: o precariado³ e os novos assalariados flexíveis. Salienta que, apesar de existirem outras camadas tais como os “nem-nem” (os que nem trabalham e nem estudam) e os proletaroides,⁴ a maioria concentra-se nessas duas grandes frações.

Alves explica que essas duas camadas sociais tornam as contradições que perpassam o capitalismo global ainda mais gritantes, combinando ampliação da escolaridade com o que chama de “miséria das perspectivas de realização profissional e desenvolvimento humano”. (2014, p.1)

Se, por um lado, o sistema alimentou as expectativas de realização por meio da capacitação e da qualificação profissional, por outro, colapsou com a destruição de uma regulamentação salarial e social que destruiu a tríade emprego-família-consumo, produzindo frustração de expectativas.

Alves (2013b, p.4) define o Brasil como sendo um celeiro do precariado e destaca que a partir da década de 1970, a escolaridade deixou de abrir as portas das melhores condições de trabalho na esfera urbana. Esse fenômeno é classificado como sendo a “inflexão do padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional”, que seria o resultado de três vetores principais: o adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, o desemprego no início das trajetórias de vida e o consequente aumento da competitividade no mercado de trabalho.

Esses jovens trabalhadores precarizados estão subjugados na era do neoliberalismo, alimentando “imbecilização cultural”, a despolitização e o “irracionalismo social”, tornando o precariado mais “susceptível às atitudes anarco-liberais, anarco-punks, neofascistas e esquerdistas *tout-court*, isto é, atitudes extremistas, manipuladas tanto pela esquerda como pela direita, principalmente numa conjuntura social instável e polarizada politicamente”. (2013b, p.5) São impulsionados pela insatisfação social e pelas condições precárias dos serviços

³ O conceito de “precariado” apresentado por Giovanni Alves difere dos homônimos desenvolvidos por Guy Standing e Ruy Braga. Para Standing, o precariado seria uma nova classe social que teria surgido no “novo modo de produção social-democrata” proveniente da crise do fordismo e do dismantelamento das relações salariais a partir da década de 1970. Já Ruy Braga aproxima-se do conceito desenvolvido por Alves, mas identifica o precariado apenas como uma camada do “proletariado precarizado”. Alves critica Braga, afirmando que tal redução faz perder o elo entre o fenômeno de surgimento do precariado e as atuais contradições da ordem burguesa, principalmente nos momentos de crise estrutural do capital, ressaltando que Marx já fazia alusão ao proletariado precarizado em meados do século XIX.

⁴ “Proletaróide” significa proletariado precário com consciência de classe burguesa, estando imbuído, desse modo, dos valores burgueses de “classe média”. A conotação pejorativa do termo explicita meramente a contradição candente – no plano da consciência contingente – entre a objetividade de classe proletária e a subjetividade burguesa. (Alves, 2015, p.2)

públicos essenciais como saúde e educação, e de mobilidade urbana e tomados por uma sensação de desalento e angustiante pela falta de perspectivas futuras de melhora.

Por outro lado, os assalariados flexíveis possuem emprego estável, e por pertencerem a uma camada que possui condições salariais estáveis não podem ser incluídos no precariado. Nessa segmentação, encontram-se os jovens que também têm suas frustrações profissionais alimentadas, mas por um “descompasso entre a ocupação laboral e a formação profissional” (Alves, 2014, p.3), ou seja, não trabalham no que gostam, ou por outro lado, podem estar insatisfeitos com a intensificação do tempo de trabalho, mesmo quando trabalham naquilo que almejavam.

Nesse caso, o sistema social do capital não tem capacidade de absorver esse contingente de jovens-adultos que tiveram suas habilidades técnico-cognitivas bastante incrementadas. “A frustração salarial e a frustração profissional levam ao empobrecimento dos sujeitos que trabalham”. E mesmo que encaixem sua formação profissional com sua atividade laboral, continuam a ter suas expectativas frustradas pelo esvaziamento do sentido ontológico do trabalho em virtude do “esvaziamento do sentido da ação laboral por conta das novas condições de organização do trabalho”. (Id.ib.)

No Brasil, o fenômeno do precariado começou a mostrar alguns traços no final da década de 1970 e início de 1980, com o esgotamento do padrão desenvolvimentista de ocupação. Entretanto, a inquietação desses jovens precarizados e com alta escolarização não se manifestava publicamente, principalmente devido a explosão do sindicalismo e dos movimentos populares. O único canal de comunicação dessa massa de jovens precarizados se encontrava na cultura, principalmente através do movimento rock nacional do início dos anos 1980. O acesso ao ensino superior era bastante limitado e a crise da dívida externa estagnava a economia brasileira.

Já na década de 1990, com o advento do neoliberalismo no Brasil e as baixas taxas de crescimento, o precariado manteve-se recolhido, embora o número de trabalhadores “novos assalariados flexíveis” tenha aumentado bastante.

É nos anos 2000 que explode o fenômeno dos trabalhadores precarizados e dois fenômenos contribuíram para isso: o crescimento da economia brasileira e a ampliação do grau de escolaridade dos jovens trabalhadores.

Ao contrário do que ocorreu nos países do capitalismo central, em que o precariado se desenvolveu por meio da corrosão do *Welfare State*, no Brasil este padrão de regulamentação salarial e social nunca chegou a existir de fato

universalmente, apresentando-se apenas para algumas camadas do proletariado mais estáveis e qualificadas e no setor estatal. O “neodesenvolvimentismo” dos anos 2000 coloca novamente em pauta o sonho do trabalho estável e bem remunerado, mas nas condições atuais do capitalismo flexível, esse vínculo entre alta escolaridade e emprego estável com boa remuneração não se firma. Alves (2014) afirma que há um descompasso entre as expectativas alimentadas pela ideologia do capital humano e a condição de proletariado.

Referências Bibliográficas

- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.111-126.
- _____. *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013a, p.85-113.
- _____. *O que é o precariado?* Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 22/7/2013b.
- _____. *A derrelição de Ícaro*. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 27/6/2014.
- _____. *A invasão dos proletaróides*. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 2/3/2015.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. O caracol e sua concha. In: *Latin America Studies Association of Korea*, v.18. 2005, p.137-156. Disponível em: <<http://www.lasak.or.kr/html/aboutus.php>>. Acesso em: 2/3/2015
- _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.43-53.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- HABERMAS, J. *Theory of communicative action*. Boston: Bacon Press, 1984.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LANCMAN, S. e SZNELWAR, L. Prefácio e Apresentação. In: _____. (Orgs.) *Christophe Dejourns: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fio-cruz, 2004, p.17-36.
- MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A.M.B. (Org.) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2009, p.75-92.

MARX, K. *Capítulo inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1975.

MATTOS, M.B. Classes sociais e luta de classes. In: _____. (Org.) *História: pensar e fazer*, v.1. Niterói: LDH/UFE, 1998, p.53-72.

TERTULIAN, N. Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács. In: *Kriterion: Revista de Filosofia*. Belo Horizonte, n.119, jun. 2009, p.23-41.

As novas configurações das relações sociais em face à crise estrutural do capital

Enaide Tereza Rempel*

Introdução

A crise do sistema capitalista tem raízes em sua estrutura econômica com reflexos nas dimensões social, cultural e ecológica. Em sua estrutura complexa em evolução, o capitalismo se altera criando novas formas de acumulação, que em sua fase mais recente se traduz na especulação financeira de caráter global imposta pelo neoliberalismo. O capital, em caráter sistêmico, luta para manter um determinado grau de crescimento, que, no entanto, não proporciona melhorias na qualidade de vida das populações pobres, pelo contrário, cria novas formas de garantir o ganho na produtividade introduzindo novas estratégias de exploração e intensificação da força de trabalho.

Nesta nova ordem, ganha destaque o uso da tecnologia que impõe mudanças radicais na relação capital-trabalho, diminuindo a utilização da força de trabalho, mantendo e aprofundando os níveis de alienação do trabalhador. (Alves, 2013) Na dimensão ecológica, os problemas ambientais se traduzem em riscos socioambientais e atingem de maneira desigual a população, afetando a qualidade de vida dos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade na estrutura social. Assim como na dimensão das relações sociais, o capital se reinventa e se renova na afirmação de novas identidades, transformações dos comportamentos, pela captura da subjetividade, dando origem a novas socialidades vinculadas a processos culturais.

Para esta discussão, tomam-se como base as esferas de atividade que representam o conjunto da trajetória evolutiva do capital descritas por Harvey em sua obra *O enigma do capital*, identificadas como a totalidade do estágio atual do desenvolvimento do capitalismo. Numa lógica dos princípios evolutivos, as transformações socioecológicas promovidas pelo capital, que se circunscreve na relação dinâmica entre as esferas, numa inter-relação entre a evolução natural e

* Professora na Rede Pública Municipal de Educação de Sinop-MT. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e Membro da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH).

evolução técnica e social. Harvey sistematiza sete esferas, sendo elas: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo. Serão abordadas em seu conjunto sem a pretensão de aprofundar em seus conteúdos, mas trazê-las com as reflexões dos demais autores selecionados para este trabalho.

Em seu conjunto, as esferas de atividades se movimentam no âmbito da sua dimensão dando origem a novas formas de organização, determinadas pelo processo metabólico do capital. Na esfera da produção e do trabalho, as mudanças dão-se com a inserção das novas tecnologias, sendo que esta pode perpassar também as demais esferas motivando uma constante reformulação, demonstrando a capacidade de renovação do modo de produção no capitalismo. No entanto, como nos adverte Mészáros (2009), as constantes empreitadas do capital no sentido de manter inalteradas as suas estruturas fundantes, o tem levado a ativação dos seus limites absolutos que se manifestam com um potencial destrutivo. Neste contexto, de acordo com Harvey, as esferas ao mesmo tempo em que estão interligadas pela circulação e acumulação do capital formando uma totalidade socioecológica, podem apresentar desenvolvimento desigual provocando tensões e conflitos, próprias das contradições do capital que precisam ser geridas e acomodadas criando novas formas de relações sociais.

Dessa forma, o artigo pretende inicialmente abordar a dinâmica das transformações verificadas na evolução das diferentes esferas de atividades mencionadas, observadas as implicações e desdobramentos no cotidiano dos sujeitos, permitindo a visualização do movimento do capital. Nesta mesma ordem, procura-se perceber como a interação dinâmica das esferas cria formas alternativas de organização das relações sociais, sem, contudo, alterar as premissas estruturais do sistema capitalista. Na segunda parte, o objetivo é abordar em específico a esfera da relação com a natureza e a conexão com as demais esferas mencionadas, o foco será o debate sobre as condições objetivas e subjetivas da complexa relação homem-natureza, que se encontram subjacentes às práticas e seus desdobramentos na configuração das relações sociais.

Do ponto de vista teórico crítico, a reflexão se apoiará no caráter histórico material, campo teórico potente para evidenciar, sob determinados aspectos, a crise real do sistema capital, denunciando como este esse se reinventa e cria novos elementos que alteram as condições da subjetividade humana. Transformações percebidas na configuração dos espaços do cotidiano, na prática intencional que reordena os modos de produção da vida material, nos enquadramentos

da flexibilização, precarização e intensificação do trabalho, pela dinâmica da reorganização tecnológica das estruturas produtivas que não alteram as estruturas, entretanto as conservam em seu estatuto ontológico.

As esferas de atividades e o reordenamento das relações sociais

Para pensarmos uma nova configuração na dimensão das relações sociais a partir do reordenamento imposto pelos limites do capital é pertinente tomarmos como pressuposto a dimensão da tensão dialética que está na origem da trajetória histórica da sociedade contemporânea. O capitalismo, compreendido como estrutura que se alimenta de bens e serviços produzidos e obtidos através do mercado, que para se manter necessita auferir lucros na apropriação do excedente da produção através do trabalho, tem na competição a força propulsora para aumentar a produção e formar monopólios (mercados competidores em nível global) e para tanto necessita tomar como estratégia a maximização e flexibilização¹ das relações de trabalho para superar os efeitos contraditórios do capital e garantir a expansão e hegemonia do mercado.

Esta dinâmica associada ao projeto neoliberal² se incumbe de colocar em movimento uma reestruturação do capital que leva à transformação das relações sociais, rompe com a solidariedade do trabalho, ao adotar os recursos tecnológicos e o protagonismo da máquina e a qualificação do trabalhador no espaço de trabalho (Harvey, 2008), mudando a relação do capital com o trabalho, diminuindo a capacidade de enfrentamento do trabalhador com o capital.

Os pressupostos de uma teoria crítica que subsidia o debate sobre a evolução global do capitalismo como dinâmica de superação da crise social apontam para uma reorganização das atividades que compõem as estruturas do capital, com destaque para a racionalidade técnico-científica nos processos de produção e trabalho, (Harvey, 2011; Alves, 2013) produzindo a alienação dos indivíduos no meio social e na relação com a natureza, elementos que estão na base do acirramento da crise social. As novas tecnologias e novos arranjos institucionais constituem-se fatores determinantes nas novas formas de organização do

¹ De acordo com Giovanni Alves, o trabalho flexível impõe-se como principal característica do novo mundo do trabalho. O que nos interessa salientar são os impactos do trabalho flexível sobre a cotidianidade do homem-que-trabalha. É o foco sobre as experiências pessoais das individualidades pessoais de classe que expõe a dimensão da precarização do homem-que-trabalha. (Alves, 2013, p.89)

² Refere-se à globalização neoliberal como regime que se estabelece sobre os fracassos do capitalismo (Wood, 2006), sugere que as mudanças e a dinâmica do período atual não são apenas um efeito “automático” da natureza cíclica e das contradições do capitalismo (superprodução, superacumulação e pressões sobre a taxa de lucro, por exemplo). Pelo contrário, o neoliberalismo é um programa político e ideológico para resolver os problemas do capital. (Harvey, 2005)

trabalho, na criação de novas demandas de consumo, definindo novos contornos societários nos aspectos políticos, culturais e ambientais.

A ciência e a tecnologia aliadas ao desenvolvimento e ao progresso na sociedade contemporânea revelam-se contraditórias, porque promoveram um crescimento econômico sem limites e consequentemente uma demanda maior por recursos naturais a fim de suprir a demanda por consumo. Se, por um lado, houve melhora na qualidade de vida, proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, por outro, é responsável por transformações que produziram impactos negativos de consequências imprevisíveis à sociedade.

Num viés crítico à tríade sociedade, cultura e ambiente, se contrapõem aos modos de objetivação da vida orientada pelo capital, imbricada por elementos estruturais e institucionais condutores do debate em torno da formação humana para o enfrentamento da lógica desenfreada do mercado, da escala de consumo e dos abusos observados na relação homem-natureza. Todavia, a processualidade desse fenômeno revela que a essência que cria e a essência criada são percebidas como fenômeno que conserva em seu núcleo os elementos de continuidade (essência histórica e estrutural) e na sua esfera os elementos singulares.

Neste contexto, as transformações extrapolam o âmbito econômico e atingem o processo civilizatório,³ em que as relações dos indivíduos na dinâmica do desenvolvimento da sociedade contemporânea identificam a interdependência entre o destino da pessoa individual e o modelo das estruturas sociais permeadas por relações de poder (Elias, 1995), ou seja, o desenvolvimento do indivíduo na sociedade ocorre a partir das pressões coercitivas que agem sobre os mesmos. O que significa afirmar que os processos sociais são autônomos das intenções e finalidades humanas, ou seja, nas relações sociais determinadas ações são relativamente incontroladas e impessoais.

A sociedade é constituída por diferentes campos (Bourdieu, 1989), podendo ser o campo econômico, cultural, artístico, entre outros, cada um constituído a partir de necessidades específicas e propriedades gerais, sua organização congrega dois princípios de diferenciação inter-relacionadas, o capital econômico e o capital cultural que definem as duas posições em conflito na sociedade de classes, a classe dominante e a classe dominada.

³ O processo civilizador é compreendido como um conjunto de padrões e métodos sociais pelos quais as pessoas constroem os controles dos instintos em sua vida comunitária, processo que evolui por longos períodos com irregularidades e contradições. Os conflitos e revoltas que representam as contradições entre as singularidades humanas, seus desejos, e as exigências sociais configuram-se como uma sequência definida e ordenada, um processo estruturado que vai numa certa direção e está intimamente ligado ao processo social geral. (Elias, 1995)

No campo das singularidades humanas representadas pela vontade, pelas emoções, pelos valores e por comportamentos individuais encontra-se a subjetividade dos sujeitos que é produzida numa correlação direta com a objetividade histórica. Nesse aspecto, é pertinente compreender como são construídas as subjetividades no atual estágio de evolução do capital e, por outro lado, como se dá o processo de captura dessas subjetividades assim como se manifestam enquanto elemento de resistência aos padrões sociais.

O capitalismo, enquanto sistema global, tem seu fundamento na criação de novos padrões de consumo que refletem no processo de individualização dos sujeitos, em que se sobrepõem as relações mercantis, de culto ao consumo de mercadorias, imagens e signos impulsionados pelas novas tecnologias. (Mancebo, 2004) Processo que leva os indivíduos a transformarem vontades em necessidades, como recurso para a obtenção de reconhecimento entre seus pares e a afirmação de suas identidades, elementos que vêm constituir a base da construção da subjetividade na contemporaneidade.

O individualismo constitui-se elemento importante para se pensar a organização do cotidiano e o papel da subjetividade na produção de novas formas de sociabilidades neste novo cenário. Outro fator que estaria presente na construção subjetiva é a afirmação de uma mentalidade moderna, contemporânea em detrimento do tradicional compreendido como velho, ultrapassado, alimentado pela reorganização da produção e do trabalho, pela publicidade e pelo consumo.

De acordo com Touraine (2001), a construção de si mesmo passa pela fragmentação do sujeito numa pluralidade e diversidade de realidades evocando direitos a uma identidade cultural enquanto seres individualizados, que constroem sua singularidade na resistência e na luta contra uma ordem que o impede de reconhecer-se e ser reconhecido como sujeito, fatores que incidem sobre as condições de vida das pessoas, suas rotinas e seu cotidiano.

Nos processos de produção e trabalho, observa-se desde o século passado o movimento do capital na racionalização da produção e do trabalho, utilizando-se das formas de consentimento por consenso e coerção observados, a partir da fenomenologia apontada por Gramsci (2001), denominada de americanismo e fordismo, processo subjacente ao toyotismo, cujos desdobramentos se observam nos processos de reestruturação produtiva por meio de um conjunto de procedimentos organizacionais nas estruturas e nos espaços do trabalho, interligando o trabalhador assalariado ao complexo de maquinaria.

Segundo Harvey (2011, p.107), “ao mesmo tempo, os capitalistas mobilizaram novas tecnologias e formas organizacionais como armas na luta de

classe contra o trabalho (eventualmente usando a máquina para disciplinar o corpo no trabalho)”. O processo seguinte de maior densidade se observou no toyotismo, que não dispensou o espírito do trabalhador, abstraindo para além do trabalho mecânico uma integração orgânica em forma do trabalho coletivo. (Alves, 2011) Essas estratégias do capital constituíram a partir dos elementos encontrados no toyotismo um conjunto de procedimentos que podem ser observados no cotidiano das empresas, quanto à flexibilização, à precarização e às novas morfologias do campo do trabalho.

Por outro lado, as novas configurações sociais percebidas no espaço do dia a dia, podem ser compreendidas enquanto elementos de organização e estratégias de resistência aos imperativos do mercado e do capital. Nesse sentido, tanto no campo quanto no espaço urbano, constitui-se enquanto lugar de produção, mas também como espaço de renovação e resistência. (Ribeiro, 2005) O território tem um papel ativo onde são construídas as formas de resistências difusas, espaço onde os sujeitos se organizam para lutar contra o capital e suas formas de alienação.

O território constitui-se em espaço de sobrevivência e de maneiras variadas de relações entre os sujeitos. Neste aspecto, vale destacar as contribuições de Milton Santos que situa o espaço geográfico enquanto categoria de análise social, como totalidade geográfica dinâmica: “O lugar é proposto por ele como o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas (...)”. (Santos, 2005, p.253) As formas de cooperação e solidariedade circunscritas a cada contexto social geram solidariedade através de práticas culturais, práticas ambientais no contexto das particularidades de cada grupo que orienta as práticas sociais do cotidiano.

Em outra perspectiva, o espaço urbano no contexto da hegemonia do mercado torna-se um espaço da produção (Jacobs, 2000), espaços em que a vida cotidiana é reorganizada em função do novo reordenamento da produção, onde o indivíduo é inserido na sociedade numa perspectiva do mercado. Os elementos da urbanização como a tecnologia, recursos e investimentos em infraestrutura interferem diretamente na vida cotidiana, quer nas condições de deslocamento, na mobilidade, quer na remoção de moradias para ceder lugar às construções que atendem as necessidades de grupos empresariais e industriais, quer na estruturação de espaços para a promoção de grandes eventos.

Nos termos definidos por Jacobs (2000), a urbanização é uma questão política que implica na gestão por parte do Estado no sentido de conformar e acomodar os diferentes interesses da classe burguesa.

A reurbanização efetivada sob o raciocínio econômico induz a práticas autoritárias que impedem o diálogo com a sociedade e sua efetiva participação nas decisões que envolvem as mudanças no espaço urbano. Pensar uma cidade sustentável requer planejar o espaço pensando uma cidade do ponto de vista do cidadão em oposição à cidade como espaço da produção. Transformar a cidade em um espaço da cidadania requer a integração dos diferentes modos de vida na urbanização (Jacobs, 2000), em que o diálogo, o planejamento e a participação devem estar na base das decisões políticas que dão origem as políticas públicas, buscando a resolução dos problemas urbanos considerando o outro e seus conhecimentos sobre a realidade local.

Nessa dimensão, acirram-se os problemas sociais e ambientais urbanos, que incidem diretamente sobre a qualidade de vida das populações, sobretudo da classe pobre. Avoluma-se drasticamente a falta de serviços básicos prestados às populações que constituem as periferias das cidades, como precariedade no fornecimento de serviços de água, esgoto, coleta de resíduos. A relação sociedade/natureza passou a ser objeto de discussão nos diversos movimentos e organizações sociais e também no campo acadêmico. Isto se deve à preocupação com a degradação ambiental acelerada pela ocupação territorial intensiva e pelo desenvolvimento industrial com degradação ambiental. Por sua vez, as ciências sociais contemporâneas, ao incorporar as questões ecológicas, tornaram-se importante referencial teórico na tentativa de compreender as origens da problemática ambiental e os impactos que as práticas sociais causam ao meio ambiente.

A ideologia da sustentabilidade ambiental como estratégia do capital: uma crítica em construção

Na esfera de atividade da relação com a natureza observa-se que a geografia espacial do capital se alterou frente ao esgotamento dos recursos naturais fazendo surgir novas práticas econômicas e financeiras. Neste cenário, percebe-se o protagonismo da questão ecológica presente nas discussões que envolvem a continuidade da vida no planeta. Nas três últimas décadas do século XX, a questão ambiental ganha visibilidade global e centralidade nos debates que pautaram as agendas dos governos, a relação do Estado e da sociedade civil na definição e implementação das políticas públicas, referenciadas por diretrizes que orientam a relação homem-natureza, definidas nos fóruns e organismos supranacionais.

No contexto da sociedade contemporânea, a crise social tem relação direta com a crise ambiental que assume características específicas decorrentes das

relações complexas que se estabelecem nesse novo cenário entre sociedade e ambiente. O desenvolvimento tecnológico em função do novo padrão de produção, em uma economia globalizada, produziu o debate envolvendo a produção de riscos (Giddens, 1991), relativos à mutação genética e contaminação química. O capitalismo avançado acelerou o processo da crise em termos de pobreza e exclusão, sobretudo, nos países periféricos. Esse processo se evidencia através da fome, miséria, subnutrição e da ausência de serviços básicos como água potável, esgoto e falta de tratamento do lixo.

No processo histórico a questão ambiental é apresentada como um movimento popular,⁴ pautado pela crítica transversal ao modelo dominante de apropriação e produção da vida material, que se propôs mediar a construção de uma nova racionalidade humana. A nova lógica em estado nascente, a questão ambiental mostra-se contra-hegemônica, na medida em que formula a crítica concreta ao modelo econômico que provocou o pleno desenvolvimento das forças produtivas e subsumiu a natureza como recurso natural até o limite de seu esgotamento, cujas consequências drásticas são conhecidas pelas recorrentes crises do capitalismo real, provocadas pela sua própria contradição.

No campo das particularidades, a relação homem/natureza no espaço e no território passa a constituir campos de disputas por diversos grupos em torno de interesses públicos e privados sobre o patrimônio natural, gerando tensões e conflitos, expressão da luta por justiça social no que diz respeito à posse da terra, no espaço urbano e rural e à organização democrática das relações econômicas e políticas. Nesse sentido, compreende-se que o ambiente não é composto somente por objetos materiais ameaçados de esgotamento, é perpassado por relações socioculturais e interesses diferenciados. (Acselrad, 2005)

A partir da reflexão crítica e apontada como elemento de totalidade, a relação sociedade e natureza é compreendida como processo social resultante das diferentes formas de apropriação dos espaços e de diferentes formas dos atores se relacionarem com o meio natural. Na concepção materialista de natureza, a relação do homem com o meio natural é uma prática que coincide com a própria história humana, e sua existência física se encontra assentada sobre uma base natural onde através da ação produz os meios de subsistência e consequentemente sua vida material. (Foster, 2014) Para o autor, a natureza não pode ser reduzida à história humana, mas também, não pode estar

⁴ De acordo com Viola (2003), o movimento ecológico no Brasil em sua primeira fase (1974 a 1981) era denominado de “ambientalista” ou “ambientalismo conservacionista” caracterizado como movimento de denúncia da degradação ambiental, identificado como apolítico.

dissociada dela, pois, esta dá ao homem as condições de produção dos meios para a satisfação de suas necessidades e, nesse sentido, constitui-se um ato histórico.

Nas últimas décadas, a *esfera da relação com a natureza* transforma-se em pauta relevante da sociedade inserindo a questão ambiental na vanguarda dos debates atuais em diferentes áreas do conhecimento. A relação entre o social e o natural nas ciências sociais tem originado um amplo debate que se estendeu também entre as demais áreas do conhecimento que, ao incorporarem a problemática ambiental ao estudo da sociedade, mais precisamente os efeitos da degradação do ambiente na sociedade, produziram diferentes percepções dessa relação, as quais se traduziram numa pluralidade de perspectivas teóricas.

Submeter o conceito de sustentabilidade ambiental à crítica consiste em explicitar o conflito oculto que em si esconde e desvela as contradições reproduzidas e conformadas. Evidenciar esse debate na comunidade acadêmica torna-o com duplo sentido para tensionar o campo hegemônico e explicitar as ideologias que o tornam em um campo de conformidade, escondendo o conflito ambiental e não problematizando os desdobramentos dessa prática.

Considerando as inúmeras facetas que envolvem a crise ambiental, associada ao desenvolvimento das sociedades industriais modernas, esta vem se transformar numa crise socioambiental, atingindo a sociedade como um todo. A crise pode ser percebida, tanto nos problemas locais quanto nas condições de vida nas cidades, que resultam em certa medida pela antropia dos espaços rurais conectada à crescente degradação das condições de vida resultante da crise ambiental.

Para compreender as origens da problemática ambiental e os impactos que as práticas sociais causam ao meio ambiente, considera-se um imperativo fundamental situar a questão dentro do contexto macro das estruturas política e econômica do sistema capitalista, especificamente na discussão que situa a crise ambiental e social a partir de uma crise estrutural do capital. Para Mészáros (2009), o capitalismo avançado entra em uma nova fase denominada de “crise estrutural do sistema metabólico do capital” reconfiguração que representa a tentativa desesperada de superação das contradições. Dessa forma, vem adotando como estratégias, a maximização com ênfase no lucro e na acumulação de capital, equação onde a produção volta-se para a geração de lucro e não para a satisfação das necessidades da sociedade. Nessa perspectiva teórica encontram-se os pressupostos elementares para o debate sobre a crise ambiental, situando-a no esgotamento no modo de intercâmbio e controle humano sobre as forças da natureza sobre o domínio do capital.

Numa aproximação teórica podemos nos valer também dos referenciais elaborados por Altvater (2010), de que as transformações oriundas da evolução do capitalismo se encontram alicerçadas na relação entre sociedade e natureza associando desequilíbrio ecológico à exploração de fontes de energias fósseis, compreendendo que os limites da natureza se opõem à dinâmica do capital, à sua forma social, e que as contradições atuais do capitalismo não estão localizadas apenas no antagonismo de classes sociais, mas também no metabolismo social com a natureza.

O processo histórico de ocupação do território, seja em centros urbanos ou áreas rurais, tem demonstrado que o domínio sobre a natureza vista tão somente como fonte de recursos para a produção de bens materiais chegou ao nível de comprometimento dos ecossistemas. O quadro de exploração observado nas últimas décadas trouxe o agravamento da crise ambiental resultante do domínio do mercado e da economia centradas na elevação dos níveis de consumo na sociedade contemporânea, trazendo à evidência o fato de que os problemas ambientais têm raízes em processos sociais. (Martins, 1997) O consumo representa uma enorme gama de percepções relativas ao conforto e bem-estar, portanto as práticas sociais do consumo tendem a ser avaliadas como fator principal da redução das reservas de recursos naturais.

A ação antrópica, no decorrer da história de ocupação dos territórios está na origem do que denominamos de questões ambientais que se traduzem no desequilíbrio ecológico.⁵ O desenvolvimento tecnológico em função do novo padrão de produção, numa economia globalizada, produziu o debate envolvendo a produção de riscos. (Giddens, 1991) A iminência de riscos exigiu a construção de novos conhecimentos e saberes, no sentido de incorporar normas ecológicas aos processos econômicos, políticos, tecnológicos e educativos. De acordo com Leff (2009), esses saberes podem vir a constituir-se em alternativas para desconstrução da racionalidade econômica capitalista, abrindo caminho para a construção da racionalidade ambiental,⁶ como novo paradigma que pretende incorporar normas ecológicas ao processo econômico.

⁵ Processo acelerado pela busca intensa por matéria-prima para produção de bens de consumo, visando o atendimento das crescentes necessidades humanas, que tem potencial de provocar colapso ou sobrecarga na capacidade de suporte das fontes de recursos naturais do ecossistema.

⁶ Racionalidade econômica incorpora os princípios da racionalidade instrumental que moldam as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado. A racionalidade ambiental visa incorporar normas ecológicas ao processo econômico: criar novas técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as externalidades socioambientais geradas pela lógica do capital. (Leff, 2009, p.133)

A história de ocupação territorial e exploração dos biomas não está relacionada somente aos diferentes mecanismos de produção econômica impulsionada pelo mercado, mas a diferentes formas de utilização dos espaços e de diferentes formas dos atores ao se relacionarem com o meio natural. (Martins, 1997) Nessa perspectiva, a natureza não é vista unicamente como mercadoria, fonte de riqueza e negócios econômicos, mas como mecanismo por meio da qual constroem sua identidade e preservam suas relações socioculturais em diferentes grupos sociais, pescadores, ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas.

Como estratégia de dominação, o capital se movimenta em larga escala na esfera da relação com a natureza utilizando-se do conceito de sustentabilidade ambiental para disseminar na arena pública e nos espaços definidores das políticas públicas do Estado brasileiro. No campo simbólico e subjetivo, ocorrem a legitimação e a defesa de ideologias, posicionamentos e construções de “verdades” que pulverizam o imaginário social. Discursos e práticas impregnadas de sentido político-ideológico, tendo como base de sustentação o fator econômico, ligeiramente transposto como qualidade de vida, revelando a capacidade de captura das subjetividades por meio da disseminação do discurso da sustentabilidade ambiental. Dessa forma, verifica-se uma crescente onda de práticas ditas sustentáveis, traduzidas nas palavras de Moreira:

As práticas e discursos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável na conformação de um capitalismo ecológico mascaram as assimetrias de poderes na distribuição dos valores de troca de mercadorias e serviços oriundos dos usos da natureza. (2004, p.3)

Na medida em que os espaços vão sendo reordenados para se enquadrar à economia de mercado do capital, novas modalidades de trabalho e novas formas de percepção e valorização do ambiente natural são construídas, mediadas por interesses diferenciados, tanto no campo quanto no espaço urbano. Dinâmica que expressa a ruptura entre sociedade e natureza estabelecida nos parâmetros da racionalidade científica, em que a natureza é vista tão somente como recurso a ser explorado e transformado em mercadoria.

Nessa relação há uma desvalorização e um ataque direto às outras formas de sobrevivência em que há uma relação orgânica do homem com a natureza, aspecto que tem relação direta com os conflitos socioambientais⁷ manifestos

⁷ Refere-se aos “conflitos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”. (Acsegrad, 2004, p.26)

pelo conflito agrário, violência urbana e no campo, violência contra trabalhadores e trabalhadoras do campo, conflito pela posse e demarcação dos limites dos territórios, constatado pelo uso intensivo da natureza e pelo redimensionamento das relações do trabalho, originando a intensificação dos conflitos ambientais com reflexo no campo e nas cidades.

Sob essa ótica, os conflitos são disputas que pressupõem relações de poder que permeiam as práticas sociais. Para Sato e Silva, “Os conflitos surgem quando os territórios apropriados por grupos que apresentam modos diferenciados de viver e de se relacionar com o meio chocam-se com a dominação exercida pelo poder do capital”. (2012, p.10) Compreende-se que os espaços e a natureza constituem-se campos de disputa em termos de bens e de serviços ecossistêmicos, mas também de formas distintas de relações sociais assentadas às formas distintas de perceber a natureza, como suporte de construção de identidades e de manutenção da cultura.

Os conflitos ambientais gerados pela desigual ocupação e apropriação dos espaços e pela distribuição também desigual dos recursos naturais configuram-se como conflitos fundiários, que se referem ao uso e posse da terra, em que os atores reivindicam a legalização de títulos ou a manutenção e reintegração de posse; como em conflitos gerados pelo direito à exploração dos recursos naturais, que implicam problemas ambientais ou impactos ambientais, como é o caso do desflorestamento, da monocultura e do uso de agrotóxicos e como questões ambientais associadas aos problemas urbanos de crescimento sem planejamento e a carência de estruturas que propiciem melhor qualidade de vida. Outros fatores como o desmantelamento das formas de economia de subsistência e da produção familiar, submetendo à exploração e trabalhador rural e o pequeno produtor levando à dependência da empresa agrocapitalista.

O projeto da pós-modernidade afirma a autonomia dos sujeitos através do individualismo em que as reivindicações são de caráter cultural, de confronto de valores, de construção de espaços de resistência e de reconhecimento nas diferenças. De acordo com Touraine (2007), os processos sociais não se constituem por evoluções de ordem natural, mas são construídos nos confrontos e conflitos produzidos pela resistência dos atores à ordem social imposta na produção cotidiana de suas vidas. Nesse sentido, é que situa o termo historicidade para designar a capacidade da própria sociedade em produzir-se a si mesma, destacando em tempos distintos da história os movimentos que representam essa resistência como as lutas de classes nos movimentos operários,

os movimentos sociais representados fundamentalmente pelo movimento feminista e movimento ecológico.

Nesse sentido, a importância das contribuições teóricas do autor está em reconhecer os atores não somente como vítimas do sistema, mas em sua capacidade de revoltar-se e resistir às formas de dominação impostas, com referência aos trabalhadores, às minorias e aos movimentos que tomam consciência de suas condições, se organizam e protestam exigindo direitos, liberdade, igualdade e justiça. Sob esta realidade é possível visualizarmos o emergir do sujeito que apela, sobretudo, por garantias ao direito à subjetividade, na busca da criação de si mesmo e na negação das funções e identidades que o identificam com a sociedade.

As mudanças de representação da vida coletiva e pessoal que ora apontamos, evidenciam um indivíduo fragmentado e, portanto, também fragilizado que busca encontrar-se a si mesmo lutando contra as forças do sistema que o impedem de ser ele mesmo. Tomando-se o campo da subjetividade, Carvalho afirma que “a tradição ambiental constitui um terreno simbólico, uma trama de sentidos e temporalidades, sempre reencontrados e recriados nos autopoicionamentos dos sujeitos em suas trajetórias de vida”. (2000, p.144) Nesse sentido, depreende-se que os sujeitos em sua relação orgânica com a natureza circunscrevem um conjunto de relações sociais, sentidos e experiências num espaço autônomo, em que se produz um conjunto de valores, traços identitários, culturais e modos de vida diferenciados.

De encontro a esse ideário, compreende-se que a questão ambiental se encontra inserida no movimento social ambientalista com posicionamento crítico e de contestação. Nessa configuração tomamos as contribuições de Carvalho e a construção da noção de “sujeito ecológico” que é definido como “(...) aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradição contracultural, tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável”. (2005, p.54)

Nessa perspectiva, numa tentativa de desvelar a essência que se esconde no fenômeno da questão ambiental em nossos dias, faz-se necessário submeter o conceito de sustentabilidade ambiental à crítica. Em outras palavras, significa tensionar o campo hegemônico e as contradições subjacentes à ideologia do desenvolvimento sustentável, explicitando as ideologias que o tornam um campo de conformidade, escondem o conflito ambiental e não problematizam os desdobramentos dessa prática sobre as demais esferas de atividades que compõem a sociedade.

Sob essa ótica, podemos situar o recente desenvolvimento da produção do agronegócio considerando-o resultado da sobreposição do espaço da cidade sobre o rural, da subserviência da agricultura à indústria química e à tecnologia. Por outro lado, nessa conformação, tem-se também o aumento do proletariado rural constituído de trabalhadores assalariados temporários que representam uma nova categoria em substituição aos trabalhadores permanentes, aos peões e aos operários agrícolas, compondo o cenário do desenvolvimento das classes sociais da sociedade nacional que se erige sob o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo.

Alguns eventos ocorridos a partir do final do século XX expressam a emergência da mobilização ambiental e apontam as diretrizes da perspectiva de avanços em direção a uma sociedade sustentável. Um exemplo desse avanço foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia). Nela, foram traçadas os princípios e diretrizes do “desenvolvimento sustentável”⁸ que defende um modelo de desenvolvimento comprometido com a busca de estratégias de defesa e melhoria do meio ambiente garantindo a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de renovação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Nesse sentido, aponta entre outros requisitos o papel primordial a ser desempenhado pela educação enquanto instrumento de conscientização dos problemas que afetam o meio ambiente, bem como a busca da conciliação entre desenvolvimento econômico com proteção ambiental. Bem mais próximo de nós, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, avança nas discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento, reafirmando os compromissos estabelecidos em Estocolmo (1972) e elabora os princípios de promover por meio de parcerias o envolvimento local e global em defesa dos interesses de um sistema global de meio ambiente e desenvolvimento.

Elementos relevantes nesse debate, já constatados em estudos, apontam para dois aspectos que incidem sobre as propostas de educação ambiental: a valorização e predominância do discurso do desenvolvimento sustentável e a

⁸ O termo é reconhecido e legitimado a partir do Relatório Brundtland, também conhecido como *Nosso futuro comum*, em conferência realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi proposta uma mobilização mundial, definindo o movimento como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Cf.: Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo, Suécia, 1972. Disponível em: </https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf/> Acesso em: 16/3/17.

ausência ou esvaziamento da discussão dos conflitos socioambientais no trabalho pedagógico. (Loureiro, 2012) Isso demonstra que no campo da educação as práticas docentes são contaminadas por tal metanarrativa, numa tentativa de esvaziar as discussões em torno dos conflitos ambientais, ocultado, silenciado e intencionalmente não abordado nos programas, projetos e no currículo escolar.

Nessa discussão, necessariamente há de se considerarem tanto os aspectos da ação do professor enquanto sujeito que produz, reproduz ou suscita um conjunto de modos de agir e perceber a produção da vida orientada pelo conceito de sustentabilidade, quanto os determinantes econômicos, sociais e políticos e suas implicações sobre as abordagens pedagógicas.

No contexto das políticas públicas, a educação ambiental entra na agenda governamental como estratégia para conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta (I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, 1977), sendo que no Brasil foi introduzida no currículo escolar a partir da aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental.⁹ Na perspectiva da transversalidade a educação ambiental desempenha papel primordial no contexto escolar atribuindo-lhe a responsabilidade pelo processo educativo comprometido com a conscientização, o diálogo e a assimilação de diferentes saberes que transformam as relações sociais e redefine a forma como as pessoas se relacionam e interferem no meio natural.

O conceito de sustentabilidade, enquanto princípio ecológico, propõe questionar e reorientar os padrões de produção e consumo, traduzindo-se num modelo de desenvolvimento fundado nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos. (Sachs, 2004; Leff, 2009) Nessa perspectiva, o termo sustentabilidade, em sua origem, preconizou uma crítica ao modelo desenvolvimentista e ao processo de modernização, enquanto ideologia que faz emergir o conceito de ambiente como uma nova visão de desenvolvimento humano, ao propor a substituição da racionalidade econômica por uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental fundada em novos valores éticos e na articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. (Leff, 2009)

No entanto, diante do imperativo do poder econômico e do processo de globalização, o conceito de sustentabilidade é suplantado pelo discurso do desenvolvimento sustentável referendado pelo Relatório Brundtland de 1987, configurando-se uma estratégia política de produzir uma roupagem ecológica

⁹ Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/1999, de 27/4/1999.

para a economia e transformando-se no discurso oficial com a finalidade para atender os interesses dos agentes que pretendem manter o crescimento econômico através dos mecanismos de mercado.

Nessa configuração, segundo Leff (2009), o conceito representou uma ameaça às ideias do paradigma da racionalidade ambiental, fortalecendo-se como discurso de agências governamentais orientadas por programas neoliberais, constituindo-se em estratégias de resistência a mudanças na ordem econômica. Como metanarrativa do pensamento único envolvendo sociedade e meio ambiente, o discurso do desenvolvimento sustentável busca o consenso entre meio ambiente e desenvolvimento. Processo, que ao propor a integração entre interesses econômicos e proteção ambiental, por um lado, deve se preocupar com a exploração dos recursos naturais e de alteração dos padrões de consumo, e, por outro, com os déficits sociais no enfrentamento da situação de desigualdade social e de acesso aos recursos.

Está manifesto, neste debate, o estigma de integrar a ideologia dominante na busca de legitimação e de ser um componente da reconstrução da hegemonia na interpretação do nexos entre sociedade e natureza. De um ponto de vista crítico Moreira coloca que:

(...) a natureza encontra-se no centro de disputas globalizadas que definem os usos e significados dos territórios ecossistêmicos nacionais, as trocas internacionais de alimentos, matérias-primas e recursos energéticos, bem como as discussões sobre a atmosfera, os recursos hídricos planetários e o patrimônio comum da humanidade. Considero a natureza e seus conceitos como socialmente determinados; como fenômenos culturais. Sob esta perspectiva a construção da realidade cultural, naquilo em que ela é significada como natural, é politicamente conformada, expressa hierarquias dos valores e significados sociais e assimetrias de poderes de diversas ordens. (Moreira, 2004, p.1)

Na medida em que proporciona novos conhecimentos oriundos da reflexão sobre a relevância da biodiversidade, da preservação dos quatro elementos vitais (água, terra, ar e energia), despontará a necessidade de intervir nos processos de degradação conduzidos pelo agronegócio, pela atividade madeireira e nos espaços urbanos, como a problemática dos resíduos sólidos, o saneamento básico e a qualidade da água. Um dos desafios consiste em partir de experiências concretas com o meio físico e social para desenvolver hábitos e atitudes, saberes, participação e responsabilidades para a resolução dos problemas locais, papel que deveria ser assumido pelo processo educacional.

Este conjunto de determinações que constituem a crise ambiental experimentada pela sociedade contemporânea tem seus desdobramentos e anunciam também uma crise social e civilizatória que afeta as condições de vida no planeta. Esse processo em curso leva ao desgaste excessivo dos recursos naturais, ao progresso econômico com geração de riquezas, porém, ao mesmo tempo, ao acirramento dos problemas sociais e das desigualdades. O capital econômico com representantes do bloco do poder do Estado é o principal motor de construção de políticas públicas para a viabilização de um modelo econômico que transforma a natureza em mercadoria e a subordinação das diferentes formas de trabalho às exigências da produção capitalista.

Considerações finais

Num horizonte que vislumbra uma sociedade sustentável a partir do campo dos saberes, podem-se pensar transformações a partir de um ideário da relação homem-natureza fundada na sensibilidade e subjetividade ligada ao campo da cultura. Nesse sentido, idealiza-se um sujeito imbuído de valores e práticas capazes de interferir e resistir à insustentabilidade do modelo economicista.

Avançar nesta perspectiva exige conhecimento que ultrapasse as realidades observáveis ou destacadas, problematizando a realidade em termos de explicitação das causas que levam ao processo de degradação, com destaque para o papel da educação enquanto instrumento de transformação. Nesse sentido, o conhecimento da realidade envolve a compreensão de conceitos, ideologias, valores, saberes e conhecimento científico que legitimam a forma de apropriação da natureza e das relações sociais.

Tanto as iniciativas do Estado, quanto as da sociedade civil, com relação a proposições de um projeto de sustentabilidade social e ambiental, correm o risco ora de desconsiderar uma análise das questões macroestruturais, ora de desconsiderar as questões cotidianas que se encontram nas interfaces da relação sociedade-natureza. Essa visão fragmentada das relações sociais, ambientais, simbólicas e as de produção vigentes em nossa sociedade encontra-se permeada de intencionalidade que envolve interesses econômicos e políticos de atores com visões distintas sobre os problemas ambientais e suas formas de resolução.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental. In: JUNIOR, L.A.F. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p.219-228.
- ALTVATER, E. *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ALVES, G. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013, p.85-113.
- _____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.111-126.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, I.C.M. *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 15/8/2015.
- _____. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M. e CARVALHO, I.C.M. (Orgs.) *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.51-63.
- ELIAS, N. *Mozart, a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. *Escritos e ensaios 1. Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: EdUEP, 1991.
- _____. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- GRAMSCI, A. Caderno 22 [1934]: Americanismo e Fordismo. In: _____. *Cadernos do Cárcere*, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.241-282.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LOUREIRO, C.F.B. e LIMA, M.J.G.S.. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. In: *Revista Contemporânea de Educação*, v.7, n.14. Disponível em: <<http://revistas.ufjf.br/>>. Acesso em: 15/8/2015.

MANCIBO, D. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimentos atuais. In: ____; e VILELA, A.M.J. (Orgs.) *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.35-48.

MARTINS, J.S.. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. Campinas: Boitempo, 2009.

MOREIRA, R.J. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/>>. Acesso em: 15/8/2015.

OFFE, K. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, A.C.T. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/>>. Acesso em: 15/8/2015.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. In: *Ambiente & Sociedade*, 2004, v.7, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 11/8/2015.

SANTOS, M. O retorno do território. In: *OSAL*, n.16. Buenos Aires, jun. 2005, p.251-261. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16/3/2017.

SATO, M.T. e SILVA, M.J. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso. Brasil. In: *Ambient. Soc.*, v.15, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 15/8/2015.

TOURAINÉ, A. *A procura de si: diálogo sobre o sujeito*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIOLA, J.E. Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica, 2003. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/>>. Acesso em: 15/8/2015.

WOOD, E.M. O que é (anti) capitalismo? In: *Revista Crítica Marxista*, n.17. Campinas, 2006, p.37-51. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>>. Acesso em: 16/3/2017.

PARTE 2

Educação e saúde em tempos de capitalismo flexível

A nova expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em tempos de capitalismo flexível

*Katia Correia da Silva**

Introdução

Na atualidade, o ritmo exacerbado de competição e individualismo impresso nas relações trabalhistas leva jovens estudantes a se preocuparem cada vez mais com seu futuro no mercado de trabalho, buscando como alternativa para melhor inserção no mercado o investimento em educação. As novas demandas de tecnologia, flexibilidade, multifuncionalidade, capacidade de lidar com imprevistos criam para os jovens de hoje desafios que gerações passadas não precisaram enfrentar.

No mundo contemporâneo a rigidez típica do processo de produção fordista dá lugar à flexibilidade. A maleabilidade dos tempos e espaços de produção exige uma nova conformação subjetiva do homem, corpos e mentes necessitam se acomodar às exigências ditadas pelas recentes necessidades de otimização dos processos produtivos. Essas novas exigências geram inseguranças e incertezas na medida em que as referências que no passado forneciam sólidas posições, hoje se apresentam de maneira fluida. Com o intuito de sanar a atual crise do capitalismo, são planejadas novas formas de obter o mais-valor e essa nova realidade concreta delinea as configurações subjetivas dos indivíduos. Nesse cenário, a relação entre trabalho e educação se reforça cada vez mais.

Discutir as transformações do âmbito econômico e mesmo político do capitalismo deste século remete à busca pela compreensão dos fenômenos sociais nos diversos campos. O homem “flexível”, do capitalismo flexível, necessita de (con) formação para a flexibilidade. Formar para os processos de flexibilização do trabalho é estratégia primordial na busca por aplacar a atual crise do capital.

Segundo Bauman (2003), vivemos uma “modernidade líquida”, passamos de uma “modernidade sólida” para um movimento “leve”, “líquido”, “fluido” da

* Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/ UERJ) e Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Membro do Grupo Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH) e do Observatório da Educação Superior (OBEDUC/CAPEs).

modernidade atual. As consequências são sentidas pelos indivíduos e influenciam as relações de trabalho, a família e a comunidade, tempo e o espaço deixam de ser concretos e absolutos para serem líquidos e relativos.

As propriedades fluidas, identificadas como características da pós-modernidade, para David Harvey (2008) podem ser encontradas na modernidade. A modernidade inclui o transitório, o fugaz, o contingente, então, a pós-modernidade não seria algo inteiramente novo com respeito à condição moderna, em vez de ruptura teríamos continuidade.

Marco Silva (1996) discute a transição do moderno para o pós-moderno analisando o real potencial emancipatório da educação na atualidade. O discurso emancipatório da educação se defronta com novas gerações que se diferenciam pelo individualismo, que particularizam lutas sociais, gerações marcadas pelo signo do consumismo e o esvaziamento das instituições sociais. Fala-se de alteridade, inclusão, etnicidade, relativismo cultural,¹ porquanto não se pode perder de vista que a inclusão, ou exclusão, se dão em termos do capitalismo reinante, incluir ou ser excluído do sistema econômico é parte integrante da mecânica do próprio sistema. Mesmo aqueles à margem do sistema formal de trabalho servem ao exército industrial de reserva que é parte primordial da engrenagem da economia capitalista.

Gaudêncio Frigotto afirma que no Brasil dos anos de 1990 os debates acerca do advento da pós-modernidade avolumaram-se e tomaram a cena do ambiente da pesquisa e do ensino nas universidades. Ressalta o surgimento de um jargão ideológico dentro de um invólucro de uma *novlangue* (nova língua). Destaca que teóricos como Bourdieu e Wacquant sinalizam uma “nova vulgata”:

Em todos os países avançados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão se puseram em acordo em falar uma estranha *novlangue*, cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade”, “empregabilidade”, “*underclass* e exclusão”; “nova economia” e “tolerância zero”, “comunitarismo”, “multiculturalismo” e seus primos pós-modernos, “eticidade”, “identidade”, “fragmentação” etc.. (*Apud* Frigotto, 2001, p.27-28)

Os discursos pós-modernos “em nome da diversidade, diferença e alteridade, reforçam, na maioria das vezes, o individualismo, o particularismo, a

¹ Boaventura de Sousa Santos (2003) adverte-nos que vivemos a época dos debates multiculturalistas porque vivemos muito tempo sob o domínio exclusivo do monoculturalismo. Portanto, falar de multiculturalismo passa a ser temática importante, e um contraponto ao discurso etnocêntrico que dominou durante muito tempo o cenário intelectual.

fragmentação, a descontinuidade e o evento, negando as dimensões estruturais e a continuidade histórica”. Esse discurso pode ser detectado no campo pedagógico e “se manifesta sob as noções de competência, competitividade, habilidades, qualidade total, empregabilidade, mas que no âmbito social mais amplo se define por noções constitutivas de um suposto novo paradigma”. (Id., p.27-28)

A vulgata meritocrática apregoa que basta haver esforço para que qualquer indivíduo chegue onde pretende chegar. O cidadão pobre que alcança êxito em uma carreira serve de exemplo de que é possível ascender socialmente, sem importar a dificuldade de transpor os obstáculos da desigual distribuição de equipamentos culturais pela cidade: bibliotecas, escolas, cinemas, teatros, e equipamentos urbanos como: transporte, saneamento básico, coleta de lixo, fornecimento de água e energia elétrica, moradia – sem falar das necessidades básicas das classes menos favorecidas que vivem nos meios rurais. A nova fase do capitalismo mundial pautada no abandono do modelo keynesiano do pós-II Guerra Mundial – em que o Estado era o provedor do bem-estar social e organizador da economia –, é calcada agora no neoliberalismo e, segundo Christopher Norris, contrarrevolucionária social, política e ideologicamente. A ideia de que emprego é um direito e deve ser garantido pelo Estado, dá lugar a concepção de emprego como prerrogativa dos mais capazes. Isto significa dizer que o moderno cidadão precisa procurar tornar-se empregável e deve primordialmente aplicar investimentos em sua preparação profissional. (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2007)

A agenda neoliberal, que defende a redução da intervenção do Estado na economia de mercado, tem levado os grandes investidores capitalistas a sentirem-se livres para dedicarem-se quase que exclusivamente ao mercado financeiro e especulativo, deixando de lado os investimentos propriamente na produção de mercadorias. O capitalismo contemporâneo apresenta característica ímpar, enfrenta um processo de extrema financeirização, ou seja, está havendo um crescimento desmesurado da riqueza financeira em detrimento do crescimento real da riqueza produzida pelo trabalho. Segundo Leda Paulani (2008), quando dinheiro é emprestado para que seja devolvido em maior quantidade numa data futura, sem que nesse processo o dinheiro seja multiplicado pela produção de bens e serviços, cria-se capital fictício. Além disso, no capitalismo contemporâneo passa a haver um crescimento das atividades intelectuais de controle, gerência, administração, em detrimento da atividade diretamente produtiva. (Dos Santos, 1991)

O capital vem orientando seu desenvolvimento para a aproximação com a produção tecnológica, não obstante, em função de uma demanda artificial e não em função da satisfação das necessidades humanas básicas. É importante destacar que ciência e tecnologia têm sido produzidas em consonância com os interesses do capital globalizante e não a partir dos interesses específicos das diferentes nações. No contexto da economia-mundo, países centrais produzem ciência e tecnologia de ponta, enquanto cabe aos demais importar a tecnologia desenvolvida em realidades sociais diferentes das suas. O capitalismo internacional, que busca sobreviver e resolver suas crises alimentando um sistema econômico globalizado, financeirizado e hierarquizado, em que desenvolvimento e atraso são antônimos que se complementam, reserva ao Brasil um lugar na periferia do sistema.²

Partindo das características dessas mudanças, as transformações em curso, impostas pela fase atual do capitalismo, fazem emergir velhas e novas questões sociais. Observa-se como conjunto de transformações produzidas pelo capitalismo flexível, uma rede de acontecimentos que atingem o indivíduo, a família, a escola, a cultura, a política. Impõem-se novas exigências para os indivíduos, trazendo situações que afetam negativamente a subjetividade humana: insegurança pessoal, quebra de laços de solidariedade, problemas sociais (desemprego, crime, violência, queda da qualidade de vida, falta de habitação, educação etc.).

É imprescindível refletir criticamente sobre essa nova etapa do capitalismo de maneira a compreender como se dão as novas exigências do mundo do trabalho, como se colocam novos desafios para a (con)formação do trabalhador e, também, como vem ganhando cada vez mais legitimidade o discurso que culpabiliza o trabalhador por sua “incapacidade” de se inserir no mercado, mesmo demonstrando-se, esquematicamente, que a estratégia capitalista de ampliação do mais-valor dá-se pela redução de postos de trabalho.

No Brasil, educação sempre surge em cena como mecanismo para atingir o desenvolvimento e o progresso nacional, considerada instrumento essencial na busca por maior competitividade. Há grande interesse em aumentar a escolaridade média do brasileiro e alterar a posição desprestigiada do país nos rankings de indicadores educacionais internacionais.

Multiplicam-se estudos encomendados por setores influentes da economia que intentam identificar o que seriam os determinantes para a melhoria da

² Em um contexto de economia mundial, os países de menor desenvolvimento tendem a se isolar e a se marginalizar desse sistema. (Dos Santos, 1999)

competitividade das empresas brasileiras. Aumentar a competitividade, segundo os industriais, elevaria os níveis de desenvolvimento econômico nacional. A pesquisa *Competitividade Brasil: comparação com países selecionados* (2013), realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) aponta que os gastos com educação vêm aumentando no Brasil, porém, a qualidade educacional não. Para a indústria, melhorar a qualidade do ensino oferecido nas escolas brasileiras é expediente estratégico crucial para aumentar a competitividade da indústria nacional. Segundo o relatório, nos países desenvolvidos, 42% dos jovens estão no ensino superior ou no técnico, enquanto no Brasil o percentual é de apenas 6,6%. O estudo destaca que o Brasil apresenta boa quantidade de matrículas no ensino médio, mas tem alto índice de abandono em comparação com outros países.

Tanto as empresas privadas quanto o setor público fazem ecoar este discurso, qual seja, o de que o aumento da competitividade das empresas nacionais se dará através do investimento em educação. A relação direta, entre investimento em educação, aumento de “habilidades” e conhecimentos, crescimento da produtividade e maiores ganhos financeiros é destacada por Theodore W. Schultz por meio da Teoria do Capital Humano. Segundo esta teoria é imprescindível que os indivíduos busquem investir em sua educação, caso contrário, estarão suscetíveis às instabilidades do mercado e à perda de rendimentos.

Portanto, propaga-se o discurso da educação como forma de desenvolvimento econômico-social, sendo conclamadas políticas para formação/qualificação do trabalhador. Para Lima Filho (2003), o processo de atualização conceitual da teoria do capital humano está presente em documentos de organismos internacionais a partir dos anos de 1990 com o objetivo de orientar as reformas educacionais em países de baixa e média renda, especialmente na América Latina. A centralidade do discurso sobre o valor econômico da educação está vinculada à lógica de reprodução e acumulação do capital e ao papel reservado aos países que estão à margem do capitalismo central na divisão internacional do trabalho que caracteriza a economia política da globalização.

Neste contexto, dá-se a reforma do Ensino Técnico Federal empreendida pelo Decreto nº 2.208, de 17/4/1997, no Governo Fernando Henrique Cardoso e, mais recentemente, a criação, através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Governo Lula da Silva. Os impactos destas políticas públicas de educação serão relatados a seguir.

Criação e expansão da Rede como propulsora de desenvolvimento socioeconômico

Os IFs surgiram no Governo Lula, a partir de 2008, imbuídos do espírito de valorização e embalados pela política estatal de expansão da educação profissional. Eliezer Pacheco (2011) afirma que a proposta dos IFs é agregar formação acadêmica à preparação para o trabalho, permitindo que os docentes atuem nos diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo laboratórios. Segundo Pacheco, isso definiria trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. Para ele, a estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos IFs afirmam o compromisso de intervenção dos institutos em suas respectivas regiões. Os IFs objetivam qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, e assim alavancar o desenvolvimento socioeconômico do país.

É imprescindível que essas instituições façam a diferença nas regiões em que atuam, e possam identificar problemas e criar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento regional e inclusão social, no entanto, a grande questão é que para aqueles que atuam como servidores nos IFs, e mesmo para os estudantes, o território de atuação dos Institutos Federais não está claro, a missão dessas instituições não está bem definida. O que parece é que o território de atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é tão gigantesco que não há como dar conta, com excelência, de tamanha quantidade de atribuições.

Parte dessa impossibilidade de abarcar tantas atribuições se deve ao fato de que há embates pela primazia de uma ou de outra interpretação a respeito da missão dos IFs, e aí, dependendo do que for definido como prioridade por cada instituição, os recursos e investimentos são direcionados para um determinado setor.

As dúvidas giram em torno das seguintes questões: afinal, o que os IFs devem priorizar enquanto instituições federais de educação técnica e tecnológica? Uma organização curricular que equilibre disciplinas específicas e disciplinas propedêuticas, ou um currículo que possui um número de disciplinas técnicas que suprimem o espaço de atuação da área propedêutica? A formação de técnicos de nível médio ou a ênfase na extensão, graduação e pós-graduação? A expansão da oferta de cursos tecnológicos e pós-graduações, ou a expansão dos cursos técnicos? A formação de licenciados para atuação no nível básico ou pesquisadores das ciências da natureza? A formação de técnicos em quatro anos, ou o aligeiramento da formação profissional?

A importância de se ampliarem as vagas para as classes que vivem do trabalho em instituições públicas de educação de excelência é inegável. Não obstante, o discurso unívoco que vincula progresso econômico com educação e trabalho ignora a análise do conjunto de forças econômicas e políticas em âmbito internacional, que têm determinado o baixo nível do crescimento e a péssima distribuição da renda, colocando, em grande medida, sobre o sistema educacional, a responsabilidade exclusiva no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e à equidade social. (Zibas e Russo, 1997)

Deparamos-nos hodiernamente com um modelo econômico voltado para o aumento dos níveis de produtividade, principalmente através da mais-valia relativa, sem apresentar capacidade efetiva de geração de emprego, e que se impõe como realidade global e não somente como realidade nacional, regional ou local:

Mas, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização” desde seu início. Devido a irrefreabilidade de suas partes constitutivas, ele não pode considerar-se completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente. (Mészáros, 2009, p.13)

Pedro Demo (1999) afirma que o processo de globalização, desde sempre, se alimentou de mecanismos com tendência universalizante, em particular do conhecimento lógico-matemático e da tecnologia. Para Demo, nessa tendência globalizante a chamada “educação profissional” será um expediente cada vez mais estratégico, mas também extremamente limitado.

Demo (1999) destaca também as sistemáticas avaliações de instituições internacionais como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), ambos os braços da Organização das Nações Unidas (ONU), que ressaltam o enfoque do “desenvolvimento humano”, afirmando que é preciso haver transformação produtiva com equidade, apontando a educação como eixo principal desse processo.

As receitas prescritas por organismos internacionais que se colocam como “remédio” para a cura do sistema educacional brasileiro foram aplicadas prontamente por sucessivos governos. O Banco Mundial, em fins dos anos de 1980, apresentou estudo em que apontava que eram destinados altos recursos públicos para a rede de escolas técnicas federais brasileiras, mas os altos investimentos não se convertiam em mais técnicos no mercado. Levando em grande conta este relatório, o Governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu uma reforma

na educação profissional através do Decreto nº 2.208, de 17/4/1997, que inaugurou, nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica um tipo de formação aplicada através de módulos profissionalizantes, totalmente desvinculados da formação propedêutica.

Segundo Frigotto (2004), esta política de educação do Estado inaugurada nas escolas técnicas federais abandonava um modelo reconhecidamente bem-sucedido e abraçava um tipo de formação restrita, para atender a demandas por qualificação e (re) qualificação profissional da população adulta de baixa escolaridade através de uma rede específica de cursos de qualificação profissional de curta duração (educação profissional básica) dissociados da educação básica e de um plano de formação continuada. Nos termos de Frigotto, Ciavata e Ramos (2005), o Decreto vinha “(...) não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado.” (p.25)

A partir do Decreto nº 2.208/1997, as instituições que decidissem manter o ensino médio de caráter profissionalizante não receberiam recursos oriundos do convênio realizado com o Banco Mundial. Segundo Cêa (2006), esta política levou a quase extinção, em todo o país, da oferta de cursos de ensino médio profissionalizante.

A reforma realizada nos anos de 1990 sofreu duras críticas, pois criou uma série de problemas para as instituições que já possuíam uma organização didático-pedagógica voltada para a formação de técnicos de nível médio.³

Só com o Decreto nº 5.154, de 23/7/2004, foi possível reestabelecer a articulação entre o ensino técnico e o ensino propedêutico, permitindo que as escolas optassem por voltar a oferecer a modalidade de ensino médio integrado ao técnico, mantendo a ideia de articulação da formação técnica com a propedêutica.

Enquanto no Governo FHC freou-se a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no decorrer dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e de Dilma Rousseff (2011–2014) abraçou-se um projeto de desenvolvimento nacional demarcado pela relação íntima entre desenvolvimento econômico e social e formação profissional, realizando-se a

³ Esta situação remonta ao fracasso da Lei nº 5.692, de 11/8/1971, que tornou compulsória a profissionalização de todo o ensino de grau médio no país. Segundo Cunha (2000), o termo ensino profissionalizante se refere à educação geral que pode vir a ser útil para a formação de profissionais, no caso, a partir de 1971, todo aluno que ingressava no chamado ensino de 2º grau (atual ensino médio) estaria ingressando no ensino profissionalizante. O autor explicita que ensino profissionalizante não tem a mesma concepção de educação profissional, esta está direcionada para a formação de técnicos de nível médio.

maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional desde as políticas de ampliação e reforma do ensino profissional do século XX.⁴

Por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, criaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiram como finalidades e características desses IFs ofertarem educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades. O objetivo segundo a lei é formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

A nova situação acarretou em alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a Lei nº 11.741, de 16/7/2008. Após a sanção de tal lei, a educação profissional passou a fazer parte do ensino médio, ao mesmo tempo em que continuou a articular-se com ele.

Com as mudanças, duas concepções de formação passaram a figurar: uma que compreende a educação profissional como parte do percurso de formação do ensino médio, devendo se dar de forma integrada, consubstanciando-se em um único curso, e outra que permite a separação entre as duas modalidades de ensino, como ocorria no governo anterior.

Os IFs expandiram-se de maneira acelerada nos últimos anos.

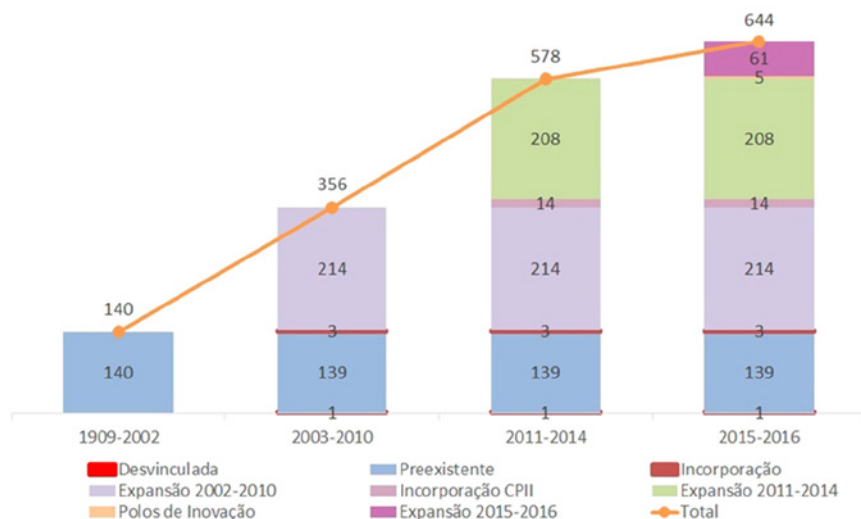
O Governo Federal declara, portanto, sua intenção de levar para todos os recantos do país uma experiência de educação bem-sucedida e dessa forma conquistar o ideal de redução da desigualdade social. Colocou em prática, nos Institutos Federais, um projeto de ensino verticalizado, que abarca desde cursos nas modalidades de ensino técnico integrado ao médio, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), cursos subsequentes e concomitantes, a cursos tecnológicos, licenciaturas, mestrados e doutorados. Como ressalta Eliezer Pacheco (2011), os docentes devem atuar nos diferentes níveis de ensino e os discentes compartilhar os espaços de aprendizagem.

Em 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou relatório sobre os IFs que fornece algumas pistas importantes sobre como está caminhando o projeto de ensino verticalizado aplicado nos institutos. O diagnóstico é resultado de uma auditoria realizada entre agosto de 2011 e abril de 2012, e apresenta

⁴ É importante ressaltar que o primeiro ato governamental de grande impacto no ensino profissional brasileiro data do início do século XX, Decreto nº 7.566, de 23/9/1909, do governo de Nilo Peçanha, que é considerado o marco inicial do ensino profissional de abrangência federal no Brasil, no entanto, cumpria a função de assistir, segundo o governo à época, os “desafortunados”. Somente no Governo de Getúlio Vargas, na Constituição de 1937, o ensino profissional passou a ser considerado como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e fator propulsor de melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

os índices de evasão entre os anos de 2004 a 2011. Nesses oito anos, considerados todos os diferentes tipos de curso, os institutos matricularam 658,8 mil estudantes, a maioria em turmas de nível médio técnico (62,7%).

Gráfico 1
EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EM UNIDADES



Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>>.

O relatório do TCU aponta que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica apresenta um alto índice de evasão escolar. Os índices atingem 24% do total de alunos matriculados nos cursos do Proeja. Estes cursos abrigam alunos com perfis bem variados: trabalhadores proletariados, desempregados, donas de casa, idosos. Além da alta evasão na educação de jovens e adultos, há uma evasão de 19% – considerada elevada – nos cursos médios subsequentes. Esses cursos são procurados por alunos que já possuem o ensino médio em outras instituições e desejam a certificação profissional, muitas vezes, na tentativa de uma melhor colocação, ou mesmo, de uma recolocação no mercado de trabalho.

Nos cursos de ensino técnico integrado ao médio os índices de evasão são mais baixos (6,4%), porém, cerca de metade dos alunos desta modalidade de ensino tem pelo menos um ano de atraso no curso, o que pode nos levar a

concluir que os índices de reprovação são altos, fator que desencoraja a finalização do curso e alarga a defasagem idade-série dos discentes, já agravada pelo fato de os cursos técnicos integrados ao ensino médio durarem quatro anos e não três anos como no ensino médio regular. Além disso, o relatório do TCU apontou um déficit de quase oito mil professores e de mais de 5.700 técnicos de laboratório, o que corresponde, respectivamente, a 20% e 24,9% do quadro de servidores.

Diante da grave situação, o TCU compeliu o MEC a apresentar um plano de ação de combate à evasão, de inserção profissional e redução do déficit de professores. Foi criado, então, um Grupo de Trabalho (GT) dos Institutos Federais que deve elaborar um manual de orientação para o combate à evasão, incluindo o diagnóstico de aluno ingressante com propensão à evasão, identificação das causas e utilização de monitorias, tutorias e reforço escolar.

O relatório do TCU nos mostra números alarmantes sobre a situação atual da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, para compreender as causas dos altos índices de evasão, várias questões precisam ser consideradas. Segundo Valério Arcary (2015), a expansão colossal da rede acarretou uma série de inconvenientes para os IFs, dentre eles estão: deslocamento, dependendo de cada Estado, de 20% dos professores de sala de aula para a gestão das unidades descentralizadas, para dar conta da gestão administrativa da estrutura *multicampi*, precarizando, assim, o trabalho dos professores que ficaram nas salas de aula – tal fato gerou, em muitos Institutos, insatisfação e questionamentos sobre os critérios de escolha do grupo gestor; abertura de novos *campi* sem sequer existirem servidores, laboratórios e equipamentos fundamentais para uma formação técnica de qualidade; hiper politização da micropolítica dos Institutos gerada pelas lutas por cargos e não por projetos educacionais.

À custa do sacrifício de servidores e discentes a expansão dos IFs ocorre a partir de uma configuração muito complexa, o que torna a missão de administrar esse projeto quase impossível, e como bem ressalta Arcary, o discurso de que estão sendo elevadas as oportunidades de acesso à educação pública e gratuita através da expansão da Rede, não produz mais do que a mera retórica. Quando os números da expansão são confrontados com os dados sobre a realidade dos IFs, só podemos dizer que é pouco fecundo cumprir meramente a função de aumentar a quantidade de vagas na educação profissional: é preciso refletir sobre os processos internos que têm levado as classes que vivem do trabalho a abandonar as salas de aula dos Institutos Federais.

Considerações finais

A partir das problemáticas expostas até aqui, podemos realizar algumas constatações: em primeiro lugar, em via de regra, a educação é considerada como panaceia para os males da desigualdade, tendo a imensa responsabilidade pela transformação social, inclusive é tema recorrente nos relatórios de organismos internacionais direcionados a países em desenvolvimento, ademais, a educação possui certa unanimidade como fator central de desenvolvimento econômico. Por outro lado, a tendência do mercado, tal como se apresenta competitivo e globalizado, busca aumentar a produtividade através da aplicação de diversas tecnologias, em detrimento da ampliação de postos de emprego. Na nova etapa do capitalismo vão se consolidando os avanços tecnológicos, diminuindo-se a importância da matéria-prima e da mão de obra ampliando-se, assim, o exército de reserva industrial e também as incertezas quanto ao futuro da juventude no mundo do trabalho, atingindo em cheio as subjetividades individuais.

A competição já se dá antes mesmo do ingresso no mercado de trabalho, se apresenta no momento da qualificação: na escolha pelo tipo de formação, no tempo disponível para os estudos, no investimento aplicado no processo de construção do conhecimento, nas opções e possibilidades de acesso às instituições de ensino. Qualificar, numa economia que tende à retração de empregos, não pode ser sinônimo de simples aumento de vagas nas instituições de formação profissional, pois o tempo que o trabalhador dispensa para sua educação precisa ser aproveitado da melhor maneira possível.

Tal questão nos remete à reflexão sobre a atual política pública de expansão das instituições de formação profissional: na teoria, nos IFs, os trabalhadores têm à sua disposição professores-doutores, acesso a laboratórios de ponta e a uma estrutura multicampi similar a das universidades, no entanto, os números mostram que na prática, as classes que vivem do trabalho, que buscam formação profissionalizante nos IFs, apresentam baixos índices de permanência na instituição.

Além disso, a histórica dualidade estrutural da educação brasileira não foi resolvida com os profícuos investimentos nesta rede de ensino, aliás, há razões para se desconfiar que ela está sendo transposta para o ensino superior. Os cursos de tecnólogo, de duração menor – entre dois e três anos – considerados menos acadêmicos, têm como público-alvo estudantes oriundos de classes menos abastadas. Lembrando que a dualidade estrutural⁵ da nossa educação reside no fato de existirem opções e possibilidades de formação diferenciadas

⁵ A dualidade estrutural do nosso sistema de educação vem sendo apontada por diversos estudiosos da área educacional: Landim (2009), Rangel (2011) e Kuenzer (1997 e 2005).

para diferenciados grupos sociais: um de alta qualidade, disponibilizado para as classes mais abastadas e outro, de menor qualidade, opção para as classes menos favorecidas. Portanto, as classes que vivem do trabalho, que são, pelo menos em tese, o público-alvo dos cursos técnicos dos Institutos Federais, não têm tido a possibilidade de usufruir plenamente dos cursos ofertados pelos Institutos Federais.

A partir de tais constatações fazemos as seguintes indagações: os grupos sociais que na prática necessitam de uma formação integrada (médio + técnico) e integral, têm facilidade de acesso aos Institutos Federais? Que tipo de estudantes procuram os cursos de tecnólogo? Que classes sociais “frequentam” os IFs? Que fatores determinam a permanência dos estudantes nessa instituição? São disponibilizadas pelos IFs amplas condições de permanência de todas as classes sociais em suas salas de aula?

Mantém-se aceso o debate sobre o papel da educação no processo de formação do trabalhador e emancipação humana. Não pode se perder de vista que um projeto de real democratização da educação brasileira se fará através de políticas educacionais reconstrutivas, que façam emergir sujeitos-trabalhadores históricos, capazes de conscientemente intervirem nos rumos e na realidade de seu país. Os grandes investimentos na ampliação de vagas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica representam, sem dúvida, um ganho para a população brasileira, porém, os números e as experiências e relatos dos servidores e discentes dos IFs demonstram que não bastam para efetivar o ideal de democratização da educação brasileira.

Referências Bibliográficas

ARCARY, V. *Uma nota sobre os institutos federais em perspectiva histórica*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.academia.edu/>>. Acesso em: 23/9/2015.

BANCO MUNDIAL. *Brazil: issues in secondary education*. Report n.7723 BR. Latin American and Caribbean Regional Office, 1989 [mimeo].

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *América Latina frente a la desigualdad: progreso económico y social en América Latina*. Washington: BID, 1998.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17/4/1997 (Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação

Nacional e dá outras providências). Revogado em 23/7/2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 23/7/2015.

_____. Decreto nº 5.154, de 23/6/2004 (Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 23/7/2015.

_____. Lei nº 5.692, de 11/8/1971. (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação dos Ensinos de 1º e 2º Graus).

_____. Lei nº 11.741, de 16/7/2008. (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20/7/2016.

_____. Lei nº. 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências). *Diário Oficial da União*, Seção 1, p.1, 30/12/2008.

CÊA, G.S. dos S. A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: perspectivas, tendências e riscos. In: *Anais XXIX da ANPED*, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/>>. Acesso em: 18/04/2017.

CIAVATTA, M; FRIGOTTO, G; e RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Disponível em: <<http://forum.eja.org.br/pf/sites/forum.eja.org.br/pf/files/pdf>>. Acesso em: 18/04/2017.

_____. (Orgs.) *Ensino médio integrado. Concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

CNI. Confederação Nacional das Indústrias. Competitividade Brasil: comparação com países selecionados. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/>>. Acesso em: 14/8/2014.

COFECON. O poder da inovação. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/artigos/>>. Acesso em: 15/8/2014.

CUNHA, L.A.R. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: EdUNESP, 2000.

DEMO, P. Educação e desenvolvimento: análise crítica de uma relação quase sempre fantasiosa. In: *Boletim Técnico do Senac*, v.25, n.1. Rio de Janeiro: jan./abr. 1999, p.15-30.

DOS SANTOS, T. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. (Orgs.) *Têoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R. e VANUCHI, P. (Orgs.) *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.180-216.

_____. Qual é a cara do ensino médio brasileiro? Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/>>. Acesso em: 10/8/2013.

GADOTTI, M. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2006.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, A.Z. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; e LOMBARDI, J.C. (Orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. In: *Educação e Sociedade*, v.28, n.100. Campinas: out.2007, p.1.153-1.178.

LANDIM, R.A.A. A reformulação curricular do ensino médio em Minas Gerais: uma proposta de flexibilização das trajetórias de formação. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF, 2009.

LIMA FILHO, D. L. A “feliz aliança” entre educação, desenvolvimento e mobilidade social: elementos para uma crítica à nova roupagem do capital humano. In: *Revista Trabalho & Educação*, v.12, n.2. Belo Horizonte: jul./dez. 2003, p.61-80.

MANCEBO, D. Subjetividade. In: *Dicionário de trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG, 2010 [cdrom].

MARX, K. Método da economia política. In: _____. (Org.) *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1999, p.228-236.

MÉSZÁROS, I. Educação para além do capital. Conferência de abertura do Fórum Mundial de Educação. Porto Alegre, Brasil, 28/7/2004. Disponível em: <http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html>. Acesso em: 12/7/2014.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORGADO, M.M. *Multiculturalismo*. Disponível em: <www.fcsh.pt/invest/edtl/verbetes/M/multiculturalismo.html>. Acesso em: 20/1/2014.

PACHECO, E. (Org.) *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo; Brasília: Moderna, 2011.

PAULANI, L.M.I. Poder e dinheiro. A flexibilidade do capital financeiro. In: *Revista IHU*, 2008. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/>>. Acesso em: 23/7/2015.

PORTAL BRASIL. Surgimento das escolas técnicas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/>>. Acesso em: 23/7/2015.

RANGEL, P.V. A formação de tecnólogos no Brasil: uma análise documental. Dissertação de Mestrado em Educação. UFE, 2011.

SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2002.

_____. Da sociologia da ciência à política científica. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.1, 1978, p.11-56.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v.1, n.1. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, mar. 2002, p.131-152.

SENNET, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SHIROMA, E.O.; MORAES, M.C.M.; e EVANGELISTA, O. (Orgs.) *Política educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, M. Educar em nosso tempo: o desafio pós-moderno. In: *Revista Atualidades em Educação*, n.34. Rio de Janeiro: Ipae, maio/jun. 1996, p.45-56.

TCU. Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 30/11/2016.

ZIBAS, D.M.L. A função social do ensino médio na América Latina: é sempre possível o consenso? In: *Cadernos de Pesquisa*, n.85. São Paulo: maio 1993, p.26-32.

ZIBAS, D.M.L. e RUSSO, M.H. (Orgs.) *Transformações no setor secundário da economia e o desafio do ensino médio*. São Paulo: FCC/DPE, 1997.

_____. A reforma do ensino médio no Chile: vitrine para a América Latina? In: *Cadernos de Pesquisa*, n.115. São Paulo: mar. 2002, p.233-262.

Da redemocratização à dedicação exclusiva: trajetória histórica do trabalho docente na UERJ (1978-2012)

*Carlos Eduardo Martins da Silva**

Introdução

No presente texto, pretendemos apresentar, em linhas gerais, o processo de construção da identidade da categoria social docente nos quadros sociais, políticos e culturais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre os últimos anos da década de 1970, período final da Ditadura Militar e das lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, até a implementação da dedicação exclusiva (DE), em 2012. Esse corte temporal abarcou o período compreendido pelas primeiras reuniões clandestinas, em 1978, caminhando pela consolidação Associação de Docentes (ASDUERJ) enquanto entidade representativa, com a realização das primeiras eleições livres para a Reitoria da Universidade (1983), da conquista do primeiro plano de carreira da categoria docente (1985), até o processo de implantação da DE, última grande universidade pública a garantir este projeto.

Os caminhos para a investigação

Tecendo reflexões teóricas e históricas no árido campo da história do tempo presente e de toda a problemática em torno do debate historiográfico acerca da forma de conceber a história, trazemos à reflexão as palavras da professora Marieta de Moraes Ferreira:

Nas últimas décadas do século XX, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a História Cultural,

* Professor da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo/RJ. Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Membro da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH) e do Observatório da Educação Superior (OBEDUC/CAPEs).

ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se o estudo contemporâneo. (2002, p.13)

O estudo do político, agora entrelaçado com o mundo simbólico e econômico, abriu ao historiador tratar e visitar simultaneamente o passado e presente, possibilitando romper com a ideia do distanciamento para realização da análise histórica, pois estamos tratando de um “novo” campo de pesquisa. Assim:

(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais (...) para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói. (Chartier, 1996, p.216)

A história do tempo presente permite uma visão singular para compreender as relações entre a ação voluntária e a consciência dos homens e constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Nesse sentido, as ações dos docentes no interior dessa instituição social podem nos trazer uma série de reflexões sobre o que consiste a relação entre micro-macro, entre indivíduos-estrutura, sem perder o nosso horizonte ideológico acerca do debate sobre a totalidade concreta, pois:

Investigar dentro de concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui. A historicidade dos fatos sociais consiste fundamentalmente na explicação da multiplicidade de determinações fundamentais e secundárias que os produzem. (Frigotto, 2012, p.143)

Ao tentar compreender o contexto histórico que compõe o cenário dos sujeitos sociais participantes da pesquisa, por meio de fontes primárias e/ou secundárias, aproximamo-nos do conceito de experiência do historiador E. P. Thompson. Neste caminho, em nosso trabalho, a categoria experiência é útil para resgatar a dimensão humana do processo social e político, pois:

(...) o que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejavam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. (1988, p.182)

A experiência, tal qual entende o autor, possibilita desvendar valores, normas, práticas de um grupo social, ou seja, pode-se descobrir o modo de ser deste grupo ou segmento social. Nesse sentido, no que se refere às relações entre os agentes sociais e a complexidade social, Henri Lefebvre indica que “até o indivíduo que se julga isolado participa em actividades sociais; e mesmo essas actividades sociais são de um elevado grau de complexidade”. (1966, p.56)

A pequena escala de observação do social, associada às fontes primárias e secundárias, possibilitou um novo olhar do complexo jogo social da universidade e do trabalho docente e é nessa linha de raciocínio que um aspecto essencial a nossa pesquisa histórica está presente em:

(...) uma palavra que pode servir para identificar o que está no centro da questão aqui, uma palavra que (e isto talvez não seja por acaso) nem sempre encontrou seu equivalente em francês: é o termo inglês *agency*, proposto por E.P Thompson, e que designa ao mesmo tempo as disposições à ação e as possibilidades de agir em uma dada situação. (Revel, 2009, p.121)

Agência humana desenvolve-se no tempo e no espaço e em cada espaço social. Os agentes humanos agem de forma que as condições podem (ou não) oferecer as possibilidades de ação, assim, cada espaço contém a sua historicidade e é por isso que: “Trata-se no fim de pensar a história como a dialética entre a ação dos sujeitos históricos (que fazem a história) e as condições dadas em que tais sujeitos têm de agir (que eles não escolhem)”. (Coelho, 2010, p.8)

Redemocratização à dedicação exclusiva: tecendo reflexões sobre o trabalho docente

Merecer o nome de universidade significa constituir-se e funcionar como uma instituição autônoma de ensino, pesquisa e extensão. Significa que seus estatutos e regimento geral reagem à efetivação dessa autonomia, que a efetivação dessa autonomia, que se traduz pela existência e funcionamento democrático de órgãos colegiados deliberativos superiores e dos níveis de unidades médias (faculdades).

Valdemar Sguissardi

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, importantes categorias sociais, como por exemplo, professores das redes públicas do ensino básico, metalúrgicos, bancários, petroleiros começam a se reorganizar e iniciam intensas mobilizações, por salário, condições justas de trabalho e defesa da democracia.

No caso da UERJ, a sobrevivência intelectual, e em alguns casos física, dos professores protegidos pelas autoridades universitárias foi um dos fatores que somado ao fato de o Centro Biomédico (CB) ser um espaço diferenciado dentro da universidade possibilitou a idealização e construção do movimento docente. A organização do movimento docente e esse encontro entre o associativismo, a vontade de desenvolvimento científico-acadêmico do CB em um contexto de retorno “democrático” na sociedade brasileira, sob determinado ponto de vista, deram circularidade cultural, criando condições para um novo impulso dentro da universidade. Cabe ressaltar essa relação entre os (micros) poderes no CB e os militantes docentes, neste caso:

Eu caracterizaria como quatro pessoas (Américo Piquet Carneiro, Jayme Landmann, Ítalo Suassuna e Roberto Alcântara Gomes) que tinham em comum a qualidade acadêmica, a preocupação com o mérito na Universidade e valorizando sobremaneira o papel da pós-graduação e da pesquisa. Formavam a expressão acadêmica de uma UERJ mais progressista. Ocorreram divergências entre a posição mais avançada de um Américo Piquet Carneiro e Roberto Alcântara, depois superadas. Cada qual tinha sua área e suas qualidades acadêmicas. Politicamente, todos os quatro representavam, a meu ver, a UERJ que brotava timidamente no Centro Biomédico. A ASDUERJ criou condições para esta transformação, para que uma verdadeira universidade desabrochasse, sem desprezar suas qualidades anteriores (...). (Entrevista com o prof. Ricardo Santos, em 2/4/2012)

Podemos afirmar que a luta docente que levou à conquista do primeiro plano de carreira na Universidade, em 1985, possibilitou sua transformação de maneira fundamental, pois garantiu a universalização dos salários (iguais) para todos de acordo com o regime escolhido (20h e 40h). E possibilitou aos docentes que aderiram ao regime de 40h optar pela carga horária específica para a implementação de projetos de pesquisa e de extensão, algo novo na universidade brasileira e absolutamente novo na UERJ, porém fruto da transição novo-velho e de todas as contradições da transição à brasileira. O plano de carreira possibilitou o último enquadramento por tempo de serviço e não somente por mérito acadêmico de acordo com a titulação do docente (mestrado/doutorado) e defendido pela associação docente:

Tanto assim que depois também, é uma coisa que, até foi engraçado isso, porque naquela época, por exemplo, ainda se discutia a questão de carreira relacionando com o tempo de serviço, e houve um reajuste que os professores tiveram uma ascensão na carreira por tempo.

Mas na minha gestão, rapaz, as pessoas não concordavam com isso não. E eu acabei não aceitando..., mas como eu era presidente da entidade, e a entidade em si, entendeu? Ela reclamava aquilo, ela achava que a carreira devia ser feita como é feita nos moldes de hoje de mestrado, doutorado, de defesa de tese. (Entrevista realizada com o prof. José Eustáquio Bruno, em 1/5/2012)

Percebe-se que o plano de carreira da época continha as duas perspectivas: o velho e o novo. O novo era garantir o regime de carga horária de 20 e 40 horas e, também, a ascensão na carreira por formação acadêmica. O velho foi garantir a ascensão por tempo de serviço, de acordo com a lógica de “escolão” da velha universidade.

Mas a perspectiva do novo coloca-se na vida universitária e durante a década de 1980 a UERJ está em pleno processo de transformação e efervescência. Por exemplo, nesse período histórico, foram realizadas na universidade duas eleições (1983 e 1987): uma grande universidade brasileira sendo pioneira no processo democrático de eleição para a Reitoria da Universidade, com a constituição do primeiro processo eleitoral (1983) em uma universidade pública brasileira com a vitória dos progressistas Hésio Cordeiro (Medicina Social), protegido de Américo Piquet Carneiro, e Ivo Barbieri (Letras), ex-presos políticos, ambos fundadores da ASDUERJ.

No caso da UERJ, o plano de carreira docente de 1991 proíbe a ascensão por tempo de serviço presente no contraditório plano de 1985 e consolida o mérito acadêmico. Segundo Mancebo, esse plano, em uma perspectiva positiva, reconfigura

(...) o trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se caracterizava basicamente, pelo ensino na graduação e se limitava essencialmente ao espaço da sala de aula, até o final dos anos de 1970, ganha um novo perfil, que fortalece o desenvolvimento da pesquisa e a implantação da pós-graduação. (Mancebo, 2006, p.320)

Por outro lado, em acordo com o contexto de avanço nacional e internacional de subordinação do trabalho intelectual ao capital, no interior de um quadro de aprofundamento da lógica mercantil de universidade, o plano de carreira¹

(...) materializa um complexo e um objetivo sistema de avaliação-gratificação, com dois instrumentos básicos de sustentação: a Comissão

¹ Aprovado pela Resolução nº 3, de maio de 1991.

Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente (Copad) e o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência). (Mancebo, 2006, p.318)

Contraditório o novo plano de 1991, se por um lado, rompe completamente com os resquícios do período autoritário, ao fechar as portas para a ascensão funcional por tempo de serviço, por outro, dentro do novo contexto mundial “reforçado” com a queda do Muro de Berlim, o Prociência introduz o conteúdo produtivista dentro da Universidade, aproximando-a da lógica do mercado.

Evidentemente, o Prociência fornece a base humana para o desenvolvimento de pesquisa, para a produção científica, para o funcionamento das pós-graduações e, em consonância com o ritmo de muitas universidades brasileiras, desenvolve um sistema de avaliação calcado em critérios de produtividade, que quantifica a atividade docente e, mesmo que não tenham sido essas as intenções originais de seus formuladores, a produtividade e a competitividade ganham reforço no cotidiano universitário com esse programa. (Mancebo, 2006, p.321)

É dentro desse quadro de desenvolvimento da UERJ a partir da década de 1990 que a instituição se movimenta e os dados apresentados pela pesquisa de Mancebo demonstram a lógica mercantil da produção acadêmica e a desproporcional diferenciação entre os incluídos e os excluídos nas metas desse Prociência.

Trata-se, na prática, de um “concurso interno” realizado a cada três anos, findo os quais ocorre uma minuciosa avaliação de desempenho acadêmico do docente no período. Somente 340 professores, dos quais 3000, atualmente em exercício, são admitidos no programa e, uma vez incluídos, devem manter um ritmo frenético de trabalho, sob pena de perderem a bolsa (que corresponde a 70% do salário) na próxima avaliação. (2006, p.321)

Em uma vertente, a adoção desse modelo de produção acadêmica na UERJ, voltado para a formação de ilhas de excelências em cada unidade desenvolveu na universidade uma diferenciação entre os “de cima” e os “de baixo”, e foi essa maioria de despossuídos, que na década seguinte, inclusive com a participação política e ideológica dos procientistas críticos, organizados em torno dos espaços democráticos do movimento associativo que se mobilizaram em defesa da DE, pois havia a necessidade da implementação da dedicação exclusiva, aspecto hoje (re)conhecido no meio acadêmico brasileiro, principalmente após implantação desse sistema nas universidades federais brasileiras e nas estaduais

de São Paulo como fundamental para o trabalho docente. Essa conquista, no caso da UERJ, somente se estabeleceu em 2012 e consolidou um conjunto de lutas que começaram a se desenvolver no início da década de 1980, com a conquista do primeiro plano de carreira em 1985. Em 2012, após três meses em greve, o corpo docente conquistou o direito ao regime de 40 horas com dedicação exclusiva à universidade. O entendimento da dedicação exclusiva é que ela caminhe junto com a compreensão de que o salário real possibilite a condição do professor-pesquisador sobreviver dignamente e, principalmente, seja um produtor de conhecimento.

Os governos do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com a Reitoria da Universidade mantiveram o Prociência, mantendo o “concurso” interno, o que significou a manutenção de uma “elite” entre os docentes mesmo com a conquista da DE.

Abaixo, indicamos o quadro de solicitação de pedidos de ingresso no regime de dedicação exclusiva, apresentado pela Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da UERJ:

Um total de 1.026 professores solicitou adesão ao regime (255 do Centro Biomédico, 120 do Centro de Ciências Sociais, 325 do Centro de Educação e Humanidades, 319 do Centro de Tecnologia e Ciências e sete do Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Iesp).²

A vitória da DE, fundamental para a ampliação de direitos e para a garantia da dedicação inclusiva à universidade não foi acompanhada com uma ampliação de concursos públicos para preenchimento necessário das vagas docentes e sim, dentro da lógica sistêmica, para a precarização em grande escala. A Universidade contava no final de 2014 com “3.140 docentes, sendo 2.243 efetivos, 184 visitantes e 713 docentes substitutos (temporários)”. (Data UERJ/2014)

Cabe ressaltar que os professores substitutos (temporários) só podem responder por aulas na graduação e que grandes unidades, como o Colégio de Aplicação da UERJ e a Faculdade de Formação de Professores, contam com 50% de substitutos em seu corpo docente. Ou seja, há um aumento de professores substitutos focados no ensino de graduação. Na outra ponta, os efetivos ficam com a pós-graduação e com as demais atividades acadêmicas e/ou políticas, logo, precarização em baixa e filiação por cima.

² Cf. <http://www.uerj.br/lendo_noticia/> Acesso em: 20/1/2013.

Nos últimos tempos, a associação de docentes instalou um amplo processo de debate democrático sobre o atual estado do trabalho docente, realizando debates nas unidades acadêmicas e apontando para a emergência das lutas de resistência frente ao atual estado de “caos” na universidade, conforme veiculado, inclusive, nas mídias sociais e nos jornais escritos e falados, e sem autonomia de gestão financeira que depende de financiamento, fundamentalmente do Governo do Estado do Rio de Janeiro e que os sucessivos governos não garantiram, até o presente momento, um percentual do orçamento do Estado com destino à universidade, o que garantiria *a priori* a autonomia da universidade ou pelo menos a autonomia formal, mas não é isso que podemos observar, e sim as instâncias das universidades foram esvaziadas e a capacidade de iniciativa sobre a pesquisa foi aniquilada. O que é dado a pensar tem de obedecer aos critérios de instâncias externas à universidade. A inovação e a P&D, atividades que deveriam ser desenvolvidas no mundo empresarial, passam a governar a própria universidade. (Leher, 2005, p.239)

O debate sobre autonomia universitária propicia algumas reflexões, entre elas, podemos destacar a relação heterônoma entre universidade e sociedade e, conseqüentemente os desdobramentos no interior da universidade. Assim, nesse artigo, focamos a importância do debate específico entre autonomia, neoliberalismo e trabalho docente.

Neoliberalismo e UERJ: tecendo reflexões sobre a autonomia universitária e trabalho docente

A crise do socialismo real em 1989, cuja expressão é a queda do muro de Berlim, possibilitou novo revigoreamento nas políticas mundiais do sistema hegemônico, denominado nessa fase de acumulação capitalista de neoliberalismo. No Brasil, a derrota do (velho) Lula nas eleições de 1989 e a vitória de Fernando Collor marcam a introdução na sociedade brasileira de uma série de medidas que redefinem a dinâmica do Estado brasileiro ampliando a privatização, como no caso da Companhia Vale do Rio Doce e no caso dos setores sociais (saúde e educação) de atendimento à população menos favorecida, redução de verbas e serviços. Assim:

Sistemas educacionais foram submetidos a profundos processos de privatização, com a expansão da educação superior pela via privada, e a introdução, nas instituições públicas, de uma tendência – cada vez mais predominante – de mercantilização do trabalho docente, tornando a gestão das universidades cada vez mais parecida com a de uma empresa. (Mancebo, 2009, p.3)

Não é apenas o crescimento do número de universidades privadas que marca a lógica de transferência pública para o setor privado como incremento de financiamento público através de pagamento de financiamento aos estudantes, na lógica: “a universidade é privada, mas a vaga é pública”. Além desse mecanismo “democrático” no caso das universidades públicas, como a UERJ, Mancebo aponta: “Parcerias entre universidades públicas e fundações de direito privado: a possibilidade de cobrança de cursos e venda de serviços educacionais”. (2009, p.6-7)

Essa nova lógica de subordinação das universidades à lógica do capital via apoio público estatal/governamental, com a quebra dos princípios de autonomia, corrobora na construção de uma universidade heterônoma. Assim, inicia-se (in) diretamente um movimento de subordinação do trabalho docente à lógica do mercado, através de uma série de dispositivos, como as:

Novas formas de organização do trabalho acadêmico são indicadas pelas agências de fomento, notadamente por meio de grupos, núcleos e laboratórios, formas que permitem aumentar a “produtividade” das instituições. (Leher, 2005, p.238)

E também, como nos casos das IES públicas, a utilização de professores substitutos, bolsistas e professores-tutores, com o consequente “crescimento da força de trabalho docente sendo marcado pela flexibilização dos contratos de trabalho” (Mancebo, 2009, p.8) cabe ressaltar que é a flexibilização da força de trabalho, isto é, a flexibilização relativa à legislação e regulamentação social e sindical, que continua sendo estratégia para a acumulação do capital. (Alves, 2013, p.88)

É importante afirmar que os “precarizados” são utilizados como essa nova força de trabalho para auxiliar os professores efetivos nas longas jornadas produtivistas devido à redução de número de funcionário por docentes. São ilustrativos os dados do *DataUERJ* (2013):

- a) em 2013, a universidade contava com 713 professores substitutos que representavam 31,79% em relação aos 2.243 docentes efetivos (100%);
- b) entre 2009 e 2013, o número de docentes efetivos cresceu mediocrementemente 3,36%, ou seja, de 2.170 docentes efetivos que trabalhavam na universidade em 2009 esse número cresceu *miseravelmente* para 2.243 em 2013;
- c) o número de servidores por docentes foi reduzido entre 1996 e 2007 de 2,5 para 1,8. Estabilizou-se em 2,0 em 2011 e 2012, e somente em 2013 subiu para 2,3. Mesmo com a pequena melhora em 2013 a proporção era inferior a 1996, quando a universidade era bem menor que hoje.

Se considerarmos, em uma primeira e inicial avaliação dos dados, os números acima nos auxiliam na percepção de que a universidade deveria ter crescido absolutamente mais em termos estruturais, principalmente em números quantitativos de funcionários e docentes entre 1996 e 2013 do que realmente ocorreu. Para refletir sobre os dados e a afirmação anterior, podemos apresentar, por comparação, interessantes números:

- a) o número total de alunos (graduação + pós-graduação) cresceu de 20.945 (100%) em 1996 para 28.624 (136.66%) em 2013;
- b) o número de cursos de mestrado cresceu de 20 (100%) em 1996 para 52 (152%) em 2013;
- c) o número de cursos de doutorado cresceu de 5 (100%) em 1996 para 37 (740%) em 2013.

Por outro lado, podemos observar que a maioria dos docentes encontra-se enquadrada em um regime de trabalho que permite que esses docentes permaneçam por longas jornadas, dentro ou fora, trabalhando pela Universidade:

- a) a maioria dos docentes (1.951) encontra-se enquadrada no sistema de 40h ou 40 h/DE, representando 86,98% do total;
- b) a maioria dos docentes (1.675) possui doutorado, representando 74,67% do total.

A globalização neoliberal transforma o panorama das universidades, trazendo ao centro da análise o conceito da relação de transformação de trabalho intelectual autônomo para um trabalho heterônomo, sem autonomia. Portanto, a UERJ se enquadra como instituição socialmente constituída no contexto global produtivista e é esse clima produtivista que encontramos nas universidades brasileiras, que além do mencionado acima, percebemos através do corre-corre por editais e recursos, uma lógica empresarial em curso que transforma os pesquisadores em doutores-corredores, transformando a subjetividade dos pesquisadores através de um conjunto de regras e normas que submete, transformando o trabalhador docente em “microempresário” de sua própria (e futura) ruína, assim “o docente que consegue agregar ao seu salário e à própria instituição maior montante de recursos é o mais produtivo, competitivo e valorizado”. (Mancebo, 2009, p.12)

Outra importante contribuição é introduzida por Sadi dal Rosso, ao trabalhar a noção de carga total de trabalho, que se amplia cada vez mais em uma sociedade globalizada e conectada por fios e desafios na qual:

O trabalho apoiado por computadores fixos e portáteis, por sistemas de comunicação por meio de telefones celulares e mil aparelhos que se sucedem freneticamente uns aos outros no mercado tende a romper com o padrão dos tempos de trabalho separado nitidamente dos tempos de não trabalho. As fronteiras passam a ficar mais difusas e o tempo de trabalho invade os tempos de não trabalho, afetando a vida individual e coletiva. (2008, p.34)

A pesquisadora Deise Mancebo apresenta um interessante caminho analítico ao pesquisar a subjetividade docente no contexto dessa nova morfologia do trabalho típica dos tempos de neoliberalismo. Ela afirma o quanto esse processo de busca por verbas acaba por destruir velhos laços de solidariedade social, influenciando diretamente na organização coletiva e na saúde:

Induzem a formação de uma suposta elite de intelectuais, estimulam a emulação entre os pares e entre unidades, principalmente quando balizadoras de financiamentos, e que carregam como contrapartida em alto nível de estresse e de sofrimento psíquico a esses trabalhadores, seus orientandos na pós-graduação e até na iniciação científica. (2009, p.11)

Sobre a perda de autonomia, é interessante que a crise que se instala na UERJ atual deve ser pensada dentro de um quadro de adaptação mercadológica ou mercantilização da Universidade que fica marcado pela retirada do estado regional, seguindo as determinações macroestruturais, da linha de frente do financiamento universitário com a redução nas verbas diretas (fonte 00), como vem afirmando Padrão, “na prática, os valores fixados (pelos órgãos de planejamento do estado) não consideram as demandas e os investimentos necessários à manutenção e ao funcionamento da instituição, aprovados pelo Conselho Universitário”. (2009, p.29)

Os docentes estão sem aumento salarial desde 2002, e a ausência dessa perspectiva acaba por colaborar com a mercantilização do trabalho docente que se vê obrigado a buscar novas fontes de financiamento para a sua própria sobrevivência e buscar o produtivismo acadêmico inclusive para, além de bolsas e financiamentos, conseguir ascender no último plano de carreira (2008) que prevê uma série de pontos para conseguirem “pular” de adjunto para associado, por exemplo, que significa o único meio de conseguir aumento salarial de fonte direta do estado. Para isso é preciso cada vez mais publicar, participar de seminários, bancas de mestrado/doutorado, portanto, aumento salarial direto e/ou indireto, no caso mundial, brasileiro e uerjiano, significa aumento de

produtividade acadêmica. Mesmo dentro dessa lógica ainda é complexo conseguir essa progressão como nos indicam:

As perdas acumuladas são da ordem de 80% e afetam de maneira mais dramática nossos colegas aposentados. Os professores também não conseguem progredir na carreira, mesmo depois de comprovadas todas as exigências legais para tal. Nessa conta, somam-se ainda problemas de infraestrutura, falta de professores, investimento insuficiente na assistência estudantil, entre outros. (Nota da ASDUERJ, 9/3/2015)

A implementação da DE foi distorcida com a manutenção do Prociência. Essa experiência única em nível nacional, um modelo produtivista tipicamente uerjiano, acaba formando ilhas de excelência. A conquista, ainda que tardia, da DE, consolidou um conjunto de lutas que começaram a se desenvolver no início da década de 1980, com a conquista do primeiro plano de carreira em 1985.

Em matéria intitulada “Crise da UERJ é reflexo da crise do Governo Pezão”, os diretores da ASDUERJ, Bruno Deusdará, Lia de Mattos Rocha e Paulo Alentejano, afirmam:

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é, sem dúvida, um patrimônio reconhecido da população fluminense, onde muitos dos nossos jovens desejam estudar. É fácil entender a importância da universidade em um Estado como o Rio de Janeiro, que concentra fixação de conhecimento e tecnologia, formação profissional de ponta e compromisso com a justiça social. Essa lição, porém, parece não ter sido adequadamente compreendida pelo grupo que ocupa o Palácio Guanabara há algumas décadas. Basta ver o que tem levado a UERJ aos noticiários do país. Problemas financeiros e de infraestrutura gravíssimos assolam seus trabalhadores e estudantes, comprometem sua missão institucional e têm tornado difícil exercer o ensino, a pesquisa e a extensão. (UOL, 3/2/2015)

Em uma universidade em crise econômica, sem autonomia financeira, sem recursos e com a presença de um conjunto de complexos problemas, o debate teórico e ideológico sobre democracia e autonomia ganha ainda mais relevância frente à mercantilização da vida pessoal, profissional e institucional da universidade. A histórica luta da comunidade universitária por autonomia é a marca ideológica da luta de resistência frente à heteronomia. A luta por democracia marca a luta contra os autoritarismos vigentes dentro e fora da universidade. Essa instituição como parte constitutiva da sociedade mundial coloca o debate sobre a relação entre democracia e capitalismo como um caminho a ser pensado de forma global, assim:

O inimigo é o próprio capitalismo, que debilitou o impulso democrático tanto no norte desenvolvido quanto na periferia terceiro-mundista. Os mercados sequestraram a democracia e, diante da consumação do saque, a cidadania se fechou sobre si mesma, seu desinteresse e apatia são sintomas que denunciam a existência de regimes democráticos incapazes de honrar suas promessas e de satisfazer as esperanças que os povos haviam depositado neles. (Boron, 2010, p.81)

É interessante registrar os termos que a associação docente em nota pública critica o papel da Reitoria da UERJ, que, em plena crise aguda da universidade, corrobora com o governo estadual em sua política de descaso da universidade.

Atribuindo os problemas atuais da UERJ exclusivamente à “crise fiscal que atravessa o Estado do Rio de Janeiro”, com consequências sobre o pagamento de servidores de limpeza, portaria, segurança e manutenção, a Reitoria pretende se eximir de qualquer responsabilidade em relação ao adiamento do início do semestre letivo. (Nota da ASDUERJ, 9/3/2015)

Assim, a universidade perde a autonomia acadêmica e, no caso das universidades estaduais – UERJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) –, a autonomia financeira que nunca foi conquistada consolida uma guinada no caráter público da universidade com o aprofundamento da heteronomia universitária.

Nesse sentido, as microrresistências são a materialização operativa das macrorresistências, como as organizadas pelos movimentos sociais dentro da universidade são fundamentais para lutas sociais contra a lógica de mercado. Assim:

A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa por microrresistências e de simulação ocultas do trabalho vivo contra o novo patamar de exploração da força de trabalho. A crise de sindicatos e partidos trabalhistas, “intelectuais orgânicos” da classe, expressam, em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicatos) enfrentarem a “guerra de posição” que ocorre no campo da subjetividade das individualidades de classe do trabalho. (Alves, 2011, p.114-115)

A nota da ASDUERJ sobre o Ato Executivo editado em 9/3/2015 pelo Reitor da Universidade é clara na defesa dos eixos fundamentais para a sobrevivência da UERJ enquanto uma grande universidade pública brasileira:

Por tudo isso, repudiamos a não convocação da sessão ordinária do Conselho Universitário, que deveria ter ocorrido em 06/03, inviabili-

zando o debate coletivo e transparente de um plano de enfrentamento da crise por que passa hoje a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exigimos a retomada da institucionalidade da UERJ e da democracia interna, com a elaboração de um plano emergencial de posse dos novos concursados/contratação de substitutos, avanço nos temas de interesse da comunidade universitária, entre eles uma proposta unificada de reajuste salarial, a incorporação da Dedicação na aposentadoria. (Nota da ASDUERJ, 9/3/2015)

Em um momento difícil da capacidade organizativa da classe que vive do trabalho, a ASDUERJ tem conseguido ocupar um papel de destaque nas batalhas em defesa da categoria e da universidade, superando enormes desafios, conseguindo colocar a resistência coletiva em debate e sendo capaz de fazer avançar a luta na sociedade, pois sabemos que:

O trabalho é mesmo, certamente, o *locus* principal em que se realiza o aprendizado da democracia. Mas, se a renovação do viver junto fracassa, então o trabalho pode se tornar uma perigosa força de destruição da democracia e de difusão do cinismo e do cada um por si. Despolitização, desestruturação das solidariedades, solidão no meio da multidão, tudo isso leva, inevitavelmente, a um recolhimento no espaço privado. E este não oferece os meios defensivos tão vigorosos quanto a cooperação, nas estratégias coletivas de defesa elaboradas de forma solidária na luta pela saúde. O individualismo é uma derrota e não um ideal. (Dejours, 2004, p.20)

Considerações finais

Estamos continuando a nossa pesquisa, com cunho histórico, na vertente do tempo presente sobre a universidade, esse estudo evidencia a emergência de novos elementos e novas reflexões. Estamos construindo um importante debate sobre trabalho docente, neoliberalismo e política, mas sabemos que temos um grande desafio e um trabalho grandioso de leituras, reflexões e análises que nos espera mais adiante, nesse processo exploratório. Assim, considero que este artigo, ora apresentado, é um “pontapé inicial” em nosso processo de pesquisa.

Por isso, mantemos de pé a fé em uma sociedade mais humana que necessariamente passa por diferentes reflexões sobre o mundo do trabalho e a formação de um novo homem para que possamos construir uma nova sociedade que possa ser reconstruída em bases humanitárias e humanizadas:

Desse modo, a redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria, ou a redução da pessoa humana à mera força de trabalho,

é uma operação que reduz ou corrói o campo de desenvolvimento humano-genérico. Na ótica marxiana, o comunismo é a sociedade do tempo livre, em que o trabalho heterônomo se reduz drasticamente, embora não seja eliminado. (Alves, 2013, p.107)

Somente em uma sociedade sem exploração e livre do capital poderemos construir uma universidade onde autonomia, democracia e produção científica livre sejam marcadas pelo ritmo das necessidades humanas e não do lucro.

Referências Bibliográficas

- ALVES, G. *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013.
- _____. *Trabalho e subjetividade. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDERSON, P. A batalha de ideias na construção de alternativas. In: BORON, A. (Org.) *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimento social*. Buenos Aires: Clacso, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/>>. Acesso em: 3/8/2016.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BORON, A. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. In: CASTELO, R. (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.81-97.
- CASTANHO, S. *Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (Orgs.) *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.215-218.
- COELHO, E. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. In: *Revista História e Luta de Classes*, n.9, jun. 2010, p.7-16.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.43-53.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. In: *Revista Produção*, v.14, n.3. São Paulo, 2004, p.27-34.
- DOSSE, F. *Renascimento do acontecimento, um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: EdUNESP, 2013.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. In: *Tópoi. Revista de História*, n.5. Rio de Janeiro: PPGHS/UFRJ, dez. 2002, p.314-332.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: CIAVATTA, M. (Org.) *Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.141-158.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOHN, M. da G.M. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. In: *EccoS. Revista Científica Uninove*, v.7, n.2. São Paulo: jul./dez. 2005, p.253-274.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEFEBVRE, H. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.

LEHER, R. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, O. (Org.) *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005, p.211-245.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992, p.133-161.

MANCIBO, D. UERJ: *Da gênese aos compromissos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. UERJ: da gênese utilitária aos compromissos “Pró-Ciência”. In: MOROSINI, M. (Org.) *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006, p.313-323.

_____.; SILVA JÚNIOR, J.R. e OLIVEIRA, J.F. (Orgs.) *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. São Paulo: Alínea, 2008.

_____. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A.M.B. (Org.) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2009, p.75-92.

_____. Trabalho docente na UERJ: intensificação, precarização e efeitos de subjetivação (1995/2008). Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/>>. Acesso em: 2/3/2015.

NOSELLA, P. e BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2009.

PADRÃO, S. Financiamento público da UERJ: uma questão de autonomia. In: *Advir*, n.23. Rio de Janeiro, dez. 2009, p.27-40.

REVEL, J. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

_____. *Proposições. Ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer o seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SANTOS, R. UERJ e ASDUERJ. Elementos para uma análise crítica da UERJ - Pela reestruturação da vida universitária. Rio de Janeiro, 1982 [mimeo].

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D. e FÁVERO, M. (Orgs.) *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004. p.3352.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Ampliação de cobertura, restrição de direitos e precarização do trabalho em saúde: os ACS no contexto da contrarreforma neoliberal no Brasil

*Márcia Valéria Morosini**

Introdução

Os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) inscritos na Constituição do Brasil de 1988 foram concebidos em meio ao Movimento da Reforma Sanitária e, portanto, são tributários de um projeto de transformação da sociedade brasileira, num contexto de luta pela redemocratização do país. Nesse contexto prevaleceram as ideias do direito universal à saúde, com atendimento integral a todos os brasileiros, garantido mediante políticas, ações e serviços públicos, envolvendo os vários setores sociais – educação, cultura, lazer, emprego, transporte e outros – com a participação de trabalhadores estáveis, bem formados, com alto grau de participação popular.

Na conjuntura imediatamente posterior, esses princípios encontraram um duplo obstáculo: a hegemonia das ideias neoliberais¹ que ganhara o país, combinada de forma perversa com a herança antipopular, antinacional e antidemocrática do projeto societário da burguesia brasileira.² (Behring e Boschetti, 2011)

Desde então, dialeticamente, pode-se dizer que houve avanços significativos na ampliação da cobertura da atenção à saúde, entretanto, estes se fizeram por meio de políticas e programas seletivos ou insuficientes, comprometendo os princípios da universalidade e da integralidade em saúde. Além disso, verifica-se

* Professora e Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Vice-líder da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH) e Membro do Grupo Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/ EPSJV/FIOCRUZ).

¹ Entende-se por neoliberalismo a alternativa hegemônica adotada em âmbito mundial para o enfrentamento da crise capitalista gerada pelo esgotamento do regime de acumulação fordista. Baseia-se num conjunto de ideias que abrangem as várias dimensões da vida em sociedade: política, econômica, social, jurídica e cultural e traz implicações para as diversas relações que os homens estabelecem entre si. (Mancebo, 2003)

² Na verdade, ainda no processo constituinte, a organização dos parlamentares no grupo chamado “Centrão”, frente formada pelos partidos de direita e centro-direita com o apoio do então Presidente da República, José Sarney, abateu a possibilidade de um sistema de saúde exclusivamente público, permitindo que recursos públicos pudessem financiar entidades filantrópicas e contratar serviços privados, instituindo o chamado sistema complementar.

também que alguns projetos de ampliação de cobertura, fizeram-se subtraindo ou flexibilizando os direitos dos trabalhadores do setor.

No campo do trabalho em saúde, tem sido notório o desenvolvimento de ocupações que têm gerado trabalhadores com vínculos precários e formação aligeirada, mas estratégicos para o desenvolvimento de determinadas políticas públicas, notadamente nas áreas da atenção e da vigilância: Agentes Comunitários de Saúde (ACS); Guardas Sanitários; Agentes de Combate às Endemias (ACE); Agentes de Meio Ambiente; Agentes de Saneamento; cuidadores (de idosos; de saúde mental). Em 2003, o Ministério da Saúde calculava haver 500 mil trabalhadores atuando nessas condições, dentre os quais, 176 mil agentes comunitários de saúde. (Brasil, 2003a)

O mesmo raciocínio dialético aplicado à análise dessas ocupações revela que: se, por um lado, estas abrem postos de trabalho para uma parte significativa da classe trabalhadora, em geral com baixa escolaridade e sem formação profissional, por outro, reforçam e ajudam a perpetuar as condições de desigualdade e de exploração do trabalho desses segmentos da população brasileira.

No cenário atual, crescentemente adverso para os projetos de caráter democrático e popular, esse texto pretende revisitar, por meio de um olhar retrospectivo, uma parte da história recente das políticas públicas de saúde. Essa volta ao passado próximo visa buscar elementos que possibilitem a melhor compreensão dos desafios presentes para os trabalhadores, particularmente no âmbito do SUS, enfocando um trabalhador específico – o ACS da Estratégia Saúde da Família, atual Política Nacional de Atenção Básica à Saúde – procurando analisar como se conformou a precarização do seu trabalho.

O Brasil da contrarreforma e as políticas de saúde

A década de 1990 no Brasil foi marcada pelo projeto de contrarreforma brasileira que correspondeu ao conjunto de medidas implementadas no sentido de reformatar o Estado brasileiro, adaptando-o às exigências do capitalismo financeiro mundializado. Tratava-se de instituir em terras brasileiras as condições políticas, o arcabouço jurídico-legal e as justificativas ideológicas para a resposta do capital à crise das taxas de lucro, iniciada na década de 1970, nos países de capitalismo central, destruindo e reestruturando o que fosse necessário no âmbito do Estado e reconfigurando a relação entre Estado e sociedade civil.

No Brasil, um marco importante da adoção das ideias neoliberais pelo governo federal foi a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho

do Estado em 1995, no qual são indicados quatro problemas fundamentais a serem enfrentados no processo de contrarreforma. Os dois primeiros seriam o tamanho e o papel do Estado que deveriam ser redimensionados e redefinidos; os dois últimos corresponderiam às necessidades do governo: de recuperar a capacidade financeira e administrativa de implementar suas decisões políticas e de ampliar sua capacidade de intermediar politicamente interesses e garantir legitimidade para governar (aumentar a chamada governabilidade). (Brasil, 1995; Rizzotto, 2000)

Para o enfrentamento dessas questões indicou-se o ajuste fiscal, a liberalização da economia em favor da expansão do mercado, as privatizações e um programa de publicização. Enquanto a privatização visava retirar o Estado de suas funções produtivas, tendo como principal argumento sua suposta ineficiência, a publicização implicou a transferência de responsabilidades e recursos do setor público para o privado e impacta especialmente a forma de organizar e ofertar as políticas sociais. (Behring; Boschetti, 2011)

Sobre as privatizações, o Plano Diretor (Brasil, 1995) afirmou que estas tinham como objetivo “promover poupança forçada” com os recursos obtidos pela venda das empresas estatais ao setor privado que supostamente seria mais eficiente na condução das atividades de produção. O resultado de fato foi a entrega de vasto patrimônio público ao capital estrangeiro, beneficiado por preços abaixo do mercado, com ônus para o Estado que arcou também com o passivo das empresas que foram privatizadas. Além disso, essas empresas não foram obrigadas a comprar seus insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parte do parque industrial nacional, à remessa de grande quantidade de dinheiro para o exterior, aumentou o desemprego e promoveu o desequilíbrio na balança comercial. (Behring e Boschetti, 2011)

Quanto à publicização, esta significaria a transferência para o setor público não estatal da produção dos serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, “estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle”. (Brasil, 1995, p.13) Esse processo levou à criação de agências e organizações sociais e à regulamentação que possibilitou ao chamado terceiro setor tornar-se executor de políticas públicas. (Behring; Boschetti, 2011)

Por meio desses processos, conduziu-se a redefinição do papel do Estado que segundo o referido Plano Diretor deixaria de ser “o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de *promotor* e *regulador* desse desenvolvimento”. (Brasil, 1995, p.12 [grifos nossos])

A arquitetura político-econômica de cunho neoliberal instituída aqui reverteu boa parte das perspectivas universalizantes que os movimentos populares lograram inscrever no texto constitucional de 1988, como é o caso do SUS. Este se transformou em um complexo intricado de avanços e recuos, resultados provisórios das disputas e dos interesses conflitantes que compõem as forças que disputam o Estado brasileiro e se fazem presente em seu aparato jurídico-institucional.

Para o setor saúde, foi produzido um documento específico para orientar as mudanças a serem implementadas, intitulado documento Reforma Administrativa do Sistema de Saúde (Brasil, 1998a) publicado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Segundo este documento, o SUS deveria ser dividido em dois subsistemas: o sistema de entrada e controle aos quais se atribuem as características comumente referidas à atenção básica, como a resolubilidade dos problemas mais comuns, a integração das ações e a continuidade da atenção; e o sistema de referência ambulatorial e hospitalar aos quais seriam encaminhados os problemas considerados de maior complexidade. Essa segunda parcela do sistema seria composta pelos ambulatórios especializados e pelos hospitais. (Brasil, 1998a)

Esse documento indicou também que o sistema de referência ambulatorial e hospitalar seria composto indistintamente por instituições estatais, filantrópicas ou privadas, prevendo a utilização de medidas que estimulassem a competição, sem distinção, entre instituições públicas e privadas, conforme destacado nos trechos a seguir.

(...) a separação operacional entre o Subsistema de Entrada e Controle, para solução de problemas mais simples em nível do indivíduo e da família e o Subsistema de Referência Ambulatorial e Hospitalar permite o surgimento de mecanismos de competição administrada altamente saudáveis, envolvendo os [subsistemas de] Entrada e Controle entre si (competição pela qualidade, resolubilidade, efetividade, integralidade e continuidade) e entre ambulatórios e hospitais de referência (competição pela qualidade, redução de custos e desempenho entre outros). (Brasil, 1998a, p.11)

Os hospitais estatais existentes em cada esfera também integrarão a oferta, competindo com os hospitais privados e filantrópicos. (Id., p.18)

Harvey (2008) afirma que, na lógica neoliberal, a competição é considerada uma virtude, seja ela entre indivíduos, empresas e/ou entidades territoriais e deve obedecer às leis do mercado. Combinada com a privatização e a desregulação,

a competição formaria um trio capaz de eliminar obstáculos burocráticos, ampliar a eficiência e a produtividade, conseguindo ainda melhorar a qualidade e reduzir custos. A retórica neoliberal justificaria assim a desregulação e o repassa à iniciativa privada de setores antes geridos ou regulados pelo Estado.

A perspectiva gerencialista de cunho privatista levou para o setor público de saúde os princípios do setor privado e do mercado, transformando-se em vetor da redução da participação direta do Estado na oferta dos serviços públicos e da operacionalização de mudanças no processo de trabalho em saúde, com a inserção de novos dispositivos de gestão. (Almeida, 1999; Soares, 2000; Chinnelli, Lacerda e Vieira, 2011)

Desse modo, as questões de caráter ético-político, relacionadas ao atendimento das necessidades de saúde das pessoas transformaram-se em problemas gerenciais para os quais são oferecidas soluções burocráticas e administrativas, estratégias de gestão, avaliação e controle, com metas definidas pelo alto e monitoradas por dispositivos que passaram a compor o processo de trabalho em saúde. Amparado por novos instrumentos legais que permitem a redefinição da natureza jurídica de instituições e serviços e o desenho de novas modalidades de contratação precária dos trabalhadores, esse processo ampliou a privatização do setor, com formas variadas de participação do segmento privado, inclusive em áreas antes exclusivas do Estado (avaliação de serviços e vigilância sanitária, por exemplo), e a terceirização de serviços e da própria força de trabalho. (Rizzotto, 2000; Pires, 2004; Chinnelli, Lacerda e Vieira, 2011)

Devem-se destacar ainda dois mecanismos instituídos nesse período e que ajudaram a compor as dimensões contraditórias do SUS. São eles a Lei de Responsabilidade Fiscal³ e os mecanismos de desvinculação de recursos da receita da União,⁴ que têm repercutido no esvaziamento do financiamento do setor saúde, na precarização do trabalho no SUS e na restrição à ampliação da atenção pública à saúde. A Lei de Responsabilidade Fiscal em especial tem relação bastante estreita com a precarização do trabalho em saúde, uma vez que estabeleceu limites para os gastos com pessoal no setor público, mas excluiu

³ A Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, determina que a despesa total com pessoal no setor público não poderá ser maior do que 50% da receita corrente líquida da União e 60% dos estados e municípios, a cada ano. Anteriormente a essa, houve a Lei Camatta (Lei complementar nº 82, de 27/3/1995) que inicialmente limitou os gastos com contratação de pessoal em 60% da receita corrente líquida para todos os níveis de gestão.

⁴ O Fundo Social de Emergência, substituído pelo Fundo de Estabilização Fiscal e, finalmente, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), é um dispositivo por meio do qual 20% da arrecadação de impostos e contribuições da União foram e são desviados para a política federal de estabilização econômica e, mesmo que um percentual possa retornar para o Orçamento da Seguridade Social, uma das fontes de financiamento da saúde, isso acaba contribuindo com o caráter discricionário desse financiamento.

dessa conta a contratação de serviços de empresas terceirizadas. (Brasil, 2000a)

Os ACS foram instituídos como trabalhadores do SUS justamente nesse contexto da década de 1990, passando a integrar a atenção básica, inicialmente do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), a partir de 1991 e, desde 1994, no Programa Saúde da Família (PSF). Ambos os programas guardavam relação com as ideias promovidas pelo Banco Mundial para a saúde, estabelecendo condições para que pudessem ser financiados com os recursos desse organismo internacional. Dentre elas, destacam-se a focalização da atenção a grupos específicos ou a extratos sociais considerados de maior risco e a delimitação de direitos a serem garantidos a estes setores, mediante políticas públicas segmentadas, tendo como base uma cesta de serviços, ações e recursos a serem ofertados.

No PACS, inicialmente voltado para o Nordeste e regiões de menor complexidade urbana, sem ou com acesso precário aos serviços de saúde, as atribuições dos ACS tinham um caráter eminentemente educativo, compreendendo principalmente orientações a grupos específicos, mulheres e crianças pequenas, quanto ao aleitamento materno, ao pré-natal, à vacinação e à Terapia de Reidratação Oral (TRO). Trabalhavam sob a supervisão direta de um profissional enfermeiro, responsável também pela sua preparação para o trabalho comunitário, em territórios definidos, visando os moradores locais.

Nesse momento, atuando em municípios e localidades de baixa renda, com altos índices de mortalidade materna e infantil (menores de 1 ano), as ações empreendidas pelos ACS, consideradas de baixa complexidade,⁵ trouxeram um grande impacto no sentido da redução desses indicadores socio sanitários que têm grande repercussão na análise das condições de vida e saúde de uma população. (Morosini, 2010; Dallavecchia, 2012)

Com o desenvolvimento do Programa Saúde da Família, passou a haver a possibilidade de o trabalho do ACS integrar uma equipe de saúde cuja composição mínima contempla profissionais médicos, enfermeiros, auxiliares

⁵ A complexidade das tecnologias, saberes e técnicas, requeridas para o atendimento e a resolução dos problemas de saúde foram usados como critério para organizar de forma hierarquizada o SUS, de modo que os diferentes níveis de atenção – primário, secundário e terciário – se complementassem por meio de um sistema de referência e contrarreferência. Historicamente, a organização dos serviços em níveis hierárquicos de complexidade contribuiu para a desvalorização e favoreceu a ideia de uma atenção primária à saúde simplificada, o direito mínimo a saúde a ser oferecido pelo Estado. No Brasil, a atenção básica é a nomenclatura adotada para designar a atenção primária que é, desde a sua formulação em nível mundial, campo de disputas entre concepções de caráter seletivo e focalizante e concepções relativas à saúde como um direito a ser atendido por políticas universais, regidas pelo princípio da integralidade. Essa última concepção corresponde à perspectiva que norteia as reflexões produzidas nesse texto que compreende a saúde como um campo em que diferentes momentos e contextos de atenção devem estar disponíveis de forma articulada, para atenderem às diversas necessidades de saúde da população. (Matta e Morosini, 2009)

e técnicos de enfermagem e os agentes comunitários de saúde. Atualmente, a esse grupo podem ser acrescentados outros profissionais, como o auxiliar e o técnico em saúde bucal e o agente de vigilância em saúde, o que configuraria uma equipe ampliada que aumenta o escopo de atuação e resolutividade dessa equipe, em relação às questões de saúde que podem ser atendidas.

A partir de 1998, quando se operacionalizou a Norma Operacional Básica da Saúde publicada em 1996 (NOB/96),⁶ o trabalho do ACS no PACS e no PSF foi ganhando dimensão nacional, a partir da indução do governo federal que, por meio de incentivos de remuneração diferenciada, passou a estimular a implantação desses dois programas pelos municípios. Entretanto, a presença mais sistemática dos ACS nos grandes centros urbanos só se deu posteriormente, com um novo processo indutor da implementação desses programas, ou seja, com o Programa de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF).⁷ Este momento marcou também a adoção formal da nova nomenclatura Estratégia Saúde da Família (ESF), enfatizando a perspectiva de reorganização do modelo de atenção à saúde.⁸ (Morosini, 2010; Dallavecchia, 2012)

Os principais elementos da contrarreforma então inscritos no PACS e no PSF e podem ser assim resumidos: seletividade do pacote de ações e procedimentos de saúde, voltados à população mais pobre, com prioridade de implementação nas áreas de risco indicadas no “Mapa da Fome” e realizados por trabalhadores com vínculos precários de trabalho, com a utilização de pessoal sem qualificação. (Rizzotto, 2000; Soares, 2000) Quando implementados, o PACS e o PSF correspondiam a uma atenção básica seletiva e focalizada, congruente com as ideias ofertadas pelos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial que financiou tais programas, entre outros.

⁶ A NOB de 1996 foi fundamental para a conversão do PACS/PSF em uma estratégia de reorganização da atenção básica, apontando para uma perspectiva de superação da estreita focalização que marcou seus primeiros anos. O principal instrumento dessa mudança foram os componentes fixo e variável do Piso da Atenção Básica (PAB) que estabeleceram incentivos financeiros aos municípios que adotassem o PACS e o PSF, tornando automática e regular a transferência de recursos federais para o financiamento da atenção básica e, particularmente, desses programas. Deve ser registrado que, anteriormente, os recursos dirigidos ao PACS e ao PSF foram, durante muito tempo, transferidos por meio de convênios, o que determinou uma série de atrasos de pagamentos e descontinuidade de serviços.

⁷ O PROESF foi criado pelo Ministério da Saúde para apoiar, por meio da transferência de recursos financeiros fundo a fundo, a expansão, qualificação e consolidação da Estratégia Saúde da Família nos municípios com população superior a 100 mil habitantes. Ele foi viabilizado com recursos do acordo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento que integra o Banco Mundial e teve duração de 2002 a 2013.

⁸ Quando se fala em reorganização do modelo de atenção, geralmente, se refere à tentativa de superação do modelo predominantemente biomédico, cuja organização é centrada no trabalho médico, assistencialista, no qual a instituição hospital tem centralidade em detrimento de ações e serviços de prevenção e promoção da saúde. Por isso, o modelo hegemônico é comumente chamado de hospitalocêntrico.

Nesse ponto, cabe localizar a importância estratégica da incorporação do ACS na ESF⁹ para a adequação do projeto de atenção à saúde às exigências do receituário da contrarreforma, começando pelo perfil social deste trabalhador não qualificado na área da saúde, cujo sentido se produz em meio às condições já assinaladas.

O perfil social dos ACS: particularidades, desigualdades e precarização

Convocados pela ESF, os moradores das comunidades que seriam por ela atendidos foram chamados a participar da atenção à saúde como um elemento central por meio de cuja atuação seria possível a aproximação dos serviços de saúde em relação às comunidades e seus moradores. O papel que lhes foi reservado é o de mediador entre os profissionais e o conhecimento técnico-científico portado por eles e a comunidade, as relações desenvolvidas entre seus moradores, suas condições de vida, de saúde, de educação, a cultura, seus saberes e modos de levar a vida, explicar e compreender os aspectos do adoecimento.

Para exercerem esse papel de mediador social, os moradores que se candidatassem deveriam atender aos seguintes requisitos: saber ler e escrever, ter idade superior a dezoito anos, disponibilidade de trabalho em horário integral e residir na área de atuação. Esses critérios de ingresso foram indicados por documentos oficiais do Ministério da Saúde que apresentavam e orientavam as características de organização e implementação do PACS e do PSF à época. (Brasil, 1998b; Brasil, 2000b; Brasil, 2000c)

A simplicidade dos critérios de elegibilidade ao trabalho de agente comunitário de saúde revela em que direção apontou a criação desses postos de trabalho, ou seja, para um segmento da classe trabalhadora brasileira com baixa escolaridade e pouca renda ou desempregado, numa conjuntura de taxas elevadas de desemprego. Pode-se dizer, portanto, que as perspectivas da focalização e da seletividade estão na condução tanto da política de geração de emprego e renda, quanto da política de saúde, definindo os contornos dos postos de trabalho e do pacote de atenção a ser oferecido e os grupos sociais a que ambos foram dirigidos.

Além da simplificação dos requisitos para tornar-se ACS, um outro elemento que configurou o trabalho do agente comunitário de saúde diz respeito à sua preparação laboral. Após selecionado, o ACS capacitava-se em serviço

⁹ A partir desse ponto do texto usaremos tal denominação para nos referirmos à política de atenção na qual os ACS atuam. Voltaremos a utilizar os termos PACS e PSF quando se tratar de algo específico de um ou de outro programa ou para a sua localização histórica no tempo.

geralmente com o enfermeiro-supervisor e, eventualmente, com a contribuição de outros profissionais da equipe de saúde da família. Sem requisitos de escolaridade, sem currículo de referência ou um programa mínimo, sem definição de carga horária ou outro tipo de formalização, a capacitação dos ACS, quando houve, foi feita em serviço, sem perspectivas de profissionalização.

Assim qualificados, os ACS eram (e ainda são) responsáveis por atividades como: utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva; realizar o registro de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco às famílias; participar de ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida. (Brasil, 1999)

A simplificação dos requisitos de ingresso e da preparação para o trabalho do ACS contrasta com a complexidade das atividades que lhe são requeridas e parecem denotar tanto a subestimação dessas atividades quanto a expectativa de reprodução da heteronomia no processo de trabalho em saúde, em que o ACS conduziria suas ações pelo trabalho prescrito e supervisionado.

A esse quadro de um trabalhador sem qualificação profissional, que se capacita em serviço, somou-se ainda a questão da forma de vinculação desse trabalhador ao sistema de saúde.

O Decreto nº 3.189, de 4/10/1999, que fixou as diretrizes para a atividade do ACS indicava que seus serviços seriam prestados de forma remunerada, na área do respectivo município, com vínculo *direto ou indireto* com o Poder Público local. Em sequência, a Lei nº 10.507, de 10/7/2002, que criou a profissão do ACS, manteve os mesmos critérios de ingresso e as condições de vinculação, alterando a exigência de escolaridade para o ensino fundamental e indicando a necessidade de um curso cujo conteúdo seria definido pelo Ministério da Saúde.

Na vigência desses critérios, os agentes comunitários de saúde foram contratados majoritariamente, aliás como os demais trabalhadores da ESF, por meio de vínculos indiretos, dos mais diferentes tipos, muitos caracterizando precarização do trabalho. (Brasil, 2003b)

Segundo Lopes (2011), a noção de precarização parece emergir no contexto de reorganização da produção pós-fordista, realizada a partir da década de 1980, visando à diminuição dos custos e a subtração dos direitos dos trabalhadores. Estaria assim ligada a práticas recentes de terceirização por meio das quais as empresas transferem a outras empresas (terceiras) as atividades que

não são consideradas essenciais às suas finalidades o que implica a contratação temporária e a redução dos direitos dos trabalhadores assim vinculados.

Ainda no sentido de localizá-la como fenômeno marcante do contexto político e econômico das sociedades contemporâneas, Lopes (2011) refere-se também à sua conexão com as transformações pelas quais passa a questão social, com as investidas sistemáticas contra a sociedade salarial, com a consequente exclusão de um número crescente de pessoas da relação assalariada, conforme obra de Castel (2013), cuja leitura revela também o já referido desmonte do chamado Estado social.

Lopes (2011) afirma, entretanto, que a precarização e o capitalismo têm uma relação permanente e que, no Brasil, esta é um atributo intrínseco à sua formação social, desde a escravidão. Braga (2012, p.17) reforça esse pensamento afirmando que a precariedade é parte constitutiva da relação salarial, resultante “da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital”. Ambos os autores divergem, portanto, da caracterização de Castel (2013) que compreende a precariedade como uma condição exterior à relação salarial, como um produto da crise econômica mundial e da saída neoliberal imposta. Segundo Braga (2012), esta forma de pensar confunde a especificidade da proteção social, que caracterizou a cidadania do fordismo, com a relação salarial como um todo.

Alves (2013) afirma que as metamorfoses do mundo do trabalho possuem novas dimensões a serem investigadas no processo de precarização do trabalho característico do atual momento de crise estrutural do capital. Ele apresenta a flexibilidade como o traço principal da nova condição salarial e lembra que Harvey denomina de flexível o novo regime de acumulação capitalista. Segundo Harvey (2013, p.140), a acumulação flexível “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo”.

Alves indica que, para a acumulação do capital, é a flexibilidade da força de trabalho – que compreende a flexibilidade do aparato legislativo, da regulamentação social e sindical – que permanece estratégica. É ela que caracteriza a reestruturação produtiva, impondo-se como a principal característica do “novo e precário mundo do trabalho”. (2013, p.89)

Segundo Braga (2012), devido principalmente à busca das empresas por flexibilidade, o estatuto do trabalho foi modificado, tornou-se fragmentado, passando a ter como características principais os contratos com tempo determinado e o emprego por conta própria. A fragilização dos trabalhadores brasileiros

foi reforçada pelo aumento do desemprego, o desmantelamento das formas de solidariedade entre os trabalhadores que marcaram o período do fordismo e a crise das formas coletivas de mobilização.

Ressalve-se aqui o fato de que este texto está debruçado sobre um trabalhador da saúde pública, do SUS. Nesse sentido, o trabalho que realiza tem sentido próprio e se faz em condições diferenciadas daqueles setores chamados produtivos. Pires (2000) lembra que o trabalho em saúde faz parte do setor de serviços e integra a esfera da produção não material, completando-se no ato de sua produção, isto é, seu produto – a assistência à saúde – é indissociável do processo que o produz. Trata-se de um trabalho coletivo do qual participam diversos profissionais, organizado de forma parcelada e hierarquizada, com hegemonia do trabalho médico.

A princípio, o trabalho no âmbito do SUS não se configuraria em um trabalho produtivo, não produziria mais valor diretamente, mas participaria do processo mais amplo de valorização, uma vez que é o setor que repõe a força de trabalho na produção. Além disso, os trabalhadores do setor público são remunerados pelo Estado com recursos do fundo público que provêm, em boa parte, da arrecadação de impostos sobre o trabalho produtivo.

Entretanto, no setor privado complementar ao SUS, cujos serviços estão inseridos na lógica do mercado, os trabalhadores participam diretamente da produção de valor. Caso semelhante, porém, mais complicado, configura-se com o ingresso das Organizações Sociais na prestação dos serviços de saúde. Elas se tornam gestores desses serviços e passam a contratar seus trabalhadores que continuam atuando no campo da saúde pública, porém contratados por uma instituição de direito privado, que segundo a legislação, não tem fins lucrativos, mas cujos ganhos provêm dessa relação com o trabalhador e o Estado.¹⁰

O fenômeno da precarização no âmbito da saúde pública atingiu, segundo dados divulgados pelo relatório final do Seminário Nacional sobre Políticas de Desprecarização das Relações de Trabalho no SUS, organizado pelo Ministério da Saúde em 2003, aproximadamente 800 mil trabalhadores do setor público de saúde, o correspondente a praticamente 40% da força de trabalho do setor. Nesse seminário tomou-se por trabalho precário no setor público:

(...) aquele que se exerce na ausência dos direitos trabalhistas e de proteção social, ou seja, o que é desprovido da devida cobertura por normas

¹⁰ Essa situação requer um estudo mais aprofundado para uma melhor elucidação teórica que permita a compreensão das especificidades do trabalho na relação público e privado, no âmbito dos serviços públicos de saúde, equacionando os conceitos de mais valor, trabalho produtivo/improdutivo, trabalho material/imaterial, exploração do trabalho entre outros.

legais e não garante os benefícios que dão segurança e qualidade de vida ao trabalhador, o que inclui, entre outros, a aposentadoria, o gozo de férias anuais, 13º salário e as licenças remuneradas de diversos tipos. Estão envolvidos trabalhadores que são contratados diretamente pelo órgão público mediante um vínculo temporário ou informal que se renova sistematicamente; ou ainda, trabalhadores que se incorporam à força de trabalho do setor público por meio de entidades terceirizadas tais como cooperativas e atuam como se fossem autônomos. (Brasil, 2003b, p.8)

A situação dos ACS em relação às formas de contratação então praticadas está descrita na Tabela 1:¹¹

Tabela 1
EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA POR TIPO DE VÍNCULO DOS ACS – ENTRE 2001 E 2002

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	% DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA*
Estatutário	4,4
CLT	23,3
Contrato Temporário	30,2
Cargo Comissionado	3,7
Bolsa	5,5
Prestação de Serviço	11,6
Cooperado	3,4
Contrato Informal	10,7
Outro	5,2
Contrato Verbal	1,9

*Total de equipes de saúde da família implantadas:13.198.
Fonte: Avaliação Normativa do PSF/MS, 2001/2002.

Na Avaliação Normativa do PSF realizada pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2004), que observou os anos de 2001 e 2002, as modalidades de vinculação “estatutário” e “CLT” foram as consideradas mais estáveis e, juntas, indicavam que somente 27,4% das equipes de saúde da família contratavam os ACS dessa forma, enquanto a grande maioria vinculava os ACS por formas de contratações consideradas precárias.

Em que medida o quadro de precarização tem a ver com os requisitos

¹¹ Esta tabela foi originalmente publicada pela autora em sua dissertação de mestrado. (Morisini, 2009)

de ingresso dos ACS no trabalho e as condições de capacitação para o serviço destes trabalhadores? A resposta a esta questão relaciona-se ao perfil social desenhado como necessário para o desempenho das atividades dos ACS na ESF, assim como aos elementos da contrarreforma no Brasil que determinaram as condições de contratação e gestão dos serviços e dos trabalhadores do SUS, de um modo geral.

O perfil social atribuído ao ACS compunha-se de algumas premissas. A primeira é que somente um morador que partilhasse as mesmas condições de vida das pessoas a quem os cuidados em saúde se dirigiriam poderia compreender bem os problemas de saúde por elas vivenciados. Essa premissa remete a uma anterior, qual seja, de que existem territórios em que residem pessoas e estas estabelecem relações de tal modo específicas e apartadas das relações sociais dominantes e do aparato de serviços oferecidos pelo Estado que se produz uma clivagem entre estes e seus representantes e a cultura local.

Um fato pouco contestado é que havia (e ainda há) lacunas de cobertura e, portanto, uma boa parte da população brasileira encontrava-se sem acesso ou com acesso precário aos serviços de saúde. Essa população é majoritariamente pobre e reside em locais para os quais as políticas públicas de saúde passaram a usar o termo comunidade, correspondendo a territórios inseridos de forma desigual nos processos políticos, econômicos e sociais desenvolvidos nas cidades e considerados regiões de mais difícil acesso aos serviços públicos, seja por sua localização seja devido a efeitos dos processos referidos.

Outra premissa era que os profissionais já instituídos no campo da saúde tinham dificuldade de entender e de se fazer entender pelos moradores dessas localidades. É nessa perspectiva que se colocariam em oposição o saber científico, do qual o serviço e seus profissionais seriam portadores, e o saber popular, próprio das comunidades às quais se pretendia levar a atenção e os cuidados em saúde.

Nesse mesmo contexto de ideias e questões o ACS é concebido e justificado como a “ponte” ou o “elo” entre o serviço de saúde e a comunidade atendida, transformando suas características pessoais e culturais em chaves de aproximação entre esses dois polos. Valorizando atributos subjetivos, demanda-se ao ACS um perfil social “fora do comum” que abrange dois aspectos principais: “identidade com a comunidade” e “pendor à ajuda solidária”. (Nogueira, 2000, p.7)

Dos critérios já vistos de seleção dos ACS para o ingresso no trabalho, dois são formulados particularmente para atender a essa suposta necessidade de identificação do ACS com a área em que atuará: saber ler e escrever e a

exigência de residir na comunidade. O requisito mínimo de escolaridade e a residência na comunidade garantiriam a representatividade do ACS em relação ao seu grupo social. Entretanto, tais exigências tiveram outras implicações que marcaram a trajetória desses trabalhadores no SUS.

A exigência de residir na própria comunidade excluiu os ACS da possibilidade de ingressarem no SUS por meio de concurso público para o qual não se poderia discriminar local de residência. Em função dessa limitação e a partir da luta do movimento organizado desses trabalhadores e dos agentes de combate às endemias, foi realizada alteração no artigo 198 da Constituição, por meio da Emenda Constitucional nº 51 de 2006 (Brasil, 2006a), que possibilitou que estes passassem a ser admitidos no SUS por meio de processo seletivo público. (Morosini, 2010)

A identidade com a comunidade foi também utilizada como argumento contrário à formação profissional dos ACS sob a alegação de que esta formação os distanciaria do conjunto de pessoas da sua comunidade. Afinal, o ACS deveria viver “vida igual” à da população atendida pelos serviços, o que contrasta com aspectos da própria ESF para a qual a situação de escolaridade da população atendida faz parte do diagnóstico socio sanitário empreendido, inclusive como uma tarefa dos próprios ACS. (Id., 2010)

Toda essa argumentação não pode ser separada do fato de que a flexibilização das modalidades de vínculo dos servidores públicos esteve na pauta da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado (aquí chamada de contrarreforma), sendo anunciada como meio de se combater a suposta acomodação, incentivar a criatividade e recompensar o desempenho dos trabalhadores. (Brasil, 1995) Como já dito, a precarização não aconteceu exclusivamente com os ACS, mas incidiu de forma diferenciada sobre este trabalhador, cuja não-profissionalização e a baixa escolaridade e, implicitamente, a sua origem comunitária, favoreceram, entre outros aspectos, os baixos salários praticados.¹² Em relação à precarização do trabalho no plano jurídico-institucional, algumas ações aconteceram. O movimento organizado desses trabalhadores manteve-se atuante, ações judiciais foram iniciadas e o Ministério Público do Trabalho (MPT) chegou a instaurar um Procedimento Investigatório nº 160/2003 (Brasil, 2003c) para apurar a forma de contratação dos ACS pelos municípios e estados. Este resultou no Termo de Ajuste de Conduta nº 72/2004 assinado

¹² A remuneração dos ACS em geral teve como referência o salário mínimo. Recentemente, em junho de 2014, a Lei nº 12.994/2014 estabeleceu o piso salarial profissional nacional (R\$ 1.014,00) e as diretrizes para o plano de carreira dos ACS e dos ACE. (Brasil, 2014a)

pelo Ministério da Saúde que se comprometeu a apresentar ao MPT proposta para a regularização dos vínculos empregatícios dos ACS, negociada com os demais entes federativos. (Brasil, 2004)

A fim de orientar os municípios quanto à forma de contratação dos ACS, foi publicado um documento específico denominado “Modalidades de Contratação de Agentes Comunitários de Saúde” (Brasil, 2002) no qual se indicava o estabelecimento de um Termo de Parceria com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)¹³ definida como:

(...) uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação, sociedade civil ou fundação, que, em virtude de seu objeto institucional, recebeu do Poder Público uma qualificação especial que a torna apta a celebrar o Termo de Parceria, pelo qual pode receber recursos do Estado para o desenvolvimento de suas atividades de interesse público, sem desnaturar o seu caráter de gestão privada. (Brasil, 2002, p.12)

O trabalho dos ACS passou a ser regulamentado pela Lei nº 11.350, de 5/10/2006, também obtida por meio das lutas do movimento organizado dos ACS, na qual se lê que os agentes devem ser contratados “mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional”. (Brasil, 2006b) Entretanto, essa afirmação não tem sido observada como um indicativo determinante da contratação exclusiva dos ACS por meio de vínculos diretos com as instâncias públicas, seja no regime jurídico único, seja pela CLT.

Para a regularização dos vínculos dos ACS no contexto de hegemonia das ideias neoliberais acerca do papel do Estado e de suas relações com o setor privado, viu-se também o recurso à contratação desses trabalhadores por meio das Organizações Sociais (OS) regulamentadas desde 1998 pela Lei nº 9.637. (Brasil, 1998c) Em 2014, a regulamentação das parcerias público-privadas foi complementada e aprofundada pela Lei nº 30.019 que “estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de

¹³ A Lei nº 9.790, conhecida como a “Lei do Terceiro Setor”, institucionalizou as OSCIPS e criou as condições legais para o estabelecimento de parcerias entre estas e o poder público, visando o desenvolvimento de atividades de interesse público, mediante o repasse de verbas do Estado para estas instituições.

fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”. (Brasil, 2014b)

O ingresso e a expansão das Organizações Sociais de Saúde na gestão dos serviços do SUS,¹⁴ inicialmente nos hospitais e mais recentemente na atenção básica, trouxe modificações importantes nas relações de trabalho, como no caso do município do Rio de Janeiro. Se, por um lado, elas podem representar a regularização de vínculos anteriormente estabelecidos com associações de moradores e organizações governamentais, ainda mais precários, por outro lado, ampliam a transferência de recursos e responsabilidades entre a gestão pública e setores da esfera privada, contribuindo para a flexibilização das condições de gestão e contratação do trabalho na atenção básica, especialmente dos ACS.

Na análise do processo de precarização do trabalho dos ACS, além do problema da participação das OS, deve-se considerar ainda, a adoção de instrumentos e processos de caráter gerencialista e produtivista, oriundos do setor privado, na gestão dos serviços e do trabalho em saúde. Como resultado dessas medidas, percebemos a individualização da gestão e a flexibilização dos vencimentos, instituídos por meio da definição de metas e a avaliação individual, constituindo um quadro que contribui para a diferenciação entre os trabalhadores, o que dificulta construção de laços coletivos tanto na experiência cotidiana, onde se instaura a competitividade, quanto no que diz respeito às relações sindicais, grandemente fragilizadas.

Tais procedimentos de gestão parecem acentuar o processo de precarização do trabalho, ainda que forneçam uma base de proteção social, em particular o acesso aos direitos trabalhistas previstos na CLT.

Considerações finais

Os agentes comunitários de saúde são trabalhadores da saúde pública brasileira cujo trabalho estruturou-se e se desenvolveu institucionalmente em meio aos efeitos das conjunções políticas, econômicas, sociais e culturais resultantes da implementação do ideário neoliberal no país. Ele se tornou necessário no âmbito do Estado e sua atuação se justificou na ausência ou insuficiência das políticas públicas sociais. Ele foi chamado a atuar em meio às contradições geradas em um contexto de iniquidade na oferta e no acesso

¹⁴ Em geral, as parcerias entre os entes públicos e as organizações sociais se estabelecem por meio de contratos de gestão que têm por objetivo garantir o cumprimento das políticas públicas pelas OS e permitir o monitoramento e a avaliação das metas contratualizadas. Por meio desses contratos, as OS assumem tanto a administração dos serviços, quanto a gestão do trabalho e da força de trabalho em saúde. (Carneiro, 2013)

aos serviços públicos no campo da saúde. Entretanto, tais contradições afetam o próprio sentido do trabalho do ACS, que aponta tanto para a conservação, quanto para a transformação das condições de vida e saúde, ainda que esta seja uma possibilidade a ser construída.

Portanto, podemos dizer que o perfil social desse trabalhador e as condições de realização do seu trabalho são produzidas simultaneamente, nessa conjuntura de reestruturação do Estado e de suas funções públicas. O ACS é predominantemente recrutado entre os segmentos da classe trabalhadora brasileira afetados pelo desemprego, pelo emprego informal e transitório, com jornadas de trabalho, remuneração e outras condições flexíveis de trabalho, composto majoritariamente por mulheres, com características que remetem ao trabalho precarizado.

Podemos pensar que a interpenetração dessas várias características – a formação, os vínculos empregatícios, a dinâmica do trabalho, as relações de poder e gênero – inserem o ACS em uma teia na qual processos diversificados de precarização vêm se construindo e consolidando. Para compreender melhor a conformação dessa multiplicidade de fenômenos que permeiam as experiências de trabalho e vida dos ACS, algumas questões se colocam como caminhos futuros de investigação.

Houve modificações no perfil social desse trabalhador, considerando a escolaridade, a formação profissional e os vínculos de trabalho no contexto de expansão da ESF nos grandes centros urbanos? Modificaram-se as suas atribuições nesse contexto? Como essas eventuais mudanças afetam as características e a dinâmica do seu trabalho?

Como se dá hoje a contratação dos ACS? Que aspectos do quadro de precarização descrito nesse texto permanecem? Quais se modificam? Que dimensões do trabalho e da vida do ACS estão envolvidas nesse processo de precarização?

Em que contexto, a partir de que projeto de saúde, o ACS pode exercer um trabalho, uma mediação transformadora? E mediante que formação e qual vínculo de trabalho?

Estas questões parecem indicar um caminho necessário para a continuidade da reflexão e investigação em relação aos agentes comunitários de saúde, na interface entre os campos da educação e do trabalho em saúde.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, C.M. de. Reforma do Estado e reforma de sistemas de saúde: experiências internacionais e tendências de mudança. In: *Ciência e saúde coletiva*, v.4, n.2, 1999, p.263-286.

ALVES, G. O novo metabolismo do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: _____. (Org.) *Dimensões da precarização do trabalho. Ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013, p.85-113.

BEHRING, E.R. e BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: MARE, 1995.

_____. A Reforma Administrativa do Sistema de Saúde. Brasília: MARE, 1998a.

_____. Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 1998b.

_____. Lei nº 9.637, de 15/5/1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, maio 1998c.

_____. Decreto nº 3.189, de 4/10/1999. Fixa diretrizes para o exercício de atividades de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 5/10/1999.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, maio 2000a.

_____. Programa Agentes Comunitários de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2000b.

_____. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2000c.

_____. Modalidade de contratação de Agentes Comunitários de Saúde: um ato tripartite. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Sobre a qualificação e a profissionalização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2003a.

_____. Relatório do Seminário Nacional sobre Política de Desprecarização das Relações de Trabalho no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2003b. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/>>. Acesso em: 11/3/2008.

_____. Procedimento Investigatório nº 160/2003. Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. Coordenadoria da Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos, Coletivos e Difusos. Brasília: Ministério Público do Trabalho, mar. 2003c.

_____. Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta nº 72/2004. Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. Coordenadoria de Defesa dos Interesses Individuais, Homogêneos, Coletivos e Difusos. Brasília: Ministério Público do Trabalho, ago. 2004.

_____. Emenda Constitucional nº 51, de 14/2/2006. Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal. Brasília, 2006a.

_____. Lei nº 11.350, de 5/10/2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14/2/2006, e dá outras providências. Brasília, 2006b.

_____. Lei nº 12.994/2014. Institui o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Brasília, 2014a.

_____. Lei nº 13.019, de 3/7/2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as leis nº 8.429, de 2/6/1992, e 9.790, de 23/3/1999. Brasília, 2014b.

CARNEIRO, C.C.G. A inserção do Agente Comunitário de Saúde no Município do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. ENSP/Fiocruz, 2013.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHINELLI, F.; LACERDA, A.; e VIEIRA, M. A reconfiguração gerencial do Estado brasileiro e os trabalhadores da saúde nos anos 1990. In: VIEIRA, M.; DURÃO, A.V.; e LOPES, M.R. (Orgs.) *Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2011, p.33-78.

DALLAVECCHIA, M. *Trabalho em equipe na atenção primária à saúde: fundamentos histórico-políticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FONSECA, A.F.; MOROSINI, M.V.G.C.; e MENDONÇA, M.H.M. (Orgs.) Atenção primária em saúde e o perfil social do trabalhador comunitário: reflexões a partir de uma perspectiva histórica. In: *Trabalho, Educação e Saúde*, v.11. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2013, p.525-552.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Do fordismo à acumulação flexível. In: _____. (Org.) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p.135-162.

LOPES, J.S.L. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. In: *Revista da Rede de Estudos do Trabalho-RET*, n.8, 2011, p.1-14.

MANCIBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A.M.B. (Org.) *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003, p.75-92.

MATTA, G.C. e MOROSINI M.V.G.C. Atenção à saúde. In: PEREIRA, I. e LIMA, J.C.F. (Orgs.) *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2009, p.39-44.

MOROSINI, M.V.G.C. O Agente Comunitário de Saúde no marco da estratégia de saúde da família no Município do Rio de Janeiro: desafio à formação em saúde. Relatório Final. EPSJV/Fiocruz-FAPERJ, 2001.

_____. A política de formação dos Agentes Comunitários de Saúde: memória de uma formulação em disputa nos anos 2003-2005. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. IMS/UERJ, 2009.

_____. *Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos Agentes Comunitários de Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2010.

NOGUEIRA, R.P.; SILVA, E.B. da e RAMOS, Z. do V.R. A vinculação institucional de um trabalhador *sui generis*. Texto para Discussão, nº 735. Agente Comunitário de Saúde. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

PIRES, D. Reestruturação produtiva e consequências para o trabalho em saúde. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.53, n.2, 2000, p.251-263.

_____. A teorização sobre processo de trabalho em saúde como instrumental para análise do trabalho no Programa Saúde da Família. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v.20, n.2. Rio de Janeiro: mar./abr. 2004, p.438-446.

RIZZOTTO, M.L.F. *O Banco Mundial e as políticas de saúde nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva. FCM/UNICAMP, 2000.

SOARES, L.T. As políticas públicas de saúde: o risco do desmonte neoliberal. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.53, 2000, p.17-24.

PARTE 3

Multifaces das violências e dos movimentos sociais: subjetividades e historicidade

Subjetividade, fetiche ou feitiço: escola pública e o capitalismo neoliberal

*Euler Oliveira Cardoso da Costa**

Introdução

Começo a exposição tratando do objeto central de trabalho a que me proponho, qual seja, “a deterioração da autonomia docente nas escolas públicas e a privatização por dentro da educação pública”. Este é o que pretendemos nos aprofundar neste momento. A forma peculiar como a educação pública tem sido solapada por políticas privacionistas advindas do Estado e de organismos internacionais que representam o capital, assim como o próprio Estado brasileiro tem muito bem o representado. Num momento em que vivemos uma crise profunda na educação pública, que tem sido cada vez mais depreciada, depredada e desconfigurada, com objetivos diversos que não daríamos conta de tratá-los todos aqui, mas com certeza, um dos objetivos que nos clarifica é o de suprimir a autonomia do sujeito docente e consequentemente a total objetivação do trabalho docente, a fim de conseguir orientá-lo para as demandas do capital. Para a formação, neste caso, de mão de obra barata, minimamente qualificada, disciplinada, flexível e conformada com sua situação precária, atingindo assim vários objetivos caros ao capital como, mão de obra abundante e pronta para servir sem questionar sua situação, nem suas condições objetivas de sobrevivência, massa de fácil manobra e flexível o suficiente para se adequar as incertezas do mercado (era das incertezas)¹ que são próprias das contradições do modo capitalista de produção.

A escola pública tem se tornado uma ferramenta a mais, a fim de atender a lógica produtiva do capital. Através de mudanças feitas se utilizando as máscaras da “melhora do desempenho”, “melhoria da qualidade”, “otimização dos espaços”, “melhora dos fluxos de aprovação” (neste caso leia-se: aprovação automática), prioridade à “estrutura” em detrimento direto ao pedagógico

* Professor das Redes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH) e do Grupo Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ).

¹ Cf. Ciavatta e Ramos, 2012.

(momento atual em que passa a rede municipal do Rio de Janeiro), e a reificação total do trabalho docente através do advento da “meritocracia”, o que tem gerado tensões internas e externas, tem dividido professores, tem levado como diria Marx, a um estranhamento pelo significado e resultado de seu trabalho por parte do professor.

Uma das hipóteses que trabalhamos é que todas estas investidas do capital como esforço de adequar a educação pública, fundamental e profissionalizante às suas necessidades tenham sua gênese na crença neoliberal da Teoria do Capital Humano, a qual pretende reduzir a prática educacional a um “fator de produção”, como se aquela fosse mais um fator a acrescentar maior técnica e incremento à produção, tal como a tecnologia faz ou aumentar a produtividade. A Teoria do Capital Humano seria uma crença, uma fé do modo de produção capitalista, em sua face neoliberal, que aposta no sucesso escolar como fator de crescimento econômico e consequente aumento da acumulação de capital. Essa teoria acredita que exista uma ligação linear (na verdade circular) entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação, porque levaria a uma produtividade crescente. (Frigotto, 2015)

A Teoria do Capital Humano é fundada em um momento de crise de superprodução capitalista, em que a monopolização do mercado expõe cada vez mais suas contradições, sob a crença neoliberal de harmonia da sociedade e funcionamento dos mecanismos de autorregulação do mercado, enquanto o Estado é impelido a intervir, deixando visível o subdesenvolvimento, a miséria, a desigualdade e a tensão entre capital e trabalho. Porém, a Teoria do Capital Humano seria mais uma tentativa do capital em resolver suas contradições, por meio de um Estado capitalista mais presente e atuante no momento em que o capital monopolista avança. Mas, como nos alerta Frigotto (2015, p.31), “o Estado capitalista, como regulador da vida do capital, revela-se ineficaz. Esta ineficácia (...) reside (...) na natureza privada do capital e, de outro lado, no fato de o Estado... ser um Estado de classe”.

A Teoria do Capital Humano tem entre outras funções, a de desculpabilizar o modo de produção capitalista pelas desigualdades presentes no mundo, passando a ideia de que o subdesenvolvimento não tem a ver com relações de poder, mas sim com a modernização ou qualificação dos “recursos humanos”. Acredita-se que a equalização possa ser feita através de uma melhor preparação dos trabalhadores para o mercado, e com o discurso da meritocracia, busca-se a superação da contradição capital-trabalho. Pois é este mesmo discurso que fará acirrar um sentimento individualista entre os trabalhadores, pois os faz acreditar

que só o bem preparado, o bem treinado “merece” estar à frente dos demais. É esta mesma ideia que tem sido propagada largamente no campo educacional em todos os níveis, do ensino fundamental à pós-graduação e pesquisa, os docentes têm sido postos a prova na busca de um produtivismo frenético. Mas este produtivismo e as outras demandas geradas pela bandeira meritocrática da Teoria do Capital Humano tem sido deveras danoso ao campo educacional das escolas públicas de ensino fundamental. Principalmente no que se refere ao desmantelamento do sistema educacional, com um acirramento entre docentes e gestores, docentes e sociedade, além da competitividade entre docentes, o que tem tornado a classe cada vez mais frágil e suscetível às imposições do Estado capitalista que vem privatizando a escola pública através de projetos, apostilamento, contratação de sistemas privados de ensino, gerando uma desnecessidade do professor e ao mesmo tempo se tornando frutífera a fonte de transferência do capital público para o capital privado. Pelo menos é o que o fenômeno tem mostrado de forma imediata nas escolas públicas do Rio de Janeiro. O que, obviamente, necessita de uma análise profunda e mediata deste fenômeno, a fim de compreender sua essência e consequentemente o que está por trás destas determinações.

Esta discussão necessária nos leva a um ponto central que trata da forma como o capital tem cooptado os sujeitos no mundo do trabalho, seja ele docente ou não. A subjetividade do sujeito tem se mostrado uma eficiente maneira de realização do capital, pois uma das especificidades do modo de produção capitalista está justamente em promover a cisão entre o homem e as suas condições objetivas de existência (comer, vestir e ter um teto), à medida que cria a propriedade privada e reestrutura o modo de produção da sua existência, onde o lucro passa a ter mais importância que as necessidades humanas, sem claro, descartá-las.

Nesta etapa da expansão do capitalismo monopolista, este se mostra através da face da globalização que se engendra mundialmente, mesmo que de forma desigual, e que ao invés de levar a homogeneidade social, amplifica as diferenças e desigualdades, pois de acordo com o cenário que encontra em seu caminho, nos espaços atingidos pela globalização, o processo de deterioração social se intensifica. De acordo com Mancebo:

O encontro das subjetividades com a variedade de estimulações trazidas pelos recursos globais vem afetando os homens, (...) com múltiplos vetores advindos de toda parte. (...) multiplicam-se as possibilidades de os homens se organizarem subjetivamente, surgem novas performances

e as “exigências” comportamentais se desdobram velozmente de forma a (...), abalroar as sólidas e estáveis identidades como padrão subjetivo. (Mancebo, 2003, p.77)

Ora, a discussão sobre a subjetividade é fundamental para entender o que tem ocorrido no mundo do trabalho e do trabalho docente inclusive. A globalização enquanto fenômeno/efeito do processo de expansão da forma monopolista do modo de produção capitalista tem em seu cerne o neoliberalismo e nele, entre outras facetas, a Teoria do Capital Humano que atinge frontalmente o campo educacional. Portanto é coerente perpassar pela subjetividade no contexto da globalização neoliberal monopolista e todas as contradições que esta traz, para melhor compreender a deterioração da autonomia docente e do trabalho docente. Tanto para Frigotto quanto para Mancebo, o neoliberalismo é que busca o rearranjo ou reestruturação capitalista frente à crise do capital dadas suas contradições que são inerentes ao modelo. Por meio do neoliberalismo, o capitalismo baseia-se num renascimento do mercado e do individualismo, como principais articuladores da prática social e das relações entre os homens (Mancebo, 2003), colocando os homens como indivíduos que agem por um racionalismo econômico no qual o indivíduo coloca seus objetivos como soberanos e que limita os avanços nas áreas sociais (portanto coletivas) a refêns de possíveis “coincidências” destes interesses com os objetivos sociais. Ou seja, as práticas de ordem social e coletiva ficariam assim relegadas a própria sorte, ou como querem outros, a uma terceira via, em que o Estado exime-se de responsabilidade tal qual o capital e caiba ao indivíduo a responsabilidade de ter a “consciência social”, orientado por organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais (OSs), fundações, institutos e toda sorte de organicidades representativas do capital que verdadeiramente querem privatizar o social.

Por meio da noção de governamentalidade, a agenda neoliberal para a “retirada de o Estado” pode ser decifrada como técnica de governo. A crise do keynesianismo e a redução em formas de intervenção no Estado de bem-estar social, portanto, levando o Estado a perder poderes de regulação e controle (no sentido de um jogo de soma zero), e em vez disso pode ser interpretado como uma reorganização ou reestruturação das técnicas de governo, deslocando a competência regulamentar do Estado para indivíduos “responsáveis” e “racionais”. O Neoliberalismo encoraja os indivíduos a dar a suas vidas uma forma empresarial específica. Isto responde a mais forte “procura” do âmbito individual para a determinação, autonomia e desejado “fornecimento” de indivíduos e coletivos com a possibilidade de participar ativamente na solução de

questões e problemas específicos que até então tinha sido o domínio de agências estatais especializadas especificamente, com poderes para realizar as tarefas. Esta participação tem um “preço”: os próprios indivíduos têm que assumir a responsabilidade por estas atividades e a possível falha dos mesmos. (Lemke, 2001, p.12)

Como vemos, faz parte da estratégia neoliberal, concomitante com a saída do Estado, a intensificação do individualismo que se responsabilize (por mais contraditório que isso pareça, e é) com o social, ou coletivo. Vemos então a intenção da captura da subjetividade, com isto, ao contrário do que parece, o Estado não perde suas funções, mas passa a ter funções mais específicas, como controle e manipulação dos sujeitos, sem, no entanto, se responsabilizar por estes, que passam a ser preparados para ser responsáveis por si, seu sucesso e ascensão social, bem como pelas ações sociais coletivas.

Voltamos mais uma vez ao paralelo com a Teoria do Capital Humano, em que os teóricos neoliberais acreditam piamente que ao melhorar seu grau de escolaridade o sujeito é capaz de aumentar sua produtividade e consequentemente sua renda. Daí a panaceia de que a educação é um eficiente instrumento de distribuição de renda e equalização social. (Frigotto, 2015) A visão é simplista e infere a uma situação que coloca o sujeito cada vez mais responsável pela sua condição objetiva de existência, ao mesmo tempo em que cria uma “explicação” para as desigualdades atreladas ao capitalismo e a acumulação de capital, como se estas fossem de responsabilidade dos indivíduos e de seus países, naturalizando a situação precária de alguns países, estados, cidades, comunidades em relação a outros mais desenvolvidos, onde o investimento em educação é maior.

A etapa monopolista do capitalismo, que tem na globalização sua afirmação e no neoliberalismo sua orientação, tem-se apropriado das inovações técnico-científicas e as utilizado no intuito de intensificar as relações de exploração do trabalho, sempre com o objetivo de aumentar a produtividade e majorar seus lucros e a acumulação de capital. São diversas as análises feitas no campo do trabalho, mas a apropriação das tecnologias pelo capital tem levado a fortes mudanças no mundo do trabalho e também nas mobilizações de alguns estratos da sociedade. Assim, observa Mancebo:

Novos processos de trabalho emergem, a rigidez do cronômetro e da produção em série e de massa passam a coexistir (...) com a flexibilização da produção, a especialização flexível, os novos padrões de busca de produtividade (...). Na busca por estruturas cada vez mais flexíveis,

a instabilidade é exaltada, transforma-se em objetivo de empresas, organizações, governos e estados e, sob essa dinâmica, muitas instituições perdem toda perspectiva de longo prazo. (Mancebo, 2003, p.82)

A maior parte das mudanças demandadas pelo modelo monopolista neoliberal de concentração do capital tem imposto à classe trabalhadora muitas perdas como a intensificação do trabalho, a insegurança de empregabilidade, redução salarial. A flexibilidade exigida, não só das empresas mas também dos trabalhadores, foi a saída encontrada pelo capital para se proteger das frequentes mudanças causadas pelas crises econômicas, derivadas das contradições de seu próprio sistema. Estas perdas que são impostas aos trabalhadores acabam por levá-los a mudanças de comportamento e consequentemente a sua subjetividade é afetada.

Vale aqui, abrir um parêntese, para falar que tal flexibilidade exigida nas especificações dos trabalhadores foram também incorporadas ao campo educacional, uma vez que o neoliberalismo tem como uma de suas bases a Teoria do Capital Humano e para atender às demandas de um novo homem para o trabalho, que preencha todas as necessidades de um mercado de incertezas, é preciso que se forme trabalhadores polivalentes e flexíveis. Isto implica também em mudanças na estrutura da prática educativa e de seus trabalhadores. Os professores assim passam a sofrer várias intervenções vindas de diversas direções (Estado, capital, instituições internacionais etc.), o que acaba deteriorando sua autonomia e deixando muitos em um estado de “esquizofrenia” profissional. Mas para este assunto faremos uma análise bem profunda, a fim de ir muito além das percepções do fenômeno.

Voltando ao mundo do trabalho, podemos dizer que tal “esquizofrenia” dada a efemeridade do capital globalizado atinge diretamente os trabalhadores, precarizando as relações de trabalho e levando ao que Mancebo vai chamar de “individualização negativa” devido a perdas de muitos direitos sociais trabalhistas, o que, como já dito aqui antes, acaba por levar a uma fragilidade da classe trabalhadora que passa a ver seu próximo como concorrente em potencial. O individualismo tem um efeito negativo à classe trabalhadora, já que desmobiliza, despolitiza, enfraquece, leva à insegurança, como analisado por Mancebo:

A exacerbação do individualismo no mundo contemporâneo seria um dos efeitos dessa nova configuração insegura, pois a ameaça que se abate sobre o indivíduo faz com que ele se feche em si mesmo, numa resposta às pressões sociais, sentidas como impossíveis de serem administradas ou controladas. (Mancebo, 2003, p.83)

As incertezas do mercado, dadas as contradições da expansão do capital monopolista, em que as crises do capital surgem com uma frequência maior, e o lema neoliberal, para o qual o mercado, tanto de trabalho quanto empresarial, é para os mais qualificados (flexíveis), levam a um individualismo fragmentário, no qual o sujeito não se reconhece no outro e, por isso, o individualismo exacerba-se, a selvageria do capital mostra seus dentes. Baran esclarece as intenções do capital:

(...) ascensão do capital monopolista ao poder econômico e social não implicou, inicialmente, a renúncia dos sacrossantos princípios do individualismo desenfreado, da automaticidade do mercado e da neutralidade do governo. Uma vez que esses princípios serviam admiravelmente como cortina de fumaça (...) os capitães da indústria monopolista não pouparam esforços para difundir e apoiar a ideologia da livre sobrevivência dos mais aptos. (Baran, 1972 *apud* Frigotto, 2015, p.30)

Fica claro que a subjetividade sofria, com as forças do capital impondo a “lei da selva”, uma fragmentação que impulsionava ao individualismo que reside na própria raiz de sua origem como palavra, indivíduo, o que não se divide, particular ou para um.

Aqui é preciso retornar aos clássicos. É preciso entender um pouco de como este fenômeno do individualismo se apresenta. E mais, é preciso entender que este fenômeno imediato pode ser consequência de outro fenômeno também já desvendado pelos clássicos. Por intermédio de Saviani e Duarte, vamos chegar a Marx para entender como acontece um dos principais fenômenos do capitalismo, o fetiche, e como a subjetividade se compõe e se forma. Ainda, sobre as aparências, iremos a Kosik para entender como um fenômeno, portanto, não real, pode transformar-se em algo real aos olhos dos desavisados.

Apesar da maior parte dos trabalhos sobre Marx terem um teor mais econômico, sociológico e político, isto não significa de nenhuma maneira que Marx tenha deixado a questão do indivíduo ou da subjetividade à parte. Pelo contrário, esta era uma questão central para Marx, que não conseguia ver apenas a subjetividade ou o indivíduo, mas necessariamente a subjetividade necessitava da intersubjetividade para existir. Em uma passagem do *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx deixa claro que não há subjetividade sem intersubjetividade. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”. (Marx, 1968, p.6)

Ou seja, o homem faz a sua história, mas em condições já existentes, que foram criadas por outros homens, em outro momento da história, assim a história é feita pelo homem, mas sem desconsiderar o outro, sem descartar as relações que existem e existiram, pois estas condições são independentes de suas escolhas.

Sobre a visão de Marx em relação à manifestação da subjetividade humana, Saviani aponta uma passagem em que Marx opinou pela primeira vez sobre uma questão de interesses materiais. O que estava em questão era a acusação de roubo de lenha pelos camponeses de Mosela. Ora, no Estado moderno do século XIX, a propriedade privada valia mais que a vida humana. Assim Saviani relatou esta passagem.

Ora, o que ele procurava compreender, entre essas questões de “interesse material”, era exatamente o sentido da acusação de roubo de lenha. Na verdade, o que os camponeses faziam era tomar os galhos de árvores e gravetos que encontravam na região em que habitavam, o vale do rio Mosela, para se aquecerem no inverno e para preparar seus alimentos. Isto que era perfeitamente aceitável nas condições que vigorava a apropriação comum dos elementos da natureza necessários à produção da existência humana, isto é, à satisfação das necessidades vitais dos homens (...) nas condições da sociedade burguesa em que vigora a propriedade privada, passou a ser considerado violação de propriedade, portanto, roubo. (Saviani, 2012, p.24)

Então, uma questão que parecia comum, uma vez que a sobrevivência humana é algo historicamente primitivo, ganhou contornos complexos e dramáticos por conta de uma ordem natural modificada pelo próprio homem. A propriedade privada é criada pelo homem, o que vai atingir diretamente outros tantos homens. Se antes andar pelo bosque era apenas uma atividade bucólica, agora pode ser visto como invasão de propriedade. Ou seja, os homens fazem a sua história, mas em circunstâncias dadas, e estas circunstâncias são construídas pelo próprio homem. Assim é a subjetividade, indissociável da intersubjetividade. Ora, Marx entende que a essência do homem está no trabalho, é pelo trabalho que o homem se faz homem, é pelo trabalho que ele se forma e se transforma e não pela natureza, assim a própria existência humana é dada pelo próprio homem, pois diferentemente dos animais que tem sua vida garantida pela natureza, bastando a estes se adaptarem, para o homem não há esta possibilidade, necessitando que o homem, através do trabalho, modifique a natureza a fim de adaptá-la a si. (Saviani, 2012) E ao agir sobre a natureza transformando a mesma, o homem trabalha e se transforma, criando o trabalho e a ele mesmo, homem.

E é na alienação do trabalho que Marx encontra as condições em que o homem deixa de reconhecer a si mesmo como homem, pois na prática do trabalho este se desconecta, se desliga de si mesmo, como que se o produto de seu trabalho não fizesse parte também dele, o homem, mas do outro. Marx, ao contrário de Hegel, vê a alienação em seu sentido negativo, onde há um alheamento, um estranhamento do sujeito pelo seu trabalho. Diferentemente, para Hegel, o que se aliena é o espírito que se exterioriza. Marx então situa a alienação entre o objetivo e o subjetivo como escrito nos *Manuscritos* e aqui traduzido por Saviani:

O trabalho alienado: 1) converte a natureza em algo alheio ao homem, 2) aliena o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, e também o aliena do gênero (humano). Ele transforma a vida genérica em meio da vida individual. Em primeiro lugar, ele torna alienadas entre si a vida genérica e a vida individual, em segundo lugar transforma a segunda, em abstrato, em finalidade da primeira, igualmente em sua forma abstrata e alienada. (Marx, 1985, *apud* Saviani, 2012, p.26)

Desta forma subjetiva, o homem alienado não reconhece a si mesmo, nem suas atividades, sua produção, seus atos e, portanto, não reconhece que a história é feita por ele e, suas circunstâncias também. Mas para que fique clara a concepção de Marx sobre a subjetividade, é preciso entender como a essência humana se dava, sem entendimentos que pudessem levar a especulações ou ao abstrato. É, então, que Marx escreve nas “Teses sobre Feuerbach” o que seria a sua concepção do sujeito humano: “Tese VI: Feuerbach dilui a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais”.²

Fica claro que para Marx a essência humana vem das relações entre os homens, ou seja, de suas relações sociais, e assim também com a subjetividade humana que necessita do outro para ser, ao que Saviani esclarece: “Aí já se encontra a definição de homem, vale dizer, do sujeito humano, indivíduo, como conjunto das relações sociais, na qual se encerram a síntese do complexo de reflexos e as análises constitutivas da concepção marxiana da subjetividade”. (Saviani, 2012, p.33)

Para Marx a subjetividade é um exercício de relações sociais entre os indivíduos, não há como o indivíduo se sobrepor as relações intersubjetivas. Marx fala do indivíduo real, que tem suas ações e condições materiais de vida, as quais recebeu de outros e as condições materiais que construirá com outros indivíduos.

² Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf/>>. Acesso em: 21/9/2015.

A subjetividade humana é por definição feita de relações intersubjetivas ou das relações sociais entre os homens.

E por que é importante que se retorne a Marx para entender o que tratamos no início deste artigo, com relação ao avanço do capital monopolista e suas consequências para a subjetividade, além das tentativas de criar teorias sobre o homem se tornar mais um fator de produção, como na Teoria do Capital Humano? Para entender que uma das causas das contradições do capitalismo está em alienar o homem de algo que ele é indissociável, ou seja, aliená-lo de si próprio. Ao fazer isto, sendo o homem essencialmente um sujeito que se constrói através do trabalho e das suas relações com outros homens, consequentemente as contradições surgirão sempre.

Isto nos leva ao outro fenômeno estudado por Marx, o fetiche. A alegoria do “bezerro de ouro” – baseada no que foi destruído por Moisés para mostrar a seu povo que só havia um único deus a ser seguido, já que o bezerro que havia sido feito pelo homem poderia ser destruído – deixa claro que adorá-lo era um erro, pois seria adorar algo feito por um ser comum e não divino, adorá-lo, pois, seria um fetiche. Feuerbach também fez sua crítica ao fetichismo religioso quando escreveu *A essência do cristianismo*, em que criticava a crença em um deus que era a idealização dos desejos humanos. Marx compartilhava das ideias de Feuerbach, mas acreditava que não bastaria libertar os homens das ilusões religiosas. Marx acreditava que enquanto continuassem a existir relações de exploração e espoliação de uma classe dominante por outra dominada, enquanto houvesse oprimido e opressor, não seria possível fazer a humanidade em seu conjunto libertar-se das religiões e dos deuses a elas associados. (Duarte, 2012)

Marx, então, mergulha na busca por entender a essência da sociedade capitalista, sua dinâmica, seu funcionamento. Dedicou a maior parte de sua vida a essa compreensão que resultou em sua obra mais importante, *O Capital*, que se dividiu em alguns volumes ou tomos. No primeiro volume, dedicou-se à análise da mercadoria, utilizando o método materialista e dialético e assim decifrou o fenômeno da mercadoria: decompôs a mercadoria em valor de uso e valor de troca. O valor de uso é a utilidade concreta da mercadoria. Ao trabalho específico realizado pelos trabalhadores para produzir este produto específico, chamou de trabalho concreto. A toda mercadoria produzida pelo homem, também lhe é conferido o valor de troca, sem o qual não poderia ser vendida. O mercado é o lugar onde todas as mercadorias podem ser trocadas umas pelas outras, mas para que isso seja possível, sem que haja perdas

para as quem produziu, as mercadorias precisam ser comparadas de alguma maneira umas com as outras. Era preciso descobrir, então, o que havia em comum entre todas as mercadorias, e pelas suas análises, percebeu que o que havia de comum entre todas as mercadorias era “a quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção”. Perceba, Marx diz: quantidade de trabalho socialmente necessária. Ou seja, o trabalho coletivo, e não individual, é necessário para a produção de uma mercadoria. Mais uma vez deixa claro a importância das relações sociais, da coletividade sobre a individualidade. Marx agora faz a abstração da natureza específica do trabalho para formular um conceito de trabalho abstrato, ao se referir à mercadoria com valor de troca, e faz o mesmo com relação à quantidade de trabalho para este tipo de mercadoria, chamando de “quantidade de trabalho humano genérica e abstratamente considerado”. Por meio dessa abstração, consegue quantificar e mediar universalmente a mercadoria com valor de troca. A materialização dessa abstração feita por Marx é exatamente o dinheiro, que é ele mesmo puro valor de troca. Ao chegar ao dinheiro, Marx determina a mediação que quantifica de forma universal o resultado do trabalho abstrato e prova ainda que o dinheiro tem seu significado devido às relações de mercado e, portanto às relações sociais. O dinheiro, ele próprio é resultado das relações sociais. Mas, como bem analisado por Duarte:

(...) aos olhos dos seres humanos, o dinheiro parece possuir poderes mágicos, parece algo que tem vida própria. Uma das características do processo que leva ao fetichismo é o fato de que as pessoas só veem aquilo que está imediatamente presente e não conseguem analisar o fato imediato à luz da totalidade social. O fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada (...). (2012, p.8)

Aqui voltamos ao que tratávamos no início deste artigo. Perceba que Duarte fala em fenômeno ao se referir ao fetiche e, na mesma frase, fala em cotidianidade alienada. Pois foi pela explicação de Marx sobre subjetividade que chegamos justamente à alienação do homem como um fenômeno negativo do capitalismo, que não permite ao homem reconhecer a si próprio e ao produto do seu trabalho. O fetiche, ou fetichismo, seria o agravamento ou a consequência dessa alienação levada à última consequência, pois é quando o homem alienado passa a atribuir poderes sobrenaturais, divinos, a coisas construídas pelo próprio homem. Afinal, o dinheiro, como já foi dito, é resultado de relações sociais de troca do trabalho abstrato, não foi uma criação divina.

E ao falar que “o fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianeidade alienada”, Duarte está-se referindo justamente à etapa do capitalismo monopolista neoliberal que tratamos aqui. Pois é nesse cenário de efemeridade e esquizofrenia social em que se impõe o capital, com suas crises e incertezas que o fetiche (também poderíamos chamar de feitiço, como bem lembrado por Barata-Moura)³ encontra as condições ideais para se reproduzir tal como uma praga. Ocorre que como bem dito por Duarte é que as pessoas só veem aquilo que está imediatamente presente, vendo apenas o fenômeno, portanto veem apenas a parte e não o todo. E como já explicado por Marx, para vermos a totalidade concreta é preciso ver não só o fenômeno produzido, mas as mediações a ele presentes, suas determinações, analisando dialeticamente e historicamente para mediamente encontrar as partes do todo, e só então poder chegar a realidade concreta.

Tudo isso se aplica perfeitamente ao que tem ocorrido no campo da educação pública que, solapada pelas políticas neoliberais, tem levado a forte nível de alienação, chegando ao ponto de muitos professores não conseguirem mais se identificar como tais. Como se sua profissão tivesse perdido todo sentido. Um tipo de processo de idiotização do professor das escolas públicas.

E por falar em fenômenos e realidade aparente, não poderia deixar de ir até Kosiki que define muito bem estes fenômenos do cotidiano.

(...) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo (...), mas não proporcionam a compreensão das coisas da realidade (...). O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem: - o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - o mundo do tráfico e manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica e revolucionária da humanidade); - o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas do seu movimento; - o mundo dos objetos fixados, que dão impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social dos homens. O mundo

³ José BARATA-MOURA (Universidade de Lisboa/Portugal), em aula ministrada no Curso de Extensão Revisitando as Categorias do Método, realizado de 24 a 28/8/2015, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), organizado pelo Grupo Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ).

da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. (Kosiki, 1976, p.10-11)

E Kosiki mostra que o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. É nesta práxis utilitária e cotidiana que, de acordo com o autor, se cria o senso comum, tão nocivo à subjetividade humana. Com ele, podemos entender o mundo que nos damos conta como um mundo de fenômenos imediatos, que nos dá uma aparência superficial da realidade, ou em suas palavras, uma pseudoconcreticidade.

Mas Gramsci nos dá a pista para a saída desse “labirinto do capital”:

Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem a dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila domesticado” é apenas uma frase, que operário continua “infelizmente” homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais, ou pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar (...) Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (Gramsci, 1978, p.404)

Gramsci mostra que nem o fetiche pode enganar o sujeito todo o tempo e nem o trabalho pode ser eternamente alienado. Gramsci acredita que a subjetividade humana, por ser feita de relações sociais, a intersubjetividade, é capaz de superar os fenômenos e levar aos trabalhadores enxergar a essência, como consequência compreender o real, a verdade objetiva, a totalidade concreta.

E com uma frase de Marx encerro este trabalho que muito prazer me deu e que espero, colabore para o estudo de muitos outros. Marx disse que: “a arma da crítica não substitui a crítica pelas armas”, ou seja, não basta a crítica teórica, é preciso a ação, a prática revolucionária.

Referências Bibliográficas

BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

CIAVATTA, M. e RAMOS, M. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.17, n.49, 2012, p.11-37.

DUARTE, N. O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade. In: _____. (Org.) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2012, p.1-20.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2015.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIKI, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMKE, T. The Birth of Bio-Politics. Michel Foucault's Lecture at the Collège de France on Neo-Liberal Governmentality. Disponível em: <<http://www.thing.net/~r-dom/ucsd/biopolitics/NeoliberalGovernmentality.pdf>>. Acesso em: 20/9/2015.

MANCENO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A.M.B. *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003, p.75-92.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, 1968. Disponível em: <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>>. Acesso em: 20/9/2015.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Teses sobre Feuerbach. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobee-book/feuerbach.pdf>>. Acesso em: 21/9/2015.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (Org.) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2012, p.19-45.

Violência contra a mulher: reflexões sobre experiência de trabalho, estágio e pesquisa em Serviço Social na UERJ

*Jurema Alves Pereira**
*Bianca Ferreira dos Santos***

Introdução

A discussão aqui sistematizada refere-se aos resultados do trabalho de conclusão de curso de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), intitulado “Violência contra a mulher: uma proposta de reflexão sobre o tema”, concluído no segundo semestre de 2010.¹ A monografia constituiu-se de uma pesquisa teórica e empírica tendo como base reflexiva a experiência de estágio supervisionado realizado no Projeto Educação, Saúde, Cultura e Cidadania com Crianças, Adolescentes e Jovens (PESCCAJ/FSS/UERJ), no período de 2007 a 2009.

O texto tem como proposta refletir sobre a violência de gênero, resgatando aspectos socio-histórico-culturais do cotidiano das classes sociais, particularizando na realidade das experiências de vida de mulheres da classe trabalhadora, participantes das atividades do projeto de extensão e estágio. Por meio dessas experiências, desvelar a atuação do Serviço Social no debate sobre as desigualdades de classe social e gênero, instrumentalizando a formação e o exercício profissional com o uso de ferramentas educativas midiáticas, cênicas e dinâmicas de grupo. O levantamento dos dados para construção do trabalho teve como base a participação em três períodos de estágio supervisionado no PESCCAJ.

Esta sistematização foi revista pela coautora por participar diretamente da experiência, objeto de estudo da estudante de graduação à época, como Supervisora de Estágio de Serviço Social da UERJ, e ainda por ter feito parte

* Assistente Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e Mestre em Tecnologia Educacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH), do Grupo Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ) e do Grupo de Estudos e Pesquisas do Serviço Social na área de Educação (GEPESE/UNESP/UERJ).

** Assistente Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ).

¹ Contou com a orientação de Carla Cristina Lima de Almeida, Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ).

da banca de avaliação do trabalho em 2009. Atualmente, é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e por ter participado inicialmente da construção do artigo, utilizou-o em trabalho da disciplina Estado, Política e Cidadania, ministrada pelo professor Pablo Gentili no primeiro semestre do doutorado em 2014, debatendo a política social de gênero.

Concepções e processo histórico de violência contra mulher na sociedade

A violência contra a mulher não é uma nova representação da questão social,² está presente nas relações sociais desde o início da civilização até a atualidade. O enfrentamento da violência tem se tornado um trabalho árduo em que a sociedade precisa compreender o quanto essa discussão afeta o desenvolvimento do papel da mulher como um sujeito constituinte e participante do avanço do processo de civilização. O problema da violência contra a mulher é um fenômeno social, que corresponde às ações e situações frequentes em determinados períodos da história que afetam a sociedade. Alguns fenômenos são positivos e outros negativos, e no caso da violência contra a mulher reflete-se de forma negativa. (Raab e Slznick, 2000)

Alguns tipos de violências são considerados mais cotidianos, conforme pesquisas realizadas pelo Núcleo de Prevenção à Violência Sexual contra Mulheres da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

- violência contra a mulher: expressão criada pelo movimento feminista na década de 1970, para denunciar que as mulheres eram alvos principais dos homens no que tange à violência. Nem sempre a violência está relacionada ao seio familiar, podendo ser exercida por alguém que tenha certo poder sobre a vítima;
- violência doméstica: acontece no seio familiar, podendo ser praticada entre pessoas da família, tais como pais, filhos, e outros tipos de parentesco, em geral dentro da casa;
- violência de gênero: é uma expressão nova que em síntese caracteriza a relação de poder, dominação masculina que se sobrepõe na submissão feminina. A violência de gênero acontece quando o homem se sente ameaçado, e a prática da violência funciona como um mantenedor de ordem;
- violência intrafamiliar: pode acontecer tanto no seio familiar como fora dele e resulta de ação violenta entre membros da família, podendo ter laços consanguíneos ou não.

Conforme Carlotto (2001), a categoria gênero surgiu a partir de teorias feministas contemporâneas que buscam compreender e responder cientificamente,

² Queremos significar “por ‘questão social’, no sentido universal do termo, o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito capital e trabalho”. (Filho, 1982, *apud* Iamamoto, 1999, p.203)

a desigualdade entre os sexos e como essas desigualdades se movimentam na atualidade, afetando o conjunto das relações sociais.

Para Lauretis (1994), o termo gênero representa uma relação. Relação que pertence a uma classe, grupo ou categoria, que está constituído por uma relação de poder. Gênero não representa um indivíduo. Pertence a uma relação social, em que o indivíduo está representado por uma classe.

Além dos tipos de violência mais comuns que são as físicas, sexuais e psicológicas, há um tipo menos conhecido, mas de grande importância que afeta as mulheres em seu cotidiano, a violência simbólica. Bourdieu define a violência simbólica como:

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais os mais eficientes simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (Bourdieu, 1999, p.7-8)

Soihet (1997) traça um percurso histórico sobre a violência simbólica contra a mulher no mundo e as particularidades brasileiras. A autora discute a partir de 1880, onde circulava no Brasil, um periódico da Igreja Católica, que era sua representação posicional, que em seu texto expressava intrinsecamente a sua visão submissa da mulher na sociedade. Até estudiosos que diziam ter um pensamento inovador tinham um pensamento similar com a Igreja, que afirmam que a igualdade é para todos os homens, mas, excluindo as mulheres, dizendo que as mesmas não chegariam a tal patamar de igualdade, que até mesmo seria desnecessário para elas.

No decorrer do século XVIII e XIX, as crenças tradicionais no que se refere ao corpo e a sexualidade, afirmam a desigualdade entre os sexos na sociedade. O corpo feminino é usado para negar toda comparação entre homens e mulheres em termos de um critério de cidadania, como a mulher tem sua genitália escondida, assim deve ser a sua posição na sociedade, que é diferente dos homens que são totalmente expostas.

Cesare Lombroso (1896, *apud* Soihet, 1997, p.10), médico italiano especializado em criminologia, dizia que o adultério feminino acontecia com

mulheres que não tinham a natureza das outras. Eram mulheres dotadas de forte erotismo e inteligência, mas sem sentimento maternal, característica das mulheres “normais”, sendo assim, mulheres extremamente perigosas, que a tal ponto, tinham de ser excluídas do convívio social e classificadas como criminosas natas, prostitutas e loucas. A submissão feminina se define como um tipo de violência simbólica que vem da dominação masculina. Sendo uma relação histórica, cultural, que é afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível e universal.

No período da Revolução Francesa, a contradição era ainda mais devastadora, pois a Revolução visava o reconhecimento dos direitos humanos. No que tange às mulheres, outra vez, se contradiz porque foram excluídas da cidadania política e civil. Para elas a cidadania estava voltada restritamente para o seio de seus lares, com a responsabilidade de cuidar de seus maridos e filhos, futuros republicanos, cabendo-lhes a responsabilidade da defesa dos interesses familiares.

No século XIX, firma-se a burguesia no poder e com isso a divisão de papéis e uma divisão das esferas de gênero na sociedade. O homem na esfera pública e a mulher na esfera privada. Diferenciando apenas das mulheres empobrecidas que tinham de ir para as ruas, para as compras e prover seu sustento, autossobrevivência. A partir da segunda metade do século, impulsionada pela insatisfação da dominação masculina e exclusão da esfera pública, contribuíram para as primeiras manifestações dos movimentos feministas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos buscando modificações. Criando imprensa própria, associações e mecanismos que propuseram a instauração do socialismo, reconhecimento dos direitos das mulheres. No Brasil, Nísia Floresta, em 1830, protestou com força contra a insatisfação feminina. Em 1852, constituiu-se o primeiro periódico, o *Jornal das Senhoras*, que muito discutiu a educação das mulheres por serem mães e por um requinte espiritual. Outros, a questão da independência econômica, direito político, civil e até mesmo o divórcio.

No início do século XX, mulheres médicas sugeriram às demais a liberação do medo e ignorância do corpo feminino. Houve muita repressão dos governos e turbulências na sociedade sobre o assunto. As feministas e seus partidários eram tidos como desafiadores das leis da natureza, foram discriminadas, desmoralizadas de todas as formas. Os protestantes na sociedade temiam a inversão de papéis, não aceitavam sequer a ideia de perder o poder para as mulheres.

Incontáveis foram os movimentos ao longo do século XX que visavam o acesso das mulheres à cidadania. Devido às reivindicações, enfrentaram muitas resistências, negando-se por toda a Primeira República o direito do voto feminino.

A educação teve forte influência para a conquista de espaços sociais pelas mulheres. Constitui-se num dos principais veículos de difusão da violência simbólica, que se inscreve nas representações das inferioridades femininas, nos pensamentos e nos seus corpos. Só os homens tinham direito à educação para o ensino superior, profissionalizante e outros; e às mulheres cabiam o ensino normal para educarem seus filhos e não sair da esfera doméstica. As mulheres com o tempo foram conquistando espaços, mas sempre com a presença de críticas e repressão. A educação que era fornecida, não visava a sua autonomia, mas reforçar seus atributos de mãe e esposa. As mulheres se manifestaram com indignação com relação à educação que lhes era fornecida. Houve diversos protestos feministas contra o impedimento de a mulher ter acesso ao ensino superior. Os enfrentamentos eram vencidos lentamente, embora sempre houvesse impasses por parte do conservadorismo na sociedade, na preservação do natural por parte dos homens.

Os movimentos feministas tiveram uma participação muito importante e decisiva para a criação de mecanismos de defesa dos direitos da mulher e, principalmente, para que pudessem exercer o direito de cidadania, compondo o cenário social como mulheres trabalhadoras, estudiosas, chefes de família, independentes e que buscam o seu espaço na composição da sociedade.

Na maior parte da trajetória histórica brasileira, a sociedade civil e o Estado foram omissos com o trato da violência contra mulher, pois a mesma sempre existiu e nada se fazia para controlar essa problemática. As primeiras manifestações no Brasil só ocorreram no final do século XX, a partir da década de 80, quando surgiram movimentos sociais feministas que foram fundamentais para dar início às políticas públicas de atendimento à mulher.

Segundo Gregori (1992), em 1980, inaugurou-se o SOS Mulher, que foi uma organização formulada pelo movimento feminista paulista. Foi uma prática nova para o movimento de mulheres que tiveram um espaço organizado para atendimento à violência contra a mulher. O SOS mulher realizava plantões de atendimento reflexivo e prestações de serviços básicos como informações sobre direitos e orientação jurídica.

O movimento feminista até então divulgava na mídia (jornais) e organizava com grupos de mulheres as reivindicações de auxílio creche, anistia e pela tão esperada redemocratização da sociedade brasileira. Os grupos de reuniões de mulheres eram pequenos, já que participavam mulheres de classe média e a grande massa ficava de fora em outra esfera social. O tema violência contra a mulher era discutido, mas não saía do espaço do grupo.

O SOS Mulher manteve atendimento durante o período de 1980 a 1983. Foi um período interno de redefinições, crises e esvaziamento. Em junho de 1980 foi realizado um encontro por uma militante do grupo Associação de Mulheres que tentou incorporar, pela primeira vez, o tema violência contra a mulher nos movimentos feministas. Vários assuntos foram tratados como gênero e etnia, mas no final do encontro firmaram uma política conjunta com a criação de uma comissão de combate à violência contra a mulher com o apoio do movimento feminista.

Para que todos os movimentos feministas de São Paulo participassem era necessário cada um eleger um representante para a comissão, mas embora o tema violência contra a mulher tenha sido discutido, devido aos muitos outros assuntos considerados mais relevantes, não foi levado adiante tal debate naquele período.

Com o objetivo de concretizar as ações que tratavam a violência contra mulheres, a Comissão, mesmo sem condições básicas para o atendimento inaugurou o SOS Mulher. Assim, para os movimentos feministas seria mais claro lidar com a problemática estando diante da realidade dos atendimentos. Sem essa experiência, elas não poderiam legitimar a prática. Em Belo Horizonte, foi criado o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em agosto de 1980, que resultou do assassinato de duas mineiras por seus companheiros. No Rio de Janeiro, o tema violência contra a mulher começou a ser abordado no Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro Nacional da Mulher Brasileira, embora com resistência de muitas militantes, pois alegavam que o tema violência desviava o foco da militância que era o fim da ditadura. Nesse período, aconteceram assassinatos de mulheres por parte de seus companheiros e diretamente o de Christel Arvid Johnston, que foi morta por seu marido que não aceitava o fim do relacionamento. Tais crimes aceleraram a inauguração dos centros, tanto no Rio de Janeiro quanto em Minas Gerais, visando obter resposta aos crimes acontecidos. Houve muita reflexão nos centros sobre esses crimes passionais. O SOS Mulher propôs transformar uma situação de crise em conscientização de uma crescente organização de mulheres que debatiam os seus problemas.

Em 10/12/1980 foi inaugurado o SOS Mulher, um evento na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo. Muitas mulheres vestidas de branco erguiam faixas que diziam que “o silêncio é cúmplice da violência”, citando o nome de várias vítimas mortas. A inauguração foi marcada por denúncias e protestos. Nessa mesma noite, algumas militantes retornando para casa foram agredidas

na rua e esse acontecimento serviu para reforçar a mobilização das mulheres e organizar a defesa das mulheres vítimas de violência. Nesses três anos de duração, o SOS Mulher foi alicerçado por meio do comunitarismo e das relações afetivas entre elas e com isso se isolaram de outros grupos feministas. Ali se vivia e militava a mesma realidade onde o verbo prevalecente era o “sentir”.

Em 1985 foi criado, pelo Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que promoveu políticas de erradicação de toda forma de discriminação contra a mulher no Brasil, buscando mobilizar o Estado, a sociedade civil, possibilitando acesso das mulheres às políticas públicas no país. Através desse Conselho houve modificações para a Constituição de 1988, trazendo perante a lei, a ideia de igualdade de gênero.

Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, que trouxe como proposta a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher com o objetivo de estabelecer políticas públicas que trouxessem melhorias nas condições humanas. Essa Secretaria foi criada por meio da medida provisória 103, que visa criar mecanismos para coibir a violência contra a mulher. Nesse mesmo ano de 2003, foi criada a Lei nº 10.778, que estabelece notificações compulsórias pelos serviços de saúde de todas as situações atendidas de violência contra a mulher, e em 2004, o Decreto nº 5.099 regulamenta esta lei e inclui outros serviços além da notificação, como por exemplo, atendimentos em hospitais, capacitação profissional e outros.

Nessa linha do tempo que tem seu ponto de partida privilegiado na década de 1980, em que cresceram os movimentos sociais feministas de erradicação da violência contra a mulher no Brasil, podemos concluir que leis, decretos, medidas foram criadas, mas somente a Lei Maria da Penha passou a tratar de forma diferenciada, perante a sociedade civil e o Estado, o enfrentamento à forte expressão da questão social que é a violência contra a mulher na sociedade.

Tempo de construção: a Lei Maria da Penha

Com base no texto da *Revista Radis/Fiocruz* (2010), a Lei Maria da Penha (nº 11.340) foi sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 7/8/2006, e entrou em vigor neste mesmo ano. Todas as formas de punição anteriormente eram feitas mediante pagamentos de multas, cestas básicas ou prestações de serviços comunitários. A partir de 2006, a violência contra a mulher deixa de ser crime de menor potencial ofensivo condenando o agressor à prisão. Nesse contexto, a Lei Maria da Penha divide opiniões

sendo alvo de críticas. Há juízes que a consideram inconstitucional, por apenas proteger as mulheres em caso de violência doméstica. Outros juízes consideram um marco no que tange à defesa dos direitos humanos devendo assim ser ampliada também a outros grupos sociais.

Esta lei foi criada para coibir e prevenir qualquer tipo de violência contra a mulher no âmbito doméstico, podendo ser aplicada a qualquer ação ou omissão de gênero que cause danos à mulher. A pena varia de três meses a três anos aumentando em um terço caso a vítima possua alguma deficiência. O agressor pode ser preso na hora do flagrante. Quando a vítima faz a ocorrência, a delegacia tem o prazo de 48 horas para encaminhar para a vara especial. A justiça tem o mesmo prazo para decidir se serão necessárias medidas de proteção urgentes. A mulher deve receber orientação jurídica de um advogado ou defensor público e caso haja retirada de denúncia, essa ação só pode ser feita diante do juiz. A Lei Maria da Penha é considerada uma das três leis mais avançadas do mundo pelo seu mecanismo de ação, essa avaliação foi feita pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

Em entrevista à *Radis* (2010), Minayo afirma que embora não espere que essa situação de violência exista no país, ela persiste de forma generalizada: a violência, na relação conjugal, sobretudo, contra a mulher. Para ela, a Lei Maria da Penha “é um ponto de inflexão num antivalor de longa duração”. Em outras palavras, o antivalor significa o machismo e a lei age travando que esse machismo siga adiante pela sociedade com o passar do tempo. A *Radis* ouviu alguns especialistas e todos afirmam que a lei merece continuidade e novas adaptações. O psicólogo Fernando Acosta, especialista em saúde pública e diretor do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero (SerH), sugere que o texto passe a tratar a violência de gênero, pois segundo sua análise, o texto dá a entender que sempre a mulher é vítima e o homem o agressor. Para ele, a equidade de gênero é de interesse tanto do homem quanto da mulher, pois os liberta de papéis preconcebidos. Para o psicólogo, cuidar do agressor é tão importante e necessário quanto cuidar da vítima. Para ele é necessário que o agressor se conscientize de sua culpa procurando mudar sua postura para evitar que continue a agredir a vítima. Esse serviço de atendimento tem como base a Lei Maria da Penha. Minayo diz que a violência não ocorre apenas por um lado, que a lei tem que proteger de forma igualitária o homem, pois muitas mulheres também são agressoras, mas estudos comprovam que o homem, em sua maioria, é o autor da violência.

Para a pesquisadora, a violência intrafamiliar se dá na relação, e, por exemplo, quando há violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, a agressão por parte de outros membros da família pode acontecer e desastrosamente, a violência vira um meio de comunicação entre eles.

Há juízes pelo interior do país que estão aplicando a Lei Maria da Penha a favor dos homens, nos casos em que as mulheres se manifestam com violência. Mas, para a advogada Sandra Lia Barwinski, os atos desses juízes são sensacionalismos; para ela a violência contra a mulher tem suas particularidades merecendo um texto próprio. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) trabalha um manual para padronizar a Lei Maria da Penha visando evitar que a lei venha a ser distorcida pelas varas especiais e pelos juizados em geral.

Segundo a ONU (2006), a violência contra a mulher fere os Direitos Humanos e a Saúde Pública. Conforme o Caderno de Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher publicado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 2007, a prática da violência afeta a saúde da mulher, seja física, ou psíquica (Krug *et al.*, 2002). Porque além da violência física sofrida, a mulher pode ficar com traumas, necessitando de atendimento e suporte multiprofissional (delegacias, hospitais, centros de apoio, abrigo e outros).

Com base em estudos, Minayo afirma que 35% das mulheres que se queixam nos serviços de saúde sofreram algum tipo de violência. A pesquisadora e sanitarista diz que os profissionais de saúde precisam de preparação para atender esse público, de forma que venham a identificar os sinais e sintomas. Quando acontece com menores, os próprios profissionais podem denunciar a agressão e no caso de homens e mulheres, incentivar a usuária a denunciar o agressor.

Para Schraiber e D'Oliveira (1999), a violência contra a mulher ainda não é tratada de forma reconhecida, precisa ser entendida como objeto de investigação e intervenção, e efetivamente ser reconhecida como um problema social. A mulher necessita ser vista como sujeito e não como um ser sem posicionamento. Por isso, os serviços de atendimento de saúde não podem ser considerados por elas um empecilho a quem quer reverter a situação de violência e sim um meio de acesso aos seus direitos sociais. Os profissionais da área de saúde não encontram apenas o despreparo profissional como desafio, mas o fato da mulher, vítima de violência, não se sentir segura para falar que sofreu violência. A violência se torna invisível diante do medo de se expor, de ser humilhada, ridicularizada e tratada com (in)diferença. E em muitos casos, a mulher desconhece que o que sofre é violência, e chega a considerar uma

espécie de ignorância ou “estupidez” de seu parceiro, acabam acreditando que o que sofreram não é violência.

A prestação de atendimento qualificado às vítimas de violência sexual, proporcionando a elas o retorno de cidadania e dignidade é um grande desafio aqui no Brasil e mobilizador de vários segmentos da sociedade e organizações de mulheres. A proposta é agilizar o atendimento visando amenizar o sofrimento das vítimas.

Aproximando campo de trabalho e de estágio ao debate

O PESCCAJ foi elaborado a partir de uma proposta de supervisão de estágio, sistematizada no término do primeiro semestre de 2005. Desde então, justificou-se a necessidade de ter um assistente social para assumir a supervisão do projeto que anteriormente era conduzido pelo professor e assistente social Ney Luiz Teixeira de Almeida, coordenador do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social e do Subprojeto Educação, Cultura, Universidade e Serviço Social (ECUSS). Este projeto da Faculdade de Serviço Social da UERJ possuía um diferencial importante em atender às necessidades de estágio aos finais de semana com o objetivo de incluir os estudantes trabalhadores no campo de estágio. No sentido de não prejudicá-los, as instituições e todas as frentes de ação do subprojeto ECUSS, o coordenador Ney Luiz, em parceria com a assistente social Jurema Alves Pereira, idealizou uma nova proposta de estágio que conservasse as frentes de ação e todos os envolvidos, potencializada pela experiência da assistente social citada, em sua passagem pelo Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA/UERJ) e no Programa Bolsa de Iniciação ao Trabalho (PBIT/UERJ).

Nesse sentido, surgiu o PESCCAJ, visando construir experiências de estágio na área de educação, cultura, cidadania, saúde e lazer, tendo como público-alvo famílias, crianças, adolescentes, jovens e profissionais que trabalhavam com esses públicos, por meio de um projeto de extensão que possibilitasse assessorar os grupos, capacitar assistentes sociais de diversas instituições e com isso, estudantes de Serviço Social, promovendo intercâmbio de conhecimentos.

As atividades do campo de estágio, que foram objeto deste estudo, aconteceram de 2007 a 2009 e foram realizadas no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em parceria com a Associação das Empresas de Campos Elíseos (Assecampe), que desenvolvia naquele local um processo de repasse de informações e treinamento para população sobre os riscos vividos pela comunidade residente próxima as áreas industriais e dos dejetos de materiais

perigosos, de certa forma transferindo para sociedade o trabalho de prevenção e desresponsabilizando as empresas por riscos à coletividade.

Até o ano de 2009, a última frente de trabalho realizada, foram as atividades promovidas junto com o departamento feminino que estava vinculado à Assecampe, que foi composto por um grupo de mulheres, em sua maioria por líderes comunitárias, multiplicadoras de informações sobre a discussão da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), da síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), da saúde da mulher em geral, e também sobre o tema da violência doméstica contra a mulher. Além da participação de muitas mulheres, no decorrer do trabalho de assessoria, foi incorporada a participação de homens convidados pela coordenadora do departamento em um seminário em que as participantes estavam. Esta participação foi um marco para o departamento feminino, pois, este grupo seria um espaço para debates, orientação sexual e direitos das mulheres, havendo a necessidade de uma nova adaptação do grupo para acolher os homens, estimulando assim o diálogo.

O desafio foi construir um espaço democrático para que todos pudessem efetivamente participar, afastando das atividades qualquer forma de discriminação e preconceito. Desconstruir as diferenças de gênero entre homem-mulher, o que permite entender que um está ligado ao outro. Portanto, ao invés de separá-los como polos distintos, podendo construir práticas educativas discutindo as diferenças de cada um e também a sua relação. Conforme Louro:

(...) a polaridade rígida dos gêneros significaria problematizar tanto a oposição entre eles, quanto a unidade interna de cada um, observar que o polo masculino contém o feminino, equiparar outros pares de conceitos como produção-reprodução, público-privado. (Louro, 1997, p.31-32)

A participação dos homens no grupo teve outra característica desafiadora que foi a discussão do tema violência contra a mulher em um grupo misto, sem cair nessa polarização homem-dominador-violento *versus* mulher-dominada-vítima. Foi necessário refletir que o homem também pode ser sujeito das ações, seja como autor de violência que precisa de atenção, punição e transformação e como um agente que possa contribuir com novas propostas para compreensão sobre as mulheres e como se relacionar com elas. A participação de homens nesses espaços, que anteriormente eram restritos às mulheres, proporcionou um olhar diferenciado de ambos no trato com as relações de gênero.

Ao refletir sobre as ações de combate aos impactos da questão social fica claro que o Estado precisa exercer seu papel de executor de garantias de

direitos à população, seja no campo da violência contra a mulher, na saúde em geral, na educação e outras políticas sociais. Cabe ao Estado propor políticas de atendimento e capacitar as equipes multiprofissionais para atender as mulheres vítimas de violência. A maior dificuldade encontrada para enfrentar a violência contra a mulher é o funcionamento da rede de atendimento com diferentes programas e projetos que venham efetivar as políticas sociais. Os serviços existem, mas ainda não atendem de forma integral as mulheres, ainda há deficiências para total efetivação.

O departamento feminino tinha como proposta principal estimular e informar sobre o uso do preservativo com palestras educativas, procurando falar sobre DSTs/Aids em palestras e eventos na comunidade ou na Assecampe e/ou na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), e possibilitar conhecimentos aos participantes e consequentemente à coletividade, como afirma Morin:

No século XXI, a educação, muito além de transmitir informações, tem como desafio formar cidadãos que saibam transformar a informação em conhecimento, que saibam usar esses conhecimentos em benefício próprio e de sua comunidade. (2004, p.18)

Para a construção do processo de assessoria ao departamento feminino, foram realizadas pesquisas sobre vários vídeos com cenas e depoimentos impactantes, mas procurou-se ter o máximo de cuidado para escolher os vídeos mais apropriados porque a intenção era refletir sobre os temas e não escandalizar os participantes. Esse cuidado com a escolha das imagens, que foram publicizadas com o grupo, articula-se com as argumentações de Lira e Veloso (2008), quando afirmam que a mídia costuma não ter aprofundamento social questionador e mobilizador, gerando assim a banalização da imagem da mulher. Mas existem muitos materiais de qualidade conceituada e que tem a preocupação de alertar a população sobre os casos de violência contra a mulher, como por exemplo, a edição de 12/3/2006 da *Veja*, que trouxe em sua capa o tema “Violência contra a mulher: rompendo com o silêncio”, com um conteúdo que buscou divulgar dados sobre a violência contra a mulher no Brasil. Esta edição causou tanta repercussão que teve sua vendagem esgotada. Isso demonstra o quanto a população tem interesse em aprofundar conhecimentos sobre o tema. A *Veja* enfatizou o silêncio quando o assunto é violência contra a mulher e até onde a mulher suporta passar por esses tipos de maus-tratos. Segundo a revista, o silêncio para as mulheres é uma consequência negativa que impede que a vítima dê o primeiro passo, que é explicitar o problema. Ainda é muito difícil medir

esse fenômeno no Brasil e no mundo, e em especial o Brasil apresenta essa precariedade através de estatísticas desanimadoras. A revista informa ainda que apenas quatro estados estão razoavelmente aparelhados para enfrentar a violência contra a mulher: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em nosso trabalho educativo a intenção era mobilizar os participantes no sentido de promover reflexões e não provocar sentimentos de toda espécie. Publicizar informações na mídia sobre a repercussão da violência contra a mulher no Brasil e no mundo. Esse processo de mediação nos permite uma reflexão com base na realidade do nosso cotidiano. Desse modo, define Morigi:

A mediação é um fenômeno complexo constituído e constitutivo de um conjunto de interações sociais e discursivas. Ela representa a instância das relações sociais à medida que transforma a ordem da vida cotidiana, criando novos valores, novas formas de interação que constituem as práticas sociais, culturais e as formas de exercícios do poder. As representações sociais disseminadas pelos meios de comunicação passam a se constituírem realidades as quais passam a integrar o perfil da opinião pública em forma de discurso da atualidade, tornando parte do senso comum. As influências sociais da comunicação no processo das representações sociais servem como meio para estabelecer ligações e conexões significativas com as quais nos relacionamos e interagimos uns com os outros.³

A ideia de trabalhar a mídia permite articular com vários veículos de comunicação como jornais, revistas, vídeos, áudios e outros. Entre as citadas, as que mais foram desenvolvidas com o grupo foram recortes de jornais, revistas e vídeos. Mas, no período em que o PESCCAJ assessorou o departamento feminino, teve uma atividade que foi um diferencial para o conhecimento de todos.

Em 17/1/2009, conforme o planejamento realizado pelo grupo de estágio junto com a supervisora, foi sugerido aos participantes e aos dois homens que se incorporaram ao grupo, que se dividissem e em quinze minutos e preparassem um esquete sobre violência contra a mulher. Os dois grupos prepararam suas falas e depois apresentaram o conteúdo que se segue.

Grupo I

Relatou sobre um pai que se incomodava com as vestes da sua esposa, demonstrando ciúmes e possessividade, a ponto de não conseguir concentrar-se no trabalho, chegando a se ausentar do mesmo para procurar a esposa nas ruas.

³ Cf.: MORIGI, José Valdir. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/ecompos/>>. Acesso em: 8/12/2010.

Ao encontrá-la, reage violentamente, agredindo-a com xingamentos e agressões físicas. A esposa não teve nenhuma reação de defesa, mas suas filhas separaram a briga e expulsaram o pai de casa, a levaram até a delegacia para fazer um boletim de ocorrência para que fossem tomadas as devidas providências.

Este grupo possuía informação sobre alguns procedimentos para o atendimento na instituição. Isto demonstra que possuem algum nível de conhecimento sobre direitos, baseando-se no Código Penal Brasileiro e na Lei de Execução Penal, conforme matéria de *O Globo*, de 14/11/2006:

A nova lei modifica o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, acabando com as chamadas penas pecuniárias, como pagamento de multas ou doação de cestas básicas. A lei também tipifica a violência doméstica contra a mulher como uma violência contra os direitos humanos. Segundo a lei, “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.⁴

Grupo II

Apresentou também uma família em que os progenitores brigam entre si e que os filhos também interferiram separando a briga e tirando o pai do local. Em seguida, procuraram a delegacia e fizeram o boletim de ocorrência, ambos foram depor (pai e mãe) e o processo foi encaminhado para o Juizado Especial de Violência Doméstica e lá o pai, autor de violência, foi condenado pelo fato consumado, que é a agressão contra a esposa.

Observou o grupo que nos esquetes as mulheres agredidas são conduzidas pelos filhos à delegacia. Não com uma iniciativa própria dessas mulheres, mas como uma iniciativa coletiva por parte dos filhos, talvez pelo momento difícil em que as vítimas passaram, não conseguiram ter qualquer reação, senão a inércia. Com isso, o grupo demonstrou a importância de apoio de uma terceira pessoa para a vítima. Destacamos também, que para os grupos, a delegacia aparece com uma instituição de apoio à vítima e consequentemente, um meio de enfrentar a violência. Mas, embora já existisse a Lei Maria da Penha, muitas unidades de atendimento, como as Delegacias, continuam a atender com base na lei anterior, sem respaldos maiores, sem atenção à violência contra a mulher, agindo de forma banalizada sobre este tipo de violência crescente em toda parte do nosso país e mundo. No segundo esquete, a Lei Maria da Penha

⁴ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/11/14/>>. Acesso em: 10/12/2010.

é respeitada pelos representantes da justiça que agem de forma clara para que a mesma seja estabelecida.

Pode-se observar nessas duas apresentações que a violência contra a mulher e a violência intrafamiliar caminham na mesma direção. Ambos os grupos apresentaram a interferência de um terceiro, que é alguém próximo, do meio familiar. Alguém que exerce o papel de mediar as tensões, discussões e consequentemente, as agressões. Após os esquetes fizemos uma reflexão sobre o que foi apresentado e o que o grupo esperava da Lei Maria da Penha.

Para o grupo, foi uma experiência nova e eles ficaram muito excitados com a produção dos esquetes, até porque representaram situações experimentadas por algumas das próprias mulheres do grupo. Sugeriram ensaiar novamente e até em outras ocasiões apresentar para outras pessoas que participassem dos eventos dentro e fora da Assecampe. Houve a filmagem das apresentações pela equipe do projeto de estágio da UERJ, no sentido de que esse material pudesse contribuir com o registro e sistematização do trabalho de assessoria.

Quando a supervisora e as estagiárias entraram na discussão da Lei Maria da Penha, o grupo se mostrou otimista, embora, ainda não tivesse conhecimento aprofundado sobre a lei. Mas, em alguns momentos, surgiram dúvidas com relação à eficácia das medidas de proteção. Por saberem que é uma lei nova e que as instituições de atendimento à mulher não estão aparelhadas adequadamente para enfrentar essa representação da questão social, surgiram dúvidas em algumas falas. A equipe de Serviço Social do PESCCAJ elucidou as perspectivas de mudanças positivas com relação aos direitos das mulheres.

Para os dois homens que participaram dos esquetes, segundo seus depoimentos, foi uma experiência nova e forte no sentido de reforçar a ideia da conscientização de gênero de não-violência contra a mulher. Foi uma prática reflexiva em que se sentiram à vontade para falar o que pensavam com relação à atitude do homem quando este é o autor da violência e também necessita de cuidados, bem como puderam expressar o quanto se preocupavam com o sentimento da mulher agredida.

Apesar de não possuírem um conhecimento aprofundado, os participantes que são representantes da população em geral, são pessoas que entendem que a lei é necessária para amenizar o caos da violência contra a mulher. E o que despertou a atenção foi a ampliação da consciência sobre os direitos sociais, que as pessoas façam prevalecer nas situações que as levam a exigir seus direitos de cidadania e respeito. Compreenderam a importância que pode ter um trabalho educativo feito por meio das diferentes mídias como vídeos, televisão,

rádio, internet e outros veículos, nas escolas, no trabalho e em todas as esferas públicas e privadas.

Considerações finais

A experiência com vídeos pesquisados tais como documentários, filmes, reportagens e propagandas possibilitou mais um caminho para articular as dinâmicas. Quanto mais investirmos em ideias criativas e que tragam qualidade e aprofundamento do que está sendo desenvolvido nas atividades, mais interesse e participação teremos do público-alvo. O foco não é a encenação em si, e sim a sensibilização das pessoas sobre o problema da violência contra a mulher e a instrumentalidade para auxiliá-las na reflexão do tema.

Acreditamos que sensibilizar as pessoas por meio da midiaticização é muito importante, com a utilização de um instrumento auxiliar, veiculador de informações precisas, com embasamento teórico, não só como um veículo formador de opiniões, mas que promova reflexões e análises que contribuam para a construção de novos conhecimentos.

Cabe ao Estado ser um executor de medidas de proteção e inserção da mulher na sociedade civil realizando programas sociais voltados para o atendimento à mulher, capacitando equipes multiprofissionais para atender mulheres em situação de violência e vulnerabilidade. Muitas vezes, a violência contra a mulher não é percebida no interior das relações afetivas e amorosas, o que traz a necessidade de apoio de pessoas próximas, da sociedade e principalmente do Estado com as garantias de políticas públicas e legislação vigente para ampararem as mulheres nesse processo.

De acordo com Abreu (2002, p.160): “(...) à mobilização e organização da categoria dos assistentes sociais, visando à formação de sua identidade de classe (...) é, assim, (...) condição para avanço de sua reinserção crítica (...) como intelectual comprometido com a formação da consciência (...)”. Assim podemos construir um trabalho do Serviço Social, envolvendo outros profissionais comprometidos com a problemática da violência contra a mulher, sendo propositivo, contribuindo com as dimensões do seu conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo no planejamento e execução de práticas sociais em prol da igualdade de gênero e cidadania.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M.M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BAUMAN, Z. Vivemos tempos líquidos, nada é para durar. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/>>. Acesso em: 1/12/2010.
- BRASIL. Constituição de 1988.
- _____. Decreto nº 5.099, de 3/6/2004. Regulamenta a Lei nº 10.778, de 24/11/2003.
- _____. Lei nº 10.778, de 24/11/2003.
- _____. Lei nº 11.340, de 7/8/2006.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARLOTO, C.M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In: *Serviço Social em Revista*, v.3, n.2. São Paulo: jan./jun. 2001, p.1-24.
- CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica (nota crítica). In: *Estudos Feministas*, v.5, n.1, 1997, p.10-11.
- FILHO, G.C. *A “questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GLOBO. Lei Maria da Penha passa a punir crime de violência contra mulher com até três anos de prisão. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/11/14/>>. Acesso em: 10/12/2010.
- GREGORI, M.F. *Cenas e queixas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HANNER, J.E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IAMAMOTO, M.V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IBOPE. Dados. Disponível em: <<http://www.ibope.org.br/>>. Acesso em: 1/6/2011.
- KRUG, E.G. et al. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítico da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.268-282.
- LIRA, M. e VELOSO, A. A violência simbólica da mídia contra a mulher. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/>. Acesso em: 1/12/2010.
- LOMBROSO, C. e FERRERO, G. *La femme criminelle et la prostituée*. Paris: Félix Alcan, 1896.
- LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIGI, J.V. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/>>. Acesso em: 8/12/2010.

ONU. *In-depth study on all forms of violence against women*. New York, 2006.

RAAB, E. e SLZNICK, G.J. Problema social. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF/>>. Acesso em: 25/9/2010.

RADIS. *Revista Comunicação em Saúde*, n.92. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SANTOS, B.F.dos. Violência contra a mulher: uma proposta de conscientização sobre o problema. Monografia de Conclusão de Curso em Serviço Social. UERJ, 2010.

SCHRAIBER, L.B. e D'OLIVEIRA, A.F.L.P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. In: *Comunicação, Saúde, Educação*, v.3, n.5. São Paulo, 1999, p.11-26.

SCHRAIBER L.B. *et al.* Violência contra a mulher e atenção primária. In: *Revista de Saúde Pública*, n.36, 2002, p.470-477.

SOIHET, R. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: *Estudos Feministas*, v.5, n.1, 1997, p.7-29.

UFRJ. Violência cometida contra a mulher. Disponível em: <<http://www.ess.ufrj.br/prevencaoviolenaciasexual/>>. Acesso em: 1/6/2010.

Colômbia: a nação no tempo homogêneo da violência

*Luis Leonardo García Guevara**

Introdução

No começo do século XXI, a Colômbia estava passando por um momento político e social complexo, pois o desejo de alcançar a paz precisava de uma reconstrução da memória do país, um novo olhar para entender os fatos que deram origem e continuidade ao conflito interno da nação.

O presente trabalho é um esforço para construir uma visão crítica da história da nação colombiana, assumindo como perspectiva central o que Guha Ranajit (2003) considera “disputa da memória”, como um mecanismo de construção de identidade e de novos sentidos, como a possibilidade de contar a história quebrando o paradigma da história oficial. O trabalho é desenvolvido partindo de duas entradas teóricas que apoiam a perspectiva proposta.

Na primeira entrada teórica, a nação colombiana vai ser focada a partir do que Partha Chatterjee (2004) descreve como “tensão contínua entre a dimensão utópica do tempo homogêneo do capital e o espaço heterogêneo do governamental”, que toma a ideia de Walter Benjamin do tempo homogêneo e vazio, mas oferece um novo enfoque ao conceito de nação, no contexto do projeto da modernidade. Nesse sentido, o trabalho faz um confronto entre a estrutura de acumulação do capital e a estrutura política da Colômbia para entender a formação da nação colombiana no modelo de “acumulação por exclusão”, que tem o objetivo de manter as estruturas coloniais de administração do território, sob título da “democracia mais antiga e estável da América Latina”.

Na segunda entrada teórica, analisa-se a categoria da “política da necrofilia”, apresentada por Achille Mbembe (2003) como: “(...) a política é entendida como o trabalho da morte na produção de um mundo em que se acaba com o limite da morte”. A “necrofilia” é uma categoria que é de uso contemporâneo para explicar como a guerra e o inimigo justificam o Estado de exceção e a

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e Mestre em Urbanismo pela Universidad Nacional de Colômbia (UNAL). Membro da Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH).

violência, mas como ele mesmo assinala: “a dita política pode ser rastreada até a origem do projeto colonial”, como é o caso da Colômbia.

A política da necrofilia permite que a nação seja dirigida e agenciada por uns poucos de forma violenta, explorando a maior parte da população, com um crescimento urbano desproporcionado para acumular pobres nas cidades e principalmente para estabelecer um modelo econômico que permita ao capital estrangeiro apropriar a maior parte do lucro e das terras do país.

O que está por trás dessa conjunção é uma luta entre sistemas vertebrados e celulares, como descreve Appadurai (2006), para quem a resistência celular ao projeto normalizador do Estado vertebrado é igualmente violenta, o que leva a um estado permanente de guerra, no qual as populações não têm direitos cidadãos e se acostumaram com a cotidiana presença da morte. Assim, a violência consegue manter a nação no “tempo homogêneo e vazio do capital”.

Colômbia, a nação imaginada na entranha da Igreja Católica

Não me proponho a fornecer uma história geral da Colômbia. O trabalho aqui desenvolvido vai no sentido de entender como a violência e a morte são as bases da construção e desenvolvimento da nação, desde a colônia até hoje. Por isso, mostra-se como a violência e a morte amoldam permanentemente e, em momentos específicos, qualquer intento de gerar outro tipo de projeto social e político diferente do que chamo da “nação colonizada”, assinalando o contrassentido da ficção do conceito de Estado-nação moderno, no qual a democracia e a soberania representam a permanência do projeto colonial. A conquista da América vai ser uma experiência violenta e significativa da paranoia da civilização ocidental, que faz da colônia um projeto econômico e cultural em que não existe outra opção ao aniquilamento “dos outros” em nome do projeto civilizador.

A característica mais original desta formação do terror é a concatenação do biopoder, do estado de exceção e do estado de sítio. A raça é de novo determinante neste encadeamento. Na maioria das vezes, a seleção de raças, a proibição de casais inter-raciais, a esterilização forçosa e o extermínio dos povos vencidos foram experimentados pela primeira vez no mundo colonial. Observamos aqui as primeiras sínteses entre o massacre e a burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental. (Mbembe, 2003, p.37)

Como assinala Mbembe, as colônias nunca foram partes jurídicas dos Estados colonizadores como unidades racionais e com direitos políticos, de

modo que a violência é admitida e desejada, tanto que ela opera a serviço da civilização. A violência é um direito natural do governante e dos colonizadores, a terra colonizada é uma parte inferior do Estado civilizador. Desse jeito, o projeto colonial vai ser estruturado sob duas concepções fundamentais: a primeira é a implantação de um modelo de controle militar do território e da população que naturalizou a presença permanente da violência e da guerra, em que a vida não tem valor, as populações são descartáveis e somente o colonizador tem direitos legais como membro ativo do Estado. Os colonizados são “propriedade” do Estado colonizador, são súditos passivos no melhor dos casos. A segunda concepção opera no sentido de que a colônia não é um território para governar, é um território para extrair e civilizar. Justifica-se que os bens materiais do território vão servir para o sustento legítimo do Estado de ultramar, mantendo seu *status* de colônia, o território e suas populações não são objetos do projeto de distribuição dos benefícios das riquezas.

Uma das consequências dessa conjunção: o território não é objeto de uma forma de governo, mas sim objeto de um ato de administração. Assim, o exército colonizador precisa estabelecer um corpo administrativo, que vai ser implantado ao modo de uma elite local para garantir a continuidade do modelo político e econômico do Estado colônia. Não é preciso avaliar aqui, de novo, como o projeto colonial na Colômbia foi um genocídio das populações originais e como o processo da escravidão gerou grupos humanos sem direitos e marginalizados. O que realmente quero apontar é que o modelo usado para administrar o território, diferente de governar o território, vai ser o de projeto de “nação moderna” na Colômbia. O genocídio do projeto colonial na Colômbia dá início a uma sequência do que Appadurai (2006) chama de “civicídios”, assinalando o contexto no qual amplas regiões, ideologias e modos de vida são colocados fora da preocupação da ética humana. Assim, aquele primeiro projeto colonial vai continuar em uma sucessão de “civicídios” que vão constituir o desenvolvimento da nação colombiana, que hoje continua sendo colonizada.

A independência da América do Sul, principalmente da Colômbia, foi um projeto truncado da construção do Estado-nação. Ele vai nascer incompleto, sobretudo porque a ideia da formação de uma nação moderna é uma ideia das elites ilustradas, que não conseguiram construir os arranjos apropriados para governar o território e acabaram dando continuidade ao projeto de administração herdado da colônia. Essa assimilação do modelo tem um forte enraizamento na subalternidade consciente e até desejada das elites implantadas

no processo colonial, principalmente na sensação de “sobrevivência” dos restos dos povos colonizados, escravizados e misturados, que estavam diante das fronteiras do presente pós-colonial, sem nenhum poder de decisão diante dessas elites. Desse modo, a ideia de nação não pode ser arraigada, porquanto a condição pós-colonial não apresentava nenhum novo horizonte, nem abandono do passado, nas palavras de Homi Bhabha, nunca foi possível construir uma condição de interstício:

O presente não pode mais ser encarado simplesmente como ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, desigualdades, suas minorias. (Bhabha, 1998, p.23)

Contrapondo-se a Bhabha, a imagem pública do projeto da nação colombiana vai ser modificada e não apresentada, de forma que as descontinuidades foram eliminadas, as desigualdades foram naturalizadas e as minorias oprimidas e discriminadas, quando não, eliminadas. Vamos tentar contornar qual é essa imagem, que tipo de nação surgiu das cinzas da Guerra de Independência (1810-1819): de 1819, quando a Colômbia consegue sua independência, até 1886, com a promulgação da constituição nacional que aboliu o federalismo, criando um Estado unitário, e as primeiras unidades administrativas e econômicas. O país tinha mudado pouco suas estruturas econômicas e sociais, com forte permanência das estruturas herdadas da colonização espanhola.

No século XIX, a Colômbia não estava inserida na dinâmica do capitalismo industrial e mantinha uma formação rural que só tinha volumes de exportações superiores aos de Haiti e Honduras, sendo uma das economias mais pobres do continente americano. O território estava incorporado na dinâmica de exploração transnacional a partir de enclaves de produção de ouro, prata e minerais. A principal característica desses enclaves é a total ausência de relações com o resto da economia e com o território, além de gerar fortes quadros de violência e um grande prejuízo ambiental. As “exportações” de ouro até a metade do século XIX não tiveram efeitos reais na economia do país. (Kalmanovitz, 2008) Mesma situação tinham outros produtos, tais como a quina, a borracha e o tabaco.

Nesse contexto, torna-se importante o controle do território, única fonte certa de riqueza e de desenvolvimento econômico do país. Desse forma, a luta pelo controle administrativo, não por sua governança, vai ser a constante

no século XIX. Somente de 1819 até 1886 foram desenvolvidas nove guerras oficiais pelo controle do poder e pela definição do modelo de administração entre os centralistas e os federalistas, que eram a expressão da elite da colônia em forma de partidos políticos.

A guerra entre centralistas e federalistas, em 1812, permitiu a reconquista espanhola. A Guerra dos Supremos, em 1839, foi desenvolvida pela Igreja Católica para defender suas propriedades e lutar contra a educação laica, uma guerra para manter os privilégios da Igreja no governo e para manter a “nação católica”. Em 1851, temos outra guerra promovida pelos grandes fazendeiros conservadores do Departamento do Cauca, que tinham oposição às reformas liberais, como a abolição da escravidão e da pena de morte, assim como a declaração da liberdade de imprensa. As guerras de 1851 até 1877 são desenvolvidas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador para obter o controle do governo. De 1884 até 1902, o Partido Liberal vai declarar três guerras contra o governo conservador. Situação que vai terminar com a separação do Panamá, ato que foi coordenado e planejado pelo Governo Roosevelt, dos Estados Unidos da América (EUA), para o controle do canal transoceânico. Uma guerra que deixou a Colômbia totalmente depauperada e nas mãos do novo colonialismo dos EUA. Assim acabou o século XIX no país, um século em que a nação foi devastada pela guerra permanente e foi mantida a presença sincrônica da colônia e da morte.

Depois de cem anos de guerras, qual é o significado de nação na Colômbia do início do século XX? Appadurai (2006) oferece-nos uma ideia interessante para trabalhar o problema nesse contexto, principalmente como gênese da nação: a ideia do “*ethos* nacional”. Por trás da noção de Estado-nação está a ideia de que a soberania nacional baseia-se em alguma espécie de “*genius étnico*”. Appadurai assinala corretamente que a ideia de um *ethos* nacional, longe de ser um desenvolvimento natural, é um produto da retórica da guerra e das regras de uniformização educacional e linguística para produzir um homem nacional. O que está por trás da guerra e da construção do *ethos* colombiano é a construção da “nação católica”, que é a principal forma de permanência da colônia. Se, por um lado, as guerras de independência conseguiram tirar os espanhóis da Colômbia, por outro, nunca conseguiram tirar a Igreja Católica, que manteve suas estruturas e seus privilégios.

Assim, o Estado, dirigido pelas elites católicas, vai tentar resolver os grandes problemas da formação de “nações sem populações nacionais na América” mediante projeto evangelizador da Igreja Católica. O grande projeto de

uniformização do Estado passa necessariamente pela construção de uma religião única na Colômbia e tudo o que se opõe a esta ideia vai estar no patamar do antipatriótico e do antinatural. A Igreja Católica consegue colocar na Constituição de 1886 a religião como a base do projeto da nação, que não aceita outra prática religiosa e que precisa da eliminação de todas as formas culturais dos povos originários e dos povos vindos da África. Basta dizer que em todo o país os lugares sagrados dos indígenas foram queimados e sobre suas cinzas foram construídos templos católicos. Também foram queimadas as almas e as raças e sobre elas foi imposta a “tradição católica” como única narrativa do povo colombiano.

Como assinala o Edward Said (1993), o principal objeto de disputa no imperialismo é a terra, mas quem é dono da terra e quem tem direito a trabalhar nela e planejar seu destino é uma questão decidida nas narrativas. As próprias nações são narrativas. O projeto de imposição católica precisou da eliminação de qualquer outro tipo de narrativa que pudesse disputar a visão etnocêntrica europeia. A narrativa católica permitiu manter a nação no tempo da colônia. Assim, a narrativa da nação católica, com a política da necrofilia herdada da Inquisição e da colônia, vai gerar uma série de encadeamentos intensos. De certa forma vai reforçar a posição das elites católicas e definir o espaço político como propriedade exclusiva para os dois partidos tradicionais. Os conservadores vão ser os mais favorecidos como braço político e armado da Igreja Católica. Eles vão manter o modelo econômico de extração e de apropriação da terra, situação que permitiu consolidar seu poder político eliminando violentamente toda resistência por parte dos liberais. Só em 1929, as mudanças econômicas e a inserção do país na industrialização vão permitir a chegada das elites liberais ao poder.

Liberais e conservadores: a democracia da violência

O desenvolvimento econômico no século XX apareceu com a consolidação da indústria local de tecidos, cerveja e de alguns alimentos, como o café. Com o fortalecimento dos investimentos em infraestruturas e obras públicas realizadas com empréstimos internacionais, inicia-se o processo de modernização em 1930. Até o final do século XX, o governo vai ser compartilhado pelas vias “democráticas” pelos dois partidos políticos existentes. Contudo, a democracia é um espelho da violência no país. Nunca na história de uma nação a violência foi tão democrática e a democracia foi tão violenta como na Colômbia do século XX. Assim, o sistema democrático vai trazer uma elevada

segregação da população e uma disputa violenta pela criação do *ethos* nacional católico, entre liberais e conservadores. Como assinala Appadurai, as minorias parecem atrair novas formas de violência, principalmente no mundo colonial: “Minorias e maiorias emergem explicitamente do processo de desenvolver ideias de número, representação e direito de voto em lugares afetados pelas revoluções democráticas do século XVIII, incluindo espaços satélites no mundo colonial”. (2006, p.39)

A Colômbia vai ser um exemplo desse tipo de violência gerada pela democracia representativa. Assim, as maiorias conservadoras vão precisar da criação das minorias liberais, comunistas e socialistas para poder criar o que Appadurai chama de “metáfora da traição do projeto nacional”, que para o caso é a nação católica. O homicídio do principal chefe dos liberais, Rafael Uribe Uribe, na Praça de Bolívar, em 1914, é uma mostra de como o *ethos* católico conservador conseguiu criar na imaginação da população um inimigo traidor da pátria.¹ Essa nova onda de violência vai ter uma manifestação atomizada, diferente das guerras regionais do século XIX. O novo modelo da guerra vai ser de pequenos grupos pelo controle político dos municípios, das cidades e dos povoados, com incontáveis mortes.

É uma guerra civil e religiosa. De um lado estão os liberais com a polícia, do outro lado estão os conservadores com os religiosos católicos (...) é uma guerra civil, a morte está por todas as partes, na praça pública, nas ruas, no abrir da própria porta da casa (...) os disparos vêm de todas as partes, de uma escola, das torres da igreja, nos caminhos, por trás de um cercado, de qualquer parte vem o disparo inevitável. Ninguém está salvo, nem os juízes, nem os jurados eleitorais, nem os senhores, nem os religiosos, nem os camponeses e ainda pior, os policiais. No povoado de Umpalá, o presidente conservador deu um tiro no vice-presidente que ficou morto no ato. A todos os levam a enterrar, ainda que alguns não possam ter sepultura (...) as famílias se aniquilam umas com as outras, no Cemitério de Málaga, em fila estão as tumbas dos Monsalve à frente das tumbas dos Orduz, não colocaram nas lápidas se eles eram liberais ou conservadores, não tem sentido, todos sabem. (Rueda *apud* Tirado Mejia, 1989, p.290)

¹ A morte de Rafael Uribe Uribe não foi esclarecida, mas indícios mostram que dias antes a cidade já tinha conhecimento de um plano para sua morte por parte dos conservadores. Os jornais conservadores instigavam constantemente o chefe liberal e o acusavam de antipatriota, principalmente por seus projetos de defesa dos direitos dos trabalhadores. Um dos assassinos reconheceu que ele foi motivado pela imprensa conservadora e achou que a perda de seu emprego no Ministério de Obras Públicas era culpa de Rafael Uribe Uribe e dos liberais. É interessante que três dias antes dos fatos, em Caracas/Venezuela, já o tinham dado por morto, já que era o último dos grandes chefes liberais das guerras do século XIX.

Incontáveis relatos deste tipo aparecem ao longo da história do país, pois não existe um povoado sem mortes ou confrontos políticos. Toda Colômbia vive uma violência silenciosa que encontra na falsa democracia o espaço adequado para impor o *ethos* católico conservador. O presidente é eleito pela elite com direito de votar os cargos de governadores, prefeitos e vereadores e os poucos funcionários são divididos entre os dois partidos em disputa, acabando em mortes e confrontos locais. Os funcionários são designados e precisam ser favorecidos pela “hierarquia” política ou eclesiástica. Seu papel não é servir aos interesses dos cidadãos, e sim ser um veículo do poder. Aqui se encontra a origem da corrupção, que vai ser um câncer na sociedade colombiana.

Uma das características mais interessantes da criação da nação católica é que ela serve para criar uma ficção “dos outros” entre a população e fecha a possibilidade de uma via diferente aos dois partidos tradicionais, de modo que a *violência democrática* é exercida pelas elites dos dois partidos contra um povo sem direitos. Esta estratégia tem um objetivo claro: eliminar a possibilidade de surgimento de outros partidos políticos.

Diante da perspectiva da aparição de uma força social ou política diferente das estabelecidas ao longo do século XIX, o governo conservador decidiu responder com as leis, de modo a iniciar uma campanha contra as “greves comunistas”, apresentando primeiro um decreto que confere à polícia poderes especiais para deter qualquer cidadão por suspeita de comunismo, com a conhecida Lei Heroica (nº 69/1928), que fecha a possibilidade de se criarem novos partidos políticos e limita as liberdades individuais, de imprensa, de livre associação e de constituição de sindicatos.

Poucos dias passaram desde a promulgação da lei para que, em 5/12/1928, as forças armadas massacrassem três mil grevistas com amparo da nova lei, episódio conhecido como Massacre das Bananeiras. A primeira de muitas executadas para favorecer os interesses dos EUA e para conter a ordem política. O massacre foi feito pelo Exército nacional e financiado pela United Fruit Company, que não conseguiu negociar os salários dos trabalhadores. Na Colômbia, as empresas multinacionais vão ser financiadoras dos grupos paramilitares e vão efetuar uma “limpeza social”, massacrando os sindicatos e povoados que se oponham a sua exploração, num processo de privatização do poder de coação, com o qual o Estado perde o monopólio da violência, para que ele fique em mãos privadas e estrangeiras, situação que vai se manter até hoje. Ainda que a maior parte da população colombiana ficasse indignada com o Massacre das Bananeiras, a nação política não teve nenhuma intenção de mudar a situação,

principalmente porque os políticos locais dependiam do dinheiro dos EUA, situação que foi conhecida como “a dança dos milhões”.

Jorge Eliecer Gaitán, político liberal de origem popular, aproveita o clima de descontentamento e adianta um debate no Congresso da República descrevendo os atropelos das Forças Armadas e a corrupção da oligarquia diante dos interesses capitalistas dos EUA. Ao longo do debate, ele vai ser reconhecido pela defesa que faz dos trabalhadores nacionais. Aquele ato não foi bem recebido pela oligarquia, nem liberal e nem conservadora, nem pelos EUA, que tentaram ocultar os fatos e os mortos,² e viram na figura de Gaitán uma ameaça. Diante da intimidação do Estado na década de 1940, Gaitán começa um novo discurso que consegue unificar o pensamento do povo em torno de sua figura, tendo como principal objetivo derrocar a oligarquia. Tem como tribuna as cidades e as novas faixas populares urbanas, focando sua luta política contra a oligarquia. O país vai ficar dividido em duas tendências: de um lado Gaitán, que vai levar as bandeiras do novo proletariado urbano; e, de outro, o presidente Laureano Gomez, que vai levar as bandeiras dos EUA, dos grandes donos das terras, dos capitalistas e da Igreja Católica. Gaitán é a “voz do povo” e começa uma forte cadeia de marchas e manifestações populares, levando mais de cem mil pessoas à Marcha do Silêncio (7/2/1948), que lota a Praça Bolívar no Centro de Bogotá.

Essa manifestação de poder de Gaitán tem duas consequências. A primeira é que o povo entende sua força e a oportunidade que tem de acabar com a oligarquia. As elites políticas, por sua vez, ficam aterrorizadas e acham que tem de acabar com ele e planejam seu assassinato, que foi executado em 9/4/1948. Situação que levou seus seguidores a uma insurreição conhecida como o Bogotazo, que vai justificar a reação violenta do governo conservador contra o povo nos anos seguintes. Dissemina-se uma nova onda de violência, povo por povo, casa por casa, que vai ser conhecida como “o tempo do terror oficial”, principalmente pela barbaridade das ações, que abrangiam deslocamentos de povoados completos, massacres de 150 a 300 pessoas por dia, torturas e desapareções com desmembramentos, todas elas ordenadas pelo governo do presidente Laureano Gomez e executadas pelo Exército nacional, pela polícia ou por homicidas conhecidos como “os pássaros”.

² Os mortos foram levados de trem para o mar, de modo que era quase impossível encontrá-los, situação que gerou muita confusão em torno dos fatos, que depois foram tidos como mentiras da oposição. O massacre foi mascarado no Congresso de Bogotá para proteger as atuações da United Fruit Company. Testemunhas das vítimas permitiram que Gaitán fizesse as denúncias contra o general Cortes Vargas, que foi quem conduziu a matança, e contra o governo conservador, por trair o povo para proteger os interesses da empresa.

As histórias de injustiças sociais, os repetidos massacres no campo e a impunidade generalizada imposta pelo governo conservador, levam ao aparecimento das guerrilhas, primeiro de caráter liberal (1948) e depois do tipo marxista (1964). O aparecimento das guerrilhas liberais é um ato de resistência dos camponeses diante da onda de terror do governo e uma oportunidade de retaliação pessoal de muitos indivíduos que foram literalmente quebrados pela violência. Muitos dos novos chefes guerrilheiros adotaram nomes como “vingança”, “sangue preto” e “capitão desquite”, entre muitos outros, pois o que os animava era a sede de vingança e a possibilidade real de ferir o governo assassino. A violência do governo tem como fundo uma clara estratégia de desenvolvimento econômico da estrutura de acumulação do capital na Colômbia. Desde 1940, e com maior força na década de 1950, o país vai passar da economia agrária para dar um salto no caminho da industrialização por meio da política de substituição de importações e o avanço dos “cultivos comerciais”. O plano vai levar a um crescimento urbano sem precedentes em cidades que acumulam pobres.

Desde o ano de 1944, foi visível o abandono das reformas sociais e agrárias encaminhadas infrutuosamente na consecução de uma distribuição mais equitativa das terras, que estimulasse o desenvolvimento da agricultura, para orientar os investimentos na promoção da modernização e dos investimentos privados e principalmente da defesa aberta e irrestrita desde o governo aos grandes donos da terra. (Bejarano *apud* Tirado Mejia, 1989, p.161)

Entre 1910 e 1950, a população colombiana aumentou de quatro milhões para 11.548.172 de habitantes e, no país inteiro, a população urbana passou de 11% para 38% (Dane, 1950). Assim, o projeto de esvaziar os campos ia pela trilha planejada.

A violência das guerrilhas e o aparecimento da Frente Nacional

A guerra entre o governo e as guerrilhas gera uma decomposição social enorme, por meio da qual muitos grupos de resistência e de bandoleiros do governo acharam a oportunidade de fazer as próprias fortunas pela via da espoliação. Pequenos grupos armados vão-se apropriar dos cultivos, do gado, das fazendas e das propriedades dos camponeses, aproveitando que o Estado perdeu o controle e o monopólio das armas. Ninguém até hoje na Colômbia vai escapar dessa nova forma de violência, é um novo jeito de acumulação da terra, controle do território e das riquezas, feito por meio de forças irregulares com total impunidade.

Com a ascensão da ditadura de 1953 até 1958, Gustavo Rojas Pinilla oferece um indulto para os guerrilheiros que deixassem as armas e começa uma forte campanha de pacificação com as guerrilhas liberais das “planícies orientais”, até negociar com elas a entrega das armas nos anos 1954 e 1955. Ao mesmo tempo, ele começa a dar indultos aos principais assassinos do governo conservador num jogo de equilíbrio político que vai levar a uma nova onda de violência, pois o ditador tem por objetivo matar os chefes guerrilheiros que deixaram as armas. Os guerrilheiros entenderam que todo o processo foi uma armadilha e muitos deles voltaram para lutar, já que a ditadura tinha os mesmos comportamentos do governo conservador que tirou do poder.

A ditadura assumiu o poder pela violência desmedida e com a missão de pacificar o país, mas os erros de sua política permitiram a continuidade do conflito. A oligarquia encontra uma nova oportunidade de ter o controle, tirando o ditador do poder em 1958 e o acusando de ser responsável pela violência no campo. Com a queda do ditador, aparece o que vai ser conhecido como Frente Nacional, que não é outra coisa que uma nova repartição do poder por parte das oligarquias liberais e conservadoras entre 1958 e 1978, fechando a possibilidade de participação de outros partidos ou atores políticos.

Com a Frente Nacional, a Colômbia não vai experimentar melhorias na grave situação de violência, principalmente porque neste período se reforçam as estratégias de dominação política, de opressão social e de espoliação da terra por parte da oligarquia, que mostra suas cartas e suas intenções de ter o poder indefinidamente e governar em favor dos interesses das famílias mais ricas do país e dos EUA. Para o ano de 1960, o censo agropecuário revelou o processo de acumulação da terra e da propriedade, associada à expansão da agricultura comercial e à violência rural produto da guerra política e econômica do governo contra os camponeses colombianos. Para o ano de 1951, as propriedades maiores a 1.000 hectares, latifúndios, cresceram dos 21% da superfície para 31% do total do país, e o número de parcelas abandonadas por causa da violência atingiu 28,72% do total das propriedades do país. Uma reforma agrária violenta para beneficiar o grande capital estrangeiro estava em curso.

O período de transição para o mundo urbano levaria ao enorme crescimento das cidades, alcançando um patamar que nenhum modelo de planejamento ou programa de moradia poderia abranger. Entre 1951 e 1973, a população da Colômbia duplicou-se, passando de 11.548.172 para 22.862.118 de habitantes. Enquanto a população nas cidades passou de 38% para 59%. (Dane, 1997) A política econômica até o ano de 1970 vai ser definida pelo processo

de industrialização e de substituição de importações, em que o setor rural vai ser esvaziado para promover a chegada dos grandes cultivos comerciais e das fazendas de gado. Isto significa:

É possível assinalar que este processo político não foi o triunfo de uma classe, no sentido da persistência de um grupo minoritário vencido, é melhor falar de uma unificação de interesses arredor de uma pequena classe com uma concentração de poder econômico e político tão grande que reduz ao mínimo a possibilidade de luta dos outros setores. O reflexo na economia é óbvio: a persistência em todos os meios de um modelo industrial que condiciona as políticas econômicas de todos os outros setores. (Gaviria, 1989, p.168)

A configuração da Frente Nacional por parte das elites traz uma nova resposta de resistência violenta à organização das guerrilhas de tipo marxista das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em 1964, e do Movimento 19 de Abril (M19), em 1970. Para os camponeses e obreiros ficou claro que a Frente Nacional foi um plano das oligarquias liberais e conservadoras para manter o controle do governo, repartir os cargos públicos e os orçamentos nacionais e municipais, que não resolvia as desigualdades nem os problemas econômicos do país, pelo contrário, aprofundavam a espoliação. Assim, para o último governo da Frente Nacional (1974-1978), liberais e conservadores conseguem consolidar o modelo de Estado colonial, que é definido por Partha Chatterjee (1994) como “Estado que não permite a normalização das funções do Estado moderno, pois sua lógica é manter a alienação dos grupos de controle”. O projeto hegemônico nacionalista dos liberais e conservadores é um projeto para poucos, que emprega a violência para manter a nação no tempo homogêneo do capital e para esmagar as populações e a resistência fragmentada e também violenta, criada contra o projeto normalizador.

Fragmentação da nação colonial, consolidação do projeto hegemônico neoliberal e aparecimento do narcotráfico

Em 1980, a Frente Nacional tinha consolidado o projeto hegemônico neoliberal, produzindo uma particular figura de Estado, que hibridava o “Estado colonial” com o “Estado desenvolvimentista”, mas a nação estava fragmentada social e politicamente pela consolidação de grupos armados de todo tipo. Situação que vai se aprofundar pelo surgimento do narcotráfico como organização armada e política. A Frente Nacional conseguiu formar o que Partha Chatterjee nomeia de “sociedade política” sem passar pela “sociedade civil”:

A maioria dos habitantes é vagamente, e de forma ambígua e contextualmente, portadora de direitos cidadãos no sentido imaginado pela constituição. Não são, por conseguinte, propriamente membros da sociedade civil e não são considerados como tais pelas instituições do Estado. Isto não significa que eles estejam fora do alcance do Estado ou inclusos ou sejam excluídos do âmbito da política. Como populações situadas na jurisdição territorial do Estado, eles têm de ser atendidos e controlados pelas agências do governo. Estas atividades colocam as populações em uma relação política com o Estado. Mas aquele relacionamento não se ajusta necessariamente com a representação constitucional entre o Estado e os membros da sociedade civil. (2004, p.219)

Esta operação foi feita pelas elites na Colômbia ao longo do século XX e teve sua máxima expressão na constituição da Frente Nacional. O Estado hibridizado criado pela Frente Nacional conseguiu manter as estruturas herdadas do Estado colonial e manter as elites no poder e no controle político e econômico. Assim, as elites, assumindo os atributos do Estado desenvolvimentista e com a promessa de acabar a pobreza, usam o discurso do crescimento econômico industrial para justificar o crescimento das cidades e o esvaziamento do setor rural, deixando as populações sem direitos políticos e sociais reais e efetivos. A democracia é trocada pela alucinação do desenvolvimento econômico.³ A estrutura criada pela Frente Nacional vai continuar até hoje e vai definir as linhas da violência e da política na Colômbia. A oligarquia não vai deixar o poder, vai transformar o cenário com o aparecimento de múltiplos partidos de direita, que são uma atomização da oligarquia e não uma abertura democrática real.

O final do século XX vai ser uma etapa complexa e cruel na história da Colômbia. Vai-se desenvolver um jogo político com três eixos fundamentais. Primeiro, vai aparecer o narcotráfico e com ele a corrupção e a ilegitimidade do Estado em todos os níveis e a decomposição ética e moral da sociedade colombiana, o que origina outra onda de violência por causa da guerra contra o narcotráfico. Segundo, vai-se fortalecer a posição das guerrilhas como veículo de luta contra a oligarquia e como linha de defesa contra a esmagadora atuação da direita colombiana, o que vai levar a um novo patamar a guerra ideológica e armada entre a esquerda e a direita. E, terceiro, aparece a posição da oligarquia para aprofundar o modelo econômico neoliberal e a defesa dos interesses estrangeiros no território colombiano com a criação de novos

³ Como assinala Chatterjee (2004), a maioria dos Estados pós-coloniais manteve as velhas categorias etnográficas coloniais para classificar as populações e para gerar as políticas de desenvolvimento e controle, com a clara intenção de manter a condição de súditos sob o rótulo de “populações” e não de cidadãos.

grupos “paramilitares” como estratégia para combater as guerrilhas e obter as melhores terras do país, por via da espoliação e o deslocamento, processo que tinha sido começado em 1950. O Estado vertebrado achou que a solução para acabar as organizações celulares como as guerrilhas precisava de aparelhos militares celulares, tais como os grupos paramilitares, situação que levou uma decomposição total do conflito interno.

A estratégia das guerrilhas foi levar o conflito para as cidades e criar grupos menores para encerrar os principais centros urbanos, debilitando o poder do governo e mostrando a tradicional dificuldade para controlar o território do país. O M19 vai adiantar uma série de atuações cinematográficas, como a tomada da Embaixada da República Dominicana e o assalto do Palácio da Justiça, situado no coração da capital da República, em 1985. O assalto tinha por objetivo julgar publicamente o presidente conservador Belisario Betancourt (1982-1986) e mostrar a força dos grupos insurgentes, que eram capazes de chegar até poucos metros do palácio presidencial.

Quem dirigiu o assalto falou para o presidente da Corte: chegamos para fazer um julgamento do presidente Betancourt por traição ao povo da Colômbia, por entregar os recursos naturais aos homens que delinquem desde o poder do estrangeiro. Depois de ouvir que a Corte seria uma testemunha de exceção, o presidente da Corte Reyes Echandia falou “que ele não poderia atuar como presidente da Corte porque ele agora era um sequestrado”. A presença dos magistrados da Corte convertidos em sequestrados não legitimava o ato do M19. (Castro, 2011, p.85)

O episódio é trágico pelo combate desenvolvido ao longo de três dias no centro de Bogotá, pela morte de 53 pessoas no meio do fogo cruzado e pelas posteriores torturas e desapareções das pessoas «resgatadas» pelas forças armadas, que trinta anos depois continuam sendo julgadas por aqueles fatos.⁴

Por sua parte, a guerrilha das Farc vai incrementar o número de homens e consolidar uma estrutura armada muito forte, obtendo o controle militar e político de grande parte do país. Paralelamente vai aparecer a Unión Patriótica (UP), como braço político das Farc, com uma plataforma ideológica que tinha propostas de reformas democráticas e sociais, uma nova reforma agrária, nacionalização dos recursos naturais e um modelo econômico não dependente

⁴ O M19 perdeu grande popularidade depois dessa cadeia de sucessos, pois os cidadãos que apoiavam suas ações do tipo Robin Hood acharam que o episódio do palácio foi inútil e desnecessário. Assim, o grupo insurgente vai entregar as armas em 1990 e entrar no sistema “democrático” com candidatos para cargos de eleição popular e com estrutura de partido político.

do capitalismo global e, sobretudo, não subordinado aos interesses dos EUA. As tentativas democráticas da esquerda tiveram uma resposta contundente da direita colombiana. Foram assassinadas mais de vinte mil pessoas entre 1986 e 1994, todas as mortes são consideradas como crimes políticos, por parte do Estado. A UP foi exterminada em sua totalidade, com mais de cinco mil mortos e os presidentes do partido massacrados. O M19 correu com a mesma sorte. Sua principal figura e candidato para a presidência da Colômbia, Carlos Pizarro, foi morto por um tiro na cabeça em um avião. Com este cenário, foi fechada a possibilidade de participação democrática da esquerda, levando a uma intensificação do conflito armado.

O aparecimento do narcotráfico vai ser o elemento central para entender o desenvolvimento da violência na Colômbia no final do século XX, pois vai penetrar em todas as estruturas legais e ilegais da sociedade. O dinheiro vai financiar por igual políticos, guerrilheiros e paramilitares. O narcotráfico vai fomentar a corrupção e a impunidade em todos os níveis do Estado, conseguindo socavar a moral e a consciência da nação. Sua origem data na década de 1970, em que soldados dos EUA, que lutaram no Vietnã, vêm para a Colômbia, procurando a maconha que eles tinham experimentado no meio daquele conflito.

Os traficantes dos EUA começaram a deixar os aviões em diferentes aeroportos da costa norte da Colômbia. No deserto da Guajira permaneceram por muito tempo vários DC3 e DC4 com matrícula M dos EUA, pois depois de qualquer falha os gringos transportavam a maconha para outro avião, deixando os antigos aviões ali abandonados, na frente dos olhos de todas as pessoas, assim todos se acostumaram com sua presença. (Castro, 2014, p.76)

Sempre se está falando de Pablo Escobar e da onda de violência que ele trouxe na Colômbia, mas sempre, com isso, tenta-se mascarar o problema central do narcotráfico: a política dos EUA que, por mediação de suas agências, faz promoção e controle do narcotráfico para os consumidores de seu país. Pablo Escobar é uma narrativa criada para desviar a atenção dos verdadeiros donos do negócio do narcotráfico, os EUA, que têm controle total da cadeia de produção e distribuição.⁵ Assim, a guerra contra o narcotráfico é uma ficção que tem duas faces. A perseguição pública contra os chefes dos cartéis locais que são apresentados como os grandes donos do negócio e o apoio encoberto dos

⁵ Segundo estudos feitos pela ONU, os ganhos do negócio das drogas ficam nos países consumidores: EUA e Canadá e países da Europa. (CNN, 17/6/2010)

EUA para estabelecer o controle do negócio e do território na Colômbia, por mediação das agências oficiais, que supostamente lutam contra os narcotraficantes.

No âmbito do público, a guerra desatada pelos cartéis contra o Estado colombiano vai levar as atuações terroristas para as cidades. Cerca de 300 bombas explodiram em Cali, Medellín e Bogotá, vão ser assassinados mais de 800 policiais e 1.142 civis. O ataque frontal de Pablo Escobar foi contra um Estado colombiano corrupto e débil, pois a maior parte dos políticos e do Congresso da República estava financiada pelo narcotraficante, de modo que as poucas pessoas que fizeram resistência ficassem isoladas nesta luta e pagassem com suas vidas.

O primeiro vai ser o ministro de justiça Rodrigo Lara Bonilla, em 1984, que mostrou os nexos de Escobar com o narcotráfico. Sua morte vai motivar que o governo decrete a extradição dos narcotraficantes para os EUA, situação que levou o conflito a seu nível mais violento. O seguinte na linha de assassinatos foi o ex-Ministro de Educação e candidato presidencial Luis Carlos Galán, que vai ser morto em 1989 numa praça pública diante de oito mil pessoas por liderar a luta contra o narcotráfico e a corrupção. A morte de Galán foi resultado de uma aliança entre narcotraficantes e chefes do Partido Liberal, principalmente porque ele representava uma alternativa popular contra as oligarquias e porque ele saiu do Partido Liberal para formar o Novo Liberalismo.⁶ No mesmo ano, Escobar vai detonar um avião no ar, assassinando 110 pessoas, numa tentativa de acabar com a vida de Cesar Gaviria, político que assumiu a posição de Galán para as eleições presidenciais. Todas essas atuações mostram o grau de decomposição da política e da sociedade na Colômbia e os níveis de violência, produto da guerra contra o narcotráfico. Guerra essa criada pelos EUA, que só foi lutada pela Colômbia.

A morte de Escobar, em 1993, vai trazer mudanças na forma de luta contra o narcotráfico. O país vai assistir a uma atomização do conflito, em que o negócio no âmbito local já não está sob controle de um grande “capo”, mas vai passar para muitas mãos e para pequenos grupos armados, entre eles, as Farc, que vão levar essa violência para todas as regiões da Colômbia, numa luta pelo controle local da produção e pela continuidade das cadeias de distribuição com os grandes chefes do negócio nos EUA.

⁶ Luis Carlos Galán saiu do Partido Liberal devido aos repetidos episódios de corrupção e pelo relacionamento dos grandes chefes com o narcotráfico; em 1987, volta para o partido, deslocando os chefes tradicionais, o que gera uma briga política, motivo principal de seu assassinato. Escobar tinha medo de Galán, principalmente porque ele era apoiado pelo povo e porque não permitiu a entrada de Escobar em seu movimento político, sendo o primeiro a denunciá-lo. Um milhão de pessoas acompanharam o funeral de Galán.

O governo privado indireto, os EUA e a política da guerra privada

Com a presidência de Andrés Pastrana Arango, em 1998, e de Álvaro Uribe Veléz, em 2002, a guerra vai tomar uma nova forma. Washington vai implantar uma nova política de controle territorial das Américas, principalmente da Amazônia e seus recursos naturais, que vai ter sua entrada com o nomeado Plano Colômbia, tendo como pretexto a guerra contra o narcotráfico. A outra cara da guerra na Colômbia.

Nessa estamos hoje, uma guerra como a do Iraque. Uma fêria para as empresas da violência privada que os EUA chamam de “corporações militares”, assim como a seus mercenários nomeiam de “contratistas” as torturas “pressão física leve” ou “práticas de menor intensidade” (Abu Ghraib e Guantánamo) e finalmente “ajuda” à intervenção direta na Colômbia. Esta guerra é nomeada por alguns como “Nova” na medida em que seu caráter militar e político vai para um plano secundário, nela o importante são os interesses econômicos estrangeiros. (Castro, 2014, p.79)

A guerra vai ter um novo patamar e vai mudar a linguagem do confronto, que passou de guerra civil para “luta contra o terrorismo”, partindo das mesmas predicções do ex-presidente Bush, que na Colômbia vai ser conhecido com o nome da “segurança democrática”, e que tem como objetivo esmagar qualquer oposição da implantação do modelo neoliberal e neocolonial de extração dos recursos naturais do país.

O governo de Uribe Veléz entregou para as multinacionais todos os recursos estratégicos da Colômbia, tais como, produção de energia, setores de minério, de água doce, de petróleo e de *coltan* e toda a riqueza genética da Floresta Amazônica colombiana, que atualmente é controlada pelas forças militares dos EUA. A guerra é um bom negócio para todas as empresas dos EUA que vendem armas e tecnologia, todo produto da corrupção do governo é financiado pela dívida externa colombiana. Desse modo, existe no interior do país uma multiplicidade de exércitos privados nomeados de “paramilitares” que são treinados e patrocinados pelas multinacionais estrangeiras do petróleo, do ouro e da agricultura comercial. São as multinacionais da violência privada.

O governo de Uribe Veléz vai apagar qualquer indício de oposição e vai assinalar de “terrorista guerrilheiro” qualquer pessoa que tenha uma posição diferente ou que lute contra essas novas formas de neocolonialismo. Uribe Veléz vai conseguir o que Appadurai (2006) classifica de “mobilização da incerteza social e da certeza ideológica”, aproveitando a guerra para apagar as ideias políticas da oposição e transformar em inimigo todo aquele que estivesse em

oposição de seu governo. Até hoje, Uribe Veléz vai ser o principal crítico do processo de paz e vai promover o modelo da guerra como única possibilidade de construção nacional.

Assim, a Colômbia vai ter um novo rio de sangue, desta vez por conta do Estado paramilitar financiado por Uribe Veléz, que vai deslocar por volta de cinco milhões de camponeses ao longo de oito anos para obter grandes porções de terras para a produção de biocombustíveis e para adiantar os projetos macroenergéticos e de controle das principais fontes hidrográficas. O Governo Uribe Veléz vai adiantar operações conhecidas como “falsos positivos”, que são massacres executados pelos militares contra a população civil, e que vão ser mascaradas como luta contra os colaboradores da guerrilha, levando a violência a situações inimagináveis.⁷

Cinco milhões de colombianos foram deslocados no interior do país, cada ano 150.000 pessoas têm que deixar suas casas, sendo a segunda população maior do mundo em deslocamentos internos. É comum que os defensores de direitos humanos, sindicalistas, periodistas, líderes indígenas, afro-colombianos e líderes de deslocados sejam ameaçados de morte e vítimas de outros abusos.⁸

Todo este cenário foi desenvolvido para finalmente aprofundar o modelo neoliberal, que finalizou com a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA, que na prática é um tratado feito para garantir os interesses dos EUA na Colômbia. O TLC entrega total controle ao governo dos EUA em temas como águas doces, justiça, exportações, patentes de animais e plantas das florestas colombianas e estabelece reformas sociais em educação e saúde para “aprontar” o povo dentro do processo de globalização. No TLC, a Colômbia renuncia a produção de alimentos para se concentrar em “produtos tropicais” que são parte fundamental dos ganhos das empresas transnacionais.

O TLC é nada menos que deixar o país sem segurança alimentar, que é um fundamento da soberania, o que consiste em produzir em nosso território nossa própria comida. Porque os produtos tropicais são alimentos, mas não é a dieta básica, uma pessoa não pode viver de café, banana e palma africana. Tudo isso foi definido pelo “Plano Colômbia”, o que faz o TLC é aperfeiçoar a estratégia como um acordo interna-

⁷ Hoje, existem 5.700 denúncias contra membros das Forças Armadas e 3.430 investigações na fiscalização dos fatos supracitados. Somente 27 militares foram separados do Exército e 6 coronéis estão em julgamento. (Cf.: *Revista Semana*, 23/4/2015)

⁸ Cf.: ONU, Relatório do Comissionado para os Direitos Humanos, 31/1/2014.

cional, que não é possível modificar sem autorização dos EUA. (Jorge Robledo, Senador da República, *apud* Castro, 2014, p.381)

A Colômbia hoje se encontra no meio do processo de globalização e controle da América Latina por parte dos EUA, com uma economia baseada na extração de riquezas minerais (carvão, ouro, petróleo e minerais preciosos), que opera do mesmo jeito que no início da colônia, em forma de “enclaves” que não trazem benefício algum para as comunidades perto dos centros de extração e que geram grandes prejuízos ao ambiente. O campo colombiano foi totalmente desocupado e posto a serviço da agricultura comercial e de biocombustíveis. A “guerra contra as drogas” conseguiu a transformação do sistema híbrido colonial-desenvolvimentista, o que Achille Mbembe (2003) chama de “governo privado indireto”, que não é outra coisa do que a criação de dispositivos emergentes de dominação para manter a propriedade privada e a desigualdade, diante dos quais o papel do Estado é marginal. Sobre tudo no que se refere à retirada do Estado do campo econômico para deixar o mercado operar livre e com eficiência, afetando diretamente os campos social e político, que ficam subordinados aos interesses das empresas estrangeiras. Esse é o TLC que administra a economia da Colômbia hoje.

Considerações finais

A narrativa oficial que pretende apresentar a Colômbia como a nação com a “democracia mais antiga e estável da América Latina” adota seu sentido, nas palavras do Partha Chatterjee (2004), quando assinala que: “A democracia hoje não é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Antes, deveria ser vista como a política dos governados”. Partindo desta ideia, a Colômbia fez uma transição do modelo colonial, em que as populações eram súditas do rei, para o modelo de “nação colonizada”, no qual o Estado, agenciado pelas elites, consegue fazer uma construção precária do conceito de cidadania em que a soberania popular é inexistente, pois os cidadãos não participam da soberania do Estado e a democracia representativa é uma ficção.

A construção da nação colombiana com cidadãos em condições de precariedade política e cívica tem o objetivo de manter as estruturas e privilégios herdados da colonização, que atualmente estão na forma do “governo privado indireto”, no qual o Estado não tem a finalidade de garantir os direitos dos cidadãos e a distribuição da riqueza. Pelo contrário, o governo privado indireto é a forma mais elaborada da redução do Estado, para não gerar resistência ao

movimento livre do capital, para permitir o deslocamento das populações não produtivas e para manter o projeto hegemônico neoliberal.

Esse projeto de Estado-nação não está livre de resistência por parte das populações. Na Colômbia, pode-se observar o fenômeno que Appadurai (2006) descreve como a “permanente tensão entre formas políticas celulares e vertebradas”. Nesse sistema, a concepção de Estado-nação e de economia do capital corresponde com o sistema vertebrado visível na economia mundial desde os séculos XVI e XVII, momento no qual as colônias americanas foram incorporadas a ele. Assim, o Estado colombiano é uma estrutura vertebrada que tem oposição em estruturas celulares que lutam contra o projeto normalizador do Estado. O principal atributo das organizações celulares na Colômbia é sua designação de ilegais e pré-modernas, elas se opõem à livre circulação do capital e parecem lutar contra o sistema de governo. Assim se formaram os exércitos libertadores da guerra de independência contra o sistema colonial, os exércitos federalistas das guerras civis do século XIX e as guerrilhas liberais e marxistas do século XX contra o Estado-nação neoliberal.

O narcotráfico vai ser gerenciado por estruturas celulares de outro tipo. Ele é a forma mais evoluída de um negócio nas entranhas do moderno sistema capitalista global, pois ele se ajusta aos princípios da livre circulação e ao desligamento do componente financeiro, de produção e de manufatura; esquia os protocolos legais dos vestígios do sistema vertebrado do capital que ainda subsistem; e principalmente, tenta esquivar o Estado, como estrutura que se opõe a sua eficiência. Em suma, é uma estrutura que aproveita as contradições do sistema capitalista global. Na Colômbia, o narcotráfico, primeiro, vai tentar aderir-se às estruturas vertebradas do Estado e da sociedade para legitimar e facilitar sua operação. Assim, vai prover o dinheiro do “Estado de corrupção nacional” desde os anos de 1970 até hoje. Sua narrativa da guerra contra o Estado colombiano vai ser uma ficção criada pelos EUA para adiantar o programa de intervenções na América Latina com o nome de guerra contra as drogas.

O narcotráfico é uma parte fundamental para o funcionamento do capitalismo global, tanto que permite apropriar os ganhos por fora dos arranjos dos Estados e gera fluxos enormes de capital que movimentam as economias das nações que aproveitam e controlam o negócio (EUA, Canadá, Europa). No entanto, elas mesmas elevam o discurso moral da guerra contra as drogas. Por sua parte, a guerra se dá muito longe de suas fronteiras, onde outros Estados (Colômbia, Peru, Bolívia) colocam os mortos para manter a alucinação da ilegalidade. A luta entre os sistemas vertebrados e celulares na Colômbia é

pelo controle da riqueza e da soberania. Este confronto vai ser resolvido com o uso da violência. O Estado, desde o século XIX, vai implantar a necropolítica para manter a nação no “tempo homogêneo e vazio do capital”, eliminando sistematicamente qualquer resistência ou impedimento para o livre fluxo da riqueza, que somente é visível para as elites que aproveitam o poder para manter seus privilégios. Por sua parte, a resistência vai ser igualmente violenta, as estruturas celulares como guerrilhas e grupos criminais lutam contra o artifício do Estado-nação, o que finalmente coloca as populações em dupla situação de vulnerabilidade.

Assim, a vida cotidiana da Colômbia, desde sua independência, está organizada em torno da violência. As pessoas são continuamente esmagadas por ondas de violência que não permitem o surgimento de uma sociedade civil que seja consciente de seus direitos cidadãos e que tenha o poder de participar da soberania do Estado. A população da Colômbia é de súditos do sistema político, que usa a violência para homogeneizar os tempos da nação com os tempos do capital, reservando a categoria de cidadãos para as elites. A violência democrática é o aparelho da modernidade que outorga sentido ao relato Estado-nação na Colômbia.

O modelo de acumulação de capital está mediado diretamente pela guerra e pela violência, para favorecer os interesses dos EUA e dos proprietários da terra no país. A violência vai ser o principal indutor ou movimentador do processo de acumulação de capital e de conformação das estruturas territoriais e de poder na Colômbia ao longo de sua história. Os encadeamentos gerados pela violência para implantar o modelo capitalista neoliberal podem ser resumidos em três aspectos fundamentais.

O primeiro tem a ver com a concentração da terra na Colômbia que, de acordo com diversos estudos feitos no país, está diretamente ligada ao conflito armado, num processo de acumulação de propriedades pela via da espoliação para favorecer os cultivos comerciais agroindustriais, os biocombustíveis, a expansão do gado e dos cultivos ilícitos. Todo o processo foi concebido pelo Estado que, apoiado nos grupos paramilitares, adiantou nos últimos trinta anos uma reforma agrária radical com mais de quatro milhões de deslocados.⁹ A concentração da terra na Colômbia atinge o Índice de Gini de 0,85, o que significa que mais de 80% da terra do país são de propriedade dos 10% das pessoas ou multinacionais. (Gaviria e Muñoz *apud* Rodríguez e Cepeda, 2010, p.41)

⁹ Cf. Centro Nacional de Memória Histórica, 2014, p.192.

Por sua parte, o Índice de Gini para medir a desigualdade vai-se manter em 58,3 ao final do último ciclo de violência (1994–2014), o que mostra um país de 47 milhões de pessoas, no qual 28 milhões são pobres e outros três milhões estão em situação de pobreza extrema.

O segundo encadeamento é a permanência do modelo intervencionista dos EUA pelo controle econômico e territorial da Colômbia, financiando a violência paramilitar e do Estado contra os camponeses. É importante lembrar a perda do Panamá patrocinada pelos EUA em 1903. Igualmente aconteceu com a implantação das multinacionais para exploração dos produtos tropicais, tais como, banana, borracha e tabaco, que trouxeram os massacres de 1928 (United Fruit Company) até as acontecidas entre 1994 e 2004, efetuadas pela mesma United com o nome de Chiquita Brands International. Igualmente estão os processos de limpeza social adiantados pela Drummond e outras multinacionais.¹⁰ A guerra privada dos EUA na Colômbia significa um “exército de contratistas” ou mercenários, que, segundo dados de Human Rights Watch, atingiam cerca de 4.500 em 2008. Igualmente as estimativas dos custos e das ajudas militares dos EUA no “Plano Colômbia” mostram que dos 1.300 milhões recebidos, 1.130 milhões foram direto para as companhias de violência privada dos EUA que operam no país. Assim como em 1903, os EUA estimaram de forma estratégica se apoderarem do Canal de Panamá, em 2006 foi clara sua intenção de manter o controle militar e político na região e apropriar os recursos naturais da Amazônia, do aquífero Guarani e da Patagônia, usando o Plano Colômbia para colocar suas forças armadas na região.

O terceiro e último encadeamento da violência é a existência de um Estado débil, corrupto e fragmentado, que só opera em favor das elites políticas da Colômbia. Estado, multinacionais e grupos ilegais concorrem por igual e atuam violentamente contra a população para garantir seus direitos de exploração do território e da riqueza. A elite política usa a violência para fechar as possibilidades de participação ou de opinião, de outro tipo de ideias diferentes às estabelecidas pelo modelo de acumulação do capital. O assassinato sistemático da oposição política e de líderes com outros projetos de nação, desde o Rafael Uribe Uribe até Luis Carlos Galán, e as contínuas agressões do governo que deram origem às guerrilhas liberais ou marxistas do século XX mostram o empenho da elite por manter o modelo da nação colonizada. Basta dizer que as mesmas famílias que governavam o país no começo do século XX estão ainda no poder.

¹⁰ Drummond é uma empresa multinacional de carvão que tem sido acusada pela morte dos líderes sindicais em Santa Marta e por financiar grupos paramilitares em diversas oportunidades.

Os nomes Gomez, Santos, Lleras, Lopez, Turbay, Samper, Gaviria e Pastrana são o comum denominador de 120 anos de história política na Colômbia.

A Colômbia ainda é um país inserido numa estrutura dependente, só mudaram as formas e os personagens, mas a essência da exploração e das formas sociais continua como uma forte subordinação dos modelos internacionais sob controle do capital. O modelo colonial de apropriação de riqueza, terra e controle político permanece, de forma que a exploração do território é arranjada em função das multinacionais, sem benefícios para as comunidades afetadas. Assim, a nação colombiana permanece no tempo homogêneo da violência.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, A. *O medo ao pequeno número*. Durham: Duke University Press, 2006.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CASTRO, G. *Nuestra guerra ajena*. Bogotá: Planeta, 2014.
- CASTRO, J. *Del Palacio de Justicia a la Casa de Nariño*. Bogotá: Aguilar, 2011.
- CHATTERJEE, P. *The nation and its fragments. Colonial and postcolonial histories*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- _____. *The politics of the governed. Reflections on politics in most of the world*. New York: Columbia University Press, 2004.
- _____. *La nación en tiempo heterogêneo y otros estudios subalternos*. Buenos Aires: Clacso, 2008.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. Informe general. Bogotá, 2011.
- DANE. Departamento Nacional de Estadísticas. Series poblacionales: 1950-1997. Bogotá, 2015. Disponível em: <www.dane.gov.co/>. Acesso em: 7/9/2016.
- GAVIRIA, G. Introducción. In: MEJIA, Á.T. *Nueva Historia de Colombia*. Bogotá: Planeta, 1989.
- GUHA, R. *La historia en el término de la historia universal*. Barcelona: Critica, 2003.
- HARVEY, D. *La condición posmoderna*. Madrid: Loyola, 1994.
- _____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HIRSCHMAN, A. *Strategy of economic development*. Bogotá: McGraw-Hill, 1958.
- KALMANOVITZ, S. Consecuencias económicas de la Independencia en Colombia. In: *Revista de Economía Institucional*, v.10, n.19, 2008, p.207-232.
- MBEMBE, A. Necropolitics. In: *Public Culture Winter*, n.15, 2003, p.11-40.

MEJIA, Á.T. *Nueva historia de Colombia*. Bogotá: Planeta, 1989.

ROBLEDO, J. Senador da República. In: CASTRO, G. Op.cit., p.381.

RODRIGUEZ, P. e CEPEDA, E. *Concentración de la tierra en Colombia*. Bogotá: Universidad Santo Tomas, v.4, jun. 2011.

SAID, E.W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Constituição da subjetividade e formação humana no seio dos movimentos sociais do campo

*Joaquim Gonçalves da Costa**

Introdução

A presente análise tem como ponto de partida as condições objetivas de produção e reprodução da existência no seio do campesinato, mais especificamente, a partir dos sujeitos sociais que atuam e se organizam nos movimentos sociais de base popular. Por essa razão, ganha centralidade na discussão teórica, o processo de avanço do capital no campo e as contradições principais que este modelo de desenvolvimento cria, bem como, os processos de intervenção, de mediações que fazem o tensionamento nessa materialidade social.

Na forma expositiva, o presente texto estrutura-se em cinco pontos fundamentais na tentativa de percorrer um caminho que se pavimenta por reflexões que cotejam os aspectos materiais e objetivos com a constituição social do ser, bem como, refletem a partir do movimento da realidade e das contradições objetivas a relação histórico-dialética da unidade entre totalidade, particularidade, objetividade, subjetividade e unidade na diversidade. Busca tratar estas categorias explicativas não como polos opostos, estanques, mas como resultado do movimento do pensamento em direção à apreensão do movimento do real. Vale chamar atenção que em diferentes momentos do texto fez-se necessário embasar algumas questões, em rápidas revisões de literatura para assentar o problema.

O primeiro ponto busca discutir o modo de produção e suas contradições objetivas e sociais e como se dá a constituição da subjetividade a partir das relações materiais de produção. De característica mais reflexiva geral, aponta que, a subjetividade constitui-se na relação com as condições objetivas em que o ser social está inserido. Nesse sentido, a subjetividade é um processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente a algum ser, que, pela maneira que ocorre esse processo o torna único, singular, mas que não significa que sua gênese esteja no interior do indivíduo. Demonstra, portanto, que a base da

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)/Campus Laranjeiras do Sul/PR. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE/UERJ/UFF/EPSJV/FIOCRUZ).

subjetividade está nas relações sociais do indivíduo, das quais, de forma única, este se apropria na objetivação do seu cotidiano.

O segundo ponto tem o indivíduo como objeto de compreensão em diferentes abordagens dentro da psicologia. Fruto da modernidade, o conceito de indivíduo, que devido a sua “natureza” e concepção filosófica de um tempo histórico, potencializa o desenvolvimento de uma cultura individualista que baliza a ação humana. Mais recentemente, na psicologia, desenvolve-se uma capacidade explicativa, uma perspectiva crítica que visa demonstrar que o espírito humano não é inato, posto *a priori*, mas historicamente e socialmente construído.

O terceiro ponto tem o coletivo no horizonte e a “reinvenção” dos valores pela luta dos movimentos sociais de base popular: de onde se parte e para onde se pretende ir. Destaca que, mesmo que as análises demonstrem ser tendencialmente hegemônicas, as estratégias de resistência, de gestação de valores e de práticas que fortaleçam o interesse coletivo estão perdendo espaço no mundo do trabalho atual, de maneira muito significativa no trabalho no espaço urbano. Por outro lado, é possível verificar, que em diferentes lugares os movimentos sociais, ao se organizarem e lutarem, desenvolvem um caldo de experiências que ressignificam a participação social, os valores e contrariam de modo significativo a lógica hegemônica do sistema capitalista atual.

O quarto ponto reflete sobre traços de subjetividade em construção e possibilidades que se apresentam na qualidade de sujeito de seu projeto de vida e de sociedade, retomando a pertinência do reconhecimento da constituição histórica do campesinato. Visa tecer a compreensão do caminho de trabalhadores e de classes, historicamente excluídos, marginalizados, explorados, a trabalhadores que lutam, tensionam a realidade, reescrevem a história a partir de suas lutas e exigem respeito da sociedade. Nesse sentido, a discussão tenta demonstrar que é na objetividade do trabalho e da luta que há traços de subjetividades em construção que, de maneira geral, andam na contramão dos pressupostos que demarcam a composição das subjetividades de modo geral.

O quinto ponto observa uma nova mística nas manifestações das subjetividades que ressignificam os valores sociais através da luta, trazendo elementos constitutivos nas diferentes dimensões da vida, da ação, do trabalho, da luta que fazem com que os camponeses demarquem territórios materiais e imateriais, impondo suas pautas e sua presença em diferentes espaços. Discute também algumas matrizes formativas inerentes ao processo vivido pelo campesinato na luta social.

Contradições e constituição de subjetividade a partir de relações materiais de produção

O principal aspecto a ser claramente explicitado é o fato de que não há constituição da subjetividade fora das relações materiais. Partindo deste pressuposto, considera-se fundamental a noção de que a constituição histórica dos sujeitos, as leis do desenvolvimento psíquico e a subjetividade estão socialmente condicionadas pelas e nas relações sociais de produção e reprodução da existência. Influenciado pelas leis objetivas e causais inerentes ao movimento e transformação da realidade material e social, onde o ser social atua, o processo de formação humana e de desenvolvimento humano é determinado por um conjunto complexo de dimensões alicerçado nas condições objetivas de cada ser.

Dessa forma, a subjetividade, o psiquismo é constituído na inserção do seu tempo histórico, no recorte de classe e com influência da cultura, portanto, com as condições materiais na qual o indivíduo desenvolve-se: “A subjetividade constitui-se na relação com a objetividade”.¹

Em uma retomada rápida do processo histórico de constituição, desenvolvimento e transformação do modo de produção hegemônico capitalista, bem como das possibilidades explicativas desse processo, verifica-se que prevaleceu a tendência de “criar” a individualidade e conectá-la a um exacerbado individualismo, que torna o sujeito capaz de competir, por um lado, e de igual forma desenvolve os mecanismos que levam à responsabilização dos sujeitos de maneira individual, por outro. Tendo claros estes aspectos, a percepção de que as subjetividades ganham contornos e limites produzidos pela objetividade histórica, aparece a demanda da necessária negação das tentativas explicativas carregadas de aspectos ideológicos e idealistas que embasam essa crença no indivíduo e no individualismo, tendo assento nesse entendimento, o desenvolvimento de uma concepção de “individualidades” e “subjetividades” autônomas e independentes.

Se o movimento do real e as suas contradições se inter cruzam e são modificadas na e pela “práxis” definindo a subjetividade histórica de cada ser, e se a apreensão desses aspectos pelo entendimento humano, que se transformam em capacidade explicativa, também em movimento, transitória e destinada a ser superada, correlativamente, a análise da materialidade em que o sujeito se insere, supõe em sua determinação subjetiva, as consequências do conjunto

¹ Anotações de aulas da disciplina Teorias da Formação Humana: Subjetividade e Contemporaneidade, do Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), ministrada pela professora Deise Mancebo, no primeiro semestre de 2015.

contraditório de múltiplas relações. A forma e o conteúdo dessa intervenção humana na materialidade são a condição objetiva da subjetividade em geral.

Da aproximação da Psicologia Social com outros saberes e ainda do exercício crítico ao positivismo decorrem referenciais de análise que afirmam o caráter histórico dos fenômenos psicossociais. Os conhecimentos que construímos estão embebidos no contexto temporal, cultural, espacial em que são criados e, assim, considera-se que as formações da subjetividade não podem ser compreendidas desligadas da formação social na qual se constituem. (Mancebo, 2004, p.36)

Sendo a subjetividade necessariamente histórica e social, a análise e o entendimento requerem a superação das perspectivas que elaboram explicações e se desdobram em concepções naturalizadas que, de modo geral, fazem leituras individualizantes, retirando o sujeito social de seu contexto, tornando-o eterno por aquilo que é.

O conceito de indivíduo é uma construção da modernidade. Na psicologia social, torna-se central como categoria que ganha conteúdo histórico e poder explicativo. No entanto, a “investigação psicossocial, ao mesmo tempo que surge e se desenvolve sob determinadas condições espaço-temporais, constrói essas realidades, não raramente normatizando sujeitos e controlando suas situações de vida”. (Id.ib.) A formação de uma subjetividade individualizada é correspondente ao *modus operandi* do capitalismo. Em vista ao processo de ampliação constante do capital e maior eficiência no processo de dominação e expropriação da força de trabalho e da produção dos seres humanos, a lógica funcional tendencialmente leva à formação de um espírito individualista, competitivo e alienado. A composição e a formação dessa subjetividade individualizada estão calcadas em algumas características básicas: “na retração do indivíduo sobre si mesmo; na emergência de um saber psicológico como mais uma estratégia disciplinar que, não raramente, valoriza a vida psíquica privada e o consequente empobrecimento da vida cívica”. (Id.ib.)

A imersão cotidiana em uma cultura hegemonicamente individualista influencia diretamente na constituição da identidade das pessoas. O conjunto de ações e intervenções que cada sujeito desenvolve no seu cotidiano nas diferentes dimensões necessárias para a reprodução de sua existência, de modo geral, vai sendo lapidado por essa força dominante, constituindo “um espírito humano”, um conjunto de valores com essas características. Essa identidade individualista assume um *status* e valor central para a cultura contemporânea, é “naturalizada”, dificultando a percepção de que, na particularidade é a

expressão do espírito do sistema dominante que subjuga a ação humana para corresponder a seus interesses. Em certa medida, a possibilidade explicativa desse processo pela psicologia também é tomada/dominada, tendo em vista que em algumas formulações teóricas, a constituição de uma subjetividade e de uma identidade individualista é tomada como *a priori*, como um processo natural sem nenhuma problematização.

A psicologia tradicional tem compreendido o processo de desenvolvimento da subjetividade de forma naturalista, como se este ocorresse desvinculado das condições históricas. As teorias pautam-se, muitas vezes, apenas na maturação biológica, postulando etapas universalizadas de desenvolvimento. Desta forma, a psicologia tradicional não dá conta de explicar o homem concreto, síntese das relações sociais. Shuare (1990) ressalta, ao analisar as obras de Vigotski, que a chave para entender todos os fatos e fenômenos presentes na individualidade é a origem histórico-social da psique humana; é o historicismo que engendra a teoria de Vigotski. O materialismo histórico-dialético concebe a sociedade como aquela que tem sido criada pelo homem e tem criado o próprio homem, mas não como uma força externa, à qual o homem deva se adaptar por imposição das circunstâncias. O homem é ao mesmo tempo sujeito e objeto das relações sociais; é produto e produtor da sociedade.²

Partindo do entendimento da abordagem sócio-histórica, a subjetividade é resultado de um conjunto de fenômenos imbricados em processo e a manifestação das contradições no interior do ser em constante relação com a objetividade que também é social e material. Partindo desses aspectos “a subjetividade deve ser abordada como totalidade”. (Mancebo, 2015)

A partir desta concepção de constituição social do homem, este inserido num sistema baseado no capital, nota-se que o cotidiano de atuação do sujeito social, além de definir a condição histórica, que pode se manifestar em graus diferenciados de humanização ou de desumanização em processo, demonstra que a subjetividade é necessariamente permeada pelas contradições que expressam, de maneira mediada a contradição fundamental do sistema capitalista, manifesta na contradição capital-trabalho.

O destaque enérgico deve recair, pois, sobre a determinação de que objetividade e subjetividade *humanas* são produtos da autoconstitutividade do homem, a partir e pela *superação* de sua naturalidade. O homem e o seu mundo são produções de seu gênero – a interatividade universal e mutante dos indivíduos em processualidade infinita,

² Idem.

que tem por protoforma o *trabalho*, a atividade especificamente humana, porque consciente e voltada a um fim. Único ser que trabalha, através da sucessão e multiplicidade de seus fins básicos e imediatos, constitui igualmente a si mesmo, não importa quão radicalmente contraditória e, de fato, cruel, perversa e mutiladora seja a maior parte dessa trajetória sem fim. (Chasin, 2009, p.92-93)

Desse modo, soa significativa a ideia desenvolvida por Deise Mancebo,³ ao discutir a subjetividade docente:

No capitalismo, o processo de alienação carrega implicações para a subjetividade na direção da consciência fragmentada, reificada e de afetividade amortecida, dentre outros aspectos, mas para uma análise consistente da subjetividade deve-se considerar a noção de uma unidade dialética e contraditória entre sujeito alienado e sujeito da própria história, como nos lembra Marx (2004) nos *Manuscritos*.⁴

Considerando o processo de universalização do sistema capitalista, como modo de produção, mas também como processo civilizatório, as contradições e interconexões globais, que extrapolam o econômico, incidem diretamente na constituição de diferentes e contraditórias subjetividades, pois, a interseção complexa de fenômenos, por natureza contraditórios, não dizem respeito apenas à criação de sistema em grande escala, mas modelam, condicionam as mudanças nos contextos locais, que, como causa incorrem diretamente em mudanças pessoais e nas experiências sociais.

O capitalismo redimensionou a esfera da subjetividade, introduzindo novas formas de pensar, agir e ser, padronizando os desejos e ações humanas. O sistema capitalista incorporou o ser humano como mais uma máquina de sua linha de montagem, transformando os sujeitos em engrenagens do sistema, onde só tem valor o que produz lucro e impulsiona o acúmulo de capital. (Possoli, 2005, p.130)

Contudo, o processo não implica numa homogeneização social, pois depende do país, da comunidade, do grupo social e das contradições objetivas inerentes aos avanços do capital que se materializam nas particularidades.

Modernidade, indivíduo como objeto de compreensão e diferentes abordagens

Como já mencionado anteriormente, o conceito de indivíduo é uma construção da modernidade, que devido a sua natureza e concepção filosófica

³ “A subjetividade docente”. Texto apresentado por Deise Mancebo para subsidiar o debate em sala de aula.

⁴ A ideia veiculada por Deise Mancebo refere-se ao entendimento acerca da questão abordada a partir dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (Marx, 1844).

de um tempo histórico, desenvolve uma cultura individualista que baliza a ação humana. Mais recentemente, na psicologia desenvolve-se uma capacidade explicativa, uma perspectiva crítica que visa demonstrar que o espírito humano não é inato, posto *a priori*, mas historicamente e socialmente construído.

Muito rapidamente, para assentar o conjunto de reflexões deste trabalho, retomaremos alguns aspectos dessa construção teórica acerca da categoria central na psicologia: o indivíduo. Tomaremos por base o esforço de síntese feito por Mancebo (2004).

Múltiplas abordagens e vários campos do conhecimento tentam retirar a categoria de indivíduo do estado de naturalização, fortemente presente nas várias áreas das ciências humanas e mais especificamente nas teorias do psiquismo. Desse modo, ganha espaço o entendimento – que foi, de modo geral, explicitado no item anterior – que nós, indivíduos filhos da modernidade somos apenas um capítulo, numa longa história sem-fim. (Bezerra Júnior, 1993) Na tentativa de tratar a história do homem, o indivíduo como categoria explicativa, que ganha uma capacidade enorme para entender o processo de consolidação da modernidade, se torna apenas um dos modos de subjetivação possível. É perceptível pela literatura que cada época põe em funcionamento alguns desses modos sendo a categoria “indivíduo” o modo hegemônico, a materialização da subjetividade na modernidade. O indivíduo é a célula-mater do sistema e do processo que consolida a concepção de mundo moderno. No entanto, faz-se necessário termos claro que indivíduo é diferente de subjetividade, pois esta não é um dado, embora, saibamos que a composição subjetiva é resultado de todas as relações imbricadas, que dão a identidade a essa sociedade moderna.

Sendo o indivíduo um dos fundamentos da modernidade, o individualismo torna-se a forma hegemônica das sociedades ocidentais. O valor da identidade individual é resultado sobretudo pela ideia de autonomia do sujeito em relação ao todo. O indivíduo do “individualismo” seria um ser que preexiste ao social, não é tido como fruto deste e se organiza para “atender, incentivar, desenvolver, exprimir etc.” suas potencialidades que são concebidas como “naturais” ou “intrínsecas” à sua existência. (Dumont, 1985 *apud* Mancebo, 2004) Esse conceito e esse entendimento são apropriados pelo liberalismo (fundamentalmente nos séculos XVII e XVIII) e se tornam bandeira política e uma realidade econômica e no conteúdo prático disso tudo contribuem para a construção do imaginário social e do espírito da sociedade moderna.

Contribuindo com essa base, a perspectiva advinda dos contratualistas – Locke, Hobbes e Rousseau – demonstrou que o poder das famílias havia sido

substituído pelo Estado moderno, trouxe a tese fundamental da participação direta dos indivíduos, alegando serem estes livres e autônomos para agir socialmente. Esse novo ideário social continha alguns contornos básicos que se assentavam na liberdade de escolha da coletividade na qual o indivíduo quer viver, na liberdade de ação e de participação, bem como na igualdade ontológica e legal, em direitos inalienáveis, públicos e reconhecidos por todos. Estes aspectos são os fundamentos de uma consciência individual acentuada e de composição do homem como unidade básica da sociedade, que tem por prerrogativa as condições e direitos de participação direta, sem mediações do/no processo social. Isto põe o indivíduo como centro e fundamento de um mundo.

No aspecto prático, quais são as decorrências percebidas disso? Em primeiro lugar, a expectativa de cultivo e respeito à sua interioridade por meio da proteção de sua individualidade e privacidade. E, em segundo lugar, a nítida separação no terreno da ação entre as esferas pública e privada da vida, desenvolvendo, portanto, nesse sistema individualista, várias formas de individualização que, mesmo quando há a constituição de um “sujeito pleno, unificado e soberano, não exclui uma diversidade de formas e destinos”. (Mancebo, 2004, p.39) A modernidade, portanto, mesmo tendo um núcleo duro que é o indivíduo e uma cultura que se materializará individualista, desenvolve especificidades na forma de manifestação desses sujeitos sociais, de acordo com Figueiredo: “do individualismo liberal, as do racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar e também as do individualismo e do coletivismo românticos”. (1995, p.33 *apud* Mancebo, 2004)

O individualismo liberal pauta-se na tese dos direitos naturais do indivíduo, que devem ser defendidos e consagrados pelo Estado, tendo como fundamental e jurídico o contrato livre firmado por indivíduos autônomos. Partindo desse pressuposto, não cabe ao Estado interferir na administração da vida particular, mas salvaguardar as relações entre os indivíduos livres como garantir a não violação dos direitos. Ganha centralidade, também, a possibilidade de o indivíduo competir economicamente e, portanto, a redução da presença do Estado na vida econômica da sociedade, creditando uma função autoregulativa do mercado. Tendo definido que os direitos são individuais, na vida pública prevalecem “as convenções, os princípios da racionalidade e da funcionalidade, exigindo dos indivíduos decoro e civilidade” e, na vida privada, “o exercício da liberdade individual é concebido como território livre da interferência alheia”. (Mancebo, 2004, p.40) Eis, portanto, um receituário que contribuiu para a construção de uma sociedade individualista e atomizada, definindo os indivíduos como

portadores de personalidades soberanas, identidades claramente delimitadas e autocontidas, capazes de permanência e invariância ao longo do tempo e como fundamento primeiro de organização do/no mundo.

O racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar se contrapõe a alguns aspectos das conceituações acerca dos indivíduos liberais originais. Este ideário visa um controle em vista de uma maior eficiência alinhada ao interesse e à utilidade. Não deixa de compor uma versão das ideias liberais, mas com uma atuação das instituições na “configuração” dos indivíduos. A partir de uma moral utilitarista – utilitarismo de Bentham – exige-se do Estado uma intervenção mais positiva e, em certa medida, uma administração da vida social. Nesse processo, os comportamentos individuais agora seriam administrados mediante um controle mais planejado, instaurando novas formas e modalidades de poder. É nesse momento que várias instituições – educacionais, corretivas, de saúde e de lazer – desenvolvem sua proposta de intervenção e passam a ser responsáveis pela formação do indivíduo de modo geral, assumindo funções disciplinares e preventivas. A família, instituição que até então era fundamental, deixa de cumprir essa função.

Os estudos desenvolvidos por Foucault fazem uma análise do controle social produzido por esses novos dispositivos disciplinares, acentuando uma crítica sobre a modernidade como um processo de regulação das populações, domesticação dos corpos maximizando a utilidade social, com a redução ao mais baixo custo do potencial político de cada indivíduo. Esse indivíduo é fruto de uma construção deliberada e intencional, em outras palavras, é um “produto manufaturado”.

Essa forma constitutiva da sociedade moderna, cada vez mais se robustece, ganha novos contornos como já é possível notar na segunda metade do século XIX e início do século XX com o aprofundamento e expansão das novas práticas disciplinares, tais como: práticas de exame, avaliação, programação, novos exercícios e formas de controle. Estas, cada vez mais invadem todos os espaços e refúgios, onde os indivíduos liberais procuravam se abrigar e ganham contornos de positivities eficazes e sedutores. O resultado de tudo isso é a constituição de subjetividades disciplinadas e úteis para o sistema. Desse modo, a perspectiva liberal e a ênfase na garantia dos direitos individuais vão sendo substituídas por um interesse no alcance de supostos resultados “coletivos”, com o prejuízo de muitos indivíduos. Há a negação do indivíduo concreto, mas um convencimento de que o sujeito desfruta de uma certa individualidade. (Mancebo, 2004)

Quanto à discussão acerca do individualismo e do coletivismo românticos, caracteriza-se pela crítica que faz ao liberalismo e ao individualismo da ilustração, tendo em vista que, no decorrer da história, as premissas fundantes dessas concepções não se realizaram plenamente. Muito pelo contrário, em grande parte foram rejeitados, como o caso da noção de contrato entre indivíduos livres, para a conformação da sociedade. Assim, contrapondo-se ao ideário liberal clássico, o pensamento romântico propõe – em grande medida a partir da cultura alemã – “a restauração de valores autênticos, de modos íntegros e espontâneos de relação entre os homens e o retorno à vida coletiva e individual”. (Idem, p.42) Esta base filosófica defende que os indivíduos têm condições de desenvolver suas potencialidades através da afirmação da espontaneidade, da sua real personalidade, autoestimulando-se e, por essa razão, opondo-se ao ideário instituído de desenvolvimento de papéis na sociedade e na aceitação de máscaras sociais e convencionalmente aceitas.

Como síntese de ideários, liberal (individualismo quantitativo, calcado no princípio da igualdade) e romântico (individualismo calcado no princípio da liberdade, base para uma civilização intimista), que em certo grau se opõem, Simmel (1977) traz a noção de que o indivíduo, além de ser livre, tem que ser distinto, diferente, singular. Isto representou na prática uma invasão do público pelo privado. Se, no ideário liberal havia uma cisão clara entre estas duas esferas, no romântico, esta cisão é mascarada, e por vezes na ação humana são tratadas como única.

O que se vê, portanto, é que o indivíduo moderno está em meio a uma contradição. De um lado, a intencionalidade de colocar em prática o ideário que o coloca como ser autônomo – alargamento de direitos sociais e novos horizontes ao desenvolvimento da subjetividade – e, por outro, as linhas limítrofes, as condições objetivas e as amarras colocadas pela própria racionalidade estatal com o aumento do peso burocrático e vigilância controladora sobre os indivíduos.

Enfim, sob o Estado-Providência, assistimos a um processo de subjetivação que, a um só tempo, alargou os horizontes possíveis da autonomia (liberal), subordinou a individuação às exigências de uma razão tecnológica (disciplinar) e, no mesmo curso, converteu o sujeito em objeto de si próprio e de sua interioridade (romântica). (Mancebo, 2004, p.44)

Recentemente, a partir dos anos de 1970, o processo síntese se manifesta nas diferentes dimensões: na hipertrofia liberal do princípio regulador do

mercado, de “mãos dadas” a uma eficiente vigilância e disciplina regulatória confortavelmente funcional devido à constituição do espírito pragmático, no processo de dessocialização, privatismo e espírito narcísico. As palavras de Baremplitt demonstram bem o significado desse processo, que as subjetividades produzidas estão decididas a:

Protagonizar as funções essenciais do Estado e do capital, a superassumir a racionalidade neoliberal e tecnoburocrática competitiva, não percebendo que esta lógica histórica está conduzindo lenta, mas inexoravelmente, tanto à exaltação hipertrófica de uns poucos (que cada vez são menos) como à mediocrização colaboracionista de mais alguns poucos e à exclusão, de filiação, precariedade e vulnerabilidade de quase todos. (1983 *apud* Mancebo, 2004, p.46)

A partir desta retomada do processo de historicização da constituição do indivíduo como categoria que nos permite compreender a civilização moderna e contemporânea, podemos dizer que, o que baliza a constituição do indivíduo e, por consequência a subjetividade são situações vivenciadas que cada vez mais, são construídas como individuais em vista a sua consumação no interior de cada sujeito. Há o aumento da crença do/no espaço privado, enquanto que o espaço público está cada vez menor em vista ao desaparecimento, diminuindo a potencialidade deste se tornar matriz para a constituição de valores significativos para a formação da subjetividade histórica de cada um.

O coletivo no horizonte e a “reinvenção” dos valores pela luta dos movimentos sociais de base popular

As análises demonstram que as estratégias de resistência, de gestão de valores e de práticas que fortaleçam o interesse coletivo vem perdendo espaço no mundo do trabalho, de maneira muito significativa no trabalho e no espaço urbano. Os órgãos de classe, tais como sindicatos e associações, com baixa mobilização e credibilidade são a expressão desse sintomático mal social para a classe trabalhadora.

Aproveitando a possibilidade de utilizarmos o raciocínio análogo nesta análise, partamos das contribuições de Dejours (2008) ao investigar algumas questões referentes à psicopatologia e psicodinâmica no mundo do trabalho. Embora em bases materiais diferentes (particularidade), as relações de trabalho são a manifestação de relações que constituem a totalidade concreta. O contraponto é que embora os estudos – realizados no interior das empresas, etc. –

demonstrem uma direção, há por outro lado, quando se trata dos movimentos sociais do campo, algumas possibilidades que andam em direção contrária. Se no primeiro caso a tendência é o individualismo exacerbado e um enfraquecimento das estratégias coletivas de defesa, no segundo há um caldo de experiências que manifesta o coletivo e seus interesses como horizonte.

Ao observarmos, com atenção, a conclusão é evidente: todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação – e não apenas as estratégias coletivas de defesa. Diante dos constrangimentos do trabalho, todos se encontram, psicologicamente, cada dia mais só. (...) E quando se está só, abandonado pelos demais, é psicologicamente muito mais difícil suportar a injustiça do que quando se conta com a cumplicidade dos colegas (...).

Este desaparecimento das solidariedades manifesta-se até mesmo no espaço público, onde se assiste a uma despolitização global. (...)

Despolitização, desestruturação das solidariedades, solidão no meio da multidão (...) tudo isso leva, inevitavelmente, a um recolhimento no espaço privado. Este não oferece os meios defensivos tão vigorosos quanto à cooperação, nas estratégias coletivas de defesa elaboradas de forma solidária (...). O individualismo é uma derrota e não um ideal. (Dejours, 2008, p.19-20)

As mudanças estruturais vinculadas à lógica de reprodução ampliada do capital em marcha, sempre visando a ampliação das fronteiras de dominação, impondo um intenso fluxo de ideias e valores inerentes a esse processo, atingem escala planetária e todos os recantos da materialidade e da vida social. Como verificamos nos itens anteriores, este processo incide diretamente na constituição do ser social e, portanto, de sua subjetividade. Por ser uma totalidade em processo, movida por leis objetivas, relações de produção, sociais e de classe, não lineares, e por natureza contraditórias, conectadas entre si, em movimento, significa dizer que de um lado, a realidade objetiva é um todo coerente em que cada processo e elemento está, de uma maneira ou de outra em relação e que, por outro lado, essas relações formam na realidade objetiva, correlações concretas, conjuntas, unidades ligadas entre si e de maneiras completamente diversas apesar de determinadas.

Nessa totalidade concreta, as transformações sociais e históricas acontecem pelo tensionamento das contradições. A materialidade social que expressa o sistema capitalista é marcada por contradições sociais e conflitos de classe. Há uma relação ativa de contrários em busca de superação, mesmo que conservando alguns aspectos que cada um tem de determinado. Nesse sentido,

a contradição possibilita o movimento dialético dessa totalidade concreta, portanto, é expressão de múltiplas determinações dos/nos processos sociais. A classe trabalhadora, fruto da história e do processo de desenvolvimento do sistema do capital a partir de suas leis objetivas, torna-se polo fundante da contradição principal. Neste sentido, dentro dessas condições objetivas sofre o processo de dominação, mas também, pode criar as condições de emancipação e libertação. Nas palavras de Barata-Moura: “É na e pela concreção da historicidade que o ser é, como totalidade una e diversa em devir de transformação”. (1997, p.161)

As relações econômicas, sociais, objetivas das quais somos herdeiros e vivenciamos no cotidiano, são resultados dessa totalidade concreta em movimento e em contradição. Nesse sentido, nenhuma ação é isolada, há uma conexão universal, ação e força recíproca, seja na afirmação ou negação do *modus operandi* da lógica de funcionamento sistêmico hegemônico. É nessa base material, concreta que os sujeitos sociais atuam, forjam sua história e se constituem enquanto indivíduos.

Se a classe trabalhadora, como conhecemos hoje, vendedora de força de trabalho, tratada como mercadoria, precarizada, de modo geral, é fruto da história, os movimentos sociais, como locus de organização coletiva, também o são.

É nesse sentido – como recorte – que com o avanço do capital e de sua lógica de dominação no campo, institui-se uma base material agrária, que possibilita o crescimento, o desenvolvimento e ampliação dos lucros do capital, mas também é a condição objetiva do aparecimento dos movimentos sociais do campo de base popular.

No caso do Brasil, uma das nações com maior desigualdade social do mundo, resultado de profundas raízes históricas demonstradas pelas enormes disparidades em termos de distribuição do fruto do trabalho social, tem-se como um dos legados a acentuada desigualdade da estrutura fundiária e, por consequência, a desigualdade, a exploração, a violência e exclusão dos povos do campo.

As inquietações são inumeráveis, pois tudo parece esvair-se de significado ante a velocidade dos acontecimentos que em certa medida, suplanta nossa capacidade de apreendê-los e saturá-los como entendimento na materialidade. Contudo, a dinâmica contraditória conduz à luta social que aos poucos vai ganhando força, maturidade e capacidade de compreender o movimento do real, por esses sujeitos que, de modo significativo, têm implementado processos relevantes de resistência e atuação em oposição ao modelo hegemônico.

Os camponeses (em movimento) têm contrariado os prognósticos sobre o seu desaparecimento e têm desafiado, com sua recriação contraditória, intelectuais, militantes, mediadores, para não mencionar setores autoritários da sociedade, pois sua rebeldia costumaz, por vezes silenciosa, por vezes ruidosa, envolve a luta pelo controle de frações do território, o que supõe a diminuição do poder de extrair renda pelos setores hegemônicos da sociedade. É isto que mexe com as estruturas de poder a ponto de desencadear diversas formas de repressão, das mais sutis às mais violentas. (Paulino e Fabrini, 2008, p.7)

A luta social dos camponeses travada no seio dessas contradições objetivas anunciam por um lado, a capacidade desses sujeitos de se organizarem, ressignificarem a sua própria história, e por outro, denunciam o esgotamento do modelo de desenvolvimento implementado nesse território – que em sua grande maioria substitui o ser humano por animais e mercadorias, que destrói a biodiversidade, que contamina a terra e a água – bem como, a invisibilidade, o desrespeito pela cultura, o silenciamento, ausência de políticas públicas e as consequências sofridas nas várias dimensões da vida social por essa população. Carter destaca que “os pobres do Brasil foram vítimas recorrentes da negação e violação de direitos humanos básicos, infligidas na sua forma mais dramática, por meio da intimidação, criminalização e do assassinato de lideranças populares”. (2010, p.64)

Como resultado desse processo todo, a questão agrária, a agricultura e a ação do campesinato no mundo e no Brasil se coloca como um renovado desafio à reflexão teórica. Como o advento e o desenvolvimento da indústria, o destino do campesinato frente a esse processo foi pauta de debate e elaboração teórica a partir do final do século XIX, ganhando novo impulso nos anos de 1960 e 1970. Visando compreender as tendências futuras acerca do campesinato, ganharam fôlego duas correntes. Uma, que desenvolveu estudos detalhados tentando compreender a organização e a produção camponesa tendo como base material a pequena e diversificada agricultura. Essa perspectiva explicativa valorizava várias dimensões da produção e reprodução da existência desses sujeitos, como por exemplo: o modo de vida, valores, a economia camponesa e visava analisar a importância e contribuição desse processo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre os principais autores, destaca-se Chayanov. A outra analisa, de modo geral, a influência sobre o campo do processo de desenvolvimento da indústria, sendo os principais teóricos Kautsky e Lênin.

A ênfase estava na análise das mudanças desencadeadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis consequências de desagrarização e descampesinização. (Marques, 2008, p.49)

Com o passar dos anos, essas reflexões, embora significativas para compreender todas essas questões, são insuficientes, principalmente pela manifestação e reconfiguração fenomênica na sociedade pelo menos nestes últimos 35 anos. A materialidade histórica coloca desafios teóricos explicativos novos. Fez-se necessário buscar compreender a dinâmica econômica, social e cultural produzida pelos sujeitos camponeses.

Considerando as manifestações da totalidade no campo hoje, e as categorias explicativas, tais como agronegócio e campesinato, verifica-se que há uma subalternização intensa do campesinato frente ao agronegócio. Assim, este último dita o ritmo e os rumos do desenvolvimento no campo. No entanto, a dinâmica é materializada como resultado de uma correlação de forças. A intensificação absurdamente desproporcional desse modelo perante o campesinato tem se apresentado não definitiva porque o campesinato sempre criou formas de resistência. A aceitação-negação é condição necessária e fortalece a contradição na materialidade do desenvolvimento do sistema agro. A aceitação em sua totalidade significaria o seu desaparecimento. Para o campesinato, negar algumas estratégias colocadas pelos interesses do capital é condição fundamental. Controle, exploração, expropriação, reorganização, recriação do campesinato, foram e são elementos de conflitualidade, contradição entre capital e trabalho no seio do processo de desenvolvimento do sistema agro. (Costa, 2010, p.25)

A organização socioeconômica do modo de produção desenvolve o processo de ocupação do território material. Essa ocupação de superfície territorial expressa o tensionamento das contradições inerentes ao modo de produção. Compreender a dinamicidade no campo hoje, é tomar consciência de que há projetos de campo, e de desenvolvimento em disputa. Nesse sentido, os povos do campo nas suas especificidades e lutas, resistem para que seus territórios não sejam tomados, como por exemplo os camponeses tradicionais e os denominados “povos” tradicionais: indígenas, quilombolas etc. e os outros, já despossuídos de território, fazem a luta visando o primeiro passo que é a redemocratização da terra – reforma agrária – para posteriormente instituírem um processo de revolução agrária, como é o caso dos movimentos sociais do campo ligados à Via Campesina.

A ação desses sujeitos sociais demarca sua identidade histórica e do campesinato, que pode ser sintetizada em dois aspectos, não únicos, mas fundamentais. Primeiro, como trabalhador que transforma a natureza, é integrante de uma classe, mas que precisa ter acesso ao meio de produção e que o sentido ontológico do trabalho seja revisitado. Nas suas lutas tem sido explicitado qual deve ser o fruto do trabalho, para quê e para quem produzir. Segundo, o campesinato é um modo de vida que, com mais ou menos intensidade, manifesta uma capacidade de autossuficiência e diferentes graus de dependência da lógica e das artimanhas do modo de produção. A possibilidade de desenvolvimento de certo grau de independência, autossuficiência, quando da possibilidade de ter o território material para produzir e reproduzir a existência, tem sido a motivação fundamental para controle político por parte dos governantes.

Verifica-se que as razões que fazem nascer as lutas são inúmeras. Desde a necessidade primeira de buscar os meios para poder se inserir no processo de produção e garantir a subsistência, até a ampliação dos direitos, até mesmo demarcar resistência frente aos processos de dominação cultural, política e ideológica. Nesse sentido, concordando com Shanin: “Como toda entidade social, o campesinato existe só como processo, quer dizer, em sua mudança”, portanto, não é uma realidade estática. Elucidando ainda mais o entendimento acerca destes aspectos,

A especificidade camponesa decorre, da interdependência e combinação variável entre quatro características ou facetas básicas encontradas em diferentes contextos histórico-geográficos mundiais e não se reduz a nenhuma delas: o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição de classe mais baixa da sociedade. Porém, o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção rural familiar. (Shanin, 1980 *apud* Marques, 2008, p.51)

A reprodução social do campesinato na América Latina é extremamente dificultosa dentro do sistema capitalista, sendo estes últimos anos a demonstração de um estado crítico.

Ainda hoje, existem milhões de camponeses, pequenos agricultores e produtores, artesãos e pequenos mestres de ofício, além das pessoas com estilos de vida alternativos ou mais simplesmente que se deparam com a falta de oportunidades para a incorporação dentro do sistema capitalista, cujo vínculo com a acumulação do capital é frouxo ou tangencial. (Harvey, 2011, p.121)

À margem da lógica sistêmica fundamental, despossuídos de terra muitos camponeses são submetidos a relações de trabalho de semi ou subproletarização, ou seja, em condições de trabalho extremamente precárias seja no campo ou na cidade. Por outro lado, devido ao avanço da lógica do capital e sua consequente destruição ambiental, retoma um lugar importante o potencial das populações rurais em contribuir para o desenvolvimento de formas sustentáveis de manejo da biodiversidade e consciência de conservação ambiental. É nesse contexto, que nascem várias propostas de produção e desenvolvimento sustentáveis, entre elas, a agroecologia.

Imbricados a essas contradições são engendradas diferentes formas de luta e de resistência.

Ainda mais que outros setores, o campesinato e os povos indígenas na América Latina rural estão esmagados pelo fardo da integração econômica internacional e a quimera da prosperidade motivada pela abertura de mercado. Diferente de muitos outros grupos sociais, entretanto, muitas sociedades rurais estão reivindicando com sucesso seus próprios espaços, territorial e/ou político, onde eles estão procurando construir suas próprias alternativas ao ataque violento da globalização. Essa diversidade é uma das mais notáveis características da vida rural hoje – uma das quais geralmente escapa à atenção dos observadores do Norte. (Barkin, 2004 *apud* Marques, 2008, p.56)

Fruto desse cenário socioeconômico, a emergência de movimentos sociais de base popular que desafiam e contestam a lógica de desenvolvimento imposto pelo sistema delineiam uma conjuntura que demonstra a relevante contribuição e a importância dos camponeses como fator político na América Latina, sendo em alguns países, como Equador e Bolívia a principal base de sustentação dos governos populares.

Os processos de resistência empreendidos pelos sujeitos camponeses nestas últimas décadas trazem consigo um conjunto de desdobramentos nas dimensões política, cultural e econômica que se somam a outras formas de enfrentamento e às artimanhas do capital identificáveis como radicalmente expropriatórias e desumanas. De modo geral, a luta no campo tem contornos maiores do que ser apenas pautas políticas ou de direitos negados pelo sistema, e é mais ampla do que a luta travada pelos movimentos sociais no campo. Há todo um processo que inclui a luta a partir da organização em movimento, mas também a busca de resistência e negação à dependência ao sistema do capital. Dejourns destaca que “nosso poder de controle sobre

o processo pode pois ser aumentado pelo conhecimento de seu funcionamento”. (1999, p.23)

Ganha força explicativa a categoria de território em todo o processo. Nesse sentido que se faz necessário compreender a ocupação do território e as disputas territoriais. Subalternizados historicamente, os camponeses indicam e tencionam pela prática a compreensão necessária do território para além de espaço de governança, tendo em vista que muitas instituições ao conceber as propostas de desenvolvimento, e por consequência, as políticas públicas, elegem o território como categoria central.

Reafirmamos, o território é uma totalidade mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas como o espaço de governança, que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. (...) compreender o território com totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades. (Fernandes, 2008, p.282)

É indispensável ter presente que a multidimensionalidade e a conflitualidade são inerentes ao processo. O conjunto de conflitos indissociável entre o modelo de desenvolvimento e disputas territoriais é que expressa o conteúdo histórico-material da correlação de forças em curso.

O desenvolvimento e a organização do território no campo saturado pela luta social e pela possibilidade de compreensão dos limites e das possibilidades desse processo, resgata o necessário debate acerca das tendências analíticas divergentes basicamente representada por dois paradigmas: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). O primeiro busca explicitar o processo de desenvolvimento desconsiderando as conflitualidades e contradições que estão implícitas no território. O segundo, de natureza crítica, busca apreender o movimento do real e tem como referenciais, não só a ocupação do espaço, mas fundamentalmente as contradições e as conflitualidades do sistema capitalista inerente.

O caminho reflexivo percorrido até aqui demonstra que a ação humana, materializada na organização e na luta dos movimentos sociais é resultado, fundamentalmente, do caráter prático material do trabalho, da luta social e das

condições objetivas com que estes sujeitos se deparam no processo de constituição histórica como sujeitos coletivos. De fato, frente à lógica do sistema, os movimentos sociais contribuem com a constituição de um conjunto de novos significados, novos valores e novas razões de existência e de necessidade de se posicionar perante o processo de dominação sempre latente e em curso.

Esta prática é, assim, subjetiva (na medida em que protagonizada por humanos que concretamente a levam a cabo), mas ela não deixa por esse fato de ser, simultaneamente, objetiva, material: quer porque efetivamente transforma o real, quer porque a própria subjetividade humana – entendida de um modo não idealista – é ela mesma expressão objetiva da materialidade do ser. (Barata-Moura, 1997, p.178)

Em certa medida, é possível reconhecer na ação dos movimentos sociais alguns aspectos pontuados por Marx nos *Manuscritos* de 1884:

Se o homem real (...) põe as suas forças essenciais objetivas, reais, pela sua exteriorização, como objetos estranhos – o pôr não é assim sujeito; é a subjetividade de forças essenciais objetivas, cuja ação, portanto, tem também de ser uma [ação] objetiva. O ser objetivo opera objetivamente, e ele não operaria objetivamente se o objetivo não estivesse na sua determinação essencial (ou na determinação do ente que ele é). (Id.ib.)

De modo geral, a constituição do campesinato nas últimas décadas demonstra também que a natureza do trabalho no campo e o ser social campesino estão, nesse período, sendo politicamente (re)construídos e ressignificados. Ou seja, o sentido do trabalho e da ação desses sujeitos demonstra o conhecimento da conexão entre o complexo problemático dado pela totalidade e a determinação categorial da particularidade base de atuação desses sujeitos. Há, portanto, a superação de uma singularidade imediata de atuação não consciente por uma singularidade concreta que dá a força material da ação consciente e potencializa os processos de mediação que tensionam a materialidade concreta. O conhecimento da base real de atuação, da singularidade que materializa o conjunto de determinações, que normalmente aparecem “nebulosas” na imediação sensível, é a demonstração de uma subjetividade coletiva que objetiva e sintetiza um processo dialético no movimento do conhecimento e da ação. Nesse sentido parece ser pertinente para esta questão o entendimento de Lukács:

(...) na particularidade, na determinação e na especificação está contido, pois, um elemento de crítica, de determinação mais próxima e mais

concreta de um fenômeno ou de uma lei. É uma concretização crítica, obtida graças à descoberta das mediações reais para cima e para baixo na relação dialética de universal e particular. Apenas nesse sentido deixam de surgir equívocos, ou seja, quando vemos na particularidade, ao menos na mesma medida, tanto um princípio de movimento do conhecimento quanto uma etapa, um momento do caminho dialético. (Lukács, 1978 *apud* Chasin, 2009, p.175)

Na capacidade de delimitar aspectos fundantes da universalidade em que se atua e perceber o que está subjacente a ela, alinhado ao processo de mediação do singular – projetos, objetivos traçados que dão o sentido da organização e da luta – a particularidade se torna potencialidade criadora e veículo de um conjunto de valores que incidem sobre a individualidade humana possibilitando o reconhecimento das determinações sociais que implementam efetivamente o processo de dominação, mas também os aspectos que demonstram possibilidades na constituição de uma subjetividade histórica, que “por natureza”, coloca no horizonte um projeto de sociedade que traduz em ação e realidade humana, o interesse coletivo e não o individualismo como nota-se na composição histórica da modernidade.

As determinações que constituem a individualidade e a subjetividade, do ponto de vista do pragmatismo e do individualismo – hoje hegemônicos – e os valores lapidados na luta social, coletiva, pelos movimentos sociais, ainda em menor escala, dão significados diferentes para a prática do ser social ou sua ação subjetiva. Se por um lado, a partir do pragmatismo e do individualismo, a prática social de cada ser se pauta na realização dos seus interesses, por outro, a partir da luta social vislumbra-se uma ação material, objetiva, transformadora, correspondente aos interesses sociocoletivos. Esta prática, se considerada do ponto de vista histórico-social não é só a modificação e a produção de uma realidade material, mas fundamentalmente a criação e o desenvolvimento da própria realidade humana.

Traços de subjetividade em construção e possibilidades para a qualidade de sujeito de projeto de vida e de sociedade

Historicamente, os trabalhadores pobres do campo foram explorados, vítimas, silenciados, inferiorizados, excluídos. Tiveram seus direitos usurpados e negados. Embora portadores de um legado importante para o processo de humanização, este aspecto sempre sofreu um processo de invisibilidade, ganhando força e destaque, a noção de que estes eram “naturais” portadores

da simplicidade e da inferioridade, tanto no/a partir de seu olhar próprio, na introspecção, quanto pelo olhar externo principalmente advindo do mundo urbano. Os problemas suscitados pela vinculação entre essa realidade histórica somada ao processo de uma constituição ideológica de fora sobre o campesinato forjaram, em grande medida, subjetividades que sempre buscaram negar a sua origem histórica e cultural. Esse conjunto de aspectos influenciou definitivamente no processo de subalternização do campesinato em várias dimensões sociais e psíquicas. Não há dúvidas que todo esse processo traz também um sofrimento para esses trabalhadores que se encontram em condições objetivas pouco alentadoras. A reprodução social dos camponeses e de suas gerações futuras aliada às condições de trabalho a que são submetidos foi e continua sendo sempre um desafio para os camponeses e são as causas do sofrimento físico e psicológico. Concordando com Dejours (1999), ao tratar do estado de guerra econômica e do sofrimento no trabalho – com sua análise dentro das empresas mais especificamente – instituído no espírito de nosso tempo, as condutas humanas e as subjetividades são efeitos, mas também no íntimo, são relevantes nas motivações da dominação, tanto no processo de consentimento da dominação, por uns, tanto na vontade de dominar, por outros.

Se essa maquinaria continua a mostrar seu poderio é porque consentimos em fazê-la funcionar, mesmo quando isto nos repugna. *Mesmo quando isso nos repugna!* Por quê? As motivações subjetivas do consentimento (isto é, derivadas do sujeito psíquico) têm aqui um papel que considero decisivo, se não determinante. (...) É por intermédio do sofrimento no trabalho que se forma o consentimento para participar do sistema. (Dejours, 1999, p.17)

O processo histórico consolidou um imaginário que colocou o espaço urbano como natural e único caminho de desenvolvimento, de progresso e de sucesso econômico, tanto para os indivíduos como para a sociedade. Esta foi a visão-suporte para o processo de modernização da agricultura e da ocupação do campo implementado no país (Arroyo; Caldart; Molina, 2008). Harvey (2004) chama de “ordenação espaço-temporal” a forma com que o sistema capitalista resolve suas crises fixando capital na terra sobre alguma forma física por um longo período de tempo ou pela expansão geográfica em novos territórios com inovados modos de domínios. Esse processo tem permitido que o sistema capitalista permaneça “relativamente estável” devido, sobretudo, à imposição desses custos, às classes sociais, aos povos, às regiões, territórios e Estados com

menor poder político. Sobre esse *modus operandi* do sistema capitalista, Castells (1998) destaca que devido à era da informação, o incremento da flexibilidade, ou seja, a capacidade de incluir-excluir pessoas, conectar-desconectar lugares, espaços-atividades, segundo seus interesses e necessidades, fica facilitado. A relação dialética entre o processo de desenvolvimento a partir de seu “interior”, já em estágio avançado, e o necessário avanço sobre as particularidades que ainda, de forma parcial, estão no “exterior” desse processo tem criado aspectos contraditórios bastante relevantes que demarcam a luta de classes nos dias atuais. Os tipos, ainda diversos de “exterior” como o campesinato de modo geral, a natureza, o corpo, em diferentes circunstâncias apresentam resistências e demarcam também que o capital encontra obstáculos que ameaçam retardar o processo de valorização e que por isso devem ser contornados.

No caso da agricultura, destaca Henderson, a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho e a ação da natureza como espaço, impedindo a mobilização eficiente do capital, agem como obstáculos para a valorização do capital produtivo, mas abrem canais para a extração de mais-valor por meio do sistema de crédito e capital financeiro, por exemplo. (Henderson, 1998 *apud* Marques, 2008, p.75)

Com o processo de intensificação e integração entre espaços urbano e rural, tanto no âmbito da produção – devido às condições e leis objetivas do modelo de desenvolvimento que expulsou a grande maioria dos camponeses do meio rural e em certa medida impôs a sua lógica inclusive nas pequenas propriedades – como nos aspectos culturais – pela facilitação de acesso da cultura hegemônica pelos meios de comunicação social e de massa –, em um primeiro momento, influenciou não só as gerações jovens, mas a população de modo geral a colocar em prática e de forma subjetiva-objetiva, a negação de sua condição histórica. Num primeiro momento, essa negação da condição histórica era substituída por um vazio, pela imobilização, pela vontade de deixar de ser camponês, pela vontade de sair do campo e ir para a cidade ou pela postura de assumir, por parte desses camponeses que seria uma cultura, um modo de vida e de produção a ser superado e, portanto, aceitando a condição de um povo subalterno. Quanta imagem se criou do camponês afinal! Como trabalhamos este aspecto considerando as múltiplas determinações em curso, tem-se o entendimento que este processo ainda continua a acontecer, mas, de modo geral, há elementos novos que reconfiguram este olhar e contribuem na composição de uma consciência histórica e uma subjetividade bastante

interessante construída e lapidada pelos sujeitos sociais do campo. O processo de negação de sua condição histórica – estruturada pelo processo de apropriação do capital que de fato demonstra uma realidade bastante injusta, com indicadores sociais, humanos, educacionais etc., bastante baixo – é a própria alternativa inicial para a busca da emancipação e da luta com vista à transformação social. Grandes questões aparecem no caldo da materialidade em transformação e dão base para o ressurgimento dos debates e embates: o rural teria perdido consistência histórica e social, por isso o silenciamento por parte de órgãos estatais, representantes políticos e academia? E a negação e a usurpação dos direitos, com vista a quê? Sobre o interesse de quem e de que projeto?

Embora se tenha desenvolvido muitas estratégias para silenciar o povo camponês e suas lutas, o campo brasileiro sempre teve uma história tensa e precisa ser melhor contada. Nestas últimas décadas a sociedade compreendeu que o campo está vivo devido à mobilização e a produção de uma nova dinâmica cultural e social. Não é possível, nestes tempos, os diversos setores da sociedade não se interrogarem sobre e a partir dessa dinâmica. O silenciamento e o esquecimento não fazem mais sentido – e mesmo que tenha alguma intencionalidade em vista a manter esses dois aspectos, por exemplo, não há condições fáceis para que isso ocorra frente ao protagonismo que os movimentos sociais têm na atualidade – e se torna urgente entender essa dinâmica social, material e cultural tensionada no campo.

Nesse sentido, “nas últimas décadas assistimos a uma marcante e instigante presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural do país”. (Arroyo *et al*, 2008, p.7) Mostram-se, posicionam-se diferentes e exigem respeito.

A ação dos sujeitos sociais camponeses, nos últimos anos, também rompe com as “amarras e camisas de força” na definição de sua identidade propagada por muito tempo. Rompem, não só com as reflexões tradicionais – de matriz essencialista/idealista – de que o espaço rural, o campo, o modo de vida, o homem rural, são a materialização do atraso e que essa realidade deve ser superada, mas também com as definições rígidas que particularizavam a definição apenas no homem rural que possuía uma pequena propriedade e que no modelo de desenvolvimento capitalista, expressa uma pequena potencialidade de reprodução, e, às vezes, iniciativas de resistência frente à lógica sistêmica.

O campesinato hoje é tomado como uma identidade, construída e redefinida como resultado de múltiplos fatores, de diferentes contextos históricos, espaciais, sociais e culturais, e, fundamentalmente pela sua intervenção política qualificada.

(...) camponês afirmou-se como o termo que por meio do qual os trabalhadores rurais se impuseram e tornaram-se reconhecidos como grande novidade no espaço político. Mobilizando-se, organizando-se, lutando por terra e por direitos, diferentes categorias de trabalhadores rurais, desde pequenos proprietários até assalariados, passando por posseiros, parceiros, arrendatários, foreiros, colonos, entre outros, começaram a se identificar como camponeses. (Grynszpan, 2005, p.74)

A origem deste camponês que trabalha, luta pela terra e faz a resistência está basicamente no próprio processo de acumulação do capital. Como sinaliza Harvey (2004) se dá por duas vias fundamentais, ou seja, por meio de relações de produção propriamente capitalista, no caso o processo de reprodução ampliada, ou pela acumulação por espoliação que tem sua genética assentada em uma série de expedientes predatórios, violentos e fraudulentos tendo o aparato de Estado como seu “facilitador”. Marques destaca o entendimento e a contribuição de Harvey para elucidar essa questão.

(...) Harvey (2004, p.123) menciona a criação de uma série de novos mecanismos de acumulação por espoliação, dentre as quais destacamos aqueles que têm repercussão direta sobre a organização da vida e da produção no campo: o patenteamento e licenciamento de material genético ou pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos e a mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas, exemplificada pela privatização de bens coletivos ou públicos e, em geral, administrados pelo Estado como a água, a terra e as florestas. (Marques, 2008, p.73)

As lutas empreendidas pelos movimentos sociais do campo demonstram o anseio por um grande projeto, outro projeto de sociedade. São, sem sombra de dúvida, passos significativos a mais do que apenas buscar resoluções de problemas (intra) sistêmicos. Nesse sentido, as questões anunciadas por Harvey (2004), Castells (1998), Henderson (1998) inerentes ao processo de avanço do capital e à acumulação por espoliação têm sido as grandes causas de resistência e de luta camponesa na tentativa de diminuir e combater essas diferentes formas de expropriação: de terras, de saberes, de recursos naturais, entre outras.

O fortalecimento do campesinato enquanto sujeito político no interior da luta de classes se dá, sobretudo, pelo fato de que não há consenso para desenvolver estratégias em vista à sua inserção com/no sistema capitalista. Pelo que mencionamos anteriormente, a manifestação do capital no campo ocorre pela via do agronegócio. Esta situação se apresenta como desafio, tendo em vista que, economicamente não se pode pensar em uma integração ideal para o

campesinato nesse modelo, nem tão pouco, constituir um sentido coerente para o trabalho e para a sua relação com a natureza. São limitações objetivas. Assim o processo de objetivação e subjetivação desses sujeitos sociais concretizar-se-á, em grande parte, pela negação à lógica do sistema capitalista e pela afirmação de outros valores através de alternativas que se orientam,

(...) entre outros fatores, para a sustentabilidade da produção, a soberania alimentar, cuidando-se do meio ambiente e levando-se em consideração preceitos que regem historicamente as economias camponesas e as comunidades indígenas em nosso continente. (Teubal, 2008, p.140)

Se pensarmos numa ontologia do ser social camponês, nos aspectos que historicamente demarcaram a sua relação com a natureza e deram sentido ao trabalho – por exemplo: autossuficiência, apropriação e controle de um conjunto de conhecimentos e saberes populares acerca da natureza de modo geral e das sementes – está fortemente em conflito com os interesses desta fase de acumulação do capital. No âmbito da agricultura está o ponto nodal do sistema agroalimentício, da produção de alimentos, que envolve uma série de dimensões: científica, técnica, política, cultural, ética etc.. Este aspecto é central, haja vista que o encadeamento dos processos que envolve esse sistema “compreende e se ocupa da transformação técnica de processos que vão da semente à mesa do consumidor”. (Id.ib.)

Se por um lado as contradições objetivas criam os movimentos sociais e constituem o conteúdo histórico de suas lutas, por outro, se o avanço do capital dominar mais esta dimensão, a produção de alimentos em sua totalidade – negando a possibilidade de uma produção de alimentos sobre bases saudáveis e sustentáveis – significa o rompimento da última barreira ou dimensão fundamental que dá o sentido histórico-social, ontológico ao trabalhador camponês.

Punhos cerrados e cabeça erguida: uma nova mística nas manifestações das subjetividades que ressignificam valores sociais pela luta

“A história nos trouxe até um ponto em que foi preciso duvidar de todas as certezas”. (Salgado, 2012) Já anunciado nas entrelinhas nos itens anteriores e, de modo particular, referendado pelo exemplo de um dos movimentos sociais do campo no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as grandes contribuições trazidas por esse movimento não são apenas a luta pela democratização da terra e de outras políticas públicas, mas sim, ter dado voz, vez e a dignidade de andar de “cabeça erguida” a esses sujeitos sociais

historicamente explorados. O movimento social no/do campo é educativo. Essa dinâmica social que se tem produzido no campo muda os sujeitos nela envolvidos, muda o jeito da sociedade olhar para o campo e a seus sujeitos sociais. É também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam. Mesmo que, por algumas seções da superestrutura como o caso da mídia, estes trabalhadores ganhem predicados negativos e sejam veiculadas imagens que são pessoas “não gratas”, baderneiras, impertinentes e por vezes, até chamada de criminosas.

A subjetividade é constituída também no próprio movimento de luta, em suas contradições, derrotas e conquistas. Seres que dão respostas a partir do modo contraditoriamente indissolúvel no ser social entre a necessidade e as condições objetivas de construir processos de liberdade. Serem inconformados com o atual estado de coisas fruto da lógica do capital é a demonstração de que é na ação concreta que se faz a explicitação da personalidade e da subjetividade construída em meio a essas contradições. O que traduz esse espírito de trabalhadores lutadores, o normal e o saudável, é estar em movimento, não parado.

A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias, para que fiquem diferentes do que são. É a experiência de que quem conquista algo com luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favor. Que, em vez de anunciar a desordem provocada pela exclusão como a ordem estabelecida e educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e inventar a ordem a partir de valores verdadeiros e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade. (Caldart, 2008, p.99)

Este entendimento político se contrapõe ao entendimento hegemonicamente cultivado. Ao invés de ancorar o posicionamento político numa subjetividade isolada, individualizada, em oposição, o entendimento social e coletivo dá o significado da ação individual, se inscreve como mais elevado, porque é demonstração e desvelamento objetivo que dá a forma e conteúdo à subjetividade. De acordo com Chasin, ao discutir acerca do entendimento político – limitado pela subjetividade volitiva – e entendimento social – de qualidade ontológica ou ontologicamente posicionada, destaca que:

Enquanto o primeiro é simples e grosseira manifestação de vontade, o segundo é descoberta e perspectivação. Enquanto o primeiro cega e ilude, o segundo esclarece, orienta e mobiliza. Enquanto o primeiro é a dogmática do querer unilateral, o segundo é a possibilidade da crítica universal. (2009, p.20)

A subjetividade, portanto, dentro do movimento social se define a partir de uma raiz que nasce de uma coletividade que apreende as contradições materiais-sociais, descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo projeto humano-social e do mesmo futuro. Estes sujeitos que historicamente se desenraizaram recomeçam a criar raízes na luta, nos lugares que ocupam o território, na vivência da organização cotidiana e, desse processo, percebem a necessidade de estarem organizados em movimento, condição histórico social para cada sujeito. Como sujeitos coletivos, começam a ter convicção de que o processo de tensionamento da ordem os coloca como sujeitos históricos capazes de provocar transformações e como sujeitos que – parafraseando Safatle (2012) – não temem dizer seu nome e sua classe.

Os desafios, portanto, são permanentes, pois faz-se necessário desconstruir todo um conjunto de artifícios que, nas ações cotidianas amparada pela lógica hegemônica do funcionamento das relações pessoais e sociais, tendem a puxar para o individualismo. Nesse sentido, há uma pedagogia do coletivo, que pelas novas relações de trabalho no campo, pelo jeito de pensar o conjunto das famílias camponesas, pela forma de dividir as tarefas, pela organicidade de modo geral e pelos diferentes tempos e espaços educativos, resultantes da atuação objetiva ou pelos momentos educativos deliberados e intencionais, se opõem sistematicamente à cultura do individualismo em que estamos mergulhados como foi demonstrado anteriormente.

O ser social se constitui, portanto, a partir dessas novas relações sociais, que produz e reproduz, problematiza e propõe novos valores sociais e humanos, altera comportamentos, desconstrói e constrói concepções e ideias. Dessa maneira, a subjetividade é constituída contribuindo e ajudando a enraizar a identidade do camponês e formando um determinado jeito de ser humano. O processo de formação humana enraizado nesta perspectiva, em que o coletivo é corresponsável da educação do mesmo, compõe a constituição de uma visão de mundo, de cultura, onde o determinado, “natural”, seja pensar no bem de todos e não apenas em si mesmo.

Considerações finais

Tendo este estudo a intencionalidade de aprofundar as reflexões desenvolvidas acerca das teorias da formação humana, sua historicidade, somadas à necessidade de também avançar no entendimento das teorias que embasam a construção do conhecimento nas ciências sociais e humanas, a partir de categorias centrais como subjetividade e contemporaneidade, destaca-se que se faz

necessário superar a pseudodicotomia, que separa mundo objetivo e mundo subjetivo. Fica claro, portanto, objetividade e subjetividade não se excluem, mas ao contrário, são inter-relacionadas. Desse modo, o caminho para a compreensão da subjetividade não pode ter início apenas no mundo externo ao indivíduo, nem apenas no seu mundo interno.

A partir deste rápido estudo e esforço de síntese, é perceptível que há uma superação da lógica formal e o encaminhamento para uma compreensão e unidade dialética entre o sujeito que age e as contradições objetivas manifestas na sociedade. Chegar a esse entendimento, significa a solução de um histórico impasse – que se apresenta, ou nos apresentam na/pela sociedade atual – acerca da questão da individualidade e da universalidade, como aspectos separados, sem relação. Nesse sentido, a literatura que serviu de base para este estudo aponta que o objeto de estudo da psicologia, ou de outras ciências de modo geral, nunca deve ser apenas o indivíduo empírico, mas o indivíduo/sujeito concreto, tendo em vista que, como nos afirma Marx, “(...) o concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”. (*Apud Saviani, 2004, p.44*)

Ao iniciar este estudo, buscava-se o propósito de esclarecer e compreender, como esse conjunto de múltiplas determinações objetivas e sociais se manifesta na organização material, social e política no campo hoje. E de modo geral, como se dá a síntese dessas múltiplas determinações, na unidade social, como movimento social de base popular no campo e como constituição de subjetividades no seio do campesinato. Os pilares fundamentais, identificados e apreendidos a partir da análise, confortam o conteúdo expressado por Marx em sua VI Tese dirigida a Feuerbach, a de que o homem é de fato o conjunto das relações sociais.

O conjunto de reflexões teóricas que buscam compreender a constituição da subjetividade histórica aponta de maneira hegemônica que há um caminho em direção ao fortalecimento da dominação e da agudez do espírito individualista, característica da modernidade. Tendo fazer-se humano na relação entre os homens, de modo geral com mais força no mundo do trabalho, inserido num modo de produção capitalista, a conformação das estratégias de controle e de dominação são as matrizes formativas fundamentais das subjetividades no mundo contemporâneo. A formação, por “natureza” competitiva desenvolve e lapida o conjunto de valores, nos quais e pelos quais terão orientadas as ações dos indivíduos.

No entanto, como destacado várias vezes no decorrer deste estudo, fruto dessas contradições objetivas, estão atuando fortemente os movimentos sociais

do campo com a perspectiva de constituir uma base de intervenção em processo “contra-hegemônico”. São no conjunto dessas relações sociais e na organização coletiva desses sujeitos camponeses que “se formam” as subjetividades, em grande medida, que sintetizam uma nova composição de valores e projetos, se consideradas as motivações pelas quais estes sujeitos sociais atuam.

Como, para além do trabalho, o movimento social para esses camponeses, também é lugar de atuação, este tem papel fundamental em sua formação. Nessas bases, esses sujeitos apreendem as formas socialmente produzidas de relação com a natureza, de construções ideológicas acerca do campo e deles mesmos pelo processo de dominação, da relação com o aparato estatal, portanto, constituem-se em fontes de humanização. O trabalho e a luta social são os atos de produzir, deliberada e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens em relação.

Quanto mais avanços que correspondam às diferentes dimensões sociais do povo do campo são alcançados – democratização do acesso a terra, educação, políticas públicas, aumento de incentivo à produção, respeito à cultura etc. – mais rica e complexa torna-se a prática social acumulada pelos movimentos sociais e mais abrangente torna-se a tarefa do movimento social e de cada sujeito que nele está atuando. Subjacente ao trabalho e à luta está a subjetividade que materializa o pressuposto de que os seres humanos precisam se apropriar e se apropriam dos bens sociais para crescer e se desenvolver e para que o todo seja o horizonte beneficiado pelos resultados positivos inerentes ao acesso de cada um a esses bens sociais.

De modo geral, a constituição da subjetividade “cunhada” no/pelos movimentos sociais do campo anuncia como necessidade histórica o fortalecimento dos valores que possibilitem um desenvolvimento sócio-histórico que leve em consideração as gerações futuras e a continuidade de um processo histórico que tenha nas relações objetivas a possibilidade de superação das relações materiais que produzem desigualdades e de transformação da sociedade de modo geral.

É, a partir desses aspectos, que se verifica que as pautas e bandeiras levantadas pelos movimentos sociais, são de modo geral, estratégicas para a conformação de outro mundo. É por isso que se luta por uma soberania alimentar e nutricional para todos os povos, pela diminuição do envenenamento dos alimentos e da natureza de modo geral, contra a utilização da terra como mercadoria e como base para a produção apenas de *commodities*, por um modelo de desenvolvimento no campo que tenha gente, escola e produção de alimentos, contra

a privatização dos bens naturais de modo geral, pela ação coletiva organizada e trabalho cooperativo, pela agro ecologia entre outras questões.

Referências Bibliográficas

- AITA, E.B. e FACCI, M.G.D. Subjetividade: uma análise pautada na psicologia histórico-cultural. X CONPE. Maringá, 2011.
- ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; e MOLINA, M.C. Apresentação. In: _____. (Orgs.) *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2008, p.7-18.
- BARATA-MOURA, J. *Materialismo e subjetividade: estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.
- BEZERRA JUNIOR, B. Grupo: cultura psicológica e psicanálise. In: *Saúde e loucura: grupos coletivos*, v.4. São Paulo: Hucitec, 1993, p.129-144.
- CALDART, R.S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M.G. *et al.* Op. cit., p.88-131.
- CARTER, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: _____. (Org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.27-78.
- CHASIN, J. *Marx, estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COSTA, J.G. da. O processo educativo no Projeto Saberes da Terra do Território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2010.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. Prefácio. In: LANCMAN, S. e SZNELWAR, L.I. (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008, p.17-23.
- FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E.T. e FABRINI, J.E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.273-301.
- GRYNZPAN, M. Campesinato. In: MOTTA, M. (Org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.72-75.
- HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANCEBO, D. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimento atuais. In: _____. e VILELA, A.M.J. (Orgs.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.35-48.

MARQUES, M.I.M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E.T. e FABRINI, J.E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.48-78.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PAULINO, E.T. e FABRINI, J.E. Apresentação. In: _____. (Orgs.) Op. cit., p.7-20.

POSSOLLI, G.E. *O capitalismo no contexto das novas tecnologias e a reconfiguração da subjetividade e das relações humanas*. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento>. Acesso em: 27/7/2015. Curitiba: PUC, p.129-140.

SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SALGADO, S. Depoimento (Contracapa). In: STEDILE, J.P. e FERNANDES, B.M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular/ Editora Perseu Abramo, 2012.

SIMMEL, G. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Madri: Biblioteca de la Revista del Occidente, 1977.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E.T. e FABRINI, J.E. (Org). Op. cit., p.139-160.

Este livro foi composto em Gill Sans (títulos) e Bembo (texto)
e impresso pela Editora Vozes Ltda.

ROBERTO ARRUDA

Professor Assistente da Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)/*Campus* de Sinop. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação e Práticas Sociais (GEPTEPS/UNEMAT), do Grupo Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (THESE-UERJ/UFF/EPJSV/FIOCRUZ) e Líder do Grupo Rede de Pesquisador@s em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana (REDE PPPEFH).

A *Coleção Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas* engendra duas dimensões. A do trabalho de formação teórica, que vai à raiz da realidade econômica, social, política, educacional e cultural, do qual os autores são exemplos. Neste âmbito, trata-se de produzir nas massas uma subjetividade com base numa leitura não do senso comum pautado pelos agentes da dominação. Trata-se, como sinaliza Gramsci, da elevação intelectual da classe trabalhadora para que analise por si mesma a necessidade de superação do sistema capitalista. E a da ação política, com a tarefa de estar junto às lutas da classe trabalhadora em seus diferentes movimentos. Muitas delas parciais, mas fundamentais na construção de passos maiores no âmbito revolucionário. A luta dos movimentos sociais do campo e urbanos por direito à terra e à habitação como valores de uso, dos movimentos de igualdade de gênero e étnicos, já que só existe uma raça, a humana, é, por exemplo, parte desse processo revolucionário.

Uma Coleção que tem elementos de universalidade no conteúdo e no método de análise, mas que é produzida numa das sociedades capitalistas mais desiguais e violentas do mundo, mantida por uma classe burguesa antinacional, anticlasse trabalhadora e antidireitos elementares, tais como os do trabalho, da saúde e da educação. Classe esta que, em conluio com os centros hegemônicos do capital, mormente os do imperialismo norte-americano, mantém seus privilégios mediante ditaduras e golpes de Estado. A produção desta Coleção coincide com um novo golpe de Estado, com novas estratégias com verniz de legalidade. O golpe já disse a que veio. Mediante o arbítrio legalizado está impondo a mais violenta investida sobre os direitos elementares da classe trabalhadora brasileira.

Gaudêncio Frigotto



RPPPEFH
Rede de Pesquisadoras em
Políticas Públicas, Estado e
Formação Humana



eISBN 978-85-92826-05-5